

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

As Redes de Atores no Semiárido Paraibano
Trilhas e Caminhos da ASA Paraíba

NERIZE LAURENTINO RAMOS

Doutorado em Sociologia

Orientadora: Prof^a Dra. Marilda Aparecida de Menezes

João Pessoa, PB, novembro de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

As Redes de Atores no Semiárido Paraibano
Trilhas e Caminhos da ASA Paraíba

NERIZE LAURENTINO RAMOS

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), como requisito necessário à obtenção do título de Doutora em Sociologia, sob a orientação da Profª Doutora Marilda Aparecida de Menezes.

João Pessoa, PB, novembro de 2009.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R175rr Ramos, Nerize Laurentino.

As redes de atores no semiárido paraibano : trilhas e caminhos da ASA Paraíba / Nerize Laurentino Ramos. - João Pessoa, 2009.

243 f. : il.

Orientação: Marilda Aparecida de Menezes.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Protagonismo social. 2. Agricultura familiar. 3. Redes sociais. 4. Semiárido paraibano. I. Menezes, Marilda Aparecida de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 338.43(043)

As Redes de Atores no Semiárido Paraibano

Trilhas e Caminhos da ASA Paraíba

Banca de Avaliação

[Redacted]

Prof^a. Dr^a Marilda Aparecida Menezes – PPGS / UFPB
Orientadora

[Redacted]

Prof. Dr. Aldenôr Gomes da Silva – PPGCS - UFRN

[Redacted]

Prof^a. Dr^a Emília de Rodat Fernandes Moreira- PPGG / UFPB

[Redacted]

Prof. Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido – PPGRN / UFCG

[Redacted]

Prof. Dr. Luis Henrique Cunha – PPGCS / UFCG

João Pessoa, PB, novembro de 2009.

Compreendi, então, que a vida não é uma sonata que, para realizar a sua beleza, tem que ser tocada até o fim. Dei-me conta, ao contrário, de que a vida é um álbum de minissonatas. Cada momento de beleza vivido e amado, por efêmero que seja, é uma experiência completa que está destinada à eternidade. Um único momento de beleza e amor justifica a vida inteira.

Rubem Alves - Concerto para corpo e alma.

RESUMO

A Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba) se constitui na interdependência dos processos, experiências e atores sociais direcionados à convivência sustentável com a região semiárida. A tese de doutoramento se intitula: **“As redes de atores no semiárido paraibano: trilhas e caminhos da ASA Paraíba”**, cuja perspectiva teórico-metodológica é orientada a pensar as novas articulações dos atores no semiárido paraibano. Analisa-se o discurso institucional da ASA Paraíba na construção social do protagonismo do agricultor familiar, a demarcação do seu espaço de inserção política, através das práticas, discursos e articulações sociais e os significados das experiências e conhecimentos sócio-político-técnicos e organizativos para a convivência sustentável com a região semiárida. Afirma-se, neste trabalho, a existência de um protagonismo múltiplo e diferenciado que constitui uma rede hierárquica de atores sociais como representação de uma multiplicidade de instituições, processos sociais, técnicos, políticos e graus variados de centralizações e descentralizações. Esta rede social constrói novas práticas e possibilidades organizacionais e analíticas na formulação de políticas de convivência com a região semiárida. Assim, o movimento dos atores sociais pode ser visto como uma combinação complexa de inserção social - capacitação, experimentação, mobilização social, análise e proposições políticas.

Palavras-chave: protagonismo social, agricultura familiar, redes sociais, semiárido paraibano.

RESUMEE

L'articulation du semi-aride de la Paraíba, Nordeste du Brésil (ASA Paraíba) est constituée d'une interdépendance de processus, expériences et acteurs sociaux directionnés aux activités durable dans la région semi-aride. Cette thèse de doctorat s'intitule: "Les réseaux d'acteurs dans le semi-aride de la Paraíba: les chemins de l'ASA Paraíba", dont perspective théorique-méthodologique est orientée à penser les nouvelles articulations des acteurs dans le semi-aride de la Paraíba. Le discours de l'institution ASA Paraíba est analysé dans la construction social du protagonisme du paysan, la démarcation de son espace politique à travers ses pratiques, discours et articulations sociales et les significations des expériences et savoir-faire socio-politique-technique pour une organisation durable dans la région semi-aride. Ce travail montre l'existence d'un protagonisme multiple et différencié que constitue un réseau hiérarchique d'acteurs sociaux comme représentation d'une multiplicité d'institutions, processus sociaux, technique, politique et des degrés variés de centralization et descentralization. Ce réseau social a une construction de nouvelles pratiques et possibilités d'organization et analyse dans la formulation de politique d'interaction avec la région semi-aride. Pourtant, le mouvement d'acteurs sociaux peut être vu comme une combinaison complexe d'insertion social – capacitation, expérimentation, mobilization social, analyse et proposition politique.

Mots clés: protagonisme social, exploitation familiale, réseaux sociaux, semi-aride de la Paraíba.

ABSTRACT

ASA is a non governmental agency placed in Paraíba state, Brazil, that aims the interrelation of processes, experiences and social actors involved with the sustainable living in the hinterlands. The title of this thesis is: “The network of actors in Paraíba hinterlands: paths and ways of ASA Paraíba”, which theoretical-methodological perspective is oriented to think the new interrelations of actors in Paraíba hinterlands. Analysing the institutional discourse of ASA Paraíba in the social construction of the domestic small farmer, the demarcation of his political insertion through practices, discourses and social interaction and the meaning of social political and technical experiences and knowledge as well as organization for the sustainable living in the hinterlands. This work states the existence of a multiple and differentiated protagonism that constitutes a hierarchical network of social actors as representation of a variety of institutions, social processes and different levels of political, social and technical centralization and decentralization. This social network constructs new practices and organizational and analytical possibilities for the formulation of survival policies in the hinterlands. Therefore, the social actors movement may be seen as a complex combination of social insertion – capacitation, experimentation, social mobilization, analysis and political propositions.

Key-words: social protagonism, small domestic farming, social networks, Paraíba hinterland.

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASA Paraíba – Articulação do Semi-Árido Paraibano
ASA Brasil – Articulação do Semi-Árido Brasileiro
BSC – Bancos de Sementes Comunitários
CAAASP - Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
CAMEC –
CASACO – Coletivo Asa Cariri Ocidental
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CENTRAC – Centro de Ação Cultural
CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Sindical
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CONAN -
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
DRPA – Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas
EPA – Encontro Paraibano de Agroecologia
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
ENCONASA – Encontro Nacional da ASA
EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares
FOLIA – Fórum de Lideranças do Agreste
FRS – Fundos Rotativos Solidários
GRH – Gerenciamento de Recursos Hídricos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOCS – Inspetoria de Obras contra as Secas
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Sem Terra
ONG's – Organizações não Governamentais
PÓLO SINDICAL - Pólo Sindical das Organizações dos Agricultores Familiares do Agreste da Borborema

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades.

PISP – Projeto de Integração da Bacia do São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PRACASA – Programa de Associativismo e Capacitação do Pequeno Produtor Rural no Semi-Árido

PROPAC – Programa de Promoção e Ação Comunitária

PIMC – Programa de Formação e Mobilização Social Um milhão de Cisternas Rurais

P1 + 2 – Programa Uma Terra e Duas Águas

RESAB – Rede de Educação do Semiárido

SEDUP – Serviço de Educação Popular

SIGA – Sistema de Informação, Gestão e Auditoria

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNACT – União das Associações Comunitárias do Município de Teixeira

Lista de Mapas

Nova delimitação do Semiárido	34
Expressões da Agroecologia no Estado da Paraíba [recorte espacial]	55

Apêndices

Apêndice A – Programa de Formação e Mobilização Social: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC): 2000-2007	210
Apêndice B – Distribuição dos Bancos de Sementes Comunitários do Alto Sertão e Agreste da Borborema	218

Anexos

Anexo A – Fotos da cisterna de placas	220
Anexo B – Cordel cisterna de placas: importância e cuidados	221
Anexo C – Organograma “Redes locais e articulações nacionais e internacionais”	225
Anexo D – Fotos “Banco de Sementes comunitário”	226
Anexo E – As variedades de sementes “resgatadas” pela Rede Sementes	227
Anexo F – Fundos Rotativos Solidários dos municípios de Cacimbas e Teixeira, período: 2003-2007	228

SUMÁRIO

Introdução	12
Considerações metodológicas	15
Trilhas e caminhos da pesquisa	18
 Capítulo I	
1. A constituição da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba)	28
1.1. Apresentação	28
1.2. O semiárido brasileiro: um discurso emergente	33
1.3. As experiências dos agricultores familiares: dimensões constitutivas e constituintes da convivência com o semiárido	55
1.4. Os processos sociais de construção dos consensos institucionais	60
 Capítulo II	
2. Uma abordagem teórico-metodológica das redes sociais	67
2. 1. Apresentação	67
2.2. Revisitando o conceito de redes sociais	69
2.3. Novas significações dos movimentos sociais	74
2.4. A ASA Paraíba como rede de atores sociais	82
2.5. Tecendo os fios da rede: balanço e significados	100
 Capítulo III	
3. A “centralidade” das experiências dos agricultores familiares	107
3.1. Apresentação	107
3.2. Os processos sociais de sistematização das experiências dos agricultores	108
3.3. O protagonismo do agricultor familiar: um discurso controverso	120

3.4. A experiência da Rede Sementes da ASA Paraíba	129
3.5. A festa da “semente da paixão”	136
3.6. A experiência dos “fundos rotativos solidários”	139

Capítulo IV

4. As figurações dos atores sociais	146
4.1. Apresentação	146
4.2. A constituição de uma rede de atores no semiárido paraibano	147
4.3. O aporte técnico dos atores sociais	150
4.4. Os processos discursivos, os atores posicionados, a construção do conhecimento	161
4.4.1. Cenário 1: O movimento dos discursos: hierarquias e poder dos atores sociais	161
4.4.2. Cenário 2: A reunião da “Comissão Água”	169
4.4.3. Cenário 3: Encontro Regional do “Pólo Sindical”	172
4.4.4. Cenário 4: Balanço realizado pelo PATAC das ações do “Coletivo de Educação Solidária”	180
4.4.5. Cenário 5: Reunião da “Comissão Água” com a “Comissão Ampliada”	182

Considerações Finais	189
-----------------------------	------------

Referências	195
--------------------	------------

Apêndices	208
------------------	------------

Anexos	218
---------------	------------

INTRODUÇÃO

[...] assim como os pais são necessários para trazer um filho ao mundo, assim como a mãe nutre o filho, primeiro com o seu sangue e depois com o alimento vindo do seu corpo, o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive (ELIAS, 1994a, p. 31).

A *Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba)* se constitui na interdependência dos processos, experiências e atores sociais. Ela reúne agricultores e agricultoras familiares, suas organizações específicas: associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, associação de assentados, grupos eclesiais, mulheres, jovens, bancos comunitários de sementes, grupos de fundos rotativos solidários, entre outros; organizações não governamentais (ONG's) e eclesiais: pastorais sociais, paróquias e organismos diocesanos. Como experiência de articulação em rede produz um conjunto de significados na construção de novos sentidos ao desenvolvimento sustentável do semiárido, no Estado da Paraíba. Configura-se como uma “pluralidade de pessoas”¹, indivíduos e instituições, ações coletivas articuladas às temáticas de interesse comum, intercâmbio de experiências, com o propósito de criar referências múltiplas de inserção no mundo rural: novas relações com a terra, com a água, com o mercado, com a política.

A ASA Paraíba, como ressignificação das antigas formas de organização social - Sindicatos, Cooperativas, Associações Comunitárias, Partidos Políticos – se constitui em uma referência significativa para os movimentos sociais contemporâneos. Como rede de atores orienta as suas ações na perspectiva da convivência sustentável com a região semiárida, articulando um amplo campo de convicções, capacidades e experiências; “equilíbrio de forças e tensões” (ELIAS, 2001, p. 13) na produção de discursos e práticas

¹ Ao tratar os elos, as conexões, as articulações dos indivíduos aos processos sociais, Elias (1994a, p. 7, 8) utiliza o termo “pluralidade de pessoas” para explicar os nexos da pessoa singular com cada organização e grupo singular. Na sua percepção os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade – como indivíduo, grupo, sociedade. Cada pessoa recebe e sofre influências, no seu processo de desenvolvimento, pela posição que ocupa no fluxo do processo social.

em torno da construção do protagonismo do agricultor familiar e das potencialidades do semiárido.

A tese em construção intitula-se **“As Redes de Atores no Semiárido Paraibano: trilhas e caminhos da ASA Paraíba”**. Uma perspectiva analítica orientada a pensar as novas articulações dos grupos e processos sociais na região semiárida paraibana.

A inspiração teórico-metodológica deste trabalho inscreve-se na abordagem figuracional de Norbert Elias (2001), perspectiva analítica que orientou a leitura do material empírico. A análise figuracional aborda a figuração como uma formação social com dimensões variáveis. Nela, “os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas” - redes de inter-relações – em que “se estabelece um equilíbrio flutuante das tensões, um movimento pendular de equilíbrio das forças, que oscila, ora para um lado, ora para outro”. Estes equilíbrios são considerados como “particularidades estruturais de qualquer figuração” (ELIAS, 2001, p.13; 14; 21; 156).

No dizer do autor, a complexidade da vida social resguarda um espaço para as decisões individuais. As oportunidades existem e podem ser aproveitadas ou perdidas. “Pode depender das suas escolhas que a resolução completa das tensões existentes ocorra na geração atual ou somente na seguinte”. Os indivíduos são socialmente posicionados e conforme seus lugares sociais realizam as suas escolhas, interferindo diretamente na sua existência pessoal: família, grupo de associação ou referência, nações inteiras ou grupos específicos dentro dela (ELIAS, 1994, p. 48).

Esta percepção dos processos sociais dialoga, indiretamente, com o pensamento dos autores Jan Douwe van der Ploeg (2008) e Norman Long (1992; 1994) acerca da formação das redes de atores, qual seja, uma abordagem analítica (e política) centrada nos atores. Para eles, os “conceitos são alicerçados nas experiências da vida cotidiana”, intrinsecamente relacionados às capacidades articuladas de influenciar, tomar decisões, argumentar, demandar e legitimar as práticas cotidianas de indivíduos e grupos sociais, como “sujeitos ativos” e partícipes na construção dos processos sociais em que estão imersos (LONG; LONG, 1992, p. 5).

As articulações em redes, centradas no ator, indicam uma complexa trama político-discursiva acerca dos papéis que cada indivíduo cumpre na figuração social (ELIAS, 2001): os interesses explícitos ou inconscientes de cada ator social. Os percalços da representação, as hierarquias entre atores, as capacidades reunidas de argumentação, defesa

do projeto, diálogo, proposição e execução de políticas são variáveis instituintes dessa perspectiva analítica.

Com a análise centrada no ator, busca-se compreender a construção do protagonismo múltiplo e diferenciado em uma rede hierárquica de atores no semiárido paraibano; as interdependências construídas entre agricultores familiares, técnicos sociais, educadores populares e assessores, em um movimento paradoxal entre a visibilidade e invisibilidade da representação social, em intrínseca relação com a posição que cada ator ocupa no contexto das articulações.

Dessa forma, apreendem-se as redes sociais nas suas múltiplas possibilidades: método [instrumento para coleta e organização dos dados de pesquisa], teoria social [conceitos definidores da realidade social], intervenção sócio-política [formulação de estratégias de ação política] e, na perspectiva deste trabalho, como ferramenta teórico-metodológica utilizada para analisar os processos, as experiências e articulações dos atores no semiárido paraibano. Neste contexto, com o intuito de revisitar o conceito e atualizá-lo, abordam-se vários autores que, sob diferentes perspectivas analíticas, estudam as articulações dos grupos sociais.

Quando se introduz, como perspectiva analítica, “as experiências dos atores sociais” adota-se o discurso institucional da Articulação do Semiárido Paraibano [ASA Paraíba]. As “experiências” apreendidas como múltiplas formas de organização social, técnica e produtiva da agricultura familiar e, nelas, estão incluídas as “tecnologias sociais”: a cisterna de placa, a barragem subterrânea, o poço artesiano, o tanque de pedra, a mandala, as feiras agroecológicas; os processos sociais e políticos pensados como articulações em “redes de atores”: água, abelha, educação, sementes e, também, as instâncias sócio-organizativas: os coletivos microrregionais e regionais como formas diversificadas de participação e representação institucionais; as relações recíprocas entre os atores sociais - as capacidades articuladas de influenciar e ser influenciado pelo outro.

A ASA Paraíba, como rede hierárquica de atores sociais, investe na centralidade do agricultor familiar como ator social decisivo às articulações na região semiárida.

A tese deste trabalho se constrói a partir do seguinte pressuposto:

Os discursos que afirmam a centralidade do agricultor familiar são (des)construídos, cotidianamente, desvelados nos discursos e práticas dos atores sociais, à

medida que se institui, por dentro da ASA, um protagonismo múltiplo e diferenciado. A percepção institucional da horizontalidade das relações sociais, invisibiliza as hierarquias dos atores que formam a ASA Paraíba. As posições sociais os distinguem entre si e, simultaneamente, definem suas posições e capacidades de acordo com as relações de poder no debate político e institucional. No entanto, é importante reconhecer que o discurso da igualdade das relações é uma construção tecida por dentro da rede social, nos discursos e práticas de atores que estão em posições diferenciadas.

Afirma-se, neste trabalho de tese, a existência de **uma rede hierárquica de atores**, que se institui a partir da participação interdependente dos agricultores e técnicos nas diferentes “escalas” de poder e representação social: o líder, o experimentador, o assentado, o sindicalista, o técnico, o assessor.

Este trabalho tem como objetivo central analisar o discurso institucional de construção do protagonismo do agricultor familiar.

Busca-se compreender, como objetivos específicos, a demarcação do espaço de inserção política da ASA no semiárido paraibano: as práticas e discursos dos atores sociais e suas articulações em redes sociais; os significados das experiências e conhecimentos sócio-político-técnicos e organizativos e o movimento e posicionamento dos atores na região semiárida.

Adota-se como parâmetro de análise a diferenciação – contraponto – com o discurso do protagonismo do agricultor familiar, que são, também, os pressupostos identitários da Asa Paraíba: uma construção teórico-discursiva que aponta a centralidade do agricultor familiar como protagonista das articulações dos atores no semiárido paraibano.

Considerações metodológicas

A condição humana é uma lenta e prolongada construção do próprio homem, “arcabouço básico de funções interdependentes” (ELIAS, 1994a, p.22). Esta percepção analítica dialoga com a literatura e o material empírico, nas suas múltiplas possibilidades teóricas e metodológicas. No texto serão promovidos vários encontros entre autores – alguns se referenciam diretamente e estabelecem, de fato, diálogos – afirmando os conteúdos, os contrapontos, as diferenças. Mas, também, serão realizados encontros não necessariamente reconhecidos pelos autores citados e analisados. Neste caso, a

responsabilidade do “empreendimento intelectual” é exclusiva da pesquisadora: fazer o diálogo com teorias, conceitos a partir de uma base empírica: a ASA Paraíba e das possibilidades de encontros múltiplos entre autores.

Como escolha teórico-metodológica opta-se por discutir os conceitos – no transcurso do texto, como “chaves analíticas” e variáveis significativas, para analisar processos, experiências e discursos dos atores sociais, com base nas situações empíricas apresentadas.

Nesta perspectiva, a produção do discurso se relaciona diretamente com o contexto social que o organiza: as relações de poder que lhes são constitutivas, os discursos e práticas dos atores sociais nas múltiplas relações estabelecidas.

A categoria discurso será apreendida na confluência dos pensamentos de Albuquerque Júnior (1999, p.51): “Não podemos esquecer que ‘discursos’ é originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, ‘démarches’, intrigas, e que os espaços são áreas reticulares, tramas, retramas, redes, (des) redes de imagens e falas tecidas nas relações sociais” e Orlandi (1988) que trata o discurso na historicidade que o caracteriza: as tramas da enunciação, os convencimentos mútuos, as oscilações, tensões e conflitos constitutivos do movimento dos atores.

No processo de constituição das articulações, os conflitos surgem como “uma das mais vívidas interações” em intrínseca relação com as hierarquias de poder. Conflitos como valor de sociação². Na perspectiva de (Simmel, 1983, p. 23; 122; 150) o “conflito não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra”. Dessa forma, os conflitos são abordados como dimensões constitutivas e constituintes da vida social, nas suas múltiplas manifestações, não sendo percebido, analiticamente, como valor dissociativo, nem patológico – nocivo à vida social, mas como uma das mais expressivas e intensas formas de relacionamentos entre grupos e indivíduos.

Os processos sociais de mobilização, capacitação, intercâmbios e sistematização das experiências dos agricultores são estratégias políticas decisivas às articulações das

² Sociação: “processo constituído pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses, objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem” (SIMMEL, 1983, p. 19).

redes de atores. As percepções articuladas em torno das práticas solidárias organizam o discurso da ASA Paraíba. O investimento nas redes solidárias como estratégias políticas para o aprendizado e exercício da solidariedade, articula o discurso do pertencimento institucional.

Com estas considerações postas, dialoga-se com o pensamento de Douglas (1998), concordando com a autora, quando afirma que os indivíduos aprendem a cooperar, que no exercício da solidariedade os interesses individuais são redimensionados, recompostos, relançados a partir de múltiplas intermediações: políticas-cognitivas-institucionais, em uma combinação complexa de internalização, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios.

A autora acrescenta, ainda, que as intermediações, *per si*, não são suficientes para compreender o comprometimento dos indivíduos com o grupo maior. Eles não agem, exclusivamente, como seres racionais no sentido de otimizar os benefícios, utilidades, resultados, numa relação custo-benefício em termos individuais. Acredita-se que existem campos de convicções e decisões que escapam à racionalidade e ao controle das ações dos envolvidos nos processos sociais e que se relacionam, diretamente, com as capacidades organizadas dos atores e as intensidades das articulações.

Daí advém o esforço coletivo de racionalização dos processos sociais por meio do enquadramento institucional. E, nesse percurso, o movimento interdependente dos atores na construção de um perfil institucional. De Mary Douglas acolhe-se a categoria **instituição** utilizada no “sentido de um agrupamento social legitimado”. Esta legitimidade pode ser pessoal ou pode ser “difusa, baseada na concordância comum em torno de algum princípio fundante”. Os homens, influenciados por outros homens, compartilham uma base comum de conhecimentos e padrões morais. Sendo assim, o pensamento institucional já se encontra na mente dos indivíduos, por meio de um aparato sócio-cognitivo, nos processos de escolhas e decisões. Para explicar o comprometimento dos indivíduos com o grupo maior é preciso empreender um complexo percurso analítico: uma combinação de auto-regulação social, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios e coletivos (DOUGLAS, 1998, p. 18; 55; 56); tecer a rede por dentro dela mesma, numa perspectiva da interdependência dos processos e experiências, contribui, decisivamente, para a articulação dos atores na região: um esforço coletivo de construção de novas espacialidades sociais, políticas, ambientais.

Trilhas e caminhos da pesquisa

Toda pesquisa é resultado de um momento de síntese provisória do pesquisador. A história deste trabalho não é diferente. O campo de pesquisa foi também, durante anos, o espaço de inserção e compromisso político (militante) da pesquisadora. As primeiras iniciativas surgiram na década de noventa do século XX, como colaboradora na formação de um espaço de articulação das organizações rurais, posteriormente “batizada” de Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba).

As subjetividades como expressão das relações sociais são fundamentais na aproximação do pesquisador com o seu “campo de pesquisa”. Muitas emoções emanam destas convicções existenciais mútuas: desejos, perdas, afetos, emoções, poder e estranhamento. A história da ASA Paraíba faz parte da história de vida da pesquisadora. Nestas experiências se deslindam e se confirmam os laços de confiança, proximidade e reconhecimentos variados. Delas advêm as dificuldades inerentes à separação dos espaços de cada ator social – o “meu lugar” e o “lugar do outro” (pesquisador e pesquisado): ambos aprisionados pela proximidade e, com igual intensidade, buscando o distanciamento. As formalidades nos momentos das entrevistas caracterizam bem esse momento: comportamentos solenes, expressões sérias, informações controladas.

Incorporam-se os papéis – pesquisador e informante - no processo de pesquisa. O pesquisador indaga acerca dos temas do seu interesse e o “informante”, geralmente, representante daquela história singular, dialoga, com cuidado, buscando resguardar a sua experiência – protegê-la das interpretações “equivocadas” - e responder ao que ele avalia que o pesquisador deseja saber.

No processo de observação direta, as informações circulam livremente, quando os espaços são as conversas informais ou “comentários de bastidores”: nos intervalos das reuniões, encontros, eventos. No entanto, quando o discurso se transforma em intervenções nos eventos – encontros, oficinas, reuniões - ele é mais eloquente, formal e controlado. Devido à multiplicidade de discursos dos atores: agricultores, técnicos e lideranças, pronunciados nos diferentes espaços de inserção social, as informações foram analisadas como material de diálogo/interdiscursivo sem a pretensão de criar uma verdade em detrimento da outra.

A história da pesquisadora

O primeiro envolvimento político com a experiência (participação direta) aconteceu no início dos anos noventa (1993/95) do século XX, como membro de uma Organização não Governamental (Centro de Ação Cultural – CENTRAC), que colaborou de forma significativa na formação da ASA Paraíba, no semiárido paraibano.

Os vínculos construídos, neste período, foram mantidos nas atividades realizadas junto à Universidade Federal da Paraíba³, como aluna da pós-graduação e membro do “Projeto Lua Cheia”. Naquela ocasião, o Mestrado de Sociologia Rural desenvolvia, junto com várias organizações sociais rurais no Estado, encontros mensais para trocar experiências entre a “Academia e os Movimentos Sociais Rurais”, entre si, e grupos e movimentos de Estados vizinhos. Por intermédio deste “encontro”, buscou-se construir referências comuns de “articulação solidária” de apoio político e financeiro (em alguns casos específicos). Esta experiência marcou profundamente a formação acadêmica dos alunos da pós-graduação – deste período - e, *pari passum*, os grupos e organizações rurais: sindicatos de trabalhadores rurais, organizações não governamentais, grupos de mulheres, organizações eclesiais, entre outras. A Universidade apoiava financeiramente o deslocamento dos participantes e o custeio dos encontros e, no campo político-organizativo, coordenava, mobilizava e articulava as reuniões. Esta experiência se manteve até onde pôde ser financiada. O que deixou de ocorrer quando mudou a coordenação do mestrado.

Não obstante, mesmo sem o aporte político-financeiro da UFPB (Mestrado de Sociologia Rural) para garantir os encontros mensais, as organizações rurais foram criando outras “situações de encontros”, senão todos os grupos, mas parte significativa das lideranças que participavam do “Lua Cheia”. Não se pode mensurar – por falta de dados – as particularidades desse processo. Mas, o fato é que os anos seguintes foram decisivos para formação da Articulação do Semiárido Paraibano.

No transcurso dos anos, com a ASA Paraíba já constituída, vários movimentos de deslocamentos do lugar social da pesquisadora foram realizados: da inserção inicial no projeto “Lua Cheia” a condição atual de estudiosa dos processos sócio-políticos institucionais.

³ Atualmente (2009) Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O período correspondente aos anos 2004-2007 – como doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPB/UFCG) e pesquisadora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - foi marcado pela aproximação direta às dinâmicas institucionais da ASA Paraíba através de vários aportes técnicos: relatoria nos encontros regionais, consultoria política (contrato por seis meses) nas funções de assessoria política, sistematização de experiências, produção de material pedagógico e análise política no Encontro Nacional da ASA (ENCONASA), organizado no ano de 2004 pela Articulação na Paraíba, no município de Campina Grande, e a 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (2005), coordenada pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), presidido, na ocasião, pela ASA.

Com o término da consultoria, outras demandas foram surgindo. Como alguém que conhece a experiência “por dentro”, as aproximações foram intensificadas e acontecendo “naturalmente”. Neste momento, a prioridade era a elaboração de projetos para buscar financiamento. O primeiro exercício de elaboração foi o “Projeto Institucional”, e, posteriormente, um projeto específico, apresentado junto ao Banco do Nordeste, que financiou algumas ações dos grupos de fundos rotativos solidários na região do Cariri e Seridó.

Pode-se mensurar que à medida que os contatos aconteciam, mais difíceis se tornavam as diferenciações dos papéis. Era uma relação paradoxal e conflituosa: agir como “ator” e pesquisadora. Os convites para participar das reuniões e eventos, relatorias e sistematizações eram frequentes e estabelecer o lugar de pesquisadora era decisivo. E foi feito! O deslocamento do “ator”-pesquisador provocou várias situações conflituosas: era preciso comunicar esse novo lugar, considerando-se que o deslocamento não implicava em afastamento dos espaços institucionais da ASA e, dessa forma, a pesquisadora permanecia transitando, por dentro da experiência, com a mesma regularidade, confiança e desenvoltura. Para isso, era preciso esclarecer, justificar, dar explicações a cada convite recebido.

Para ilustrar quão conflituosos podem se transformar esses processos de aproximações e distanciamentos tem-se o Encontro Nacional de Agroecologia (2006). Recife (PE) como referência. Nele, existiam quotas estabelecidas para as participações dos agricultores, técnicos e pesquisadores. A forma de formalizar os convites indica a tenacidade da transição dos lugares. A sutileza dessa relação se expressou da seguinte

forma: para a ASA o convite era dirigido à “pesquisadora da ASA” e, na outra perspectiva, o convite foi recebido e concebido como sendo direcionado à “pesquisadora que estuda a ASA”. Não se trata de um jogo de palavras, mas de percepções e posições sociais diferenciadas, em sintonia com o movimento dos atores.

A trajetória de inserção política, como pesquisadora, orienta a relação com a ASA Paraíba e, conseqüentemente, a análise do material empírico. A ASA se transforma, neste momento, em campo de pesquisa. O afastamento das atribuições anteriores, apoios técnico-político, demarca o novo lugar social da pesquisadora. Trata-se de uma relação simultânea de proximidade e distanciamento, em sintonia com as exigências advindas da pesquisa de campo. No entanto, este movimento de deslocamento é muito sutil e, particularmente, para a pesquisadora, muito tênue, pois ela permanece transitando nos espaços institucionais, só que fazendo outro movimento e com novas intenções, novas chaves de leituras, novas exigências.

Foram encontros existenciais: pessoais, militantes, acadêmicos e políticos, significados no transcurso destas duas últimas décadas de transição do século XX para XXI, como investimento sociopolítico-afetivo na “emancipação social dos povos”, compreendida como processos micro e macros sociais de transformação da realidade regional e brasileira.

Os diálogos estabelecidos em torno do desenvolvimento e a convivência sustentável com a região semiárida, o arcabouço teórico-político-metodológico referenciado no debate das redes sociais e no diálogo com situações empíricas particulares através da observação participante, os escritos de campo, as discussões, entrevistas, os relatos, documentos, sistematizações de experiências foram marcantes no processo de pesquisa.

As experiências compartilhadas no transcurso da pesquisa: os debates, as vivências, conversas e encontros: lúdicos, festivos, íntimos, amistosos - os movimentos “tão conhecidos” de cada ator social. Nos diálogos de bastidores as informações surgem com mais fluidez e, regularmente, as diferenças despontam com intensidades variadas. Mesmo reconhecendo que se está diante de espaços regulados socialmente, neles, as disputas, críticas e (des) entendimentos são exercidos com maior confiança, liberdade e espontaneidade – representação da vida social cotidiana e das relações sociais entre indivíduos - e diferem das agendas das instâncias decisórias. No entanto, por ser um cenário móvel, difuso, reúne, *per si*, a complexidade como marca característica. As críticas

de bastidores são exercidas por todos os atores sociais. No entanto, são nas instâncias decisórias que as restrições e convencimentos mútuos são exercidos, as convicções construídas, os acordos coletivos estabelecidos, como dimensões significativas dos processos sociais orientados a resolução de conflitos e construção de consensos institucionais.

A construção do texto (tese) deu-se a partir de referências empíricas – com (ou sem) as citações diretas dos atores e seus discursos. Muitos discursos dissimulam, encobrem e invisibilizam aspectos da relação entre atores nos espaços das reuniões e eventos. Sendo assim, os “olhos atentos” do pesquisador, que transita por dentro da experiência, assegura à aproximação deste discurso. Geralmente são aqueles discursos que escapam ao marco institucional das instâncias de representação, coordenação e regulação políticas; que ultrapassam os procedimentos impostos aos instrumentos teórico-metodológicos de pesquisa: a entrevista, as informações sistematizadas (e-mail, boletins, relatórios, documentos, textos), aos relatos de campo. Ocorre que uma impressão espontânea, distante dos circuitos decisórios, pode ser decisiva na interpretação dos dados empíricos. Os “não ditos”, em situações variadas, surgem como discursos cotidianos. Ocorre, com frequência, de um ator silenciar em um momento de discussão – no grupo ou comunidade ou espaços específicos de decisão e coordenação políticas - e, posteriormente, expor sua posição (concordando, discordando, se distanciando) fora do espaço formal da reunião. É preciso identificar as diferenças de cada discurso onde elas se apresentam – também nos espaços escondidos do silêncio.

A produção de reflexões coletivas com ênfase nas áreas silenciadas, nos “não ditos”, nos discursos dos agricultores, lideranças e técnicos surgidos, espontaneamente, nos eventos, reuniões, nos intervalos, nos corredores dos encontros, nos espaços gratuitos de conversação, nas festas (dança, bares), nas confidências amistosas. Tudo isso coloca novas exigências ao trabalho do pesquisador: o diálogo das fontes de forma interdiscursiva. Estas informações chegam livremente para, no momento subsequente, a cada situação em observação, serem abordadas como situações específicas: são discursos pronunciados, sem o controle do espaço institucional, não autorizados ao uso na pesquisa, por não ser emitido para este fim: com o propósito de passar a informação para o outro (o pesquisador).

Neste contexto, como trabalhar a informação “não autorizada” para fins de pesquisa? Ou, dito de outra forma, como considerar as informações e resguardar o

informante? Optou-se pela diluição da informação dentro do texto, sem a autoria, combinada com o uso sistemático e articulado de um conjunto de instrumentos de coleta de dados: a entrevista, os dados secundários (discursos sistematizados): boletins, o debate online por meio dos e-mails trocados, boletins, cartas políticas, e a observação participante.

A pesquisa foi realizada junto aos atores sociais, vinculados aos processos sociais da ASA Paraíba, que estão experimentando novas práticas sociais, organizativas, técnicas, políticas; apresentando alternativas de convivência com a região semiárida; analisando a viabilidade e sustentabilidade das suas proposições; entrecruzando e redimensionando suas experiências; homens e mulheres produtores de linguagens, subjetividades, sentidos múltiplos de passado, presente, futuro; indivíduos que sonham com o novo porvir – um vir a ser diferente; redes de atores que significam suas experiências de vida e as transformam em processos sociais, políticos, culturais, históricos.

Dessa forma, foram consultadas variadas fontes de pesquisas: textos técnico-científicos, analíticos e todo o material didático-pedagógico produzido nas instâncias da ASA Paraíba: documentos, boletins, relatórios, cartas políticas, as sistematizações de experiências, a comunicação eletrônica (circulada na web). A produção do texto no contexto de uma rede de relações – dados que significam enquanto rede e não isoladamente.

A observação participante orientou toda a pesquisa de campo. Com ela buscou-se uma aproximação às áreas “secretas” de cada discurso, trespassado pela intimidade da convivência, aproximadamente dezenove anos, com vários atores sociais que, em diferentes contextos e temporalidades, estão construindo a experiência da Asa Paraíba.

Parte significativa das informações foi reunida com o trabalho de aproximação ao dia a dia do agricultor nas suas comunidades, nos intercâmbios de experiências, nas visitas às propriedades, festas e encontros, nas reuniões das redes, Coletivos Regionais, Coordenação Executiva, Comissão Ampliada e oficinas de planejamento, avaliação e construção de proposições.

O olhar metodológico tornou-se decisivo no processo de pesquisa. Nesta perspectiva, (a título de referência) uma reunião de planejamento para definição dos temas mais importantes e prioritários para o grupo (as escolhas temáticas para a formação) importa, em princípio, observar o percurso de cada discurso, o movimento dos atores, e

não a definição dos temas ou as concertações estabelecidas em torno do planejamento. Dessa forma, uma reunião de planejamento é sempre um momento privilegiado para observar as construções discursivas que escapam na hora da entrevista. No caso específico da ASA Paraíba, observa-se que há uma orientação política articuladora: a consolidação de um discurso que conduz-orienta, induz, amarra as discussões e articula os temas específicos com os temas gerais.

Nos procedimentos de escrita do texto, pesquisador e informante estão implicados no mesmo processo de pesquisa. Não obstante, o discurso não é o resultado acabado de uma verdade onipotente. Ele se constrói na interdependência dos processos e de forma interdiscursiva.

Considerações acerca das entrevistas. A perspectiva metodológica deste trabalho de tese apreende o discurso de cada ator (texto singular) como representante potencial – dele mesmo e de um grupo maior - um discurso que se constitui entre múltiplos discursos realizados e possíveis, marcado pela exterioridade das condições sociais, políticas, culturais, históricas (ORLANDI, 1988).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com roteiro aberto, com o intuito de contemplar uma diversidade de atores sociais (agricultores, técnicos, líderes⁴) dinâmicas e processos. Nas entrevistas, a apreensão dos elementos linguísticos como operadores discursivos: as estratégias da interação social, os discursos relacionados ao lugar social dos indivíduos na rede de relações, a posição (poder) de cada ator na organização social.

Não obstante, no ato da entrevista, o esforço da pesquisadora em lidar com as “questões do roteiro” e, *pari passum*, o autocontrole do entrevistado acerca do que deva ou não responder. Nesse percurso, há uma trama analítica a ser seguida: a perspicácia de acompanhar o movimento do discurso: ditos, não ditos, interditos, pausas ou mesmo os balbucios, atos falhos e formas indiretas de conversação não controladas. Em vários momentos, quicá os mais significativos, as informações foram compartilhadas somente após o ato solene de desligar o gravador e anunciar o fim da entrevista. No relacionado às conversações grupais, buscou-se intercalar as “conversas de bastidores”: anônimas, secretas e, no decorrer de cada discussão no grupo, os murmúrios, as expressões de agrado,

⁴ Quando são mencionados os “líderes da ASA” está-se referindo aos agricultores com atribuições de coordenação e representação das suas comunidades e, também, aos membros dos grupos eclesiais, associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais e paróquias que desempenham funções de representação dos seus grupos e comunidades nas articulações da ASA.

desagrado, descaso. E, por último, os diálogos estabelecidos sob a condição explícita do anonimato.

Os níveis diferenciados de percepção e sensibilidade políticas dos atores sociais, como combinações de processos, indicam, sempre, um quadro múltiplo de opções. Os processos sociais aglutinam múltiplas influências em seu entorno; as conversas de bastidores abordam um pouco de tudo e vão cruzando informações, sentimentos, convicções, percorrendo às várias dimensões da experiência vivida.

Como rede de atores sociais interdependentes ocupa lugares e posições de poder diferenciadas, falam com autoridades distintas dentro de uma mesma figuração social. No ato das conexões alargam-se as experiências e intensificam-se as conectividades.

O reconhecimento das cadeias de interdependências no semiárido brasileiro, consubstanciada em uma rede de atores, ASA Paraíba, remete a uma multiplicidade de instituições, dinâmicas sociais, políticas, técnicas e metodológicas, a partir da construção de consensos mobilizadores e das capacidades articuladas dos atores, como parte de um amplo campo de convicções, uma intensa trama político-discursiva acerca do protagonismo do agricultor familiar e das potencialidades alternativas da região semiárida.

No capítulo I, analisa-se **“A constituição da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba)”**. O discurso que se institui como ASA Paraíba, que se diz, se vê e se sente ASA: as práticas (processos e experiências) dos atores sociais através dos seus discursos. Como rede social, a sua estrutura sociotécnica-organizativa se constitui com foco em vários processos sociais, nas suas dependências recíprocas, e graus variados de centralizações e descentralizações. Dessa forma, foi realizada uma aproximação à rede de atores no semiárido paraibano, ASA Paraíba, nas suas várias dimensões e dinâmicas sociais.

Para maior visibilidade destes processos, nas duas últimas décadas do século XX, (particularmente no final dos anos 80 e início dos 90), ocorre um movimento de deslocamento da concepção de Nordeste para semiárido. Este novo contexto sócio-político fez surgir discursos e práticas instituintes deste novo lugar social: o semiárido brasileiro e a formação de redes específicas de atores na região.

No capítulo II: **“Uma abordagem teórico-metodológica das redes sociais”**. As redes sociais nas suas variadas significações: processos sociais instituintes de novas

práticas e possibilidades organizacionais e analíticas. A abordagem das redes sociais como recriação permanente para compreensão da vida social contemporânea: o entrelaçamento dos múltiplos aspectos que lhes são constitutivos e a articulação de grupos e indivíduos no semiárido paraibano

Pensar a ASA Paraíba, como rede de atores, significou tratá-la nos aspectos relacionados à experiência de intervenção sociopolítica e a diversidade das organizações e processos sociais de produção e construção do conhecimento.

Para compreensão desta experiência no semiárido paraibano faz-se o debate acadêmico, técnico, político metodológico das redes nas suas múltiplas perspectivas e concepções: os níveis diferenciados de abstração e análise das articulações dos processos sociais na região e as potencialidades dessas articulações, processos sociais, dinâmicas institucionais.

No capítulo III analisa-se **“A ‘centralidade’ das experiências dos agricultores familiares”**. As ações sociotécnicas e produtivas dos agricultores familiares e as estratégias políticas e metodológicas orientadas a colocar no centro do debate as experiências de construção coletiva do conhecimento.

Para afirmação e circulação do discurso são estabelecidos dispositivos sociais de iniciação, articulação, mobilização e formação, entre outros, procedimentos advindos do entrecruzamento – do agir e pensar como rede – impossível de acontecer no isolamento, sem os vínculos e lealdades estabelecidos socialmente pela conectividade.

Os intercâmbios e a sistematização das experiências no semiárido são importantes instrumentos para a construção de indicadores de formulação e proposições políticas de convivência com a região semiárida paraibana. Com a internalização das experiências, a história singular do agricultor familiar transforma-se em discurso a ser apropriado por todos os atores e deixa de ser o discurso de uma família particular, comunidade ou grupo, e transforma-se em discurso institucional.

No capítulo IV abordam-se **“As figurações dos atores sociais”**. O movimento dos atores sociais como uma combinação complexa de diferentes lugares de inserção social; campos de ação, conhecimentos, análise e proposição nas áreas técnicas, políticas, organizativas, capacitação, experimentação e mobilização social. As organizações não governamentais e eclesiais cumprem um papel político decisivo na ASA Paraíba,

portadoras e produtoras de informações, junto aos agricultores familiares. Atores sociais que direcionam seus recursos, seu tempo, seus conhecimentos específicos a diferentes projetos de convivência com a região; com ações nos campos específicos correspondentes as suas habilidades profissionais: técnicos, mobilizadores, indutores e condutores de processos participativos, apoio e assessoria especializada, suporte institucional e financeiro. As posições dos atores não são equivalentes, são graus diferenciados de intervenção nas experiências e articulações, hierarquizadas entre si.

O reconhecimento da multiplicidade de atores articulados em redes sociais indica as novas significações da vida social: novas demandas, novas articulações de interesses, formas variadas de mobilização, articulação e construção de consensos. As redes de atores no semiárido paraibano, como um vasto campo social interdependente de atores, processos e experiências e complementaridades conflituosas, não partem sempre de um centro e nem é descentralizado por constituição, mas pode ser simultaneamente, descentrado, centralizado e rizomático.

O horizonte estratégico de uma articulação em rede não são os dados, *per si*, não são os atores e as organizações sociais, percebidos isoladamente, desvinculadas do contexto social, mas o entrelaçamento das ações, as variações que envolvem os movimentos de cada ator social, a gestão dos conflitos e tensões, os aportes das experiências e organizações na composição desse todo social.

1. A Constituição da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba)

1.1. Apresentação

Como é possível – esta passa a ser a pergunta – que a existência simultânea de muitas pessoas, sua vida em comum, seus atos recíprocos, a totalidade de suas relações mútuas dêem origem a algo que nenhum dos indivíduos, considerado isoladamente, tencionou ou promoveu, algo de que ele faz parte, querendo ou não, uma estrutura de indivíduos interdependentes (ELIAS, 1994a, p. 19).

A ação de analisar, delimitar, nomear, classificar faz parte da experiência humana e, como tal, são dimensões constitutivas da vida social. Ao demarcar os lugares sociais, estabelecer domínios políticos, econômicos, culturais, os indivíduos em sociedade produzem, através da linguagem, sentidos e significados às experiências vividas, ao conhecimento acumulado, sistematizado e circulado socialmente; recriações específicas no campo das análises sociais contemporâneas.

A Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba) será abordada como figuração social e se constitui como parte de um amplo campo de convicções, uma intensa trama político-discursiva acerca do protagonismo do agricultor familiar e das potencialidades alternativas da região semiárida.

A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semiárido [...] A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apóia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semi-árido (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2000, p. 1).

As “ações integradas para o semiárido”: políticas, técnicas, metodológicas articulam as relações recíprocas dos indivíduos em redes sociais. As conexões com as organizações locais⁵ e, algumas delas, com inserção em vários municípios e microrregiões do Estado, definem o perfil institucional da ASA como rede de atores que “apóia a difusão

⁵ No âmbito dos municípios e propriedades rurais emergem várias organizações que articulam interesses diversos: grupos religiosos (jovens, sacramentos, serviços e pastorais paroquiais), produtivos (bancos de sementes, fundos rotativos solidários, associações comunitárias, cooperativas), afinidades (lazer, gênero, geração e escolhas políticas (sindicatos), que se traduzem, amplamente, neste texto, como organizações locais e/ou dinâmica social local.

de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido” e as ações articuladas “em prol do desenvolvimento sustentável”.

Constatam-se, com variações de intensidades, as diferentes percepções dos atores sociais sobre o percurso transcorrido entre a experiência local ao projeto de desenvolvimento e a convivência sustentável com a região: uma relação paradoxal entre conhecer e desconhecer o alcance de cada dinâmica social local. Há, de fato, um investimento institucional nas articulações dos atores sociais, no entanto, tais afirmações coincidem com procedimentos, cada vez mais exigentes, de racionalização das experiências do agricultor familiar.

A convivência com a região semiárida, a centralidade da agricultura familiar, a sistematização das suas experiências, através de boletins, cartas políticas, relatórios, documentos, como instrumentos de divulgação e apresentação institucional, com poder para dialogar com a sociedade civil, os formadores de opinião e os agentes políticos, são marcas identitárias da ASA Paraíba.

A análise figuracional proposta por Elias (2001, p.13; 14; 21; 156), perspectiva teórico-metodológica que inspira este trabalho de tese, aborda, como parte dos seus pressupostos, a figuração como uma formação social com dimensões variáveis. Nela, “os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas” - redes de inter-relações – em que “se estabelece um equilíbrio flutuante das tensões, um movimento pendular de equilíbrio das forças, que oscila ora para um lado, ora para outro”. Estes equilíbrios são considerados como “particularidades estruturais de qualquer figuração”.

O reconhecimento dessas relações de interdependências no semiárido, consubstanciada em uma rede de atores, ASA Paraíba, remete a uma multiplicidade de instituições e dinâmicas sócio-políticas e organizativas, direcionadas à construção de consensos mobilizadores e às capacidades articuladas “que os membros de um grupo têm de propor – e conseguir – que os demais façam o que eles propuseram, tanto para a formulação como para o atendimento dos objetivos do grupo [...] processo pelo qual essas proposições se constroem e se executam” (AGUIAR, 2003, p. 1). A presença do outro: parceiro, rival, membro da organização - associado aos níveis variados de dependências recíprocas - orientam o pertencimento, o poder, a legitimidade, a representação de cada membro na figuração social.

A ASA, como articulação de atores, não contempla todas as organizações sociais da região. Mas, resguarda para si, a demarcação do seu espaço social de inserção política no semiárido paraibano. A sua estrutura socio-técnica-organizativa se constitui a partir de vários processos sociais locais, microrregionais e regionais, com centralizações e descentralizações variadas. O ato de mapear a espacialidade local é, *per si*, a forma de demarcar e identificar, no município, região e Estado, o lugar social de cada ator e suas articulações, formando uma rede de atores hierarquicamente posicionados.

A ASA Paraíba surge propondo uma nova geografia social e política do espaço, reelaborando imagens, concepções, sensibilidades, enunciados e ressignificando a concepção naturalizada de região Nordeste: “[...] as organizações começaram a se organizar, em nível de nordeste, na época (final dos anos 80), era a concepção de nordeste, nem era tanto de semiárido, era a concepção de nordeste” (Coordenadora da ASA Paraíba). Dessa forma, percebe-se, nas duas últimas décadas do século XX (particularmente no final dos anos 80 e início dos 90), um movimento de deslocamento da concepção de Nordeste para semiárido. O novo contexto político fez surgir práticas discursivas que criaram um novo lugar social: o semiárido brasileiro e a formação de redes específicas de atores na região.

Neste capítulo será analisado o discurso que se institui como ASA Paraíba, que se diz, que se vê e se sente ASA: as redes, os processos e as experiências dos atores sociais através dos seus discursos. “Não podemos esquecer que ‘discursos’ é originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, ‘démarches’, intrigas, e que os espaços são áreas reticulares, tramas, retramas, redes, dêsnets de imagens e falas tecidas nas relações sociais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 51).

Quando se introduz, como perspectiva analítica, as experiências dos atores sociais adota-se o discurso institucional da ASA Paraíba. Portanto, ao abordar as **“experiências”** está-se referindo às múltiplas formas de organização social, técnica e produtiva da agricultura familiar e, nelas, estão incluídas as “tecnologias sociais”: a cisterna de placa, a barragem subterrânea, o poço artesiano, o tanque de pedra, a mandala, as feiras agroecológicas; os **processos sociais e políticos** pensados como articulações em **redes de atores**: água, abelha, educação, sementes e, também, as instâncias sócio-organizativas: os coletivos regionais como formas diversificadas de participação e representação

institucionais; a as relações recíprocas entre os atores sociais - as capacidades articuladas de influenciar e ser influenciado pelo outro.

Dessa forma, os discursos serão apreendidos nas variações constitutivas da rede social como cenário de conflitos, disputas, interesses e solidariedades. No processo de constituição das articulações, os conflitos surgem como “uma das mais vívidas interações” em intrínseca relação com as hierarquias de poder, as “restrições mútuas”, no silenciamento dos atores; no enfrentamento de posições, de argumentos; nas relações paradoxais de reconhecimento e desconhecimento (SIMMEL, p. 122; 150).

O ato de ser reconhecido pelo grupo se relaciona, diretamente, ao lugar social daquele que reconhece ou desconhece – o lugar do outro – como “semelhante”, o “diferente” ou uma combinação de ambos. No entanto, o reconhecimento não é um dado independente, em si, por ser parte de múltiplas regulações sociais⁶: redes de influências, interesses e poder. Com frequência, a família agricultora é apresentada no discurso institucional como autônoma. Mas, autonomia em relação a quê ou a quem? Ao acompanhar uma reunião com vários grupos de fundo rotativo solidário [FRS]⁷, no Médio Sertão, percebe-se que os interesses são diversificados; que há uma combinação conflituosa de motivações existenciais: pessoais, das famílias de uma localidade, microrregião ou município. Entretanto, os interesses são adequados às orientações da rede de fundos rotativos da região e, ainda, as determinações da *ASA Paraíba* que afirma a solidariedade como “valor originário” – presente nas experiências históricas dos agricultores da região – e, também, como estratégia sócio-organizativa-institucional.

No entanto, as posições ocupadas pelos atores sociais são diferenciadas e se relacionam, diretamente, com o poder de intervenção sócio-política: as capacidades articuladas de argumentar, sistematizar, organizar e convencer o outro. O poder do discurso de um agricultor, liderança na região do Médio Sertão, se diferencia dos discursos dos Coordenadores das ONGs (CEPFS, CAMEC) e dos Serviços Pastorais (PROPAC e Cáritas Regional), com atuação nesta mesma região, que, por sua vez, se distinguem dos

⁶ Para compreender o compromisso dos indivíduos com o grupo maior é preciso empreender um complexo percurso analítico: uma combinação de auto-regulação social, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios e coletivos (DOUGLAS, 1998).

⁷ A experiência dos Fundos Rotativos Solidários será abordada no Capítulo III: “A ‘centralidade’ das experiências dos agricultores familiares” que analisa as experiências articuladas a *ASA Paraíba* no semiárido paraibano.

discursos dos agricultores familiares. Verifica-se um intenso e conflituoso “movimento dos atores”⁸ na construção dos consensos institucionais.

Considerando o movimento dos atores, adota-se a categoria conflito como valor de sociação⁹ defendida por Simmel (1983). Na perspectiva do autor o “conflito não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra” (1983, p.122; 23). Dessa forma, os conflitos são abordados como dimensões constitutivas e constituintes da vida social nas suas múltiplas manifestações: redes sociais, processos e experiências, não sendo percebido, analiticamente, como valor dissociativo, nem patológico – nocivo à vida do grupo e da comunidade, mas como uma das mais expressivas e intensas formas de relacionamentos entre grupos e indivíduos nos processos de construção de consensos e dissensos, na demarcação de posições de poder, prestígio e representação.

Toda articulação em rede é resultado de uma confluência de processos sociais, elementos entrelaçados, integrados, simultâneos e contraditórios: harmonia, desarmonia, contradições, competição, conflitos, convergências, divergências, ambiguidades, tensões, disputas. No entanto, os próprios interesses do grupo, embora conflituosos, criam mecanismos, arranjos consensuais internalizados que inibe, regula, limita ou proíbe a competição. No dizer de Simmel: “Um grupo centrípeto e harmonioso, uma ‘união’ pura (*vereiningung*) não só é empiricamente irreal como não poderia mostrar um processo de vida real” (SIMMEL, 1983, p. 124).

Considera-se que a intervenção política dos atores sociais ocorre de forma diferenciada e independe das intencionalidades expressas de cada personagem envolvido. Há diferenciações nos discursos, posições, papéis e funções exercidas, acesso e controle da informação, formulação e execução de propostas, mobilização social, nas convenções políticas e identitárias; arranjos sociais construídos e desconstruídos continuamente no semiárido paraibano.

⁸ O movimento dos atores sociais será aprofundado no Capítulo IV: “As figurações dos atores sociais”.

⁹ Sociação: “processo constituído pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses, objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem” (Simmel, 1983, p. 19).

1. 2. O Semiárido brasileiro: um discurso emergente

A classificação como ato de mapear é a forma institucional encontrada para dar sentido aos discursos: articular, controlar e disciplinar a informação que se queira fazer circular, a experiência que se deseja propagar.

A área definida como semiárido brasileiro, consensuada pelas organizações sociais que fazem parte da ASA Brasil, se estende por uma área que abrange a maior parte de todos os estados da Região Nordeste (86,48%), a região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e inclui o norte do Espírito Santo (2,51%). (P1MC, 2002). No entanto, alargando a percepção da região, são acrescentadas outras características pelos autores Cunha, Silva e Nunes (2008, p. 2) que demarcam a região semiárida brasileira e a diferencia das demais regiões.

O termo semi-árido refere-se ao clima tropical característico do interior do Nordeste brasileiro, porém tem sido utilizado para fazer referência a todos os locais em que predomina o bioma caatinga e que são atingidos por secas periódicas. Manuel Correia de Andrade (1998) considera como áreas influenciadas pelo clima semi-árido além de todo o sertão, o litoral setentrional (Ceará e Rio Grande do Norte), essas duas áreas juntas correspondendo a 55% do Nordeste. Já as áreas atingidas por secas periódicas (o chamado Polígono das Secas) compreendem mais de 80% da região.

Assim, a área classificada, oficialmente, como semiárido brasileiro, abrange os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Pernambuco e, parte de Minas Gerais; totalizando 1.133 municípios, numa área de 969.589,4 km². Os critérios estabelecidos para a delimitação são: “I. precipitação pluviométrica anual inferior a 800 milímetros; II. índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III: risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990¹⁰”.

As percepções que organizam o discurso sobre a região, entre elas a da ASA Paraíba e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), na atualidade, convivem

¹⁰ BRASIL. Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Brasília: MIN, 2005. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/>> Acesso em: 28 mar. 2008.

ressignificando as estratégias, articulações e ações políticas em torno da convivência com esta nova espacialidade sócio-política denominada semiárido.



Os discursos em torno da espacialidade regional emergem a partir das experiências dos antigos e novos movimentos sociais e suas múltiplas articulações na região semiárida

brasileira, no final da década de 70, as décadas de 80 e 90 e início deste século; são também as principais referências para o surgimento, nos primeiros anos da década de 90, dos discursos acerca das: “experiências de convivência com o semi-árido na Paraíba [...] voltado para a emancipação das populações do semi-árido” (DINIZ, p.64). A inovação desta perspectiva política consiste em uma dupla aposta política: a centralidade do agricultor familiar como ator social, que consiste na defesa do protagonismo das redes de “agricultores experimentadores” e o reconhecimento das potencialidades região.

Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadoras, e suas organizações em todo o país, tem compreendido e incorporado o entendimento de que a agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento de suas necessidades e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras do campo agroecológico constituem já embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional. A diversidade de ecossistemas em que se desenvolve a agroecologia no Brasil se expressa também em uma grande variedade de identidades culturais e formas de organização produtiva e de apropriação e uso dos recursos naturais (Técnica do PATAC e Coordenadora da ASA Paraíba).

Como se verifica, a emergência e a produção do discurso do protagonismo do agricultor familiar se articulam politicamente ao discurso da agricultura familiar agroecológica. No discurso da coordenadora do PATAC, são formulações e proposições “efetivamente desenvolvida através de práticas concretas [...] experimentadas e disseminadas localmente [...] inovadoras do campo agroecológico”; a construção do conhecimento a partir da experimentação dos agricultores familiares como contraponto às intervenções técnicas da extensão rural e a defesa desenvolvimento regional associado ao “combate às secas” e, *pari passum*, as ações políticas que direcionam os recursos para os grandes investimentos hídricos.

Mas, pra mim a gente sempre teve, lógico, teve preocupação com, não com a agroecologia, porque há vinte anos atrás não tinha...não se falava em agroecologia não é? Então tinha visão de fazer um diagnóstico e trabalhar não é? De forma que o agricultor seja o protagonista do processo, não é? Não de difusão, mas de construção do conhecimento. (Técnica do PATAC e Coordenadora da ASA)

Acompanha-se a formação do discurso agroecológico, intrinsecamente, relacionado ao discurso da convivência com o semiárido. Nos fundamentos desta perspectiva política estão as convicções construídas em torno da centralidade do agricultor familiar como protagonista das experiências, a construção coletiva do conhecimento e as competências articuladas em defesa do desenvolvimento sustentável da região.

Neste contexto, são decisivos os aportes dos atores sociais com atribuições técnicas, políticas, metodológicas de “apoio e assessoria” às organizações e movimentos sociais rurais, que, a partir de diferentes lugares de inserção social, direcionam seus recursos, seu tempo, seus conhecimentos específicos a diferentes projetos de convivência com a região semiárida paraibana.

O PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades¹¹ [Organização não Governamental], com inserção sócio-política e metodológica na região do Cariri e Seridó, atua nas áreas de formação e capacitação dos processos sociotécnicos e produtivos; uso dos recursos naturais disponíveis; diversificação e integração das atividades na propriedade; experiências em organização para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização; captação e manejo da água.

O uso de tecnologias apropriadas às populações rurais do semiárido paraibano delimita, historicamente, o campo de atuação do PATAC, no “fomento ao desenvolvimento rural sustentável junto aos agricultores familiares da região”. Assim, como instituição, “adaptou e difundiu técnicas na área de conservação de solos, técnicas de plantio, culturas apropriadas à região, apicultura, recursos hídricos, criação de pequenos animais” e, ainda, a “geração de novas formas e práticas organizativas de gestão e administração coletiva dos recursos” (Projeto Institucional do PATAC, 1998, p. 5). Estas iniciativas políticas, articuladas às multiplicidades de experiências e dinâmicas sociais, ressignificam o debate contemporâneo sobre os projetos de desenvolvimento para a região.

No caso específico do Brasil, o debate político-acadêmico acerca das potencialidades regionais, nas últimas três décadas do século XX, ressignificam as concepções de poder local, consistindo na espacialidade pensada como município, microrregião, região e, também, o movimento dos atores sociais como forças políticas na disputa de projetos de desenvolvimento. No discurso institucional da ASA Paraíba, os pressupostos do desenvolvimento regional articulam as redes de atores às experiências de convivência com a região semiárida brasileira e, como contraponto, os modelos sociais, técnicos, políticos e produtivos referenciados no agronegócio. “O enfrentamento do

¹¹ É a ONG mais antiga do Estado da Paraíba, com aproximadamente 40 anos de existência. Foi fundada em 31 de janeiro de 1970.

modelo do agronegócio¹² e o fortalecimento da produção familiar agroecológica significam antes de tudo um desafio no plano político. Isso porque a agroecologia surgiu e vem fazendo o seu caminho em um campo de disputa na sociedade” (CARTA POLÍTICA, 2006, p. 2). Estas convicções políticas fazem parte da produção e ordenamento dos discursos políticos da ASA Paraíba.

Os discursos como propagadores de verdades, impõem-se pela repetição, adquirindo consistência e regularidade com a internalização dos emissores e receptores. A insistência nos argumentos, o poder de arguição, as capacidades articuladas de persuasão, proposição, convencimento e gestão dos conflitos, são aspectos constitutivos dos discursos da convivência com a região semiárida em contraposição aos argumentos dos discursos de combate às secas do Nordeste. “Definir a região é pensá-la como grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la como homogeneidade, uma identidade presente na natureza”, mas como representação de uma densa trama político-discursiva que fez surgir e naturalizar a região Nordeste. Arranjos dos mais variados (políticos, sociais, cognitivos) orientaram (e continuam orientando) discursos, práticas, sentimentos e comportamentos acerca de uma imagem consolidada do Nordeste atrasado, “pobre, arcaico e indigente”, lugar social dos “flagelados das secas”, principais destinatários de “ajuda e proteção” e alvo prioritário “das políticas emergenciais e compensatórias de combate às secas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 24).

¹² Na **Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia [ENA]**, realizado nos dias 02 a 06 de junho de 2006, em Recife – PB, a posição acerca do “agronegócio” se expressa da seguinte forma: “Contrariamente à imagem de modernidade e de eficiência técnica e econômica [...] o agronegócio está associado na realidade a uma criminosa cadeia de impactos negativos que se irradiam no conjunto da sociedade brasileira. O que a experiência prática de populações rurais demonstra e estudos confirmam é que o modelo do agronegócio é o principal responsável pela concentração da terra, pela violência no campo, pelo êxodo rural, pelo desemprego urbano e está ainda associado à degradação sem precedentes do patrimônio ambiental: os recursos da biodiversidade, os solos e a água [...] instrumento de desagregação das culturas dos povos tradicionais, esse modelo é também o responsável pela insegurança alimentar e nutricional de famílias no campo e nas cidades e a perda da soberania alimentar do povo brasileiro. A se manter a atual hegemonia do modelo do agronegócio exportador, esses impactos negativos para a sociedade vão se multiplicar e aprofundar”. Ou, acrescentando novos argumentos, o **Encontro Paraibano de Agroecologia [EPA]** (2006) afirma que “Nas últimas décadas, o Brasil se destacou no cenário mundial graças ao seu “vigoroso” agronegócio. A riqueza gerada pelo agronegócio é uma riqueza baseada na alta produtividade nacional de bens agrícolas e matérias-primas a baixo custo de produção. Produção essa destinada ao mercado externo como forma de gerar ‘riqueza’ para que o país passe a importar gêneros alimentícios industrializados, bens duráveis, serviços e tecnologias ‘avançadas’. Essa é a doutrina pregada pelo agronegócio! Mas este padrão produtivo tem um custo social muito grande. A riqueza gerada pelo agronegócio ocorre à custa da apropriação privada de grandes extensões de terra e da enorme exploração da força de trabalho do trabalhador e da trabalhadora rural. Além disso, os frutos dessa riqueza se destinam ao mercado externo, em detrimento dos mercados locais, regionais e nacional”.

Estes discursos, ainda contemporâneos, fazem parte das convicções naturalizadas que marcaram o debate político nacional, e, com variações de intensidades, persistem, como característica da vida política na região, articulando-se ao “discurso regional”. As fronteiras, como criações históricas, trespassadas por diferentes relações de poder, demarcam uma “região como inscrita na natureza, definida geograficamente ou regionalizada” e, a partir dessa convicção, orientam a maioria das políticas públicas, com seus órgãos específicos, agentes políticos e suas representações nos poderes executivo, legislativo, judiciário e, em última instância, o “sentido último do existir como região”. No dizer de Albuquerque Júnior (1999, p. 23; 129), a denominação do Nordeste, como região, deve ser localizada historicamente “como uma identidade espacial construída em um preciso momento histórico, final da primeira década deste século (XX) e na segunda década, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos regionalistas”.

As relações espaciais como representações políticas de grupos indicam as formas de comando, as relações de poder e o seu exercício na região. O poder estatal demarcou o espaço sócio-político-espacial Nordeste. A ação política do Estado brasileiro para a região, durante décadas, manteve como perspectiva o “combate às secas”. Observa-se, no início do século XX, a presença de várias iniciativas nesta direção. Muitas edificações simbólicas foram criadas como expressão dessa orientação desenvolvimentista. A IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas, que, posteriormente, na década de 40, se transformou no DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que priorizou suas ações institucionais: estratégias políticas e programas governamentais à construção de grandes obras hídricas. E, na década de 60, o surgimento da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, passou a ser a grande referência político-institucional da região, nos anos subsequentes, nos aspectos relacionados à intervenção técnica, análise, proposição e execução de políticas de combate às secas e desenvolvimento regional (DINIZ, 2007). Na atualidade, se mantém como aparato burocrático-administrativo, com pouca ingerência, representação e visibilidade políticas no cenário brasileiro e regional.

Dessa forma, abordar os discursos de combate às secas somente é possível na interdependência direta com o seu outro discurso: o da convivência com a região semiárida, formulado na década de 1990, que “tem se afirmado através de políticas públicas e de ações de organizações não governamentais” (CUNHA; SILVA; NUNES, 2008, p. 7). Neste cenário de disputa de projetos, os defensores da convivência com a

região semiárida são localizados nas redes diferenciadas de atores: federações estaduais, sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas, associações, cooperativas de pequenos produtores, organizações não governamentais (ONG's), assessorias e apoio eclesiais, e através do aporte às novas percepções sobre a região: uma nova maneira de percebê-la, senti-la, abordá-la: novas visibilidades, novas possibilidades organizativas - novos temas, conceitos, imagens, problemas, demandas. “Portanto, a mudança que vem se operando no Semi-Árido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser Semi-Árido” (MOREIRA NETO¹³, 2008, p. 8)

Embora uma conceituação sobre a convivência com o semi-árido seja algo relativamente novo, trabalhada a partir de meados da década de 90 no âmbito da sociedade civil e incorporado por setores dos governos no final dos anos 90, passando a configurar arcabouço teórico de várias políticas públicas (DINIZ, 2007, p. 98).

Existe outra perspectiva de análise proposta por Diniz (2007, p. 98), em diálogo com Sauborin (2005), que afirma o princípio da anterioridade histórica, qual seja, os princípios da convivência seriam praticados, há séculos, no mundo rural nordestino e, portanto, perceptíveis nas múltiplas “ações coletivas de resistência aos mecanismos de dominação existentes na região”. Juntos, afirmam que, em resposta às adversidades ambientais, um conjunto de práticas e “estratégias individuais e/ou coletivas de resolução de problemas cotidianos” foram se firmando e multiplicando-se na região: o compartilhamento de alimentos, sementes, fundo de pasto, mutirões, ajudas mútuas, gestão das águas, entre outras. Esta perspectiva dialoga com as percepções analíticas de Moreira Neto (2008, p. 8-9) quando afirma que

[...] a compreensão da convivência se anuncia como elemento fundante de uma prática política que envolve todas as dimensões da vida e das experiências culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais do povo do Semi-Árido. A relação com a natureza, o armazenamento e uso adequado da água da chuva, o manejo da caatinga, o conhecimento sobre os animais e as plantas nativas ou adaptadas à região são aspectos que interagem neste processo possibilitando a (re) elaboração de alternativas de vida e de vivência de relações sociais e políticas.

¹³ Moreira Neto (2008) apresenta um conjunto de reflexões em torno da temática que faz parte das condições de formação do discurso da convivência com o semiárido: “como se institui, se legitima e cartografa novas territorialidades, novas racionalidades, novos dizeres e novos saberes sobre este espaço”.

Este cenário potencializa o surgimento de novas expressões organizativas, nas suas múltiplas articulações no Nordeste brasileiro, entre elas, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), com atuação na região semiárida brasileira, através das suas articulações estaduais (ASA's Estaduais) e múltiplas redes de atores com inserção na região Nordeste, quais sejam: a Rede de Conselheiros do Piauí; a Rede de Intervenção em Políticas Públicas do Maranhão, que reúne ONG's, movimentos e serviços eclesiais, gabinetes parlamentares; a Rede de socioeconomia solidária do Ceará; as redes que agregam segmentos sociais, como a Rede de Jovens no Nordeste e Rede de Educadores Populares, co-financiadas pela EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares – e área de atuação no Nordeste brasileiro.

Percebe-se que a relação com o mundo rural e suas múltiplas representações, entre elas, trabalhar a terra e dela tirar o seu sustento - continua sendo uma referência decisiva à organização dos agricultores familiares e a construção dessa nova perspectiva: a da convivência com a região semiárida, significação de outras formas de convívio com natureza, que, por si, desvendam outras dimensões da vida no campo: a saúde, a educação, as novas práticas sócio-ambientais.

Constata-se que as arguições que sustentam os discursos da convivência com o semiárido, estão, intrinsecamente, relacionadas ao discurso do desenvolvimento sustentável, ao articular uma variedade de dimensões relacionadas, mantendo como horizonte estratégico a sustentabilidade econômica da agricultura familiar: “diversificação produtiva com a introdução de novas estratégias de geração de renda, de maneira que fosse aproveitado o potencial ecológico/econômico da região semi-árida” (CUNHA; SILVA; NUNES, 2008, p. 7). A forma de perceber o desenvolvimento associado à qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental orienta o discurso ordenador da ASA Paraíba.

Estamos vivendo um momento importante, para a Asa Paraíba [...] estamos e podemos de forma madura enfrentar alguns pontos de estrangulamentos do nosso trabalho. Me refiro a construção coletiva que a mais de 13 anos vemos estimulando, apoiando e fortalecendo, onde mulheres e homens agricultores vem assumindo para si a (re)construção de um novo modelo de desenvolvimento para o semi-árido paraibano, onde a autonomia, a qualidade de vida não é sinônimo de destruição dos recursos locais¹⁴ (Técnica da AS-PTA, Coordenadora da ASA Paraíba).

¹⁴ MELO, M. N. **ASA Paraíba** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <asaparaiba@grupos.com.br> em 16 ago. 2006.

O discurso do desenvolvimento sustentável, no pensamento de Moreira Neto (2008, p. 3; 6), “conceito elaborado nas décadas de 70 e 80 do século passado” aborda as transformações sociais, políticas e ambientais que apontam ao “esgotamento das práticas de relação do homem com a natureza”. As percepções construídas partem do pressuposto de que os recursos naturais são finitos e que se deve atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em sintonia com as potencialidades humanas e produtivas da região: “a sustentabilidade tem se configurado como uma reação social e política à racionalidade econômica que, ao longo dos anos, instituiu discursos e práticas sobre a região como economicamente improdutivo e humanamente inviável”. Esse campo de convicções tem sido amplamente internalizado pelos movimentos ambientais e, com variações de intensidades, racionalizado o discurso institucional da ASA Paraíba. Dessa forma, há o reconhecimento de que o conceito de desenvolvimento sustentável “tem sido, relativamente, mais utilizado, defendido e, difusamente, definido por setores como ONGs, órgãos governamentais, agências multilaterais e empresários que transitam mais ativamente neste território”. Segundo a autora, trata-se de pensar

A manutenção, a longo prazo, dos recursos naturais e da produção agrícola; a redução e eliminação dos impactos negativos da atividade produtiva sobre o meio ambiente; a relação de convivência com as especificidades climáticas regionais; a valorização econômica e política dos agricultores; o atendimento satisfatório das necessidades humanas de alimento e renda e o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades residentes na região são elementos que configuram uma proposta de desenvolvimento sustentável (MOREIRA NETO, 2008, p.6).

Verifica-se, assim, uma profunda sinergia dos pressupostos que articulam os discursos do “desenvolvimento sustentável da região” com as convicções que mobilizam a convivência com a região semiárida.

Entendemos que essa situação só existe porque o país adotou um padrão de desenvolvimento rural que desperdiça a sabedoria e a disposição de nossa população rural em aproveitar de forma sustentável as ofertas da natureza. Esse padrão, baseado nos latifúndios monocultores e em um modelo tecnológico que depende do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e maquinaria pesada, é o responsável pela expulsão de milhões de famílias agricultoras do meio rural brasileiro e pela degradação, sem precedentes, de nossos solos, de nossos recursos hídricos e de nossa biodiversidade (CARTA POLÍTICA, 2003, p. 1).

A biodiversidade como orientação estratégica, “associada à produção coletiva do conhecimento”, o manejo sustentável dos recursos naturais: água, sementes, produção; o acesso ao mercado [comercialização] dos produtos da agricultura familiar e as experiências

das famílias agricultoras, as iniciativas de inovação técnica e sócio-organizativa, articulam os pressupostos políticos do desenvolvimento da região de forma sustentável.

A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido; b) a quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2000, p. 1).

Neste percurso de constituição das potencialidades regionais, em suas dependências recíprocas, sobressaem-se os atores, e suas redes organizacionais, na construção do “novo modelo de desenvolvimento rural que se baseie na valorização do potencial ambiental do território e no aproveitamento da capacidade de trabalho e da inteligência criativa da agricultura familiar” (CARTA POLÍTICA, 2003, p.1).

O movimento dos atores no discurso institucional da ASA Paraíba, através das articulações em redes sociais, é apreendido como modelo sócio-organizativo e estratégia política que articula o debate em torno do desenvolvimento sustentável e organiza as ações coletivas em redes múltiplas: recursos hídricos, sementes, feiras agroecológicas, apicultura, educação.

Neste sentido, temos tido cuidado de trazer e valorizar para este debate os vários olhares e experiências individuais e institucionais do conjunto das organizações da Asa Paraíba. Temos tido o cuidado também de valorizar os vários espaços de gestão da asa. Foi o caso das reuniões da coordenação executiva, da comissão água ampliada (Técnica da AS-PTA e Coordenadora da ASA Paraíba) ¹⁵.

Vislumbra-se no discurso anterior, como compreensão analítica, um campo de domínio institucional. Quem fala é alguém que conhece e analisa as articulações enquanto “experiências individuais e institucionais do conjunto das organizações da Asa Paraíba”. E, delas, se desdobram, como representação institucional, “os vários espaços de gestão da asa”: as instâncias centralizadas de coordenação executiva e ampliada e as instâncias descentralizadas regionais e temáticas.

A estrutura sócio-organizativa da *ASA Paraíba* é uma representação do enquadramento sócio-organizativo das experiências, processos e atores sociais. No entanto,

¹⁵ MELO, M. N. **ASA Paraíba**: reunião comissão água/FRS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <asaparaiba@grupos.com.br> em 16 ago. 2006.

a fixação dos processos sociais, através dos mapas, quando transformados em dados, quadros-imagens, informações, estatísticas dificulta a percepção analítica do movimento, da pulsação, do controverso, do flexível. Para compreender a flexibilidade e as variações constitutivas dos processos sociais, adota-se como método de aproximação analítica a metáfora “rede de tecido” utilizada por Norbert Elias (1994a) na sua obra *a Sociedade dos Indivíduos*.

Nessa rede muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um dos seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele (ELIAS, 1994a, p. 35).

Na compreensão do autor, muitos procedimentos utilizados para análise e interpretação da realidade social, quando tratam das articulações em redes ou da função que cumpre cada fenômeno singular na totalidade da rede, são inadequados (rígidos, binários, dicotômicos, lineares). Desdobra-se dessa convicção, que as dinâmicas da vida social devem ser abordadas como densas articulações sociais, não podendo ser compreendidas como unidades individuais: grupos, organizações, experiências, deslocadas das suas conexões e influências recíprocas.

Na ASA Paraíba, “os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas” (ELIAS, 2001, 13), intervindo de forma articulada e interdependente. As experiências das organizações dos agricultores e agricultoras familiares: uma associação comunitária, os grupos de mulheres das microrregiões do Alto Sertão, do Polo Sindical da Borborema, do Cariri e Seridó; as experiências de grupos de Fundos Rotativos Solidários do Médio Sertão; os Bancos Comunitários de Sementes [Rede Sementes], localizados em todas as microrregionais; as comissões municipais do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) ligam-se, umas as outras, nas suas conexões recíprocas. No entanto, nenhuma experiência, processo ou rede social podem ser compreendidos por si mesmos, nem a totalidade da rede de atores pode ser apreendida como processo social autônomo. O movimento dos atores e as hierarquias de poder definem as posições de cada ator, grupo e experiência na totalidade da rede.

E, desse arcabouço analítico, far-se-á uma aproximação à rede de atores no semiárido paraibano (ASA Paraíba), através da sistematização, como material empírico, das suas várias dimensões e dinâmicas.

Pode-se mensurar que a arte de mapear, ordenar, classificar, sistematizar se constitui em uma das principais contribuições das ONGs, entre elas, a AS-PTA, na região semiárida paraibana. O processo de sistematização das experiências se apresenta como uma das mais significativas contribuições da AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Organização não governamental (ONG) com aproximadamente 20 anos de atuação na região do Agreste da Borborema, atuando como ator social com significativa interferência nos processos socio-organizativos da região: contatos, mobilização, assessoria, apoio sócio-técnico e condução política.

Para efeito de análise, apreende-se a sistematização como processo de racionalização do espaço – uma forma de captar e enquadrar as redes, processos e experiências sociais.

A delimitação das fronteiras regionais, microrregionais, setoriais, locais, etc., traduzem as relações sociais e políticas do espaço singular. Dessa forma, ao fixar o lugar em um mapa da organização, da experiência, do ator, indica-se, como ato contínuo, o seu outro lugar: novas fronteiras, novas demarcações e possibilidades múltiplas de novos lugares; representação das “dinâmicas” da ASA Paraíba: microrregionais, regionais, técnicas-político-organizativas. Nelas, articulam-se as redes de relações interpessoais (família, comunidade, vizinhos, amigos, lazer, religião) com as ações nas comunidades e grupos sociais.

A terminologia “dinâmicas sociais” é resultado de uma combinação de compreensões: um termo amplo, de uso recorrente e generalizado no discurso institucional da ASA Paraíba, para designar as articulações nas suas múltiplas denominações. Dessa forma, aos abordar “as experiências” pode-se traduzir, livremente, como “dinâmica da água”, “dinâmica da semente”, “dinâmica dos fundos rotativos solidários”; em outras ocasiões o termo é substituído pelo uso recorrente das “redes” como modelo sócio-organizativo: “rede água”, “rede sementes”, “rede educação”, “rede dos agricultores experimentadores”; utilizada, ainda, para indicar ações concretas: “dinâmica da cisterna”, “dinâmica dos bancos comunitários de sementes” e, amplamente, para denominar as articulações regionais: “dinâmica do médio sertão”, “dinâmica do litoral”,

“dinâmica do agreste da Borborema”, “dinâmica do brejo”, entre outras. Dessa forma, ao mencionar, no conjunto do texto, “**dinâmicas sociais**”, compreendam-se como as ações concretas do agricultor na sua propriedade, combinadas aos espaços de inserção política e representação institucional, analisados na interdependência dos atores e processos sociais.

A classificação das “**Ações da ASA Paraíba**”, articuladas aos Coletivos Regionais, faz parte de uma operação institucional de homogeneização. As diversificações e variações, percebidas no transcurso da pesquisa de campo, são traduzidas, neste instrumento de análise, como imagens e representações fixas e homogêneas. Pode-se verificar que o ato de mapear (classificar, enquadrar), *per si*, funciona como aparato político-social-cognitivo¹⁶ que referencia e legitima a intervenção da ASA Paraíba, através das ações sociotécnicas e produtivas.

Como toda operação de homogeneização, seja do espaço geográfico, sejam das ações ou instâncias de representação regional, delimitar significa fixar os lugares e enquadrar os processos sociais. Contudo, para apreender o movimento dos atores hierarquicamente posicionados, os conflitos e as tensões, constitutivas da experiência humana e social¹⁷, exige-se o uso recorrente de outros procedimentos teórico-metodológicos. A espacialidade pode ser ressignificada como lugar do encontro dos atores no entrelaçamento das redes de relações sociais. Ela é significada, sobretudo, no exercício do pertencimento: sentir-se parte da organização, nas suas variadas denominações: associação comunitária, banco de sementes comunitário, grupo de fundo solidário, movimentos eclesiais, grupo de mulheres, “redes” sementes, educação, água, abelha.

A identidade do agricultor com a terra se constrói a partir de referências e perspectivas múltiplas. No entanto, as experiências místicas e religiosas mobilizam a maioria da população do semiárido paraibano. A celebração da “mística” em cada evento¹⁸,

¹⁶ Ao abordar o discurso institucional da ASA Paraíba mantém-se como referência a categoria instituição de Douglas (1998) enquanto aparato político-social-cognitivo que referencia e legitima as ações coletivas dos indivíduos e, por meio dele, se estabelece processos sociais, políticos, econômicos e, também, convenções, regras, rituais de pertencimento, regulações formais e informais da vida dos seus membros.

¹⁷ O movimento dos atores sociais – posições, poder e hierarquias - será analisado no Capítulo IV “**As figuras dos Atores Sociais**”.

¹⁸ O momento da “celebração da mística” já foi incorporado à programação dos eventos da ASA Paraíba: encontros das redes (água, sementes, abelha, fundos rotativos), coletivos microrregionais e temáticos, nos eventos estaduais (Semana da Água, Festa da Semente da Paixão, Encontro Paraibano de Agroecologia), no dia a dia de cada dinâmica, nas suas múltiplas expressões. A “mística” é uma celebração onde se mesclam vários símbolos e significados, marcados pelas diversas influências políticas e religiosas, no entanto, seguem a orientação, majoritariamente, dos rituais da igreja católica: músicas, símbolos e discursos.

as vivências de fé - rituais, celebrações, sacramentos - estão presentes, enquanto representação simbólica, nas práticas, discursos e escolhas políticas do ator social.

Os sentimentos de pertencimento e afiliação religiosa marcam o dia-a-dia das populações do semiárido paraibano e a inserção nas organizações eclesiais – paróquia, dioceses, serviços pastorais – na participação de missas, encontros dos “terços”, “novenas”, “confissões”, “festas de padroeiro”; no “espírito comunitário”, no sentido amplo: “os cristãos tinham tudo em comum, dividiam os seus bens com alegria”¹⁹, e, naquelas experiências religiosas que exigem uma maior dedicação dos seus “fieis” – campanha da fraternidade, mês de maio, a presença nos grupos paroquiais regulares: jovens, mulheres, homens e, na presença, ainda discreta e restrita a algumas regiões, de membros das igrejas evangélicas. Nesse emaranhado de práticas de fé, se sobressai o discurso bíblico-cristão-católico como referência.

A sistematização, como representação do enquadramento institucional, organiza o espaço sócio-organizativo e as classificações institucionais em duas perspectivas: as “ações” sociais, técnicas e políticas dos “agricultores experimentadores” e as articulações microrregionais e regionais, classificadas como “Coletivos Regionais”. Para compreensão e uso do termo, “agricultores experimentadores”, utiliza-se a construção político-analítica de Sabourin, Silveira e Sindensky (2005, p. 5).

Os grupos de A-E [agricultores experimentadores] são constituídos por agricultores inovadores que experimentam empiricamente técnicas, práticas ou processos em sua propriedade de maneira espontânea, por incentivo mútuo ou por incentivo institucional. Os grupos de A-E reúnem famílias de comunidades vizinhas, envolvidos numa problemática semelhante de produção agropecuária, determinada por fatores agro-ecológicos, sociais, geográficos ou técnicos.

A experimentação, para as famílias dos agricultores, funciona como a certificação exigida para ser, ou não, considerado “agricultor experimentador”. O sentimento de pertencimento advém de processos densos e conflituosos de afirmação das semelhanças e diferenças em torno dos “fatores agro-ecológicos, sociais, geográficos ou técnicos” e, como a pesquisa indicou, a gestão e monitoramento dos processos sociais, por meio de suas instâncias de capacitação, representação, coordenação políticas.

Muitos agricultores foram capacitados através de cursos e visitas de intercâmbio como forma de fortalecer as estratégias de cada agricultor para conviverem com

¹⁹ Música católica que evoca a partilha e a oferta, geralmente cantada no momento do ofertório, que acompanha o ritual da celebração eucarística-católica.

a região semi-árida de forma agroecológica, desenvolvendo algumas experiências que possibilite esta convivência a exemplo das barragens subterrâneas, silagem de pastagens para os animais, os bancos de sementes comunitários e outras²⁰ (INFORMATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2007, p. 1).

Os processos sociais de mobilização, capacitação, intercâmbios e sistematização das experiências dos agricultores são estratégias políticas decisivas nas articulações da ASA Paraíba. A sistematização funciona como instrumento “ordenador das experiências”, ao fixar as fronteiras e suas delimitações, e apontar as ações por municípios e suas articulações microrregionais e/ou regionais.

1. Ações sociotécnicas e políticas da ASA: os fundos rotativos solidários, o artesanato, a cisterna de placas, mandala, tanque de pedra, barragem subterrânea, bomba d’água popular, as experiências com saúde e alimentação (hortas comunitárias, quintais e plantas medicinais), os Bancos de Sementes Comunitários (BCS); o roçado, as experiências com arborização (reflorestamento, viveiros de mudas, horta orgânica); a criação de abelha; a criação animal – com a produção e armazenamento de forragem, manejo de pastagem nativa e saúde animal, as feiras agroecológicas, a rede educação para o semiárido.

2. Coletivos microrregionais e regionais: com variações nos processos políticos de mobilização, capacitação e organização social as “dinâmicas sociais” seguem a classificação geográfica do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]: Alto e Médio Sertão, Cariri Oriental e Ocidental, Seridó, Curimataú, Agreste da Borborema, Brejo e Litoral. E, desses arranjos sócio-político-espaciais vão sendo tecidos os elos, os significados e as articulações da ASA Paraíba. A parte das particularidades regionais que diferenciam os Coletivos: capacidades políticas, adversidades climáticas e potencialidades organizativas, estes, são classificadas como: Polo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, Coletivo de Mobilização Social do Médio Sertão; CASACO (Coletivo ASA Cariri Ocidental); FOLIA (Fórum de Lideranças do Agreste); Dinâmica de Convivência com o Semi-Árido do Alto Sertão; Coletivo Regional de Educação Solidária do Cariri e Seridó; Articulação do Cariri Ocidental; Coletivo Curimataú; Articulação do Brejo; Articulação do Litoral.

²⁰ Experiência da barragem subterrânea do agricultor Zé Baixinho. Projeto de Assentamento Valdeci Santiago, Cajazeiras, PB.

3. As Coordenação Executiva e Comissão Ampliada como instâncias centralizadas de coordenação, debate, sistematização e decisão políticas, articulam as experiências - “Ações da ASA” - e os coletivos regionais. Como instâncias coordenadoras são formadas, majoritariamente, por profissionais das áreas do conhecimento técnico e social e por membros de diferentes organizações não governamentais (AS-PTA, PATAAC, CEPFS), serviços pastorais e eclesiais (Cáritas, PROPAC, CPT) e uma representação dos agricultores, líderes ou coordenadores, representantes das “dinâmicas regionais”: CASACO (Cariri Oriental), CEOP (Curimataú – Picuí) e da Central das Associações dos Assentamentos do alto Sertão Paraibano (CAAASP). Pela composição²¹, nota-se a presença, com expressivo domínio quantitativo e qualitativo, dos atores sociais que se apresentam como “apoio e assessoria”, com atuação decisiva nos arranjos decisórios da ASA Paraíba.

A legitimidade de representação nas instâncias de coordenação institucional advém do “apoio e assessoria” realizados junto às organizações dos agricultores familiares. No plano sócio-organizativo descentralizado, estão as ações sociotécnicas e políticas nas propriedades dos agricultores familiares: a mandala, o tanque de pedra, a barragem subterrânea, a bomba d’água popular, experiências com saúde e alimentação, hortas, quintais, plantas medicinais e arborização, o roçado, os fundos rotativos solidários, o artesanato, a cisterna de placas, os bancos de sementes comunitários (BCS); a criação animal – com a produção e armazenamento de forragem, manejo de pastagem nativa e saúde animal, a apicultura, as feiras agroecológicas e a educação para o semiárido.

Estas ações sociotécnicas, políticas e organizativas, traduzidas como experiências dos agricultores familiares, articulam-se em torno das dinâmicas centralizadas regionais: o PIMC – Programa de Formação e Mobilização Social: Um milhão de Cisternas Rurais, a RESAB – Rede Educação do Semiárido, a Rede Sementes e a Rede Abelha, todas, com inserções na região semiárida, como unidade sócio-espacial mais ampla.

[...] a maioria dos agricultores, hoje envolvido na ASA, estão ali hoje porque participa, porque conheceram outro espaço, então eu vejo como essa promoção de intercâmbio, de um conhecer a realidade do outro, é que tem realmente feito frutos, então o sentimento, eu acho que ele vai girar em torno do querer da gente, eu quero eu sinto, eu quero melhorar, então todo mundo, no caso de uma articulação, todo mundo com esse pensamento, quando se junta forma a rede,

²¹ Dados do ano de 2007.

forma uma articulação; cada um forma um ponto, ligando os dois pontos, a gente tem a rede (Coordenador da CPT, Campina Grande).

As convicções compartilhadas, os consensos construídos internamente e a internalização do sentimento de pertencimento, acontecem nos processos sociais de intercâmbios de experiências, conhecimentos e sentimentos que vão sendo construídos nos diferentes espaços organizativos da ASA: querer juntos, querer com o outro, o querer de muitos; a união das vontades de melhorar de vida, de melhorar as condições de organização e produção da propriedade. Das trocas cotidianas e articulações entre comunidades e regiões formam-se os elos sócio-espaciais e organizativos que se configuram em rede. De acordo com o discurso do Coordenador da CPT: “quando se junta forma a rede, forma uma articulação; cada um/uma forma um ponto, ligando os dois pontos, a gente tem a rede”: o grupo, a família, o banco de sementes, o fundo rotativo solidário, as redes nas suas múltiplas escalas sócio-espaciais.

Nas instâncias de representação da ASA Paraíba identifica-se o lugar social ocupado pelas experiências locais e microrregionais, da família agricultora, na sua propriedade, comunidade e/ou município; as dinâmicas temáticas – água, sementes, feiras agroecológicas, os cultivos agroecológicos, a criação animal, os fundos rotativos solidários. Observa-se uma ampla rede de atores hierarquicamente posicionados na região; uma pluralidade de ações desenvolvidas nas comunidades, em suas redes de relações, marcadas pelas afinidades afetivas e proximidade espacial entre vizinhos, parentes, amigos, espaços de lazer, escolhas religiosas, participação sócio-política, entre outras.

Daí advém o esforço coletivo de racionalização dos processos sociais por meio do enquadramento institucional. Nesse percurso, se desprende um ambíguo processo interdependente de construção de um perfil institucional. De Mary Douglas acolhe-se a categoria instituição utilizada no “sentido de um agrupamento social legitimado”. A legitimidade pode ser pessoal ou pode ser “difusa, baseada na concordância comum em torno de algum princípio fundante”. Os homens, influenciados por outros homens, compartilham uma base comum de conhecimentos e padrões morais. Sendo assim, o pensamento institucional já se encontra na mente dos indivíduos – por meio de um aparato cognitivo - nos processos de escolhas e decisões. Para explicar o comprometimento dos indivíduos com o grupo maior é preciso empreender um complexo percurso analítico: uma combinação de autorregulação social, coerção, múltiplas intersecções, convenções e

interesses próprios e coletivos (DOUGLAS, 1998, p. 18; 55; 56), associado à necessidade que cada organização tem de demarcar o seu espaço político de inserção e afirmação do pertencimento.

No movimento dos atores “os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas” (ELIAS, 2001, p. 13); processos que são sociais, políticos, culturais, cognitivos. A perspectiva de pensar este movimento como figuração social – as práticas e discursos dos atores, os interesses e escolhas políticas (DOUGLAS, 1998), as tensões e conflitos (SIMMEL, 1983), como dimensões constitutivas da experiência humana e social, apontam as redes sociais – nas suas variadas articulações - como expressão da interdependência dos processos sociais. Dessa forma, as possibilidades analítico-teóricas e escolhas metodológicas entre a abordagem das instituições, realizada por Douglas (1998), e a análise figuracional de Norbert Elias (2001), são muitas. No entanto, o fato de compartilhar ideais ou perspectivas político-teóricas – o que ocorre, com frequência, em diferentes escalas e com reconhecimentos variados entre autores, não significa, necessariamente, uma relação direta entre os pensadores.

As redes de atores no semiárido paraibano indicam essa interdependência dos processos sociais no campo. O mapeamento realizado pela Coordenação Ampliada da ASA Paraíba, em reunião realizada em 14 de março de 2007, no município de Patos, PB, é uma demonstração desse pressuposto institucional. O objetivo era contabilizar as experiências articuladas – nomeá-las, enquadrá-las - como organizações membros da ASA Paraíba. A flexibilidade dos dados diz respeito à variação que caracteriza a participação dos atores nas redes e as dificuldades de ordenar as informações e organizar o perfil institucional: número de organizações, público alvo, área de atuação e ações desenvolvidas.

Cada município tem uma história diferente da outra. O que é que a gente não tem? Não tem condições de sistematizar tudo que a gente vê, ou então que a gente não vê, mas que poderia ir lá para fazer os levantamentos, trazer as informações; nós não temos condições hoje de documentar tudo que se passa, fazer um raio x né? Aonde a ASA avançou, aonde não passou apenas a cisterna, não é verdade? Nós não temos condições de extrair essas informações. Então nós temos as informações mais aleatórias, por cima. Então tem casos que não funciona, não funciona a política como foi colocada. (Dirigente do STR, Aparecida-PB e Coordenador da ASA Paraíba).

Na ocasião do mapeamento das organizações membros foram contabilizados: 26 sindicatos de trabalhadores rurais, 11 paróquias, 02 pastorais sociais, 03 centrais de associações comunitárias, 01 central de assentamentos rurais, 01 central sindical, 02

associações de apicultores, 02 articulações sindical e de organizações da agricultura familiar, 03 programas de serviços de ação diocesana, 10 organizações não-governamentais (ONG's), 02 coordenações de serviços de assessoria, aproximadamente 500 grupos e associações comunitárias, 3.577 comunidades do P1MC – Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais.

Ao partir de uma referência específica: o SIGA – Sistema de Informação, Gestão e Auditoria, instrumento de controle da informação e auditoria dos dados do P1MC, no semiárido brasileiro, com intervenção nas áreas de formação, mobilização e construção de uma alternativa tecnológica de captação e armazenamento da água de chuva, a **cisterna de placa**²², pode-se dimensionar a forma como os dados são armazenados e quantificados.

Trata-se de um programa articulado de mobilização, gestão, controle social e capacitação dos atores sociais na execução de uma política pública de convivência com a região, o P1MC, com projeção de atendimento a um milhão de famílias do meio rural em explícita contraposição ao discurso de “combate às secas”.

Esse é momento de mostrar a força da ASA, a força das famílias e a força do povo do Semi-Árido. Esse é o momento em que a gente pode mostrar que a nossa mobilização vai além de termos cimento, terra, areia. Mas, não podemos deixar de dizer que o P1MC é da sociedade civil. O P1MC é nosso e nós queremos continuar! [...] esse processo de mobilização que fez a gente estar aqui, não significa número de cisternas, não significa cimento, ferro, areia. Significa um povo que conseguiu conquistar sua dignidade, recolocar a sua auto-estima para querer lutar por terra, combater a desertificação, lutar por uma educação contextualizada e por uma dimensão de um semi-árido mais amplo [...] O povo está aqui porque é uma rede social que conquistou mais dignidade para o Semi-Árido, a partir de um instrumento pedagógico e político que é a cisterna²³ (Coordenador da ASA Brasil).

As ações do P1MC são monitoradas cotidianamente e, para isso, trabalham com um instrumento eletrônico de controle e monitoramento diário das metas atingidas e resultados alcançados: o SIGA – Sistema de Informação, Gestão e Auditoria, que reúne as informações sobre as famílias envolvidas com o programa (mobilizadas e capacitadas), o

²² Verificar o **Anexo A** – fotos da cisterna de placa e o **Anexo B**: Cordel: “Cisterna de placas: importância e cuidados”.

²³ Discurso proferido por Aldo dos Santos, coordenador da ASA Pernambuco e ASA Brasil, na comemoração simbólica das 220 mil cisternas construídas, no semiárido brasileiro, atendendo a aproximadamente um milhão de pessoas. O Ato aconteceu no dia 13 de novembro de 2007, no município de Feira de Santana, BA.

número de cisternas construídas, os municípios atendidos e o número de reuniões e encontros realizados nas microrregiões e no Estado.

Nos dados relacionados ao período de 01 de junho de 2000 até 06 de novembro de 2007, estão incluídas as informações sobre as etapas de transição (projeto piloto: 2000-2003) e o projeto, em fase de conclusão (ano de 2007), no Estado da Paraíba²⁴. A totalização dos dados desdobra-se nas seguintes especificações:

32.499 famílias mobilizadas
 31.973 cisternas construídas
 31.586 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos
 632 pedreiros executores capacitados e 588 recapitados
 590 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais
 414 comissões municipais capacitadas
 165 municípios atendidos
 92 reuniões microrregionais com 4.245 participantes
 04 reuniões estaduais com 250 participantes

Fonte: Rel.: RPT_METAS_ATINGIDAS. RPT/Versão de 06/11/2007, 11h41min.

A ASA Paraíba, como rede de atores, mantém uma representação dos agricultores e agricultoras familiares no semiárido paraibano e funciona como uma espécie de âncora das múltiplas experiências, processos e atores que são, simultaneamente, múltiplos e diferenciados.

A composição social das redes de atores no semiárido paraibano dá-se em torno de interesses variados dos grupos familiares e suas escolhas são marcadas pelas afinidades eletivas (políticas, religiosas, produção, lazer, parentesco). Entre as diferentes modalidades de organização social no mundo rural, encontram-se as associações comunitárias. Pôde-se confirmar, durante a pesquisa, ser esse dispositivo coletivo recorrente e decisivo na composição do movimento sindical e articulações da ASA Paraíba.

²⁴ Para uma aproximação no detalhamento dos dados conferir **Apêndice A** que reúne as informações sobre as cisternas construídas no Estado da Paraíba, no período de 2000-2007, [incluindo o projeto piloto: 2000-2003]. Os dados são apresentados por municípios, comunidades e pelas Unidades Gestoras Microrregionais [PROPAC, CAMEC, STR de Soledade, STR de Aparecida, PATAC, CAAASP, Cáritas Guarabira].

Em Puxinanã diferente desses outros [municípios] você vai encontrar a participação de muitas associações comunitárias, são muitas que participam da comissão municipal do programa [PIMC] todo mundo que participa acho que é 100 % todo mundo que participa da comissão municipal de Puxinanã ele está ligado a alguma associação e em todas as comunidades existem associações. Você pode ver somente em Pai Domingos, a gente vai encontrar três associações comunitárias, uma na qual Sanção participa, que já foi presidente hoje, não é mais, e mais duas, que Pai Domingos está dividido entre Lagoa Seca e Puxinanã, então a gente tem duas associações do lado de Puxinanã na mesma comunidade e uma do lado de Lagoa Seca, e nas outras comunidades todas elas, Antas, Malícias, Espinheiro, Serra do Maracajá, todas elas tinham associações e tem gente que participa desta comissão (Coordenador da CPT, Campina Grande, PB).

Entretanto, no debate interno da *ASA Paraíba* o reconhecimento das associações comunitárias acontece com bastante variação – oscilando entre reconhecer e desconhecer a sua presença, e isso ocorre em um ambiente de discreto conflito. No geral, reconhece-se a sua participação na rede de atores, mas, em contrapartida, são muito criticadas nos discursos das lideranças, coordenadores de ONGs, membros das pastorais sociais e serviços eclesiais, que, geralmente, as retratam como “espaços autônomos”, “pouco politizados”, com “líderes politicamente viciados” (comprometidos com os políticos e governos locais). A associação, como organização comunitária, cumpre funções variadas: desde a exigência legal para se firmar convênios, parcerias e financiamentos com recursos públicos – sendo consideradas por alguns agricultores como “entidades guarda-chuva” – ou, em outra perspectiva analítica, como organização representativa de um grupo de agricultores, associados da comunidade, que, por sua vez, se articula, “por fora da ASA”, através de parcerias diversas, para desenvolvimento de projetos locais de beneficiamento das comunidades e mantém vinculação com outros processos políticos no Município, Estado ou União, sem a obrigatória vinculação: consentimento, orientação e controle institucional da *ASA Paraíba*.

Assim, como verificado anteriormente, nota-se a inserção das associações nas dinâmicas da ASA nas dinâmicas técnicas-político-organizativas, Coletivos Regionais e espaços de gestão: mobilização, coordenação e execução de políticas, como o caso do PIMC. Essa inserção pode ocorrer de forma direta ou transversal, por intermédio de outras representações – como os sindicatos de trabalhadores rurais, grupos de famílias, fundos solidários, banco de sementes, entre as múltiplas possibilidades de organização social existentes.

Podemos observar que a maioria quantitativa das entidades da ASA são as de base comunitária (associações de moradores, agricultores, assentados de

reforma agrária, pequenas comunidades, etc.) [...] podemos dizer que as mesmas estão quase sempre centradas em questões ligadas à sobrevivência imediata de seus membros e do grupo comunitário imediato. Ou seja, são quase sempre entidades semi-corporativas, visando o benefício dos seus associados (SANT'ANA, 2005, p.3).

Não obstante, muitos procedimentos que envolvem as dinâmicas sociotécnica, políticas e organizativas escapam ao espaço das associações comunitárias, dos sindicatos de trabalhadores rurais, das dinâmicas sociais nos municípios, dos grupos de famílias, dos sítios. A gestão social e as capacidades exigidas para o exercício de determinadas funções e mediações políticas ocorrem nos lugares de decisões da ASA Paraíba, em suas instâncias centralizadas: Coordenação Executiva e Comissão Ampliada e espaços descentralizados: os Coletivos Regionais - água, sementes, abelha, educação, feiras Agroecológicas, criação animal, etc.

Nessa perspectiva, o poder institucional da ASA de influenciar e gerir de forma interdependente as suas organizações e ações se relaciona, diretamente, com os diferentes lugares sociais ocupados por cada ator social²⁵: quem fala o quê, quais são as interlocuções, o poder dos discursos, as relações de forças que os institui, os sentidos do que vai sendo pronunciado, proposto, legitimado (ORLANDI, 1988). A interdependência dos atores, processos e experiências sociais articulam a rede social como complementaridades conflituosas²⁶, que não partem sempre de um centro e nem são descentralizadas por constituição – mas podem ser simultaneamente, descentradas centralizadas e rizomáticas²⁷. Pois, combinam-se, nesta perspectiva, estruturas descentralizadas, como representação das ações organizações dos agricultores no seu sítio, comunidade rural e as articulações regionais como instâncias centralizadas de coordenação, execução e direção políticas.

²⁵ O capítulo IV: “**As figurações dos atores sociais**”, será dedicado a análise das articulações e hierarquias entre os atores.

²⁶ Os “conflitos” são abordados na perspectiva de Simmel (1983), como dimensões constitutivas e constituintes da vida social, como intensa forma de relacionamento entre grupos e indivíduos nos processos de construção de consensos, na demarcação de posições, poder e representação política.

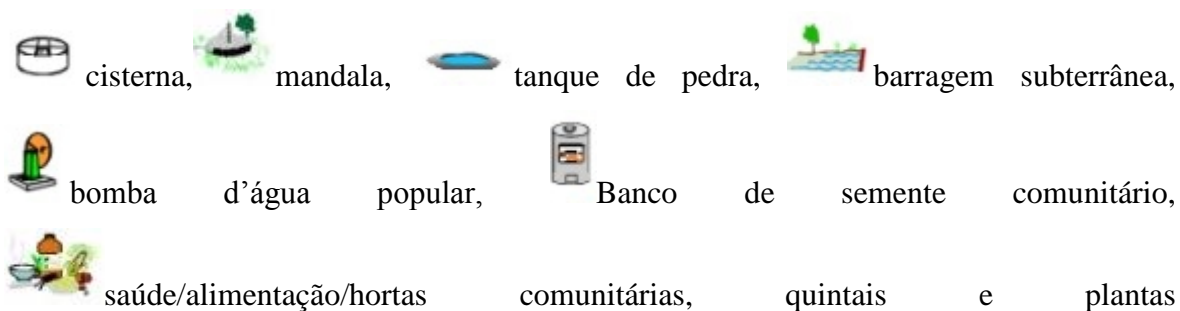
²⁷ A utilização do termo rizoma se relaciona, por aproximação, a morfologia original, “ramificações”, “raizinhas”, como representação, por analogia, das micro-redes e suas conexões com as redes regionais.

1.3. As experiências como dimensões constitutivas e constituintes da convivência com o semiárido








As experiências dos agricultores familiares²⁸ nas suas múltiplas formas de organização social, técnica e produtiva são apreendidas como a articulação das ações institucionais - “tecnologias sociais” - com os **processos sociais**, intrinsecamente relacionados às conexões recíprocas das redes. E, apropriadas, no discurso institucional, como estratégia e orientação político-metodológica e dimensões constitutivas e instituintes da ASA Paraíba. Estas experiências abarcam, simultaneamente, as dinâmicas técnicas, sócio-organizativas das propriedades dos agricultores: captação, armazenamento e uso da água, os bancos de sementes comunitários, os fundos de pasto, os grupos de fundos rotativos solidários, a barragem subterrânea, entre outras, e os arranjos sócio-político-organizativos que são referências políticas e institucionais na “construção coletiva do conhecimento”.

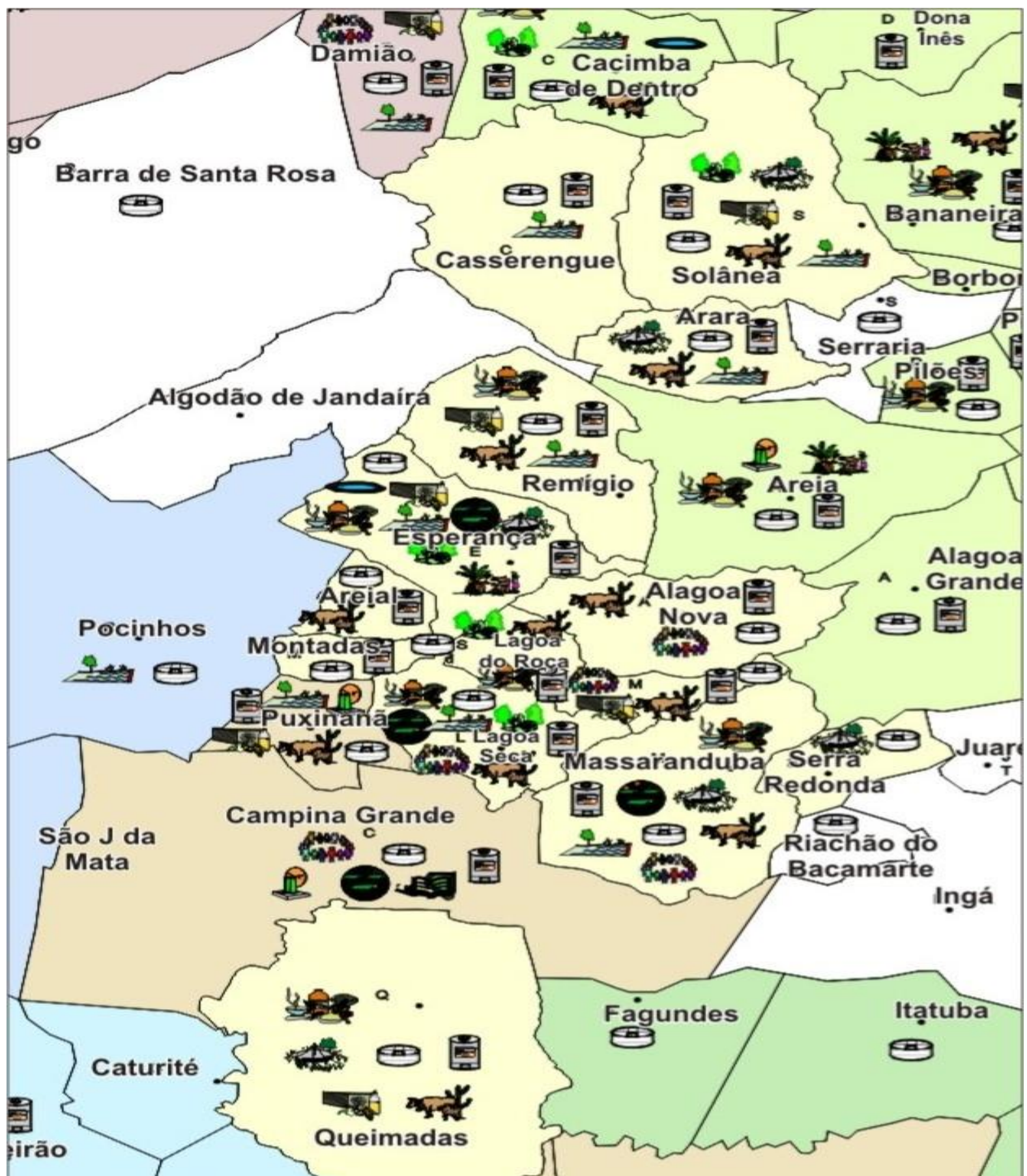
Para visualização destas experiências, orienta-se a leitura detalhada do Mapa da ASA Paraíba, por municípios: Areial, Arara, Casserengue, Montadas, Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Massaranduba, Remígio, Serra Redonda e Queimadas, localizados na região do **Polo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema** e Campina Grande, Puxinanã, Fagundes e Itatuba, inseridos nas dinâmicas do **Fórum de Lideranças do Agreste [FOLIA]**. Indica-se uma aproximação às ações sociotécnicas, políticas e organizativas, como recorte espacial das experiências da ASA Paraíba:

LEGENDA:



²⁸ As experiências dos agricultores familiares serão analisadas no Capítulo III: “A ‘centralidade’ das experiências dos agricultores familiares”.

medicinais,  roçado / horta orgânica,  arborização [reflorestamento, viveiros de
 mudas e semeio]  criação de abelha,  criação animal [produção e
 armazenamento de forragem, manejo da pastagem nativa e saúde animal,  fundos
 rotativos solidários,  Feiras Agroecológicas,  rede educação.



Mapa da ASA Paraíba (recorte espacial). Expressões da Agroecologia no Estado da Paraíba. AS-PTA, 2006.

O mapa no detalhamento das duas regiões (Borborema e Agreste) apresenta as diversificadas ações de convivência com a região semiárida. Nos municípios articulados pelo Pólo Sindical encontram-se grande concentração das ações. Em contrapartida, a região articulada pelo Fórum de Lideranças do Agreste (FOLIA) oscila entre municípios, com maior e menor densidade sócio-organizativa, incluindo aqueles com pouca diversificação das suas ações: Fagundes e Itatuba.

O reconhecimento da multiplicidade de experiências, atores e processos sociais articulados em redes apontam as novas significações dos movimentos sociais na região semiárida, novas demandas, formas variadas de mobilização, articulação de interesses e construção de consensos. Numa mesma articulação estão os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entrecruzados com o Pólo Sindical da Borborema, suas Federações e Confederações; as pastorais sociais e/ou serviços eclesiais – com suas articulações específicas nas pequenas comunidades, paróquias, igrejas locais e dioceses; as organizações não governamentais, com escalas diferenciadas de assessoria e apoio, os movimentos ou serviços eclesiais com suas conexões nacionais (MST, Cáritas, CPT), as Centrais das Associações Comunitárias e dos Assentamentos, os coletivos regionais e temáticos: água, abelha, sementes, feiras agroecológicas e novos grupos e organizações que emergem, a partir das novas parcerias e execução de programas governamentais – como o P1MC – “Programa de Formação e Mobilização Social: Um Milhão de Cisternas Rurais”. Dessa forma, uma associação comunitária, uma central sindical ou um movimento de caráter nacional (Movimento dos Sem Terra - MST), pode exercer o pertencimento, se considerando membro partícipe da ASA Paraíba, por um período determinado e, por razões ou motivações diferenciadas, deixar de sê-lo, ressignificando a sua atuação como ator na região.

A ASA se considera herdeira das organizações e movimentos sociais dos agricultores no semiárido, tais como: as ligas camponesas, o novo sindicalismo rural, a luta pela reforma agrária, e, mais recentemente, os movimentos: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “mulheres trabalhadoras rurais”, “assentados rurais”, “territórios rurais”, as redes de atores da agricultura familiar, entre outros, “um projeto de vida e de sociedade” inscrito na experiência histórica dos “camponeses” e nas potencialidades articuladas do semiárido paraibano.

A luta antiga dos camponeses brasileiros, passando pelas Ligas Camponesas, prossegue cotidianamente na vida e na produção dos agricultores e agricultoras familiares camponeses do semi-árido paraibano. É justamente sobre esse trabalho cotidiano, de cada agricultor e agricultora do semi-árido, que está se ‘escrevendo’ uma nova história. É sobre essa gama de milhares e milhares de experiências que a ASA-PB tem conseguido articular, dar unidade a um projeto de vida e de sociedade no semi-árido paraibano (ENCONTRO PARAIBANO DE AGROECOLOGIA, 2006, p. 5) ²⁹.

Pode-se afirmar que as referências construídas pela ASA Paraíba estão pautadas nas experiências dos agricultores e agricultoras, nas capacidades articuladas de tomar iniciativas nas áreas de inovação técnica e sócio-organizativa; nos saberes e práticas de promoção da convivência com a região semiárida: as cisternas, a mandala, o tanque de pedra, a barragem subterrânea³⁰, a bomba d’água popular, as experiências com saúde e alimentação (hortas comunitárias, quintais e plantas medicinais), os Bancos de Sementes Comunitários (BCS); o roçado (horta orgânica), as experiências com arborização (reflorestamento, viveiros de mudas); a criação de abelha; a criação animal – com a produção e armazenamento de forragem, manejo de pastagem nativa e saúde animal.

Desse conjunto de ações técnico-político-organizativas, os **Bancos Comunitários de Sementes** (BSC) ³¹ ocupam significativo espaço no discurso institucional. Alguns, com mais de 20 anos de existência, funcionam como estruturas sócio-organizativas dos agricultores familiares na gestão familiar e comunitária dos estoques-reserva de sementes nos períodos de adversidades climáticas e são, também, espaços políticos de debate e construção de propostas de convivência com o semiárido, promovendo o acesso a sementes e financiando este insumo agrícola, através do empréstimo na comunidade.

O dia a dia de um banco de sementes comunitário (BSC) se assemelha às práticas cotidianas de trocas comunitárias: de produtos, presentes, sementes, dias de trabalho, mutirões. O diferencial desta experiência é que requer uma estrutura mínima de organização: o grupo de agricultores, a definição das regras de associação e pertencimento

²⁹ Fortalecendo a agricultura familiar agroecológica para a convivência com o semiárido. Documento Síntese do IV Encontro Paraibano de Agroecologia, 2006.

³⁰ A barragem subterrânea funciona como estratégia de convivência com o semiárido, desenvolvida nas propriedades dos agricultores familiares visando armazenar água do subsolo durante a época de chuvas para subsidiar o período de estiagem; são construídas com lonas pretas ou barro de formigueiro batido, não agredem ao meio ambiente e, com ela, evita-se perder a água com a evaporação, dessa forma, se constitui numa alternativa ao plantio no período de estiagem.

³¹ A experiência dos Bancos Comunitários de Sementes [BCS] será retomada no Capítulo III “A ‘centralidade’ das experiências dos agricultores familiares” que abordará as experiências dos agricultores e agricultoras familiares.

ao banco: quadro de sócios, um capital inicial: sementes e um conjunto de procedimentos de acesso e devolução da semente após a colheita, com um acréscimo à quantia original recebida, para formação do estoque de reserva do banco, para, assim, poder proporcionar um aumento da oferta de sementes para novos sócios. Elas são guardadas em casa (bancos familiares, nas comunidades (bancos comunitários) e nos municípios (bancos municipais).

As estratégias de uso e conservação das sementes, a adaptação destas variedades ao ambiente do semiárido, são práticas históricas cotidianas dos agricultores e agricultoras na região e, também, fazem parte das convicções construídas, na ASA Paraíba, acerca da preservação das variedades locais de cultivos - o “resgate das sementes nativas”: as “sementes da paixão”, denominadas em outras regiões do semiárido brasileiro como “criolas”, “nativas”, como parte da aprendizagem familiar e coletiva na construção dos processos coletivos.

1.4. Os processos sociais de construção dos consensos institucionais

Na ASA Paraíba, os processos sociais que envolvem a construção dos consensos ocorrem em espaços variados: Coordenação Executiva, Comissão Ampliada, Coletivos Regionais de proposição e execução das decisões políticas e/ou desdobramentos relacionados aos encaminhamentos das reuniões e/ou encontros. Essa convicção perpassa as ações, dinâmicas e parcerias em torno dos programas da *Articulação*: P1MC – Programa de Mobilização Social: Um Milhão de Cisternas Rurais e o P1+2 - Uma Terra e Duas Águas.

Ao ser concebido como um programa de formação baseado nos processos de troca horizontal, além de favorecer o protagonismo e o empoderamento dos agricultores e agricultoras, o P1+2 tem contribuído, inclusive, com uma discussão metodológica sobre o papel desempenhado pelos agricultores, agricultoras, entidades de assessoria e organizações da agricultura familiar na construção de projetos de desenvolvimento local (Coordenador do PATAC e do P1+2 na Paraíba).

Este discurso afirma as interações horizontais como atributos do discurso institucional e o papel das organizações de assessoria: “criando novos espaços, fomentando novas redes de agricultores, oferecendo suporte metodológico para que possam melhor comunicar, aprender e ensinar”. As percepções articuladas em torno das práticas solidárias organizam o discurso da ASA Paraíba: o investimento institucional nas redes solidárias como estratégias políticas para o aprendizado e exercício da solidariedade articulam o

pertencimento ao grupo. Não obstante, o movimento dos atores e suas conexões apontam, como parte do cenário, as hierarquias e as posições de poder diferenciadas dos atores.

A título de referência analítica, no encontro anual [2007] de avaliação e planejamento [2008], sugere-se como encaminhamento, que logo se transforma em decisão, daquela instância de avaliação institucional, a formação de uma comissão específica de avaliação dos programas P1MC e P1+2.

[...] representativa das várias microrregiões, para trabalhar, na parte da noite, uma proposta contemplando os arranjos de operacionalização do P1MC e P1+2, na rede ASA Paraíba, a ser apresentada e consensuada no dia seguinte no coletivo estadual ³² (Coordenador da ASA Paraíba).

Vários procedimentos são indicados como percurso metodológico para se viabilizar um consenso. Na narrativa acima se pode acompanhar o itinerário de uma decisão que deve se transformar, após consensuada, em resolução de todos os membros da ASA Paraíba. O momento destacado é do encontro de avaliação (ano de 2007) e planejamento (ano 2008), e, no caso específico, da abordagem de dois programas institucionais: P1MC e P1+2. Ocorre que ao tratar [no encontro estadual] dos arranjos operacionais dos programas, as primeiras decisões são redirecionadas para outra esfera de representação: uma comissão de discussão que “deve ser representativa das várias microrregiões”, com funções de análise, formulação e proposição.

Convém ressaltar que a formação de comissões é um procedimento utilizado, regularmente, e, insistentemente, nos processos decisórios da ASA. A comissão é instalada para maturar as informações e dados disponíveis e “elaborar” uma proposta sobre o tema-objeto que deve pautar as discussões e decisões que estejam em curso. E, ao retornar ao encontro estadual, a instância maior de decisão, o consenso se estabelece. Como se verifica, há uma sobreposição das decisões – uma decisão que antecede a outra e que pode estar acima da outra. A decisão que chega à plenária do encontro estadual, por meio de uma comissão de trabalho instituída para este fim específico, goza do privilégio de várias prerrogativas que a diferencia, hierarquicamente, dos demais membros presentes ao evento: domínio privilegiado da informação, poder de arguição a ser acionado no processo

³² Discurso proferido no “Encontro de Avaliação e Planejamento da ASA Paraíba”, realizado nos dias 18 e 19 de Dezembro de 2007 no Day Camp Hotel Fazenda – Sítio Lucas, Campina Grande, PB.

de convencimento e no direcionamento das “soluções” – proposições - a serem apreciadas pela instância decisória.

Neste percurso analítico, não se trata de emitir um juízo de valor acerca do procedimento metodológico institucional, mas de reconhecer que o processo de construção de consensos se realiza em intrínseca conexão com os papéis desempenhados por cada ator, os diferentes lugares sociais ocupados, o poder e a legitimidade de cada instância de decisão – centralizada ou descentralizada - bem como o poder do discurso do ator nos momentos específicos de discussão, planejamento, representação, formulação de propostas e execução de políticas³³: encontros de planejamento e avaliação, oficinas temáticas, coletivos regionais, espaços microrregionais e, também, os grupos de famílias. Dessa forma, o consenso em torno da solidariedade articula as convicções e o ordenamento institucional da ASA Paraíba³⁴.

A perspectiva de pensar a solidariedade, como valor e atributo institucional, se referencia nas abordagens que analisam a trajetória de construção dos novos diálogos na sociedade civil como inovações dos movimentos sociais contemporâneos e instâncias de representação, gestão e poder político – nas duas últimas décadas de transição dos séculos XX e XXI - qual sejam, as “redes solidárias de vida” como representação de um modelo organizativo e inovador das experiências atuais.

A partir da percepção da rede social como conceito, Martins (2004) advoga que, embora em fase de sistematização teórica e metodológica, esta possibilidade analítica se constitui em uma ferramenta importante para os estudos dos processos sociais, por incorporar tanto o potencial mobilizador da sociedade civil, como as experiências e instâncias de representação do poder político dos governos municipais.

No dizer desse autor, são múltiplas as perspectivas políticas inovadoras que articulam as ações solidárias - entre grupos e indivíduos - construídas horizontalmente, esforços históricos de mudanças que incidem sobre “a compreensão dos desafios de construção da cidadania democrática no mundo globalizado e instável na

³³ Com destaque para os programas P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social: 1 milhão de Cisternas Rurais e o P1+2 – Programa Uma terra e Duas Águas.

³⁴ Mantém-se como referência o pensamento de Douglas (1998) quanto aborda o peso das instituições na vida dos indivíduos e grupos sociais nos momentos das definições e construções de consensos. A formação de uma decisão a partir de articulações recíprocas entre as variáveis políticas-cognitivas-institucionais, em uma combinação de internalização, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios.

contemporaneidade”. O aporte deste enfoque analítico são as “redes solidárias de vida” - a junção dos interesses comuns – originados na sociedade civil – na interlocução com os organismos governamentais, articulados às demandas práticas: novas metodologias de intervenção social das instituições sociais e novas formas de participação e mobilizações coletivas dos movimentos sociais (MARTINS, 2004, p. 14; 16; 22).

Acolhe-se deste enfoque teórico-metodológico o diálogo aberto em torno do potencial mobilizador da sociedade civil como campo de múltiplas possibilidades políticas solidárias (MARTINS, 2004; FONTES, 2006). Não obstante, abre-se espaço para o contraditório do discurso que afirma a horizontalidade dos processos solidários. Como contraponto apresenta-se a construção de experiências solidárias, a partir de uma rede hierárquica de atores – caracterizada pela diferenciação dos papéis, funções e aporte dos atores.

[...] pode-se dizer que a evolução da agricultura no tempo se fez pela troca de experiências. E o papel das organizações de assessoria hoje é intensificar essas relações de interação horizontal, ‘criando novos espaços, fomentando novas redes de agricultores, oferecendo suporte metodológico para que possam melhor comunicar, aprender e ensinar’ (Técnica da AS-PTA³⁵)

Percebe-se que há, por aproximação analítica, uma concordância da técnica da AS-PTA com os autores (MARTINS; FONTES, 2004; 2006) ao afirmar a horizontalidade das experiências solidárias. Para ilustrar, a narrativa discorre acerca da função de assessoria – papel desempenhado pelas ONGs junto aos agricultores nos espaços e instâncias da ASA Paraíba – que, segundo ela, corresponde “intensificar essas relações de interação horizontal”, através do incentivo a formação de “novas redes de agricultores” e “suporte metodológico”, que envolva o aporte técnico, a assessoria e sistematização das experiências dos agricultores. O fato é que essas atribuições concorrem, a partir de um lugar social de poder institucional: o da ASA Paraíba como rede de atores e “âncora” das diversificadas experiências solidárias, na região semiárida.

Na realidade, a representação das “novas redes de solidariedades” e/ou “sociabilidades originárias da sociedade civil” recai na projeção romântica e idealizada (presente na retórica política) da sociedade civil como esfera dos iguais, lugar onde se vive plenamente o altruísmo comunitário, da solidariedade e da democracia como dimensões intrínsecas dessa esfera pública. No dizer de Mary Douglas (1998, p. 10), “uma concepção

³⁵ Assessora técnica da ONG - AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

romântica de comunidade [...] uma idéia emotiva extraordinariamente vigorosa [...] onde os indivíduos colaboram desinteressadamente, uns com os outros, na construção de um bem comum [...] numa rede de trocas recíprocas”. Acordando com a autora, parte-se do pressuposto de que os grupos exercem influência sobre o pensamento dos seus membros, e que os sentimentos – solidariedade, altruísmo, pertencimento – são resultados de pensamentos institucionais. Portanto, as instituições, com escalas diferenciadas de organização, articulação e relações sociais, definem a maioria das decisões dos indivíduos e, com isso, possibilitam a vida social. (DOUGLAS, 1998, p. 36-37).

No transcurso da pesquisa, o encontro com o pensamento de Tomás R. Villasante³⁶ (1998), analista social espanhol, que inspirou vários autores na América Latina e Europa, ao introduzir no seu vasto campo de estudos e pesquisas uma abordagem do desenvolvimento local articulado ao conceito de redes sociais: “cuatro redes para mejor vivir”, orientadas à construção de alternativas de organização social. A formação das redes no semiárido brasileiro são referências significativas dessa orientação político-metodológica.

O horizonte estratégico do pensador são as novas redes locais e globais³⁷ e a construção de alternativas: atos de convivência cotidiana. “Es decir, que partan de prácticas de las redes de sujetos que ya existan realmente (aunque no sean mayoritarias), y que,

³⁶ A sistematização de diversificadas experiências e diálogos realizados (seminários, conferências, debates), em aproximadamente 30 (trinta) cidades latino-americanas e 60 (sessenta) cidades espanholas, é o seu caminho teórico-metodológico. Como estudioso dos movimentos sociais e processos de emancipação social, Villasante (1998) trabalha com a formulação de diagnósticos dos patamares de explorações. Na sua obra *“Del desarrollo local a las redes para mejor vivir: cuatro redes para mejor vivir”* propõe uma abordagem analítica que consiste no tripé metodológico: quatro redes, quatro sintomas, quatro elementos paradigmáticos. São pressupostos da sua abordagem: a definição da problemática como ponto de partida (o tipo de exploração que se queira intervir) clareza nos procedimentos (metas, objetivos, meios e fins, e como tratá-los) e planejar soluções (construir proposições e sentidos possíveis).

³⁷Villasante (1998; 2002) compartilha da defesa do lugar social das redes internacionais no espaço local (o Fórum Social Mundial) que agrupam várias correntes e tendências emancipatórias contemporâneas: as redes *on-line* que articulam experiências através da comunicação eletrônica, que circulam a informação de forma ágil e regular; as redes de comércio ecológico, justo e solidário; as redes regionais de economias populares, solidárias e sustentáveis; as organizações não governamentais em rede (Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG), as redes associativas do terceiro setor, redes de múltiplas influências e estratégias (trabalho, família, lazer), as redes culturais de uma região ou localidade que contribuem para agrupar as experiências históricas de cada geração; redes de construção de estratégias locais e supralocais. No amplo campo das potencialidades alternativas, destaque para os movimentos ecologistas, populares urbanos; operários e camponeses e experiências vinculadas à cultura, religião, gênero, etnia, faixa etária.

como tales prácticas constituyan en si mismas, procesos creativos, emancipadores, innovadores, vitales, abiertos, etc.”(VILLASANTE, 1998, p.16).

Estamos inmersos en redes sociales muy variadas y que nos condicionan, desde las comunicaciones mundiales hasta los efectos familiares, pero en todas esas redes estamos también influyendo; y además también podemos cambiarnos de unas redes a otras para construir lo que estamos siendo. Al final, somos productos híbridos y complejos que podemos encontrar y aprovechar las diferentes redes y relaciones en las que nos movemos para construir algunas soluciones a algunas de nuestras necesidades” (VILLASANTE, 1998, p. 23)

No dizer do autor, por trás de cada experiência de mobilização e inovação social encontram-se processos de exploração e, como consequência, processos sociais instituintes de outros conteúdos, outros cenários: “abriendo prácticas innovadoras para la transformación de lo local y lo global” (VILLASANTE, 1998, 2002, p.24) .

De Villasante (1998; 2002), para análise deste trabalho, o aporte das redes cotidianas de múltiplas influências e estratégias para ‘mejor vivir,’ pensada, a partir das articulações recíprocas entre conhecimentos, experiências e atores sociais e, *pari passum*, a construção das capacidades alternativas de organização social: novas práticas locais, regionais, nacionais e internacionais.

A história dos processos sociais é a história da produção de sentidos – são eles que articulam o pertencimento, a legitimidade, a representação. As convicções articuladas em torno de um projeto coletivo de convivência com a região semiárida, a construção de acordos (consensos) básicos são elementos constitutivos e instituintes da experiência da ASA Paraíba: práticas e comportamentos paradoxais em que os atores sociais se reconhecem, simultaneamente, como diferentes e semelhantes,

As dimensões sociopolítico-organizativas e técnico-metodológicas são combinações interdependentes dos processos estabelecidos no semiárido paraibano. Dessa forma, o horizonte estratégico que atravessa o debate contemporâneo do mundo rural abarca um controverso processo de construção das convicções como variáveis constitutivas do pertencimento a região.

As redes de atores do semiárido paraibano são expressões sociais e políticas da multiplicidade de lugares onde se aprende a colaborar, a ser solidário, democrático, recíproco, e, com a mesma intensidade, a rivalizar, a disputar espaços de poder nas instâncias de representação e participação políticas. Nelas se conjugam conflituosas

relações de obrigação, interesse, solidariedade, aprendizagem e densos processos de regulação social.

Como instituição a ASA Paraíba; mantém um aparato político-social-cognitivo que a referencia e legitima nas suas ações e, a partir daí, estabelece processos sociais, políticos, econômicos, convenções, regras, rituais de pertencimento, regulações formais e informais da vida dos seus membros; seleciona aliados, parceiros e adversários; credita e retira a confiança e legitima o que queira realizar (DOUGLAS, 1998).

Os critérios multidimensionais são decisivos na compreensão das redes de atores no semiárido paraibano. Não são, apenas, as características físico-geográficas que articulam um grupo de municípios, mas, sobretudo, a ação e o movimento dos atores sociais que encontram múltiplos sentidos na ação conjunta, no compartilhar das suas experiências como variável decisiva do pertencimento.

Considerando o dito anterior, abordar-se-á, no capítulo II, o percurso teórico-metodológico de apreensão das redes sociais no debate contemporâneo: marco histórico-conceitual e a formação de uma rede de atores no semiárido paraibano.

CAPÍTULO II

2. Uma abordagem teórico-metodológica das redes sociais

2.1. Apresentação

Na última década do século XX e início do século XXI, os processos de mobilização e análise da realidade social colocam a rede social, como categoria analítica, para pensar as transformações históricas dos movimentos sociais e processos sociais contemporâneos como redes de relações interdependentes. As redes sociais como uma aproximação, no campo de análise, às novas significações da vida social.

As múltiplas dimensões que compõem a atividade humana, em cada tempo histórico, organizam as referências sociais dos indivíduos em sociedade. Nestas duas últimas décadas, na travessia entre os dois séculos, uma vertente do pensamento social vem articulando uma reflexão em torno das novas articulações dos movimentos sociais, chamando-as, com acentos e convencimentos diferenciados, de redes de solidariedades: [...] “Os movimentos contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, precisamente, estas características, os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais [...]. Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado” (MELLUCCI, 2001, p.23; 97); as “redes para mejor vivir” (VILLASANTE, 1998; 2002); as “redes sociais das lutas populares no campo da pesquisa, ensino, extensão [...] redes de ação-conhecimento-ação” (FRIGOTTO; TIRIBA, 2002); “redes de solidariedades criativas” (MOLL; FISCHER, 2002) ³⁸; “redes de cidadania e associação

³⁸Os autores Moll e Fischer (2002) nas reflexões sobre as “Redes de vida na cidade de Porto Alegre” dissertam sobre a coleta seletiva de resíduos sólidos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde abarcam uma diversidade de dimensões sociais: geração de trabalho e renda, formação profissional, escolarização, culturas populares, sustentabilidade ambiental. No dizer dos autores: “redes de vida que, fazendo-se através de interesses comuns, interseccionam ações de diferentes esferas do poder público com ações civis, movidas pela solidariedade e pela necessidade de produzir cenários sociais nos quais todos possam viver” (2002, p.

solidária” (MARTINS, 2004, p. 16) ³⁹; “redes de solidariedade e reciprocidade - instrumento para enfrentamento de situações adversas pelos pobres urbanos, principalmente em situações de insegurança econômica e de inexistência dos serviços públicos” (MARTINS; FONTES, 2004 p, 59–60) ou como “articulação entre diferentes sujeitos, baseada em relações horizontais [...]. E, ainda, a rede de vizinhança, a rede de fofoca, a rede de intrigas, a rede de solidariedade, a rede da esperança” (SILVA; MESQUITA, 2002, p. 2) ⁴⁰.

Os consensos construídos entre os estudiosos do tema, em torno dos aspectos considerados constitutivos às análises dos movimentos sociais, fazem reverência à sociedade civil como lugar privilegiado do exercício da cidadania, em que valores como solidariedade, reciprocidade, criatividade, horizontalidade são considerados, na literatura analisada, como atributos desses processos sociais.

As redes sociais, com suas múltiplas possibilidades analíticas, são compreendidas, em determinadas situações, como modelo sócio-político-organizativo e, em outras, como categorias analíticas. No geral, os estudos apontam as articulações em redes como recriação, ressignificação ou nova denominação dos antigos e novos movimentos sociais. A perspectiva deste capítulo é abordar as redes sociais como ferramenta teórico-

18), com a participação de atores sociais de diferentes origens e formação: municípios, Estado, Igreja, Universidade, recicladores, compradores da matéria-prima.

³⁹ Nas percepções teórico-metodológicas de Paulo Henrique Martins e Breno Fontes, organizadores das publicações “**Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas** (2004) e “**Redes, práticas associativas e gestão pública**” (2006), encontram-se, entrecruzados, dois processos analíticos: as “redes sociais como novo paradigma da sociologia” - nas conexões empíricas entre redes sociais e saúde: a construção do conceito de vigilância em saúde através da abordagem da saúde coletiva e o controle de endemias e a as redes sociais e a gestão pública e/ou “redes sociais e reformas na ação pública” – a compreensão das práticas associativas e as capacidades reunidas na formulação de políticas públicas. São também contribuições dos autores: “A sociologia e a saúde: caminhos cruzados” (MARTINS; FONTES, 2004), “As redes sociais, o sistema de dádiva e o paradoxo sociológico (MARTINS, 2004); “Sobre trajetórias de sociabilidades: a idéia de redes de saúde comunitária” e “Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias” (FONTES, 2004). No campo de análise das Redes Sociais e Gestão Pública: “Ação pública, redes e arranjos familiares” (MARTINS, 2006) e “Interfaces no combate/prevenção de AIDS e tuberculose em Recife” (FONTES, 2006).

⁴⁰ SILVA; MESQUITA (2002) no texto: “**O Movimento das Redes e as Redes de Movimentos**” trabalham a noção de redes sociais como modelo organizativo: articulação de diversas pessoas e entidades identificadas com uma “causa comum” – um tema (criança e adolescente, direitos reprodutivos), um tipo de ação coletiva (fiscalização do orçamento público), um movimento conjuntural (articulações que emergem nos processos eleitorais), um sentimento de pertencimento ao “campo político dos movimentos sociais”. As autoras sistematizam as reflexões do Seminário “**Atuação em Redes: Impactos na Realidade**”, realizado pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Nordeste), Cáritas e RIPP - Rede de Intervenção em Políticas Públicas do Maranhão. O Seminário como representação de uma “diversidade de experiências de movimentos sociais que estão utilizando a idéia de rede como elemento central nos processos organizativos” (p.2).

metodológica para pensar os processos, as experiências e o movimento dos atores sociais no semiárido paraibano.

2.2. Revisitando o conceito de redes sociais

O uso da palavra rede⁴¹ ressurge, com regularidade, na linguagem acadêmica e entre os grupos e organizações sociais, no final da década de 80, com o objetivo de nomear (dar nome ao fenômeno) compreender e explicar as novas articulações – em curso – e como ferramenta de análise da vida social, cada vez mais interdependente, complexa e ressignificada; surge, também, como parte de “uma relativa insatisfação com os modelos convencionais de análise estrutural/funcional, sejam os definidos pelas fronteiras grupais institucionalizadas como relações de parentesco, categorias de trabalho, pertencimento religioso, ou espacial como bairro, sítio, município, Estado, região e país” (MENEZES, 2007, p. 2).

Na compreensão da autora supracitada, foram com as contribuições da antropologia social britânica, fundamentada no pensamento de Barnes⁴² (a antropologia da década de 40) que sistematizam as primeiras formulações sobre as relações informais dos pequenos grupos - os primeiros estudos das redes sociais, a partir das relações sociais advindas dos espaços múltiplos não estruturados, distintos dos organizados: o território como cenário das atividades domésticas, agrícolas, administrativas e o comércio.

Esta perspectiva de pensar a rede social, com base nos pressupostos analíticos de Barnes (1987, p. 18), referencia, também, os estudos de Scherer-Warren⁴³. Ela, concordando com Menezes (2007), afirma que o autor utiliza a noção de rede social para descrever as relações sociais primárias do cotidiano (proximidade espacial): amizades, vizinhança, religião, entre outras, construindo tipologias específicas de cada relação: fechadas, abertas e, ainda, matizando as intensidades dos vínculos estabelecidos: fortes, fracos, fechados, abertos. Esse tipo de análise possibilita o detalhamento dos tipos de

⁴¹ O termo rede (português) aparece em outros idiomas: network (inglês), red (espanhol), réseau (francês), buscando analisar os processos sociais contemporâneos.

⁴² Menezes (2007) referenciada em Barnes, J. J. (1954) e sua obra: *Class and committees in a Norwegian Island Parish*. In: **Human Relations**, 7(1), February, p. 39-58, nos estudos realizados sobre uma ilha na Noruega, na década de 1950.

⁴³ BARNES, J. A. Redes Sociais e processos políticos. In: B. FELDMAN-BIANCO (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p.159-193.

relações entre os sujeitos: os mecanismos de reciprocidade, trocas, solidariedade, intercâmbios, relações de poder, entre outras. Estas duas perspectivas contemporâneas encontram-se e desencontram-se no enfoque denominado de Social Network Analysis/SNA, no debate internacional das redes sociais (SCHERER-WARREN, 2007, p. 30).

No entanto, a trajetória do uso do conceito não é recente. Com os estudos dos textos e produções de Radcliffe-Brown e Simmel (nas décadas de 1940 e 1950), realizados por Scherer-Warren⁴⁴ (2007), delimita-se, aproximadamente, meio século de reflexões sobre o tema. Não obstante, o reconhecimento e uso do termo nas obras dos clássicos não significaram a construção de consensos na aplicação do conceito e dos procedimentos metodológicos ensejados, indicando, portanto, “uma crescente complexificação da rede social como categoria teórico-metodológica para a pesquisa” (2007, p.31).

No debate, clássicos dilemas são acentuados: das ações individuais (redes de relações inter-individuais) às ações coletivas (redes formadoras de ações coletivas); o lugar das análises micro e macro sociológicas; a travessia das relações primárias às secundárias, das globais às locais, da agência à estrutura (SCHERER-WARREN, 2007, p. 31); marcas de sociabilidades: parentesco, migração, vizinhança, classe (MENEZES, 2007); da intencionalidade dos atores sociais: associações, movimentos sociais, grupos de interesses ideológicos, identitários que se encontram, a partir do projeto político, das estratégias de ação (BRITO, 2007; MELUCCI, 1989; 1994, 2001; SCHERER-WARREN, 2007; CASTELLS, 2000).

Não obstante, se na antiguidade grega, a rede era concebida como técnica de tecelagem, em intrínseca relação com a natureza (DIAS, 2007), no séc. XIX, com a intensificação das interações entre os lugares e as temporalidades e o significativo avanço das técnicas de comunicações, a análise da vida social, dando ênfase às suas interconexões, ocupou um espaço em potencial na reflexão de várias disciplinas e campos de conhecimentos.

⁴⁴ As análises dos movimentos sociais brasileiros, nas décadas de 70, 80 e início dos anos 90, tiveram como grande expoente: Scherer-Warren, estudiosa das articulações dos antigos e novos processos sociais e políticos. Com a reflexão das “Redes sociais: trajetórias e fronteiras”, a autora revisita o debate teórico-metodológico desses processos sociais estabelecendo uma conexão entre a construção do conceito das redes sociais, as relações entre os atores sociais dos movimentos sociais e os significados contemporâneos da mudança social.

Manuel Castells (2000, p. 38; 138), referenciado em doze anos de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, Ásia, América Latina e Europa reúne, na sua obra clássica: “A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede”, uma densa reflexão acerca da dinâmica social contemporânea na era da informação. As redes como campo de análise e marco conceitual para a compreensão da organização social. O autor indica que se está lidando com processos complexos de redes interligadas – matriz de um novo formato de organização social: “As redes são e serão os componentes fundamentais das organizações. E são capazes de formar-se e expandir-se por todas as avenidas ou becos da economia global porque contam com o poder da informação”. As tecnologias da informação cumprem o papel de grande ordenadora desse novo modelo de desenvolvimento; são também os dispositivos fundantes de um novo paradigma científico-econômico-tecnológico, orientado pela flexibilidade organizacional e funcionamento de um sistema de conexões e redes cruzadas – “um conjunto de nós interconectados”.

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovações sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada (CASTELLS, 1999, p. 498).

As redes são analisadas como um novo modelo de desenvolvimento ressignificado com base na reestruturação capitalista (década de 80) – dos movimentos, deslocamentos e transformações contemporâneas; das novas tecnologias da informação⁴⁵ e da integração dos mercados financeiros globais: geração de conhecimentos, produtividade econômica, aparato político e militar, comunicação via mídia. Um novo paradigma informacional em intrínseca conexão com as redes globais de riqueza, poder e símbolos.

Não obstante, o reconhecimento do informacionalismo como componente do novo modelo de desenvolvimento, não indica alteração ou substituição do modo predominante

⁴⁵ São processos sociais induzidos/articulados/mediados pelo informacionalismo, onde convergem várias tecnologias: microeletrônica, computação (software e hardware) telecomunicações, radiodifusão e optoeletrônica. Castells (2000) inclui na sua aferição a engenharia genética e as contribuições da Revolução industrial, no século XVIII. No dizer do autor, trata-se um processo de longo prazo, o paradigma sociotécnico (marcador da década de 90), sistema tecnológico atual, surgiu nos anos 70, com a disponibilidade das novas tecnologias e, *pari passum*, foi o pilar fundamental para a compreensão do processo de reestruturação econômica dos anos 80.

de produção capitalista. “No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 2000, p.35). A ação dos conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como fonte de produtividade desempenha um papel central para caracterização da sociedade na era da informação:

A perspectiva analítica deste trabalho acolhe do pensamento de Castells (2000) nos aspectos relacionados à flexibilidade organizacional, as novas tecnologias da informação e aos processos de construção do conhecimento: as redes como articulação de saberes e atores sociais, os intercâmbios das experiências entre agricultores familiares do semiárido brasileiro.

Por sua complexidade, esses processos sociais abarcam múltiplas possibilidades de análise. Assim, pensar a ação social, a partir das redes sociais provoca, nas ciências humanas e sociais, um debate, simultaneamente, multidimensional e multidisciplinar; um entrelaçamento de campos simbólicos-linguísticos, disciplinas e áreas de conhecimentos: sociologia, biologia, antropologia, geografia, estudos dos atores e processos sociais, estudos das ruralidades, estudos organizacionais, urbanos; as redes de comunicação e informação, cibernéticas, *on-line*; as redes sociais, políticas, econômicas, operativas, técnicas; uma multiplicidade de análises “referenciadas em situações empíricas particularizadas” (SCHERER-WARRER, 2007, p. 29).

No pensamento social contemporâneo, o conceito de rede é utilizado por vários campos disciplinares e demarcado por quatro grandes movimentos de transformações das sociedades atuais, novas significações de lugar, tempo e espaço⁴⁶: “os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; os movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias, os movimentos de informações ou fluxos informacionais; e os movimentos de capitais ou fluxos monetários e financeiros” (DIAS, 2007, p. 9) ⁴⁷. Mas, também contempla outros

⁴⁶ “Entendamos por espacialidade as percepções espaciais que habitam o campo da linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p.4).

⁴⁷ As reflexões realizadas por Leila Christina Dias (2007) se detêm no campo de construção do conceito – dos vários sentidos atribuídos às conexões em rede. Dessa forma, diz que as articulações estabelecidas entre redes e a transformação social da realidade datam da primeira metade do século XIX, com o conceito moderno de rede na filosofia de Saint-Simon. Portanto não se trata, per si, de inovações sociais recentes ou originais. Entretanto, quando aborda as interconexões entre as redes e os movimentos contemporâneos, reconhece a complexidade dessas novas configurações como, também, as novas possibilidades analíticas.

tipos de movimentos sociais e comportamentais, na busca do crescimento integral e da plenitude espiritual. Aqui são identificados os movimentos de caráter místico-espiritual-religioso, as várias filosofias e práticas psicoespiritual e uma abordagem em ascensão dos defensores da ecologia, do meio ambiente, de uma nova relação com o planeta terra.

No debate contemporâneo, as redes sociais ressurgem como expressões de antigas formas de sociabilidades e organização social (vizinhança, amizade, parentesco, trabalho), relações interpessoais históricas pré-existentes, oriundas de outros de tipos de sociedades, sistemas de trocas, comunicação, organização da produção e do comércio (MENEZES⁴⁸, 2007). Nesse diálogo, “as experiências dos antepassados” vão sendo redimensionadas, sofrendo variações de significados e incorporando novas possibilidades de análise da vida social.

No entanto, os modelos analíticos são sempre possibilidades, entre outras tantas abstrações, um empreendimento intelectual de recriação/revisão de procedimentos, métodos de pesquisa: um desafio à análise da realidade social. E, neste percurso, ocorrem aproximações e distanciamentos entre autores, teorias e métodos.

As análises das redes sociais como processos articulados de intervenção social - em curso - apontam a uma diversidade de possibilidades analíticas, que transitam entre três perspectivas distintas: *método, teoria social e intervenção sócio-política* ou partem do entrelaçamento dos três campos de análise. Nos aspectos metodológicos – método e instrumento para coleta e organização dos dados de pesquisa; como teoria social – conceitos definidores da realidade social, e a formulação de estratégias à ação coletiva, para a intervenção de atores e movimentos sociais, na construção de alternativas políticas de mudança social.

Para os estudiosos dos movimentos sociais contemporâneos: Villansante, 1998; 2002; Brito, 2007; Gohn, 1991; 1995; 1997; 2005; Moll; Fischer, 1996, as redes sociais são ressignificadas como novo modelo sócio-organizativo, inovações atuais dos antigos e novos movimentos.

⁴⁸ Ao analisar os alojamentos de trabalhadores migrantes, a autora recorre às redes sociais, como ferramenta metodológica, para compreender a circulação dos camponeses-trabalhadores migrantes nos espaços da agricultura canavieira, das metrópoles e dos ‘sítios’ (MENEZES, 2007).

2.3. Novas significações dos movimentos sociais

As múltiplas articulações de processos, experiências e atores sociais marcam o debate político e teórico-metodológico das produções acadêmicas, no final dos anos 90 (séc. XX) e início deste século (XXI). Muitas são as análises acerca dos movimentos sociais.

Na perspectiva analítica deste trabalho, busca-se estabelecer algumas articulações, tanto do alcance, como da compreensão, desse “sujeito coletivo difuso [...] processos sociais que em algum momento histórico foram notados, observados e se tornaram fontes de dados [...] analisados em seus elementos constitutivos” (GOHN, 1997, p. 128). Interessa, sobretudo, localizar analiticamente a ASA Paraíba neste debate.

Alguns autores, selecionados arbitrariamente por década, fazem a trilha deste percurso analítico. Borja (1975, p. 15), reconhecido estudioso do tema dos movimentos sociais, ao descrevê-los, na década de 70, estabelece alguns indicadores de identificação: “la toma de conciencia del carácter inaceptable de una situación y la posibilidad de modificarla u oponerse a ella se realiza a través de un proceso que exige mayor o menor grado de organización”. Três elementos são significativos na sua compreensão: uma situação problemática que mobilize o grupo social (demandas variadas), a consciência como exigência à mobilização e a organização como instrumento de ação.

As experiências que são estudadas por Borja (1975) são os conflitos sociais urbanos e o consumo de bens e serviços coletivos, o que distingue o seu pensamento da abordagem dos estudos rurais. Ele parte, sempre, da possibilidade de generalização de algumas reivindicações urbanas, convertendo-as em referencial significativo à criação de direitos, expressão da força e do poder da organização. A sua perspectiva analítica orienta a formação de um movimento social, seguindo os passos metodológicos: “programas reivindicativos en el primer caso, política de reforma de estructuras en el segundo, poder popular en el tercero”.

Para esse autor, as ações particulares, setoriais, pontuais deveriam ser projetadas em um horizonte de longo prazo. O que seria, em princípio, experiências espontâneas, locais e limitadas, se converteria em um “movimento político de caráter popular”. Defende, ainda, que só os grupos com poder de representação e legitimidade teriam condições de transformar as necessidades setoriais em várias ações gerais e, dessa forma, mudar a

realidade social. No entanto, tentando escapar das tramas do determinismo, mas não conseguindo, o autor supracitado sugere alguns cuidados analíticos:

Hay que evitar cuidadosamente el análisis lineal, mecanicista y evolucionista de tipo: el movimiento pasa por la fase A (petición de asistencia), luego B (organización para la ‘participación’) luego C (reivindicaciones concretas respecto a las condiciones de vida) luego D (protesta por la no resolución de estos problemas y la falta de control efectivo sobre los instrumentos u organismos que deben resolverlos) y finalmente E (enfrentamiento político y construcción del germen de poder popular” (BORJA, 1975, p. 43-44)

Como se pode observar, mesmo querendo evitar uma leitura linear, o autor resvala ao reconhecer a existência de ‘etapas’ nos processos sociais. O que ele discute é a desnecessária sequência de uma fase após a outra, e acredita ser perfeitamente possível, por um lado, a presença, a título de exemplo, da “fase E” nas situações anteriores, ou a mescla, em um mesmo momento, de elementos múltiplos correspondentes a fases diferentes. Porém, o que se mantém como regularidade é a leitura progressiva e sequencial dos fenômenos sociais.

Na década 80, Evers (1984) já indicava que pensar movimento social é um exercício de ruptura com as velhas categorias, uma adaptação às novas expectativas e um convite ao pensamento heterodoxo e criativo. Defende que embora lidando com um tecido social irregular de ajuda mútua, acredita no seu potencial de penetrar à micro-estrutura da sociedade. Seu olhar, eminentemente, acolhedor, romântico, visualizava idealmente, os movimentos sociais como pequenos grupos, autênticos, autônomos, com estruturas não burocráticas e/ou informais, tomando todas as decisões coletivamente e sem diferenciação entre as lideranças e os demais participantes; a horizontalidade como marca identitária desses processos sociais. Paradoxalmente, aparece a referência de uma ‘esfera maior’ - âncora dos processos micro-locais: “experiências irregulares, ambíguas, fragmentos de subjetividades”, em direção a outro tipo de organização social. No dizer do autor, seria as “individualidades completas”, de caráter macrosociais, o pólo-âncora que aglutinaria todas as experiências (EVERS, 1984, p. 12).

Este autor, mesmo admitindo, que esses “novos atores políticos não sejam secundários em relação aos partidos políticos, mas, no mínimo, equivalentes”, discretamente, compartilha da visão que analisa essas experiências como estágio de manifestação cultural ainda pura, ‘pré-políticas’; formas imaturas de lidar com a política, distinta dos partidos políticos, que teriam uma atuação mais consistente. Afinal, sua aposta

dá-se em direção à construção de um novo partido: “diferente, incomparável, extraordinário, democrático, mas, de qualquer forma o partido político” (EVERS, 1984, p.13)

Pode-se afirmar, com base na extensa literatura sobre os movimentos sociais, nas décadas de 70 e 80, que essa abordagem política dos movimentos sociais acompanhou as análises e escritos de parte significativa dos autores neste período. A grande tendência à época era traduzir as ações setoriais, pontuais como “embriões” de um grande movimento social que agregaria as “experiências espontâneas e limitadas” dos grupos locais em um projeto político e estratégico de transformação social. Daí, a percepção analítica que se faria uma travessia dos interesses individuais, traduzidos em reivindicações pontuais, corporativas, representação de uma consciência coletiva, para um “movimento político de caráter popular”, “ungido” com poderes para mudar uma correlação de forças específica.

No relacionado às novas articulações dos movimentos sociais, pode-se precisar, em termos históricos, aproximadamente no final dos anos 70, que na linguagem acadêmica, surge a discussão em torno dessas novas organizações sociais. Um convite à adaptação, segundo Evers (1984), dos “nossos órgãos de percepção a quase imperceptibilidade dos mesmos”, às mudanças que estas experiências trazem, em termos de “capacidade de gerar embriões de uma nova individualidade social [...] ao mesmo tempo a mais avançada e a mais velha”. Estas experiências, em si, podem adquirir uma conotação de “pensamento antecipatório, parcialmente idealista”, à medida que sua ação social “não questiona a forma específica de poder político, mas o critério central de pensar o poder”: o poder sem centro (EVERS, 1984, p.20).

Ao estabelecer alguns indicadores gerais de identificação, na heterogeneidade que lhe é característico, dir-se-á como Gabbert, ao pormenorizar uma delimitação dos novos movimentos sociais:

Enquanto na Europa e América do Norte são entendidos como ‘novos movimentos sociais’ sobretudo os movimentos de mulheres, ecológicos, pacifistas e antinucleares, abrigam-se sob o conceito na América Latina, entre outros, ao lado de grupo de mulheres e preservacionistas, associações de trabalhadores fora das estruturas partidárias e sindicais ‘tradicionais’, grupos de ajuda mútua dos pobres e desempregados, comunidades eclesiais de base, associações de base ética, movimentos regionais; como também iniciativas nos campos de uma educação e uma arte populares (GABBERT, 1990 apud COSTA, 1994, p. 48).

No amplo campo de possibilidades organizativas – políticas, culturais, sociais, eclesiais específicas, Brito (2007), ao analisar a Articulação do Semiárido Brasileiro, estabelece o encontro com o movimento teórico, realizado por Riechmann (1994), ao identificar os novos movimentos sociais, no chamado período pós – 68:

Ou seja, 68 é uma data emblemática ou simbólica, pelo estilo inovador e criativo, ocorrendo manifestações coletivas plurais, articuladas em pelo menos quarenta países do mundo, envolvendo bandeiras de luta, palavras de ordem, estilos de mobilizações, entusiasmando em torno destes, distintos sujeitos sociais e políticos, sempre em contraposição aos modelos políticos e econômicos dominantes, e pelos movimentos que suscitou a partir daí (BRITO, 2007, p. 108).

Esta perspectiva teórico-metodológica, defendida por Brito (2007), considera que na literatura sociológica a terminologia “novos movimentos sociais” passa a ser associada àquelas manifestações pós-mobilizações de 1968, como data simbólica, que, simultaneamente, apresentam novos atores, e, *pari passum*, antigos movimentos ganham novos significados.

I - Assumem uma orientação emancipatória, com o ideário de uma nova esquerda, marcada por valores humanitários, pela crítica humanista ao sistema dominante e pela resolução de lutar por sua transformação; VIII - Desenvolvem métodos de ação e mobilizações coletivas não convencionais, com manifestações de massa marcadas por notável componente lúdico, criativo e inovador. (RIECHMANN, 1994, p. 56 – 67 apud BRITO 2007).

No discurso de Riechmann (1994), surgem como marcas identitárias dos novos movimentos sociais, a ‘tradição de esquerda’⁴⁹ que, amplamente, se traduz como herdeira das diferentes expressões do marxismo internacional e latino-americano, como representação de valores e sentimentos humanitário-libertários, crítica ao ‘sistema dominante’ e disposição de luta para transformá-lo. Para esse autor, são grupos heterogêneos, diversificados, lúdicos, criativos, inovadores – com estruturas descentralizadas, que vão assumindo a estrutura de redes como novo modelo organizativo: articulação, a hibridação das experiências, a conectividade, a partilha de uma mesma agenda política, que se expressam de várias formas: entre vizinhos, sindicatos, organizações comunitárias; agrupamentos diferenciados que assumem uma determinada identidade étnica, racial, geracional, sexual.

⁴⁹ A ‘tradição’ de esquerda na América Latina, nos anos 60, sofre influências de um amplo campo de tendências e possibilidades: das guerrilhas aos movimentos revolucionários no Continente e às manifestações juvenil-estudantis, ocorridas no mundo – aproximadamente em quarenta países.

Estas articulações de redes de atores assumem características múltiplas e um elevado grau de pluralismo e diferenciação interna; uma multiplicidade de tendências, correntes e formas de ação. Com uma composição social heterogênea; são mobilizadores; transformam ou impedem a transformação de estruturas sociais; se afirmam em oposição ao outro (representação do poder instituído); intervêm em processos de cultura política; mantém certa continuidade e organicidade - o que os diferenciam de certos episódios coletivos, protestos, manifestações espontâneas, *lobbies*. Seus membros experimentam alto nível de integração simbólica, sentimento de pertencimento ao grupo - uma identidade coletiva; é um fenômeno sócio-político contemporâneo; mantém certo nível de militância formal; seus integrantes pensam e atuam de modo não sistêmico; formam-se grupos de indivíduos socialmente definidos (pelo menos inicialmente): classe social, segmentos de classe, grupos étnicos ou outras formas identitárias estruturalmente dadas. (RIECHMANN, 1994, p. 47 – 53 apud BRITO, 2007).

Mesmo reconhecendo que os grupos sociais se agrupam, também, a partir de um marco sócio-estrutural – classes ou segmentos de classes - os autores citados apresentam um conjunto de características, ou marcas identitárias, que articulam o pertencimento dos indivíduos a um movimento social mais amplo.

No limiar dos encontros e desencontros de perspectivas político-analíticas, a abordagem marxista marcou os estudos acadêmicos – e a formação de uma geração de militantes - nas décadas de 70, 80 e início da década de 90. A análise consistia em pensar os grupos sociais, baseados na estruturação e estratificação das classes sociais: a contestação de determinadas relações sociais, no contexto das relações de produção, como marco político e analítico dos movimentos sociais.

Na década de 90, Ammann (1991, p. 23) faz a defesa de um protagonismo ampliado: classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões, religiões. A autora acredita que nem todo movimento social tem caráter de classe, de luta pelo poder; que os movimentos sociais podem ser tanto de conservação, como de transformação social.

As reflexões, pautadas nas últimas três décadas, quando partem das trajetórias dos processos sociais no campo, são múltiplas e difusas: contemplam os movimentos messiânicos, as rebeliões sociais, o sindicalismo rural - nas suas várias modalidades - e distintas ruralidades. São experiências que trespasam as ligas camponesas no nordeste brasileiro, a luta pela reforma agrária, o MST – Movimento dos Sem Terra, MAB –

Movimentos dos Atingidos por Barragens, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, entre outros; são processos sociais com forte componente de contestação e proposição políticas e, mais recentemente, as redes de atores no semiárido brasileiro, com suas articulações estaduais, regionais e municipais.

Entretanto, ao analisar os movimentos sociais nas últimas três décadas, para além do rural e do urbano e, mais especificamente, o impacto destas experiências nos processos de transformação social, prognosticados pelos analistas e atores sociais, à época, verifica-se, no final da década de 90, um movimento de deslocamento e revisão dos estudos sobre os movimentos sociais: o retraimento e a baixa vitalidade das mobilizações sociais, o esvaziamento dos sonhos, demandas e expectativas políticas, o desencanto político-existencial articulam as análises deste momento.

Pesquisadores que antes dedicavam seus estudos aos movimentos sociais buscaram – no final da década de 80 e início da década de 90 – a compreensão das “condutas de crise”, dos “fluxos e refluxos”, dos limites e ambiguidades dos estudos acadêmicos. No entanto, Scherer-Warren (1993), ao fazer uma releitura desses processos sociais afirma que os novos movimentos, as novas articulações e arranjos sociais são ressignificados com as redes sociais e apresentados, simultaneamente, como desafio e perspectiva dos movimentos sociais para os anos 90.

Seguindo o percurso da construção do conceito de redes sociais nos estudos atuais de Scherer-Warren (2007, p.30), parte-se de um marco específico de análise: a “constituição de ações coletivas a partir da interação de redes” como ressignificação dos novos movimentos sociais.

Nas duas últimas décadas, essa autora buscou compreender, analiticamente, os antigos e novos processos e movimentos sociais que valorizavam os laços interpessoais, societários, a solidariedade, a participação entre iguais, as decisões tomadas coletivamente, em contraposição aos valores de uma sociedade competitiva e individualista. Na sua abordagem, movimentos sociais, materializados em espaços variados de exercício de novas relações e proposições políticas. O salto propositivo dá-se no final da década de 80, toda a década de 90, do séc. XX, e os primeiros anos do século XXI, quando estas ações coletivas extrapolam o campo dos interesses pontuais para intervir em políticas públicas mais gerais.

Não obstante, no final dos anos 90, a autora supracitada desafiada pelos processos sociais em curso, formulou a seguinte pergunta - lançada como desafio para as décadas

seguintes: como atores sociais serão potencializados na perspectiva de “articular numa única identidade as diversas carências” – suas demandas transformadas em direitos, revisando e redefinindo os espaços da cidadania, da ação política e do exercício do poder? Defendia que, embora estatisticamente insignificante, os novos movimentos sociais, seriam qualitativamente importantes, na proporção que estariam provocando rupturas na cultura política brasileira (SCHERER-WARREN, 1993, p.70).

Dessa forma, buscando diferenciar o que seriam o novo e a reminiscência do velho, a autora chamou as “ações coletivas contemporâneas de novos movimentos sociais”, grupos sociais que penetram as malhas do instituído, que “apontam para uma nova forma de se fazer política e de se conceber e viver em sociedade” (1993, p.20). Esse movimento intelectual realizado pela autora, que é, simultaneamente, teórico-metodológico e sócio-político, alarga suas percepções: arguições e projeções em direção às redes sociais como *devir* das ações coletivas contemporâneas neste novo século.

A dimensão estratégica das redes de ações coletivas tem sido empregada, sobretudo, para o entendimento das dinâmicas políticas dos movimentos sociais. Em minhas pesquisas venho me interessando particularmente por esta categoria de análise, devido à relevância que a estratégia das redes tem adquirido no seio dos novos movimentos sociais e nas parcerias políticas ocorridas em esferas públicas das mais locais às mais globais (SCHERER-WARREN, 2007, p. 42).

As redes sociais como categoria de análise e sua relevância estratégica para compreensão dos movimentos sociais contemporâneos acompanham o debate da redemocratização da sociedade brasileira. Neste contexto, a luta pelos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais materializados em demandas concretas por terra, trabalho, saúde, liberdade, entre outros, favoreceu o surgimento de vários movimentos nacionais: anistia, abertura política, legalização dos partidos políticos e, também, o surgimento de um amplo campo de organizações sociais, políticas, eclesiais e não governamentais.

Ao analisar estes processos, Doimo; Mitre; Maia (2007) afirmam a existência de um campo ético-político, formado por atores coletivos, com identidades diversas, originadas das relações sociais preexistentes, interpessoais; que se transportam dos grupos locais para redes religiosas e de esquerda, mais abrangentes, articulando-se as redes movimentalistas de ONG's e movimentos populares no Brasil no período da transição democrática. As suposições teóricas dessas autoras indicam que a formação das redes sociais ocorre por dentro dos movimentos sociais.

Esta perspectiva analítica de pensar os movimentos sociais, a partir da experiência de redemocratização e do movimento dos atores sociais dialoga com o pensamento de Villasante (1998, p. 100), que ao discorrer sobre a democracia participativa, como forma de organização social dos grupos sociais – modelo de organização interna e pressuposto de atuação política, afirma que são as “vontades que se va construyendo entre personas, grupos y entre redes de movimientos” que potencializa os processos sociais de mudança. Daí o encontro⁵⁰ de Villasante (1998) com as redes de decisão política analisadas por Marinho (1996) que, ao problematizar a redemocratização da sociedade brasileira, propõe como saldo político o alargamento das capacidades de representação política.

Acho que um dos mais interessantes ganhos pós-constituição no Brasil foi de fato a valorização dessa trama da possibilidade da democracia, de não simplesmente se ater ao campo tradicional da representação do Executivo e do Legislativo, mas criar essas malhas que são capazes de tensionar, de fiscalizar, de redirecionar linhas de políticas que inclusive permitam fortalecer o teor de poder de segmentos que tradicionalmente não estão ligados a grandes grupos econômicos ou grandes grupos de poder político, e podem a partir dessas redes paralelas, tensionar e trazer para outros campos de interesses privilegiando a coletividade ⁵¹ (MARINHO, 1996, p. 128).

As mobilizações coletivas das três últimas décadas, a emergência de atores e articulações – locais, regionais, nacionais e internacionais – a ressignificação dos antigos e novos processos sociais compõem o campo de análise de Brito⁵² (2007) sobre os grupos e experiências vinculados à Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil). Este autor no encontro intelectual com Martins (2004) e Villasante (1998; 2002), referenciado nos estudos sobre as teorias dos tradicionais e novos movimentos sociais e vasta pesquisa de campo (experiências de organizações sociais do Nordeste brasileiro), analisa a “emergência das novas redes de solidariedade fundadas em mecanismos de sociabilidades

⁵⁰ A responsabilidade do encontro entre Villasante (1998) e Marinho (1996) é exclusiva da pesquisadora – o seu olhar direcionado ao debate das redes sociais – a partir de uma base empírica: a rede de atores ASA Paraíba e das possibilidades de encontros múltiplos entre autores.

⁵¹ Reflexão realizada no debate sobre: as redes de decisão política na democracia, publicado no caderno “*O poder do município: quem é o dono das prioridades*”.

⁵² O autor é sociólogo, membro da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Nordeste), com sede na capital pernambucana: Recife e com vasta experiência (aproximadamente três décadas) de sistematização, assessoria, coordenação e articulação dos movimentos sociais no Nordeste brasileiro. Na sua pesquisa de doutoramento (referenciada neste trabalho) analisa a experiência da Asa Brasil: **Redes, solidariedade e cidadania democrática**: a experiência inovadora da Articulação do Semi-Árido – ASA. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

originárias na sociedade civil e calcadas no mundo da vida”. Esse autor se diz convicto⁵³ na experiência da sociedade civil como “portadora, produtora e promotora” de experiências solidárias, cidadãs e democráticas.

Na visão de Brito (2007), as relações sociais nas sociedades atuais são diferenciadas pelo alto grau de complexidade, uma ampla rede de relações em constante conectividade, com diferenciadas articulações, nexos, sentidos, significados (local, nacional, internacional)⁵⁴. Com isso, acredita este autor ser possível aprofundar o debate teórico-metodológico das mobilizações sociais contemporâneas “a favor da cidadania e da democracia, no contexto atual das sociedades locais, nacionais e internacionais”.

No modelo construído por Brito (2007, p. 297), no enquadramento (**Anexo C**) que realiza das articulações, ele analisa os grupos e organizações de base local nas conexões estabelecidas com as instâncias e movimentos nacionais; as redes que surgem dessas mediações: “redes de movimentos”, “redes de redes”, “redes de mobilizações internacionais”: uma diversidade de processos sociais com escalas diferenciadas de articulações. Daí se depreende, na percepção analítica do autor, a rede social como modelo sócio-organizativo, no entrecruzamento de organizações, movimentos e temas mobilizadores que se articulam constantemente.

Dessa forma, mediante a multiplicidade de significados e possibilidades analíticas, opta-se por fazer o percurso teórico-metodológico da ASA Paraíba, como rede de atores, que se constrói no entrelaçamento dos múltiplos aspectos que lhe são constitutivos: a mobilização e articulação de grupos e indivíduos no semiárido paraibano.

2.4. A ASA Paraíba como rede de atores sociais

A experiência da ASA Paraíba consolida-se como uma rede de atores com dinâmicas e racionalidades específicas: um entrelaçamento de atores, organizações e experiências que atuam como micro-redes (rizomas ou raizinhas) dentro de redes mais

⁵³ Acordando com CERTEAU na aproximação que realiza da arte de crer: “entendo por crença não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira” (1996, p. 278).

⁵⁴ Brito (2007) apresenta um modelo de análise gráfico (**Anexo C**): uma possibilidade de análise das redes sociais como modelo socio-organizativo no Brasil.

amplas, atuando nas várias dimensões da vida cotidiana: familiar, comunitária e nas diferentes escalas de organização sociopolítica - “âncora institucional” das experiências, atores e processos sociais.

Inicialmente, lembramos que quando nos apresentamos [ASA], nós afirmamos que somos uma rede de entidades plural, de origens diversas, configurações, objetivos, etc. Em comum, todas se definem como a-partidárias, não confessionais e autônomas [...] pode-se perceber que na média as entidades da ASA trabalham simultaneamente com vários temas e questões [...] Outros focos importantes de atenção e ações são os da ampliação da esfera participativa da cidadania, do fortalecimento das organizações populares e das intervenções sobre as políticas públicas. Em resumo, a consolidação e ampliação da capacidade política das comunidades e suas lideranças (SANT’ANA, 2005, p.2-5)

As experiências microrregionais e regionais e suas dependências recíprocas são decisivas a articulação em redes sociais no semiárido paraibano e se apresentam de formas variadas. Os processos sociais, as articulações e o formato sociotécnico e organizativo, característicos do Cariri Oriental, se distinguem do Cariri Ocidental, que por sua vez se diferencia do Agreste da Borborema, do Médio e Alto Sertão, do Brejo e Litoral.

Eu acho que o grande avanço neste sentido é o trabalho em rede, a partir de cada dinâmica, onde a gente vai compartilhando esses desafios com o pessoal da Borborema, com o pessoal do Alto Sertão, do Médio Sertão então a gente consegue que a rede busque alternativas para o conjunto da agricultura porque essa forma de sair do isolamento para você trabalhar no conjunto facilita em todos os sentidos, seja ele na viabilidade econômica, na viabilidade técnica e também educativa⁵⁵ (Técnico do PATAC).

A título de representação das diferenciações características das articulações das redes regionais, no Coletivo regional ASA Cariri Ocidental (CASACO), com significativas variações, em relação ao Cariri Oriental, “não existe espaços de discussão específicos de cada rede no município [...] as reflexões da totalidade das dinâmicas (água, sementes, criação animal), acontecem no espaço no município e nas comunidades e, também, nos

⁵⁵ TV PARAÍBA evidencia colheita do algodão agroecológico em cidade do Cariri paraibano. Paraíba: Stúdio Rural, 2008. Disponível em: < <http://www.studiorural.com/?noticia=942>>. Acesso em: 11 out. 2008. O discurso de Emanuel (técnico do PATAC) analisa a “produção agroecológica do algodão na região do Cariri paraibano”. No dizer do técnico: o algodão, em fase plena de colheita, durante este mês de outubro [2008] comemora uma produção de aproximadamente 08 toneladas de algodão em rama, divididas por 08 famílias que ocupam uma área de cerca de 15 hectares, com uma produção agroecológica e diversificada com culturas destinadas a alimentação das famílias de agricultores e o rebanho animal que produz leite e carne.

espaços representativos da ASA Paraíba e ASA Brasil” (Líder comunitária e articuladora do CASACO).

Essa dimensão da capacitação dos processos sociotécnico e organizativo faz parte das estratégias das organizações da ASA, particularmente, das organizações não governamentais, pastorais sociais, serviços diocesanos, cooperativas ou órgãos de acompanhamento técnico. E, por extensão, dos colegiados representativos de cada grupo e das articulações em redes, nas dimensões microrregionais, regional e estadual.

No entanto, a inserção dos “líderes” nos processos cotidianos ocorre com densidades e intensidades variadas. No discurso do CASACO, as lideranças são os “mobilizadores sociais: multiplicadores de processos” (ou articuladores) e representantes da região nas dinâmicas da ASA Paraíba e ASA Brasil. Cada animador tem o seu espaço de articulação nos municípios – dentro de cada comunidade - que surge na transversalidade dos grupos informais, movimentos ou atividades nas paróquias (missas, pastorais paroquiais, comunidades rurais) ou, ainda, quando convocado pela associação dos pequenos produtores. Como marcas identitárias do Coletivo CASACO: o pertencimento à comunidade, a partilha das mesmas crenças (a religião católica), uma combinação de convicções e subjetividades: a terra, a agricultura familiar, as potencialidades do movimento social rural, as novas e antigas formas de organização social, as micro redes cotidianas - a mobilização entre vizinhos, os laços de amizade e parentesco, as crenças religiosas, a espacialidade regional, a produção familiar, a relação com a natureza, as afinidades políticas.

Estas marcas características articulam as experiências do Cariri Ocidental com o Cariri Oriental, nos aspectos da organização dos grupos de famílias, das potencialidades socioambientais, dos intercâmbios entre as regiões, das articulações dos Coletivos Regionais às dinâmicas sociais da ASA Paraíba.

Entre as décadas de 1940 a 1990 as famílias desta comunidade passaram por grandes dificuldades como: acesso à água, pouca produção e falta de terra para o plantio [...] Os problemas eram muitos na comunidade, mas atualmente podem-se observar muitas diferenças. Essas mudanças começaram a acontecer a partir de 2003 através de uma visita de intercâmbio que fizeram à Lagoa Seca. Quando voltaram as famílias sentiram a necessidade de se organizarem na forma de uma associação comunitária. Nesse momento, as famílias de Dona Maria Severiano e seu Zé Pequeno [de Lagoa Seca] tiveram um papel fundamental nessa organização [...] A partir da organização comunitária começaram a receber visitas de intercâmbio de outras comunidades e de outros municípios. Ganharam espaços em eventos regionais, estaduais promovidos pela ASA Paraíba (O CADEEIRO, 2007, p.1).

O discurso anterior⁵⁶, produto de uma sistematização⁵⁷, apresenta a experiência de um grupo de famílias da Comunidade de Sussuarana, Juazeirinho, PB: o acesso à água, a pouca terra, as dificuldades relacionadas à produção e as adversidades cotidianas. O relato traduz, ainda, a trajetória das “mudanças”, percebidas pela comunidade, a partir do entrelaçamento das ações e a interdependência dos processos. O diagnóstico rápido das dificuldades abarca um período expressivo de seis décadas (1940-1990). No entanto, a Comunidade realiza um salto histórico significativo, para o século XXI (ano 2003), quando retrata as mudanças ocorridas na propriedade e na vida das famílias, relacionando-as às convicções construídas, como discurso institucional da ASA Paraíba, do protagonismo do agricultor familiar e do poder exercido pela informação, e sua circulação, na construção coletiva do conhecimento. Nesta perspectiva, as trocas cotidianas - as “visitas de intercâmbios” são decisivas na história da comunidade Sussuarana; o movimento dos atores e as articulações entre experiências, em várias escalas, são condições requeridas à ação em redes.

Entretanto, percebe-se com os estudos da realidade empírica das redes sociais na atualidade, nas singularidades no semiárido brasileiro, a presença e uso recorrente de categorias clássicas de análise das ciências sociais (território, classe, instituição, religião, trabalho, partidos políticos, movimentos sociais) combinadas com processos sociais instituintes de novas práticas e possibilidades organizacionais e analíticas. As redes sociais são apreendidas como categoria política e modelo sócio-organizativo para análise dos processos sociais na região.

[...] na ASA a gente precisa refletir mais sobre esses processos, né? Sobre essas construções [...] a gente não tinha essa linguagem, a gente tinha essa preocupação, mas eu acho que só a preocupação e algumas iniciativas, assim isoladas, das entidades, não davam, não provocavam uma mudança substancial, e é trabalhando em rede, principalmente, assim, como a gente vem trabalhando na ASA tem possibilitado a gente, de fato politizar nosso trabalho [...] na medida em que você passou a se relacionar com uma gama enorme de entidades e, a partir de uma ação prática, também, você politizou muitas coisas, articulou muitas coisas, trouxe outras parcerias para dentro do processo, dinamizou espaços territoriais, valorizou espaços territoriais [...] a complementaridade, a gente percebe, a complementaridade não construída a partir de um discurso, de uma reflexão muito amadurecida, mas de uma complementaridade que foi se dando a partir de cada entidade, foi vendo cada entidade, as pessoas que participe dela... foi vendo que se envolver numa ação em rede, e não só no campo da reflexão, no campo mais prático, fez a sua instituição crescer (Técnico do PATAC).

⁵⁶ A experiência sistematizada e publicada no “Boletim Informativo o Candeeiro, do Programa Uma Terra e Duas Águas” (Projeto Demonstrativo), relata a experiência da Comunidade de Sussuarana, no município de Juazeirinho, no Cariri Oriental.

⁵⁷ Os processos de sistematização das experiências serão analisados no Capítulo III: A “centralidade” das experiências dos agricultores familiares.

As convicções compartilhadas são estruturantes das complementaridades construídas entre os atores sociais. É do sentimento de pertencimento institucional que advém a autoridade, a representação, a legitimidade, a influência da ASA Paraíba: “na medida em que você passou a se relacionar com uma gama enorme de entidades e, a partir de uma ação prática, também, você politizou muitas coisas, articulou muitas coisas, trouxe outras parcerias para dentro do processo, dinamizou espaços territoriais, valorizou espaços territoriais”. Como rede de atores toma posição, se autopercebe e é reconhecida, internamente, pelos seus membros, organizações e parceiros, podendo ser governamental ou não, como interlocutora significativa na região semiárida: “uma complementaridade que foi se dando a partir de cada entidade”. Dessa forma, é do grau de coesão alcançado pelos seus membros que “vendo que se envolver numa ação em rede, e não só no campo da reflexão, no campo mais prático, fez a sua instituição crescer” que se articula a autoestima institucional - o sentimento de pertencimento e a formação de condutas profundamente reguladas (DOUGLAS, 1998).

Tentando analisar a pedagogia da ASA na Paraíba, vejo alguns princípios primordiais que se traduzem em estratégias, ambos às vezes difíceis de distinguir: resgatar a autoestima dos camponeses, e para isso valorizar suas práticas (isto é ao mesmo tempo princípio e estratégia); assegurar sua participação, e, portanto saber escutá-los, provocar sua fala; dar-lhes informações e promover um processo de formação/capacitação a partir da prática, incentivar sua organização e intervenção política (DUQUE, 2007, p. 15).

No dizer da autora, a pedagogia da ASA Paraíba se afirma, a partir de princípios que são também estratégias, e, ambos, têm como função: “resgatar a autoestima dos camponeses” [variável de difícil mensuração] e a centralidade de suas experiências. No entanto, quando se refere à participação destes agricultores, a pedagogia proposta contempla, também, a ação de outros atores: uma “presença invisível” ou “invisibilizada” nos processos discursivos; são aqueles atores que na relação com o agricultor devem “saber escutá-los, provocar sua fala; dar-lhes informações”. As capacidades articuladas de escuta, indução dos processos e difusão de conhecimentos faz parte dos processos de “formação/capacitação”, “organização e intervenção política”. Pode-se perceber que trespassado pelo discurso da participação do agricultor estão os atores posicionados hierarquicamente, e, também, embutidas práticas de condução e regulação sociais dos processos políticos e metodológicos.

Para compreender a articulação dos atores⁵⁸ nos processos de construção e “difusão dos conhecimentos” na ASA Paraíba, propõe-se uma aproximação ao instrumento de análise da realidade regional, utilizado pelas organizações do polo sindical: o DRPA – Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas. Ele aborda a construção de diagnósticos, sugerindo dois planos de análise: o conhecimento da realidade (potencialidades, desafios e demandas) e as resoluções técnicas, políticas e metodológicas para enfrentá-la. O DRPA é uma metodologia de abordagem das “situações locais” e se insere no Programa de Desenvolvimento Metodológico, desenvolvido com a assessoria técnica, política e metodológica da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), na região do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar, no Agreste da Borborema. A metodologia consiste na realização de diagnósticos.

Um diagnóstico é o conhecimento da realidade. É rápido, pois o trabalho de campo durou menos de uma semana e as informações voltaram para ser debatidas na comunidade. É participativo, pois envolveu as famílias das comunidades, associações comunitárias, Sindicato e AS-PTA. Recursos hídricos é o conhecimento sobre as águas. O diagnóstico aconteceu da seguinte forma: Primeiro, houve uma reunião com a comunidade para estudar e planejar o diagnóstico. Durante o Diagnóstico, as famílias falaram como era o inverno⁵⁹ na região. [...] Depois, as famílias de cada comunidade fizeram seus mapas e localizaram as fontes de água, os rios e riachos, as moradias e toda comunidade. Outro momento, as famílias falaram quais eram as reservas de água de beber e cozinhar, água para lavar roupa e tomar banho e água para os animais. Foi visto que estas reservas não eram suficientes para abastecer toda comunidade (DUQUE, 2008, p. 17-18).

O DRPA é uma ferramenta institucional da AS-PTA que inclui o planejamento participativo, a sistematização do conhecimento do agricultor familiar e a experimentação coletiva como instrumento de formulação de políticas, negociação, formação, concertação e proposição políticas. Nele, devem constar como horizonte estratégico, os princípios da convivência com a região semiárida, que, nos discursos das entidades partícipes da Articulação, seriam praticados, há séculos, no mundo rural nordestino e, portanto, perceptíveis nas múltiplas “ações coletivas de resistência aos mecanismos de dominação existentes na região [...] as estratégias individuais e/ou coletivas de resolução de problemas cotidianos” (DINIZ, p.98).

⁵⁸ Convém relembrar que a análise do movimento dos atores, a partir das hierarquias de poder e das posições ocupadas, será o tema do IV Capítulo: “**As figurações dos Atores Sociais**”.

⁵⁹ Período de chuva.

As práticas cotidianas dos agricultores são consideradas conhecimentos, por excelência, sendo os intercâmbios de experiências e a valorização do agricultor experimentador elementos centrais do diagnóstico. Eles são preparados e acompanhados no processo de realização do diagnóstico local, por meio do mapeamento das informações que se queira identificar, nos momentos de formação nas reuniões dos grupos e eventos e durante o levantamento dos dados de campo. O “retorno” para a comunidade dar-se-á nos eventos regionais e temáticos, nas comunidades e grupos de famílias, recorrendo-se a mapas e/ou outros instrumentos que enquadrem o conhecimento do agricultor, estatisticamente, ou em outras formas de ordenamento e classificação, e possibilitem a sistematização das informações compartilhadas, seguido de um plano de ação, que prioriza as visitas às comunidades e experiências dos agricultores consideradas “bem sucedidas”. No entanto, a forma de como são apresentados os dados não evidencia as hierarquias entre os atores no processo de sistematização das informações⁶⁰.

[...] então comecei a perceber assim, o outro lado [da ASA], como você trabalha muito no campo burocrático e na parte de burocracia, e na parte de prática mesmo de execução, então você começa a ver que aquele, aquilo que aparece assim, não é o, não é aquela coisa perfeita, entendeu?! Eu comecei a perceber que aquela ASA que eu vislumbrei que eu via assim toda perfeitinha assim, eu acho que o sonho de todo agricultor como protagonista, e tal, num era aquilo, comecei a perceber as imperfeições, tipo cada instituição apesar de querer e de almejar talvez o conjunto, mas cada uma busca, se sobressair se apresentar, se dar melhor, comecei a perceber essas coisas assim, um pouco no lado negativo foi o que eu percebi (Dirigente da CPT, Coordenadora da ASA Paraíba).

O discurso da Coordenadora da ASA evoca os aspectos considerados “negativos” e as “imperfeições” da experiência, particularmente, a posição que cada instituição ocupa na figuração: “tipo cada instituição apesar de querer e de almejar, talvez, o conjunto, mas cada uma [instituição] busca se sobressair, se apresentar, se dar melhor” na disputa política institucional. Embora, com certa margem de incerteza, reconheça que existe, de fato, a preocupação institucional com “o conjunto” da Instituição. E é esse sentimento que articula os consensos estratégicos, as decisões da ASA Paraíba e os processos sociais na sua totalidade.

Não obstante, o percurso de construção das decisões é paradoxal, marcado pelos sentimentos de ânimo-desânimo, alegria-descontentamento, crença-descrença e pelos sonhos de várias gerações, acalentados durante décadas, da construção de utopias políticas

⁶⁰ Os processos de sistematização das experiências dos agricultores familiares serão aprofundados no Capítulo III.

marcadas por relações democráticas, justas e horizontais para suas organizações e para a “nova sociedade” que afirmam estar construindo. Assim, o limiar entre a crença e a descrença é uma variável significativa na abordagem das experiências em redes em suas densas articulações sociais. É desse cenário que advêm os conflitos, os jogos de interesses, os processos de silenciamento e controle institucional. Nota-se, nesse percurso, o choque de percepções quando o ator social se sente lesado nos seus “sonhos originais”, ao verificar que as relações políticas reais não correspondem à naturalização de determinados princípios que, para ele, seriam fundantes da organização e da sociedade em construção.

Revisando nossas práticas identifico que de modo geral a *Articulação* dispõe de conceitos, mecanismos e instrumentos adequados para a realização de sua missão e mandatos. Em alguns casos pontuamos a presença de situações que consideramos indesejáveis ou requerendo aprimoramento. Dada a novidade e a complexidade da articulação, seria anormal a ausência de problemas de governança e gestão. As tentativas de análise que realizamos mostraram um quadro de múltiplas interações, sinergias e solidariedades, e, até certo ponto, apontam para a desmistificação de algumas idéias e opiniões relativas às instâncias e organismos da ASA (SANT’ANA, 2005, p. 25).

No discurso de Sant’ Ana (2005), dirigente da ASA Brasil, a Instituição dispõe de um marco teórico (conceitos, mecanismos e instrumentos) para realização de sua missão institucional: o compromisso com as populações locais: “agricultores e agricultoras do semi-árido brasileiro”. Para isso, as experiências, o movimento dos atores e as estratégias políticas são referências importantes na aprendizagem para a convivência com a região: “a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido; a quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido” (CARTA POLÍTICA, 2002, p. 1)

A participação da Cáritas Brasileira (organização membro da ASA Paraíba) pode ser considerada uma variável importante à compreensão das “múltiplas interações, sinergias e solidariedades” entre as redes de atores sociais, uma combinação de “rede de mobilização internacional”, “redes de redes”, “redes de movimentos” e modelo socioorganizativo. Como organismo de ação social diocesana, “entidade” de caráter eclesial, se diferencia das pastorais sociais, grupos paroquiais e comunidades eclesiais de base, por sua ampla rede de relações – local, regional, nacional e internacional. Cada Cáritas local, como extensão da Cáritas Internazionale, intervém, simultaneamente, nos processos locais e regionais das suas respectivas dioceses e territórios e, ainda, responde

pelas atividades e funções institucionais da “entidade”. De acordo com a narrativa do dirigente: “são 10 regionais e outros em construção”.

A própria Cáritas brasileira é considerada uma rede, ela, existe, hoje, são mais de 160 Cáritas ou entidades membros afiliadas a Cáritas Brasileira, que por sua vez está articulada com outras Cáritas e aí vai dar na Cáritas Internazionale, né? Então, nesse sentido a própria entidade que eu trabalho já se considera uma rede, não é? Agora, no processo mais da ASA Paraíba, da sociedade civil da Paraíba, eu tive a felicidade de estar, lá nos idos de 93, quando a Articulação foi criada em Campina Grande. Então; até aquela oportunidade já existiam várias entidades históricas, aqui na região, o próprio CEPFS, O PROPAC aqui da ação social, sindicatos históricos, mas, que não tinham momentos de encontros de partilha, de reflexão conjunta. Eu creio que a ASA Paraíba trouxe essa oportunidade, de a gente se sentar, de a gente partilhar, é, preocupações comuns, partilhar sonhos e perspectivas, não é? Eu acho que foi um momento rico de aprendizado, momento rico de trocas de informações e isso de certa forma foi se irradiando para outras instâncias, não é? Na base, por exemplo, é, essa necessidade de se encontrar, de formar grupos articulados, também, foi surgindo, alimentados por nós, também, que entendíamos que ‘sozinho isolado ninguém é capaz’, como diz a música popular, não é? Mas que é o conjunto da construção que vai, de certa forma, trazer impacto, trazer mudanças significativas para o nosso país (Dirigente da Cáritas Regional, Coordenador da ASA Paraíba).

Na singularidade da experiência na Paraíba, a inserção da Cáritas dar-se-á de forma descentralizada, mas vincula-se, diretamente, à Coordenação Regional, com representação dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, e sede regional no município de Recife, PE. No espaço das dioceses, são variadas as denominações e suas divisões eclesiais, territoriais, regionais: Ação Social Diocesana, em Patos, Cajazeiras e João Pessoa e Cáritas Diocesana, em Guarabira e Campina Grande, todas, entidades afiliadas a Cáritas Brasileira. Dois programas articulam as ações da Cáritas na Paraíba: Economia Popular Solidária e o Semiárido. Este último garante a inserção da Instituição *Cáritas* nas dinâmicas sociais, técnicas e políticas da ASA Paraíba e, particularmente, nas instâncias de coordenação política: Comissão ampliada e Coordenação executiva e Coletivos Regionais do Médio Sertão (Rede Sementes e Fundos Rotativos Solidários), Articulação do Brejo [dinâmica do P1MC] e Articulação do Litoral [Feiras Agroecológicas e Rede Abelha].

Nestes espaços, as decisões ocorrem, muitas vezes, entremeadas pelas resoluções cruzadas, nascidas em vários espaços institucionais - “por outras vias” – que são, também, os espaços formais das organizações que participam dos Coletivos da ASA. Em situações de desmobilização e esvaziamento das instâncias de coordenação regional, as decisões acontecem nos espaços das organizações ou coordenações executivas. No Médio Sertão,

por exemplo, no primeiro semestre de 2009, verifica-se que “O coletivo está sem funcionar, as reuniões da coordenação acontecem, porém, as decisões seguem também por outras vias. No dia 13 de março [2009] terá um planejamento”⁶¹ (RELATÓRIO. ASA Paraíba, 2009. p. 1).

O funcionamento das instâncias de coordenação, e parte das atribuições das equipes de “apoio e assessoria” (organizações não governamentais e entidades de apoios - serviços eclesiais, paroquiais ou diocesanas): mobilização, articulação e financiamento das “experiências dos agricultores experimentadores” se relacionam, de forma interdependente, com as posições dos atores sociais, que cumprem funções técnicas, organizativas e políticas, em cada região.

As ações das Cáritas se articulam, numa rede de relações e ações em comum, com outros atores nas regiões do médio e alto sertão e brejo paraibanos. Particularmente com a Comissão Pastoral da Terra, a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano – CAAASP, o Sindicato de Aparecida (PB), no Alto Sertão; o CEPFS, PROPAC e CAMEC, no Médio Sertão e o SEDUP – Serviço de Educação Popular, na região do brejo paraibano. Uma rede de atores para convivência com a região semiárida paraibana.

[...] então me apaixonei assim, pela própria organização, pela idéia de um grupo de pessoas que não são ligadas a igreja, ou que são, mas que estavam indo por um objetivo comum [o da ASA], então, assim, de cara eu já achei o trabalho fantástico, e aí assim, o tempo que eu fiquei na CPT que foi três anos que ... eu acabei me apaixonando mais pela ASA por causa da rede de sementes, depois por causa de algumas coisas acabei participando das reuniões da coordenação que na época era ampliada mas que hoje funciona como executiva que era um grupo menor pra pensar, então eu acabei assim, foi muito encantamento a primeira vista, o meu com a ASA, assim, a forma como as organizações estavam trabalhando organizadas, o detalhamento de que cada um tava realizando uma coisinha lá no final, e, assim, no geral tava todo mundo se juntando (Membro da CPT/CG e Coordenadora da ASA) .

As articulações em redes no semiárido são identificadas por intermédio do encontro entre experiências, processos e atores sociais e pelas convicções construídas de que cada organização mantém a sua “ação lá na ponta”, “na base” – como delimitação do seu lugar específico de atuação - o sentimento de que “cada um tava realizando uma coisinha lá no final” e, deste lugar social, constituindo a rede. Mas, os processos de formação das redes sociais dependem dos encadeamentos recíprocos, dos agrupamentos com suas conexões.

⁶¹ Relatório da Reunião da Coordenação Executiva da ASA Paraíba.

Então a CPT, como uma pastoral da Igreja, ela trabalha em cima de três eixos, que é justamente terra, água e direitos, então são três coisas que envolvem conflito, a gente tem conflito por terra, conflito por água e direitos, por exemplo, até direitos trabalhistas de agricultores está dentro da nossa área de atuação (Coordenador da CPT, articulador do P1MC na região do Agreste da Borborema).

A título de referência empírica, tem-se a CPT – Comissão Pastoral da Terra, como pastoral social e, simultaneamente, serviço pastoral, que com variações de escalas: paróquia, diocese, regional e nacional e, também, preferências temáticas: “terra, água, direitos”, atuam por dentro da ASA, se constituindo em ator significativo, com forte presença nas regiões do Alto Sertão, Agreste da Borborema e Cariri e Seridó.

O movimento dos atores do Alto Sertão ao litoral paraibano, nas suas relações recíprocas, depende das conexões eletrônicas para suas articulações: entre organizações, regiões, experiências e conhecimentos. As “redes cibernéticas” se destacam pela influência exercida, no conjunto das organizações, na mobilização e circulação das informações. São procedimentos *on-line*, com operações diárias regulares, a partir das articulações entre grupos⁶²: “permite a associação de interesses, a troca e a difusão de informações e experiências e o desenvolvimento de alianças e de novas alternativas de participação política à distância” (DOIMO; MITRE; MAIA, 2007, p. 9).

De fato, estas “conexões eletrônicas”, como instrumento político-metodológico das articulações, são utilizadas com certa regularidade na ASA Paraíba: trocam-se *e-mail* e uma vasta documentação circula na rede *on-line* (textos, documentos, relatórios, sistematização de informações e experiências), intercaladas pelas chamadas telefônicas, fax e serviços postados.

Iniciamos a reunião⁶³ com ela [dirigente de ONG] nos lembrando que na reunião anterior viu-se a possibilidade de uma reanimação para a ASA Paraíba, já que as dinâmicas microrregionais pouco dão atenção para os emails. Gastam-se tempo, recurso de telefone e muitas vezes não surte mais o efeito de mobilizar. A pergunta é: Será que somos agora apenas executores de programas? (Coordenador da ASA Paraíba).

⁶² Na perspectiva de pensar as “articulações eletrônicas” contemporâneas, destaque para o Fórum Social Mundial, a Associação Brasileira de ONG’s (ABONG) e algumas denominações específicas regionais e/ou temáticas: ONG’s – Organizações não Governamentais de Direitos Humanos (DH Net – rede de direitos humanos e cultura), redes de capacitações múltiplas (gênero, educação, saúde, agricultura familiar), a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil) e sua expressão regional: ASA Paraíba, entre outras.

⁶³ Discurso proferido na Reunião da Coordenação Executiva (CE) da ASA Paraíba, realizada no dia 12 de março de 2009, para discussão (pauta) das dinâmicas microrregionais, por meio dos informes de cada coletivo Regional, da construção de uma “agenda” de formação para 2009: os eventos e seminários e seus respectivos temas e a definição do espaço físico da “Secretaria Executiva” – local que funcione como referência institucional da *Articulação*.

No entanto, são os correios eletrônicos que circulam mais. Eles cumprem a função específica de fomentar os processos sociais de mobilização, convocação, debates políticos e construção de consensos institucionais, nos intervalos entre as reuniões e eventos. Não obstante, nota-se ser esse instrumento de acesso restrito aos dirigentes e coordenadores – membros das organizações não governamentais, sindicalistas e suas equipes coordenadoras, pastorais sociais, serviços eclesiais e articuladores de programas, entre outros. Dessa forma, é visível o descompasso entre esse “público seletivo”, os atores “lá na ponta” - os agricultores familiares - e as decisões “on-line” que ocorrem sem a sua participação direta. Esta constatação consolida a afirmação que acompanha a análise, em curso: a ASA Paraíba se constitui como rede hierárquica de atores no semiárido paraibano e, essa posição social, *per se*, desconstrói o discurso da horizontalidade das relações entre atores.

Embora, percebam-se a sinergia dessa perspectiva política com as análises dos diferentes teóricos dos movimentos e redes sociais ao afirmar os valores solidariedade e horizontalidade como marcas características e dimensões constitutivas das redes sociais, tratando-os, com regularidade, como inovações dos antigos e novos movimentos sociais. Defende-se, como parte da análise, que estes processos não são horizontais, nem solidários, por constituição, podendo sê-los ou não. Mas, são as articulações de atores, nas suas interconexões e dependências recíprocas, que delimitam seus campos específicos de inserção política, a partir dos diferentes lugares sociais ocupados.

Para compreender este movimento das hierarquias entre atores sociais, veja-se a pesquisa realizada⁶⁴, com as organizações que compõem a ASA Brasil (as ASA's em cada Estado), por Sant'Ana (2005), membro da Instituição. Ele investigou os “problemas e desafios” da Articulação do Semi-Árido, e realizou uma análise institucional com base na pergunta: quem somos nós ASA Brasil? Como resultado, obteve um dado bastante expressivo: 59% das organizações que fazem parte das dinâmicas da ASA são de base comunitária. No dizer do autor: “unidades simples, informais e, juridicamente, incompletas”⁶⁵. Mesmo admitindo um quadro de imprecisões na sua abordagem, e a

⁶⁴ Silvio Sant'Ana, membro da ASA Brasil, produziu o texto: **Governança e gestão da ASA**. Brasília, out. 2005. 26p (mimeo.), com ênfase nos dados sistematizados do “público alvo” da ASA em todo semiárido.

⁶⁵ Aqui cabe lembrar o debate sobre os movimentos sociais nas décadas de 70 e 80, quando abordam as “ações particulares, pontuais, setoriais” ou “experiências espontâneas, locais” como limitadas, projetando-as

necessidade de um estudo “à parte” desses grupos sociais, este autor aponta algumas marcas características como possibilidades e limites destas organizações.

Podemos observar que a maioria quantitativa das entidades da ASA são as de base comunitária (associações de moradores, agricultores, assentados de reforma agrária, pequenas comunidades, etc.). São unidades simples, muitas vezes informais ou com sua institucionalidade incompleta do ponto de vista jurídico. Pela importância das mesmas, seus objetivos, suas funções sociais e papéis mereceriam um estudo ‘a parte’, mas podemos dizer que as mesmas estão quase sempre centradas em questões ligadas à sobrevivência imediata de seus membros e do grupo comunitário imediato. Ou seja, são quase sempre entidades semi-corporativas, visando o benefício dos seus associados. Do ponto de vista econômico financeiro e da disponibilidade de recursos, tem pouca autonomia e quase sempre dependentes de atores externos. Do ponto de vista político elas têm certa dificuldade em formular seus objetivos e propostas próprias, ‘filiando-se ideologicamente’, via de regra, a setores políticos mais estruturados e externos ao âmbito de ação (SANT’ANA, 2005, p. 3).

Pôde-se mensurar que a caracterização realizada pelo autor, por si, já coloca limites à atuação desses grupos: “são centradas em questões ligadas a sobrevivência imediata”, “semi-corporativas”, com “pouca autonomia” e “dependentes de atores externos”. E, ainda, com dificuldades de formular seus próprios projetos, frágeis ideologicamente e reféns das investidas dos grupos “mais estruturados e externos ao âmbito da ação”. Aqui cabe uma ponderação: se 59% das organizações membros da ASA é de base comunitária e, pelas características descritas acima, estão impossibilitadas de tomar decisões, quais seriam os atores decisivos na articulação? Para compreender a totalidade dos argumentos apresentados pelo autor, segue-se a classificação dos demais grupos que formam a ASA.

E, dessa perspectiva analítica de pensar os processos sociais, ao rever as hierarquias dos atores, enquadra-se o segundo grupo das organizações: os Sindicatos e as Federações de Trabalhadores Rurais. Nos dados apresentados por Sant’Ana (2005), este grupo representa 21% do total das organizações membros da ASA. Este autor analisa, sequencialmente, como um grupo diferenciado e mais significativo que o primeiro: as organizações de base comunitária.

O segundo grupo, mais significativo, é composto pelo movimento sindical, cuja importância social e política na área rural é por demais conhecida. Estas são, por excelência, organizações corporativas, voltadas à defesa dos interesses sindicais e com agendas muito mais amplas que o grupo anterior. Do ponto de vista econômico financeiro e político são mais poderosas e têm bastante mais autonomia que o grupo anterior [grupos de base comunitária]. Algumas destas organizações dispõem de serviços sociais, de assistência e produtivos (SANT’ANA, 2005, p.3).

em um horizonte estratégico de longo prazo, qual seja, o “movimento político de caráter popular” (BORJA, 1975).

Percebe-se que este autor trata com deferência a experiência política sindical, no contexto dos grupos que compõem a ASA, em comparação com o grupo anterior (grupos de base comunitária). Ele considera que mesmo tendo como marcas características específicas a “defesa dos interesses sindicais e corporativos” possui agendas mais amplas e são consideradas nos aspectos econômico-financeiros e político, como “mais poderosas” e “autônomas” e, com variações de posição política, podem funcionar como “prestadoras de serviços sociais de assistência”.

Como se pode verificar há uma preferência do autor pelo movimento sindical, como “grupo mais significativo” da ASA, em detrimento das experiências micro-locais, informais, “pouco autônomas”, com suas agendas pontuais e reivindicações específicas e com “menor poder” político-financeiro.

A influência dos movimentos eclesiais, paróquias, pastorais ou serviços diocesanos e igrejas evangélicas é bastante expressiva: 11% da totalidade das organizações da ASA Brasil.

Um terceiro grupo, também muito significativo, é composto por organizações e entidades vinculadas às igrejas (católica e evangélica) muito presentes e ativas na região. Tal como o grupo anterior [Movimento Sindical], tem uma larga trajetória de contribuição e avanço das lutas e reivindicações da SAB [Semiárido Brasileiro]. São, no entanto, bastante diversas em quanto à sua agenda. Operam em bases não corporativas, trabalhando com interesses coletivos e se definem, via de regra, como entes de serviço e apóio às anteriores. Tem, quase sempre, uma latitude maior no manejo de recursos e, do ponto de vista político, uma autonomia relativamente ampla. Em muitos casos elas atuam como agências de cooperação financeira, apoiando iniciativas e projetos dos grupos anteriores⁶⁶, derivando daí uma grande ascendência política e operacional (SANT’ANA, 2005, p.3-4).

A luta pela terra no Alto Sertão é uma representação desse processo. A experiência marca o surgimento da ASA na região e a expressiva presença de duas organizações: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), na condução política das redes regionais e temáticas.

Na verdade, assim, a gente tem várias redes, que é, cada tema, não é, a gente preferiu dividir por temas, porque ai cada pessoa já tinha o seu trabalho de base, é, referente a esse temas, ai tem a rede água, rede sementes, tem a rede dos cultivos agroecológicos, tem a rede saúde e alimentação. Então essas redes é, ela é compostas por pessoas dos assentamentos, que são aquelas pessoas que

⁶⁶O discurso faz referência ao movimento sindical. Nos casos específicos da Comissão Pastoral da Terra e da Central das Associações dos Assentados do Alto Sertão Paraibano, os “grupos alvo” são os assentados da reforma agrária ou trabalhadores “sem terra” das áreas de conflitos.

dentro dos assentamentos tem seu trabalho nessa linha, né, quem organiza os bancos de sementes, quem discute a questão da semente, quem organiza a questão da saúde alimentação, é, os viveiros de mudas, não é?...porque tem os viveiros de mudas das outras plantas e os viveiros de mudas da rede saúde e alimentação e as pessoas das entidades se dividem dentro dessas redes como assessorias.[...] As entidades seriam a CPT, CAAASP, Sindicato de Aparecida e tem parcerias também com a diocese de Cajazeiras. Algumas ações a gente desenvolve em parcerias [...] com a Diocese mesmo, com Programa de Ação Social da Diocese de Cajazeiras. Por exemplo, com o programa das cisternas a gente conseguia aumentar consideravelmente, essas redes, porque a gente ampliou a ação. Porque, por exemplo, a CPT, ela tem ação restrita aos assentamentos, enquanto CPT, e a CAAASP também, por ser uma Central de Associação de Assentamentos, teoricamente ela só poderia trabalhar nas áreas de assentamentos [...]. Então com a cisterna a gente pôde ampliar as parcerias [...] a gente atua em 54 municípios, todos os municípios da diocese que compreende o Alto Sertão (Membro da CAAASP, Coordenadora ASA Paraíba e representante na Coordenação Executiva da ASA Brasil)

A ASA Paraíba, no Alto Sertão, se destaca pelo trabalho com as redes temáticas que agrega várias experiências dos agricultores: água, sementes, cultivos agroecológicos, saúde e alimentação. As redes são formadas pela representação das Associações dos Assentados e com a assessoria direta da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) e do Sindicato de Aparecida. A partir do Programa de Mobilização Social: um milhão de cisternas rurais (P1MC) há uma ampliação das parcerias e um alargamento das ações de intervenção articulada. Nesse processo, um ator surge com expressiva significação: a Diocese de Cajazeiras, através dos organismos de ação social, interferindo, decisivamente, na presença institucional na ASA Paraíba na região. A sua influência é decisiva na delimitação da espacialidade regional da CPT, CAAASP e Igreja Católica que, como área de atuação, segue a demarcação eclesial, qual seja, a divisão da Diocese de Cajazeiras. Essas configurações de experiências e atores que se recompõem, permanentemente, são entrelaçadas em redes que formam a ASA.

De acordo com os dados (ano de 2007), a intervenção da CAAASP, na região, se dá em 23 áreas⁶⁷ de assentamentos, em 13 municípios⁶⁸, numa área de aproximadamente 21.840,20 hectares, envolvendo 931 famílias assentadas. As ações são desenvolvidas com

⁶⁷ Áreas atendidas pela CAAASP – Central das Associações dos Assentados do Alto Sertão Paraibano: Mutirão, Três Irmãos, Bartolomeu I, Recanto II, Acauã, Fortuna, Santo Antonio, V. Santiago, São Francisco II, Alto Alegre, Paissandu, Juazeiro, Bom Jesus, Frei Damião I, Ed. Sebastião, Cruzeiro, Jacu, Currallinho, Paxicu, Frei Beda, Sarapó, Angélica, Mãe Rainha. Os municípios de Fortuna e Paissandu “optaram pela assessoria técnica da EMATER” – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (CPT SERTÃO/PB, 2007).

⁶⁸ Os municípios de Riacho dos Cavalos, Triunfo, Bonito de Santa Fé, Jericó, Aparecida, Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, São Domingos, Marizópolis, Poço Dantas, Pombal, Paulista, S. J. L. Tapada.

a articulação dos “trabalhadores assentados” no encaminhamento das suas “demandas e projetos”, capacitação nas áreas temáticas: conjuntura agrária e agrícola, associativismo, processo de reforma agrária, política de crédito e “monitoramento e assessoria técnica” da organização interna e da produção dos assentados.

Em relação à CPT, a intervenção ocorre em 15 áreas de conflitos⁶⁹, totalizando 07 municípios⁷⁰, em uma extensão territorial de 20.827,88 hectares. As ações dão-se na direção do “fortalecimento da luta” para conquistar a terra “através da vistoria, desapropriação e emissão de posse das áreas”, no processo de capacitação sobre o “processo histórico da comunidade” e temas correlatos: campesinato, associativismo, segurança alimentar, política energética, biocombustíveis, relações humanas, gênero e geração e legislação agrária e agrícola. Pode-se constatar uma combinação de ações e marcas características: a capacitação nas áreas de organização política e mobilização social como estratégias institucionais das novas articulações na região.

As organizações de “assessoria e apoio” eclesial, entre elas a CPT, intervêm de forma significativa – e sistemática – nas articulações e decisões da ASA Paraíba. No geral, estas organizações articulam suas ações junto às organizações não governamentais. As ONG’s são consideradas como pequeno grupo, no aspecto quantitativo, mas com expressivo poder de interlocução e inserção política: mobilização, arguição, proposição, execução de projetos.

O quarto grupo⁷¹, as chamadas ONG’s, é pequeno do ponto de vista quantitativo, mas importante nos aspectos qualitativos. Tal como o segmento anterior opera quase sempre com temas de interesses coletivos (difusos), tem ⁷²ampla agenda social e política. Apresentam-se também como entidades de serviços e assessorias aos dois primeiros grupos, [organizações de base comunitária e movimento sindical] ‘competindo’ de certa forma, com o segmento das entidades vinculadas as Igrejas [terceiro grupo], mas operacional e politicamente mantêm com elas múltiplas vinculações e alianças estratégicas. Do ponto de vista dos recursos (econômicos, financeiros, humanos) difere

⁶⁹ As áreas são: Santa Clara, Várzeas/Canal, Morada Nova, Estrela, Srª do Rosário, Veneza, Pau D’arco, Cantinho, Novo Horizonte, Sabiá, Caldas, Angélica II, Poço dos Cavalos, Verdes, Santa Mônica.

⁷⁰ Nos municípios de Aparecida, S. J. da Lagoa Tapada, Triunfo, Pombal, Sousa, Lagoa, Cajazeiras.

⁷¹ O autor faz uma caracterização das organizações que fazem parte da ASA Brasil.

⁷² O primeiro grupo é formado pelas organizações de base comunitária: as associações de moradores, agricultores, assentados de reforma agrária, pequenas comunidades, entre outros. Do ponto de vista quantitativo, é considerado o grupo mais expressivo: totalizando 59% dos grupos que compõem a ASA Brasil. O segundo grupo é composto pelo movimento sindical: 21% das organizações são de matriz sindical e o terceiro grupo, de origem eclesial, formado pelas organizações ligadas as Igrejas (católica, evangélica), ocupa 11% do total geral das entidades membros da ASA Paraíba (SANT’ANA, 2005).

bastante do grupo anterior [entidades ligadas às igrejas] já que nem sempre dispõem de financiamento e recursos adequados para o pleno desempenho de suas atividades e proposições. Do ponto de vista político é um grupo não monolítico, mas comunga das plataformas republicanas e transformadoras da realidade social (SANT'ANA, 2005, p.4).

Como organizações de “serviços e assessoria” ⁷³ com “ampla agenda social e política” contribuíram, decisivamente, nos processos de redemocratização da sociedade brasileira, “operando com temas de interesses coletivos”. No dizer do autor, um grupo com perfil heterogêneo, mas que “comunga das plataformas republicanas e transformadoras da realidade social”. Na atualidade, combinam-se os múltiplos processos de acompanhamento – mobilização, capacitação, proposição e execução de políticas e monitoramento das ações institucionais, com as inovações nos métodos, procedimentos, instrumentos e práticas políticas.

O grupo das cooperativas representa 3% das organizações da ASA.

O último grupo, das Cooperativas, é bastante semelhante ao anterior [das ONG's], já que sua presença na ASA é fruto da articulação com cooperativas de trabalho (constituídas em sua maioria, por técnicos originários dos serviços de extensão rural); sua maior diferenciação com as ONG's se relaciona com a forma jurídica de sua constituição (SANT'ANA, 2005, p.4).

A diferenciação entre os atores sociais: grupos de base comunitária, movimento sindical, organizações eclesiais, organizações não governamentais e cooperativas, enquadrando-os como mais ou menos significativo, combativo, “revolucionário”, marcou as abordagens dos analistas dos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80, do século XX. No entanto, novas experiências se apresentam como contraponto a esse enfoque analítico. Estas expressões sócio-organizativas foram denominadas de “novos movimentos sociais” e atualizou as análises dos estudiosos dos movimentos sociais e, de forma específica, na atualidade, a rede de atores do semiárido paraibano. No contexto da transição deste debate se apresentam as novas articulações das redes na região.

Pretendo contar a experiência pouco comum dessa rede original que é a Articulação do Semi-Árido (ASA) – um fórum híbrido, sem hierarquia, onde camponeses e assessores debatem em pé de igualdade – que está transformando a vida dos camponeses no semi-árido, pela conquista da cidadania (SABOURIN, DUQUE, 2005, p.2-3).

Não obstante, essa forma de percepção das organizações sociais sem hierarquia, “onde camponeses e assessores debatem em pé de igualdade” invisibiliza as hierarquias

⁷³ O papel das organizações não governamentais, na constituição das redes de atores no semiárido paraibano, será analisado no IV Capítulo.

dos atores que formam a ASA Paraíba. No entanto, é importante reconhecer que o discurso da igualdade entre atores é uma construção tecida por dentro da rede, tanto nas falas de atores em posições diferenciadas – como agricultores e membros de ONG's - quanto é um pressuposto nos espaços de construção de saberes, como os encontros de troca de experiências. As diferenciações e interdependência entre os atores sociais, no contexto das articulações sócio-políticas no semiárido paraibano, são dimensões constitutivas das intervenções e práticas políticas da instituição. As posições sociais dos atores os distinguem entre si e, simultaneamente, definem sua capacidade de acordo com as relações de poder no debate político microrregional de cada Estado.

O fato é que, no pensamento social contemporâneo, ainda persiste com expressiva eloquência esse tipo de discurso que organiza hierarquicamente os grupos sociais – das comunidades, associações comunitárias, grupos de assentados de reforma agrária, grupos de famílias, jovens, mulheres, entre outras experiências, para as instâncias de coordenação e decisão políticas, concebidas como pensantes e propositivas.

O esforço, até o momento, tem sido de analisar os “atos recíprocos” da ASA *Paraíba*, modelando-se em alguns conjuntos de “relações mútuas”, os níveis de interdependências, os argumentos múltiplos, os aspectos sociais, técnicos, organizativos, políticos que trespasam as relações cotidianas e se manifestam, tanto nas estruturas sociais como nas micro-relações cotidianas (ELIAS, 1994a).

De forma ampla, com os devidos distanciamentos e aproximações, a ASA Paraíba se institui como parte dessa trajetória ampla dos movimentos sociais: âncora de variados processos sociais, articulações transversais e interdependentes dos atores sociais no semiárido paraibano.

Os dados empíricos indicam que o discurso institucional da ASA Paraíba aponta para uma revisão das abordagens políticas e metodológicas dos movimentos sociais na região semiárida: novas significações, novos dispositivos coletivos, como aspectos constitutivos dos antigos e novos processos sociais - aspectos diferenciados de organização, mobilização e aglutinação de uma variedade de atores sociais.

2.5. Tecendo os fios da rede: balanço e significados

A análise das redes sociais (anos 90 do século XX, e início do século XXI), ressignificado no debate político e na produção sociológica, apresenta as novas articulações entre os atores sociais como recriação ou reinvenção dos movimentos sociais nas décadas anteriores. Esta perspectiva, bastante expressiva, à época, reúne vários estudiosos: Villasante (1998; 2002) Brito (2007) Gohn (2005) Scherer-Warren (1993) Doimo; Mitre, Maia (2007), entre outros autores.

Na realidade, a abordagem teórico-metodológica, realizada pelos autores, apreende as experiências dos novos movimentos sociais, como pequenos grupos, autênticos, autônomos, informais, com estruturas não burocráticas, flexíveis, horizontais, tomando todas as decisões coletivamente e sem diferenciação entre os seus membros e, desde esta perspectiva analítica - de ressignificação e continuidade dos processos sociais - aborda as novas articulações dos atores na contemporaneidade.

O trabalho de análise, em curso, contrapõe-se ao debate das redes sociais em duas das suas principais afirmações: as relações horizontais e invisibilidade dos conflitos entre atores.

Como contraponto, defende-se que a abordagem supracitada corresponde a uma interpretação profundamente acolhedora, romântica e idealizada da realidade social e que pensar as articulações em redes, numa perspectiva dos processos sociais e movimento de atores, hierarquicamente posicionados, é um ato de reconhecimento, *per si*, da impossibilidade de uma estrutura horizontal de articulação social. Norbert Elias (1994a, p. 50) indica ser o poder “[...] a extensão da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas”.

Dessa forma, as articulações dos grupos, como representação das experiências de convivência com a região semiárida, circulam, entremeadas, por cenários de auto-regulação e influências múltiplas (DOUGLAS, 1998); discursos entrecruzados que emergem das experiências dos agricultores familiares: seus fundamentos, suas afirmações; o ser e pertencer a ASA Paraíba - “ser agricultor, ser da terra, ser do semiárido”, ou “ser

protagonista”, e suas dependências recíprocas com os atores com atribuições de “apoio e assessoria” institucionais.

Em termos de aproximações analíticas destaque para as articulações em redes cotidianas que se caracterizam pela relação de interdependência das famílias de agricultores que compartilham os mesmos códigos sociais, simbólico-lingüísticos, motivacionais - são os amigos, parentes, vizinhos e grupos de interesses (religião, lazer, trabalho, afetos). Pode-se afirmar ser, essa combinação de aspectos, os elos e interconexões que articulam as experiências e discursos, como dimensões correlatas do pertencimento.

Os discursos da convivência com o semiárido como estar e permanecer na terra [e suas múltiplas representações], trabalhar a terra e dela tirar o seu sustento - uma nova maneira de percebê-la, senti-la, abordá-la - continua sendo uma referência, uma forte inspiração à organização e mobilização dos agricultores e agricultoras familiares, um convite a um novo olhar (o da convivência); outras formas de convívio que trazem à tona outras dimensões: a saúde, a educação contextualizada (para a região semi-árida), a juventude rural, as relações entre homens e mulheres.

As manifestações das buscas individuais e coletivas dos grupos sociais, com variação de densidades e intensidades, vinculam-se à existência cotidiana, demarcando um amplo campo de aproximações e distanciamentos, conflitos, ambiguidades, interesses e regulação institucional: combinações simultâneas de processos sociais que indicam quando uma ação pode ser considerada ‘mais ou menos’ solidária, democrática, recíproca, transformadora.

Nesse ínterim, as transformações contemporâneas – de referências políticas, de perspectivas – são evidenciadas nas redes de atores: formas diferenciadas de agrupamento, mobilização, aglutinação, celebração e convivência de uma multiplicidade de atores sociais, diferem, substancialmente, da representação do ator político organizado das décadas anteriores – o militante dos antigos e novos movimentos sociais, o dirigente partidário, os mediadores sociais. Esses novos atores e organizações sociais convivem com outras maneiras de lidar com a transformação social embora mantenha, como marca identitária, a contraposição ao “modelo dominante” e a disputa de projetos políticos. Não obstante, os diálogos e parcerias governamentais fazem parte, com frequência, dos atuais procedimentos e mecanismos de negociação das políticas públicas para o semiárido.

Na relação com o lugar social, a espacialidade funciona como espaço em deslocamento, significada nas práticas cotidianas, como possibilidade de ações diferenciadas; lugar do encontro de experiências e atores; lugar dos discursos de defesa do projeto de convivência com o semi-árido, das dinâmicas sócio-técnicas e políticas e do entrelaçamento das articulações. “Não podemos esquecer que ‘dis-cursos’ é originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, ‘demarches’ intrigas, e que os espaços são áreas reticulares, tramas, retramas, redes, desredes de imagens e falas tecidas nas relações sociais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 51). A espacialidade é construída nos espaços de exercício do pertencimento: sentir-se parte da associação, do banco comunitário de sementes, do fundo rotativo solidário da comunidade, dos grupos eclesiais, da comissão de mulheres; nas redes de sementes, educação, água, abelha. A identificação do agricultor com a terra se constrói, por força de referências e perspectivas variadas.

Muitas articulações em redes são pensadas, com ênfase nos limites e delimitações geográficas (referenciadas nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE), em contraposição as afirmativas recorrentes, no pensamento social contemporâneo, de colapso dos marcadores espaciais com o advento da globalização total – implosão dos espaços locais, regionais e suas demarcações. As redes sociais no semiárido constroem uma geografia social: o movimento das pessoas, as experiências, as organizações; entretanto, transcendem a pré-fixação destas fronteiras, sem prescindir delas, como representação das múltiplas possibilidades de novos lugares.

Os critérios multidimensionais são decisivos na delimitação da espacialidade. Não são, apenas, as características físico-geográficas que articulam a rede social, mas sobretudo, a ação e o movimento dos agentes locais (atores sociais) que encontram sentidos múltiplos na ação conjunta, ao ato de compartilhar os mesmos códigos de comunicação: objetivos, sonhos, pertencimento – como sistema aberto e interdependente: de dentro pra fora, de fora pra dentro. Essa forma de pensar as articulações dos atores se diferencia do discurso que apregoa a anterioridade histórica da experiência dos agricultores como uma “memória” disponível à aprendizagem. Quer dizer, as características advindas de tempos históricos passados estariam inscritas na experiência atual, entre elas, o comportamento solidário como atributo desses processos histórico-sociais e, na atualidade, ao pertencimento a ASA Paraíba.

Pensar as redes como fluxos consiste em fazer um movimento de reconhecimento da complexidade desses processos sociais – lugar de múltiplos significados - onde se aprende a colaborar, a ser solidário, democrático, recíproco, autônomo e, com a mesma intensidade, a rivalizar, a disputar espaços de poder no mercado institucional, nas instâncias de poder e representação políticas - tanto internas, como externas à ASA Paraíba, onde se experimenta uma relação paradoxal de obrigação, interesse, solidariedade, aprendizagem e densos processos de regulação social (DOUGLAS, 1998).

Os pressupostos da articulação em rede: seu horizonte estratégico não é cada organização, em si, não é o ator social (como indivíduo) percebido isoladamente, mas o entrelaçamento dos atores, experiências e organizações. Nessa perspectiva, as redes de relações cotidianas são decisivas na região - se formam e se transformam com intensidades variadas. As redes sociais se reconhecem, e são percebidas, nos fluxos e, deles, se interdependem, enroscam, entrecruzam; se estabelecem, também, na diversidade das experiências – nos limites e ambiguidades das fronteiras políticas, geográficas, sociais, ambientais: as relações com a terra, com a água, com o mercado, com a educação, com a política.

Quando se exige aos membros da ASA um comportamento, formalmente idêntico numa situação específica, investe-se na centralização dos interesses, dos discursos, da aprendizagem (dos conteúdos) das ações em rede. Esta perspectiva convive de forma conflituosa com o discurso da autonomia dos atores sociais, ao afirmar o protagonismo dos agricultores familiares, como pressuposto institucional, associado à autonomia das suas organizações.

O discurso da autonomia sem “centro” (descentrada) é um exercício ambíguo e conflituoso na ASA Paraíba. Os processos sociais como construtos das experiências, são, também, marcadores institucionais - classificam, nomeiam, delimitam as fronteiras e articulam o pertencimento. O discurso institucional, tecido por dentro de cada grupo e organização da ASA, apresenta as redes com acessos múltiplos, aberta de todos os lados, – nelas as decisões são “construções coletivas”, autônomas e descentralizadas – como marca característica das suas articulações. No entanto, os lugares e as instâncias onde se tomam as decisões, as capacidades de influenciar e ser influenciado sofre variações de intensidades e de poder efetivo nas hierarquias de poder na rede.

Partindo-se, para uma melhor precisão do dito anteriormente, de uma figuração social específica: a Rede Semente como instância regional, com alguns espaços microrregionais consolidados (Médio Sertão, Alto Sertão, Cariri e Seridó, Polo Sindical), em que estabelece como referência-base à organização comunitária “lá da ponta”: o Banco de Sementes Comunitário (BSC). Como rede regional estabelece, de fato, dispositivos de iniciação, funcionamento, articulação, mobilização, entre outros, que são inovadores nos aspectos: técnico-organizativo-político. São procedimentos advindos do entrecruzamento – do agir e pensar como articulação em rede – impossível de acontecer no isolamento e/ou agrupamento (a família agricultora, o banco de sementes, a associação comunitária), sem os vínculos e lealdades estabelecidos socialmente pela conectividade.

Não obstante, muitos procedimentos escapam ao espaço micro local (organização, grupo, sítio, comunidade). A gestão social e as capacidades exigidas para determinadas funções e mediações políticas ocorrem dentro de um marco institucional (ASA Paraíba) e seus lugares de decisões - suas instâncias executivas: temáticas e ou regionais, com centralizações e descentralizações diferenciadas (Coletivos Regionais, a Coordenação Ampliada e Comissão Executiva). Nessa perspectiva, a designação apropriada para pensar a margem grupal, comunitária, familiar de influenciar e gerir autonomamente os destinos da sua organização depende dos movimentos e sentidos construídos pelos atores sociais e organizações, do poder de cada discurso: quem fala o quê, quais são os interlocutores – internos e externos à organização - as relações de forças que os institui, os diferentes lugares sociais ocupados, os sentidos do que vai sendo pronunciado, proposto, e a legitimidade de cada narrativa (ORLANDI, 1988). Visualiza-se um vasto campo social interdependente de atores, processos e experiências, complementaridades conflituosas, que não parte sempre de um centro e nem é descentralizado por constituição – mas pode ser simultaneamente, descentrado, centralizado e rizomático.

Combinam-se, nesta perspectiva, de atores/ações com estruturas descentralizadas: as ações diretas do agricultor e da agricultora no seu sítio, na comunidade rural, as articulações microrregionais, os processos dos Coletivos Regionais e, *pari passum*, as instâncias e espaços centralizados de coordenação, execução e direção políticas.

Os ideais de transformação social – herança das distintas tradições do marxismo – referenciados nas redes sociais como matriz analítica, reúnem vários autores que estudam o aporte dos movimentos sociais na contemporaneidade. Entretanto, as buscas antigas e

atuais, de transformação das realidades sociais não são contribuições originais. Trata-se de uma recriação específica da vida social contemporânea, com seus novos códigos simbólicos-linguísticos, novos recortes - espaço-tempo - novas nomeações: geográficas, históricas, sociais, políticas, culturais e subjetivações de uma nova disposição política: “espírito de luta” a favor da igualdade e da justiça. Nota-se que a defesa da “originalidade da inovação” [nostalgia revolucionária] recai nas afirmações recorrentes, dos vários autores estudados, da solidariedade, da reciprocidade, da democracia e emancipação social como aspectos constitutivos, intrínsecos dessas experiências.

Estas experiências são diferenciadas e contraditórias; incorporam nas suas ações e discursos cotidianos, certas estratégias de recusa dos padrões de sociabilidades dominantes. As experiências, por sua caracterização, são de distintas origens, trajetórias, modelo organizativo, público-alvo, áreas de atuação - não necessita afiliação e/ou autorização para existir e se transformam no transcurso dos processos sociais. Ao produzir discursos – nomear e instituir realidades – elas trazem para o presente à proposição como projeção de futuro.

Parte-se do pressuposto teórico e metodológico que os indivíduos aprendem a cooperar, que no exercício da solidariedade os interesses individuais são redimensionados, recompostos, relançados, a partir de múltiplas mediações: políticas-cognitivas-institucionais em uma combinação de internalização, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios (DOUGLAS, 1998). No entanto, Mary Douglas reconhece que ditas mediações não são suficientes para compreender o comprometimento dos indivíduos com o grupo maior. Eles não agem, exclusivamente, como seres racionais no sentido de otimizar os benefícios, utilidades, resultados, numa relação custo-benefício em termos pessoais. Existem campos de convicções e decisões que escapam à racionalidade e ao controle das ações de todos os envolvidos no processo e que se relacionam, diretamente, às capacidades organizadas dos atores e à complexidade das articulações.

Na ação em rede de atores, o sentimento de pertencimento é o que cria os sentidos, os vínculos de identidade, de ser membro/ partícipe da experiência, dinâmica, grupo, organização; a “submissão consentida” às exigências, as obrigações, aos consensos mobilizadores e estratégicos; a internalização da solidariedade como marca identitária da ASA e, *pari passum*, a articulação de uma pluralidade de aspectos distintivos, divergentes, conflituosos que se mantêm coerentes por intermédio da flexibilidade proporcionada pelo

modelo organizativo das redes sociais. No dizer de Manuel Castells (2000): uma pluralidade de organizações só funciona em um sistema de redes, que, por designação, não combina com a tradição corporativa dos movimentos sociais.

A ASA Paraíba se insere, substancialmente, como uma experiência que congrega e articula vários processos sociais em um macro projeto institucional, comum a todos os diferentes atores: o desenvolvimento sustentável da região; a valorização do potencial que cada ator tem de construir a experiência e, por acréscimo, a sua organização, o seu próprio futuro; a valorização dos recursos locais disponíveis (humanos e naturais), a valorização do intercâmbio e das culturas da região semiárida: suas práticas ambientais, as experiências e saberes dos agricultores e agricultoras familiares.

No capítulo III, serão analisadas as experiências dos agricultores, como representação das múltiplas formas de organização social, técnica e produtiva da agricultura familiar.

CAPÍTULO III

3. A centralidade das experiências dos agricultores familiares

3.1. Apresentação

A modificação das figurações humanas liga-se estreitamente à possibilidade de transmitir as experiências de determinadas gerações, como um saber social adquirido. Essa acumulação social contínua do saber contribui para a modificação da convivência humana e para que se alterem as figurações formadas pelos homens (ELIAS, 2001, p.38).

Na ASA Paraíba as experiências dos agricultores e agrocultoras familiares se colocam no centro do processo de construção coletiva do conhecimento; os saberes como insumos excepcionais a construção de novos conhecimentos e a formulação de proposições políticas para a convivência com a região semiárida.

As experiências serão analisadas como categoria do discurso institucional da ASA Paraíba. Portanto, **as experiências** como representação das múltiplas formas de organização social, técnica e produtiva da agricultura familiar e, nelas, estão incluídas as “tecnologias sociais”: a cisterna de placa, a barragem subterrânea, o poço artesiano, o tanque de pedra, a mandala, as feiras agroecológicas; os **processos sociais e políticos** pensados como articulações em “**redes de atores**”: água, abelha, educação, sementes e, também, as instâncias sócio-organizativas: os coletivos regionais como formas diversificadas de participação e representação institucionais; e as relações recíprocas entre os atores sociais: as capacidades articuladas de influenciar e ser influenciado pelo outro.

A sistematização das experiências como recurso metodológico, se destaca nos discursos dos atores sociais no semiárido paraibano, como instrumento de divulgação e proposições políticas e organizativas: experiências que envolvem toda a família agricultora ou uma tecnologia social específica, desenvolvida na comunidade ou na propriedade. A complexidade que abarca este processo social indica, entre outras possibilidades, que não se trata, simplesmente, de procedimentos de escuta, descrição, apropriação e repasse de uma história de vida familiar. Existe um conjunto de pressupostos orientadores que organizam as experiências dos agricultores.

Nas últimas três décadas: 70 80 e 90 do século XX surgem na América Latina, práticas e discursos ordenadores de um “fazer educação popular” a partir das **sistematizações das experiências**, uma forma de apreensão da própria história de vida, pelos indivíduos, através da identificação e construção de sentidos a inserção social. Nesse ínterim, as experiências individuais vão adquirindo sentidos múltiplos (pessoal, coletivo, institucional) por intermédio de uma construção intelectual planejada: selecionar e organizar as informações, estabelecer relações entre atores sociais e interpretar as experiências.

3.2. Os processos sociais de sistematização das experiências dos agricultores familiares

O ato de produção e sistematização de uma experiência é sempre um arranjo coletivo de atores, que, desde lugares sociais específicos, evocam um mundo de significações para as suas experiências: a defesa do projeto de convivência com a região semiárida. Assim, são os agricultores e agricultoras que contam as suas histórias; são as lideranças comunitárias que, a partir de um referencial definido previamente nas instâncias de coordenação da ASA, escutam, entrevistam, “resgatam”, sistematizam; são os profissionais especializados da área de comunicação (gráfica, diagramação) que transformam as narrativas em publicação; e são os espaços institucionais onde se tomam as decisões⁷⁴: selecionam as experiências, os aspectos a serem acentuados, sistematizados; um sistema de informação articulado em rede – com fichas/roteiros orientadores, questionários, tipologias e definições prévias dos conteúdos desejados para a construção de referências institucionais. Para isso, as instâncias coordenadoras: os encontros estaduais, o encontro nacional (ENCONASA), as reuniões das redes temáticas, os coletivos regionais e instâncias de coordenação⁷⁵, são espaços importantes para articulação dessas dinâmicas sociais.

Para se compreender os procedimentos que acompanham a sistematização das experiências dos agricultores familiares, no âmbito da ASA Paraíba, indica-se como

⁷⁴ Executiva da ASA, Comissão Ampliada, Coletivo das Redes Sementes, Água, Cultivos Ecológicos, Abelha, Criação Animal e Educação.

⁷⁵ A Coordenação Executiva da ASA Paraíba (no momento da pesquisa) é, majoritariamente, formada por assessores técnicos: AS-PTA, PATAC, Cáritas, PROPAC, CPT e uma representação dos agricultores, líderes e/ou coordenadores das dinâmicas nas suas microrregiões – CASACO (Cariri Oriental) e CEOP (Curimataú - Picuí) e da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP).

caminho metodológico a observação dos processos de gestação dos instrumentos pedagógicos de formação – o boletim, o informativo, a cartilha. Verifica-se que para se chegar ao “produto final”, a experiência sistematizada, várias orientações são seguidas pelos atores para monitorar à distância a realização das entrevistas e a forma de se chegar aos dados. Indicadores de procedimentos que, transformados em “orientações”, padronizam a abordagem da família, ou grupo de agricultores, pelos líderes e coordenadores da localidade ou de outras regiões, que realizam as entrevistas.

Alguns procedimentos institucionais são transmitidos como “sugestões”, mas são princípios norteadores a serem considerados no momento da entrevista, tais como: “os boletins são dos agricultores, não é da ASA, do PATAC, da AS-PTA”; “a linguagem deve ser simples e acessível”; “os boletins devem ser fieis às experiências dos agricultores, uma reprodução das suas falas”; “deve ser considerada a trajetória de vida das pessoas e grupos”; “dar voz para todos os membros da família”; “estar atentos as questões de gênero”; “as fotos devem ilustrar o conteúdo do texto”. Discursos que indicam as orientações que devem acompanhar a coleta de dados.

Veja-se, para compreensão da afirmação anterior, o desdobramento de um desses processos, acompanhados no transcurso da observação participante da pesquisa de campo: o “Encontro de Sistematização das Experiências do P1+2⁷⁶”, realizado em 10 de julho de 2007, no município de Campina Grande, PB.

O “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Segurança Alimentar, Acesso e Manejo sustentável da Terra e da Água - Uma Terra e Duas Águas (P1+2)”, em execução no semiárido brasileiro, coordenado pela ASA Brasil, e suas articulações em cada Estado (ASA’s estaduais), foi lançado oficialmente em 14 de abril de 2007, na Comunidade de Lajedo de Timbaúba, cariri paraibano, no município de Soledade, PB. O programa investe nas ações estruturantes de pequeno porte para as famílias que moram na região.

Na fase demonstrativa do P1+2, que teve início em janeiro do ano passado [2007], foram implementadas nos 09 estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e em Minas Gerais, 144 tecnologias, sendo 78 cisternas calçadão (52 mil litros), 61 barragens subterrâneas, 04 tanques de pedra e 1 barreiro trincheira (Técnico do PATAC e Coordenador da ASA Paraíba).

⁷⁶ Dados reunidos do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) – fase demonstrativa.

O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), foi pensado como alternativa ao “aproveitamento e o manejo sustentável da água da chuva para a produção de alimentos” através da construção de tecnologias de armazenamento de água da chuva, desenvolvidas pelos agricultores do semiárido brasileiro nas suas propriedades, a realização de visitas de intercâmbios e sistematização das experiências: “o fortalecimento e o fomento das redes sociais de troca de experiências”. Na fase demonstrativa, em todo o semiárido brasileiro, o projeto realizou 144 intercâmbios; e com o projeto piloto [abril: 2007] a inserção de 26 intercâmbios interestaduais e 52 intermunicipais (P1+2. Uma Terra e Duas Águas, 2007. p.1).

Na ocasião de realização da oficina de avaliação dos processos de sistematizações, na Paraíba, foram analisadas as experiências publicadas no “Boletim O Candeeiro⁷⁷: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas” - Projeto Demonstrativo: Agricultura de vazante: a experiência da família Sales, alcantil, PB; Experiência da família de Manuel Gavião, Picuí, PB; Experiência da horta do grupo de mulheres amazonas, Prata, PB; Manejo de água no Curimataú paraibano: Experiência da família do seu Francisco, Cacimba de Dentro, PB; Assentamento fortuna: terra, água e produção, Jericó, PB; Experiência da família de Sansão e Lília, Puxinanã, PB; Manejo da água para a criação: a experiência da família de Seu Antonio Tavares e Maria Vicente, Queimadas, PB; Onde a organização e o conhecimento fazem a diferença: a experiência na comunidade de Lajedo de Timbaúba, Soledade, PB; Superando desafios no sertão paraibano, sitio Exu, Santana dos Garrotes; Fundo Rotativo Solidário: uma experiência de convivência com o semiárido, Cacimbas, PB.

O percurso de análise na oficina deu-se a partir da apresentação de cada experiência, com enfoque direcionado aos procedimentos metodológicos e detalhamento do instrumento pedagógico utilizado para construção de cada sistematização: um roteiro com perguntas abertas e semiestruturadas direcionou as informações consideradas importantes e significativas para a construção do boletim “Informativo da Agricultura Familiar”, a ser trabalhado como recurso pedagógico nos processos de capacitação e inserção política da ASA. No entanto, afirma-se como objetivo central do P1+2: “fomentar as condições necessárias para a construção de um projeto alternativo de acesso e

⁷⁷ **O Candeeiro**. Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. Projeto Demonstrativo. Ano 1, n. 6, jul. 2007.

manejo produtivo e sustentável da terra e dos recursos hídricos” (FOLDER P1+2. Uma terra e Duas Águas, 2007, p.1).

O roteiro-guia reúne as informações que devem ser racionalizadas por todos os membros da ASA Paraíba: a apresentação do grupo/ da família, a localização geográfica (região, microrregião), a história de inserção da família ou grupo no seu lugar de moradia e na organização social da localidade; o sistema de produção familiar; as dificuldades enfrentadas. No relacionado à experiência em si, as suas particularidades: o acesso a informação que possibilitou o seu desenvolvimento, as formas de organização e as orientações (dicas) de como fazer para transmitir, repassar para os “outros”, através dos variados intercâmbios entre grupos, comunidades nas diferentes escalas: local, microrregional, regional estadual e entre países⁷⁸; impactos e resultados na renda, qualidade de vida, segurança alimentar e sustentabilidade familiar e, por último, as perspectivas de “irradiação das experiências bem-sucedidas no campo da agricultura familiar”, como a da família do Sr. Manuel.

No ano 2000, Manuel⁷⁹ participou da primeira visita de intercâmbio no município de Puxinanã. Conheceu a experiência de divisão de pastagens e algumas formas de preservação do meio ambiente. Na volta começou a pensar a propriedade, deixando uma área preservada e outras em recuperação, já que antes, por falta de orientação, usava veneno na lavoura, queimava coivara e a forma como plantava estava deixando a terra pobre e cheia de erosão. Dessa forma, Manuel despertou o desejo de conhecer outras experiências. Em 2002 participou de outra visita de intercâmbio. Dessa vez em Soledade, onde conheceu a barragem subterrânea [...] Manuel explica que essa experiência de convivência com a seca tem sido multiplicada para agricultores da sua comunidade e de outros municípios. Prova disso são os mais de 10 intercâmbios realizados na sua propriedade com a participação de mais de 300 agricultores, além de visitas de alunos das escolas do município de Picuí (O CANDEEIRO, 2007, p.2; 4).

No centro do discurso institucional estão os conhecimentos articulados às experiências; os processos de intercâmbios: as ações sociotécnicas de convivência com a região semiárida que se multiplicam, entre comunidades e municípios, através da rede de agricultores experimentadores - “os mais de 10 intercâmbios realizados na sua propriedade com a participação de mais de 300 agricultores, as visitas de alunos das escolas do município de Picuí” - demarcando quão importante são os processos de trocas de saberes e

⁷⁸ Intercâmbios de experiências já reuniram agricultores do Pólo Sindical das Organizações da Borborema e “campesinos” de El Salvador, na América Central.

⁷⁹ A experiência de Manuel Gavião. O Candeeiro. Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Picuí, 2007.

a sistematização das experiências na afirmação do lugar de ator social do agricultor familiar. A dinâmica dos intercâmbios funciona como espaços de troca de ideias, opiniões, construção de conceitos, hipóteses e orientações para novas experimentações.

Além de valorizar o saber local, a sistematização é um importante instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento e de irradiação das experiências bem-sucedidas no campo da agricultura familiar. Independente do formato, seja um boletim, seja um vídeo ou uma cartilha, as sistematizações são centradas na história de vida das pessoas e provocam efeitos relevantes como a promoção da autonomia do conhecimento, da elevação da autoestima, além de motivar os agricultores a criarem e recriarem experiências⁸⁰ (NOGUEIRA, 2008, p.1).

Em se tratando das experiências analisadas, alguns princípios norteadores foram considerados basilares nas escolhas das famílias e grupos, para orientar os “entrevistadores”, na abordagem dos agricultores no processo de sistematização, quais sejam: a valorização de todas as experiências; o conhecimento acumulado pela família agricultora e, amplamente, a cultura local; as possibilidades de intercâmbios; o conhecimento agroecológico e a sistematização *per si* como “importante instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento”.

Considera-se, para efeito desta análise, a legitimidade do roteiro como instrumento de pesquisa para “ordenar as ideias” e “balizar o trabalho de campo” e, também, para organizar os dados que se queiram mapear. Mas, considera-se, também, a utilização deste instrumento de coleta dos dados como a forma de enquadrar dentro de um quadro lógico, racional, a informação que se deseja reunir e fazer circular. Para isso, são utilizados procedimentos variados para obtenção e mensuração das informações coletadas. Com a internalização da experiência vivida⁸¹, a história singular de um agricultor familiar – ou vários agricultores e suas organizações - transforma-se em discurso a ser apropriado por todos os atores. Deixa de ser a história de uma família particular, comunidade ou grupo e transforma-se em discurso institucional.

⁸⁰ NOGUEIRA, Gleiceani. **Intercâmbio de experiências:** lugar de construção e troca de conhecimentos e de protagonismo dos agricultores e agricultoras. Recife: ASA, 2008. Disponível em: < [http://201.38.94.136:8082/int_interface/default_exibir_conteudo.asp? CO_TOPICO=2736](http://201.38.94.136:8082/int_interface/default_exibir_conteudo.asp?CO_TOPICO=2736)>. Acesso em: 28 mar. 2008.

⁸¹ Ao analisar o percurso de transformação da experiência singular do agricultor em discurso institucional, mantém-se a referência e sinergia com o pensamento de Douglas (1998) quando analisa os processos de regulação social a partir de diversificadas mediações políticas, cognitivas e institucionais, em uma combinação de internalização, coerção social, múltiplas intersecções, convenções e interesses coletivos e individuais (DOUGLAS, 1998).

Para a ASA Paraíba, como rede de atores, com suas conexões regionais e temáticas, estabelecer o que se quer como estratégia política e sócio-organizativa, faz parte do controle social da informação – das metas planejadas, do que “resgatar” como informação a ser multiplicada. As fichas, os cadastros, os questionários, os roteiros-guia, como instrumentos metodológicos que organizam a sistematização, traduzem o interesse institucional.

Constata-se nas diferentes experiências analisadas que, embora contemple uma representação diferenciada de situações empíricas, os mesmos procedimentos metodológicos, no trato com os discursos, se mantêm como regularidade discursiva e sócio-organizativa. Numa primeira instância o agricultor conta a sua história, descreve sua experiência de vida: a relação com a terra, a maneira de produzir, o uso das tecnologias usadas na comunidade/ região, a diversificação da produção, a participação no sindicato, nos grupos da comunidade, nos coletivos regionais; os intercâmbios entre “experiências e saberes” – os processos de aprendizagem em cada encontro, reunião, visita de intercâmbio.

Não obstante, os discursos apresentados como dos agricultores e sistematizados no “Boletim Uma Terra e Duas Águas”, representam, como resultado, uma confluência de vozes diretas e/ou indiretas, ocultadas ou não, nos processos sociais de produção da experiência: vozes que surgem dos espaços de decisão e poder, vozes interdependentes – imponentes ou silenciadas - que surgem das múltiplas articulações realizadas no transcurso de uma sistematização.

As diferentes vozes, os diferentes discursos, as diferentes estratégias, fazem parte do discurso institucional de valorização das experiências dos agricultores. Para o coordenador pedagógico do P1+2, a construção de várias tecnologias sociais do programa: as barragens subterrâneas, as cisternas calçadão, os tanques de pedra e barreiros “são resultado do conhecimento e da experiência acumulada dos agricultores e agricultoras familiares, por isso, o P1+2 visa reconhecer e valorizar os saberes tradicionais, incentivando processos participativos e de construção coletiva do conhecimento” (Técnico do PATAC e Coordenador do P1+2) ⁸².

⁸² O autor é membro da Organização não Governamental, PATAC, e coordenador técnico do P1+2. Como Instituição coordenadora participa, diretamente, e de forma diferenciada, dos espaços de discussões, formulações e decisões políticas da ASA Paraíba.

Com funções diferenciadas, os atores sociais ocupam lugares e posições de poder distintos na construção do discurso político institucional da ASA Paraíba. Isso se verifica, como evidência empírica, quando se trata de transformar as informações coletadas – produto de uma primeira sistematização – em boletim, informativo, cartilha.

Em uma aproximação inicial aos discursos, percebem-se quão decisivas são as ingerências das instâncias coletivas da ASA, na ocasião, representada pela oficina de sistematização, formada, prioritariamente, pelos entrevistadores/sistematizadores. O objetivo da oficina era traduzir e transformar os discursos dos agricultores em um instrumento moldado às exigências de publicação: o boletim o “Candeeiro”. Para isso, o relato deveria passar pelo aval dos presentes na “oficina de sistematização”, excluindo de cada texto [produto das entrevistas] os parágrafos longos, as partes truncadas, as repetições para torná-los atrativos a leitura – inserindo outros tipos de linguagens: a fotografia e outros tipos de recursos visuais.

Durante todo o percurso, busca-se um formato comum de publicação – uma padronização da experiência dentro das exigências de um campo de conhecimento específico: a comunicação social. No entanto, no desenrolar do debate surge uma ponderação crítica:

[...] esta questão da redação, se bota muito o olhar de quem escreve. Nosso olhar censura aquela experiência, bota o olhar naquilo que a gente quer. Se for outra pessoa vai dar outro olhar; o roteiro funciona pra gente uniformizar o olhar, checar os detalhes, não os detalhes do que se deve constar, mas, que recado que queremos passar, que aspectos valorizar (Técnico do PROPAC e Coordenador da ASA Paraíba)

Esse tipo de afirmação gera conflitos internos, pois “desnuda”, ao colocar às claras, o processo social de sistematização das experiências nos seus fundamentos, nas suas particularidades, ao reconhecer os papéis dos diferentes atores e, no contexto analisado, o poder de interferir diretamente na coleta dos dados – “botar o olhar do entrevistador”, naquilo que se queira extrair como informação, escolher as experiências, fixar os “detalhes”: “do que se deve constar” e do “recado que queremos passar”. Percebe-se com o movimento dos atores sociais – líderes, técnicos e agricultores familiares – o paradoxo do discurso do protagonismo do agricultor familiar. Os pressupostos que articulam o discurso institucional indicam a centralidade do agricultor nos processos sócio-políticos da ASA Paraíba e todos os discursos são recorrentes nesta perspectiva. No entanto, são os líderes e coordenadores, responsáveis pela sistematização: seleção das informações, produção,

interpretação do conteúdo e construção do texto, a partir das falas dos agricultores, que detêm o poder de decisão e a supremacia dos processos de sistematização.

Para analisar o contraditório do discurso do protagonismo do agricultor familiar, o comportamento do entrevistador como ator e “receptor do discurso do agricultor”, é uma variável importante para compreender o posicionamento dos atores. O dirigente da ASA, técnico e representante do PROPAC (Serviço de Ação Social da Diocese de Patos, PB), ao relatar a sua experiência de coleta de dados, sistematização e diálogo com a comunidade, narra, inicialmente, a simplicidade da família, a acolhida recebida para, em seguida, fazer um discurso longo, articulado, seguro e com “domínio” do conteúdo que deseja propagar: “os princípios da agroecologia”, bem distante do que seria uma descrição do cotidiano da família. Os “princípios agroecológicos” são apresentados como marcadores da identidade e das experiências dessas famílias. O discurso dele é diferenciado dos demais discursos na oficina, o que gera certo desconforto silencioso, visível nas expressões faciais de desconforto. No entanto, o dirigente, segue inabalado com o seu discurso incisivo: “a preocupação nossa é que apareçam os princípios da agroecologia” em cada sistematização.

Neste contexto, os conflitos indicam diferentes percepções acerca da posição que se deve tomar na hora de “uniformizar o olhar institucional”. Os sentimentos são significados através de posturas variáveis que expressam incômodo, irritação, discordância ou mesmo a polarização de posições como o uso do debate direto, mesmo que de forma sutil. Como representação dessa afirmação, veja-se o diálogo entre técnicos - da AS-PTA - posicionando-se em relação ao discurso do técnico do PROPAC.

Inicialmente, um discreto incômodo verifica-se na fala da técnica da AS-PTA, coordenadora da oficina e profissional de comunicação, responsável pela organização e publicação do boletim: “eu concordo com você... cada ponto de vista é à vista de um ponto”. Com esse jogo de palavras cria-se uma situação de aparente concordância quando na realidade a expressão facial indica o contrário: são as apreciações de alguém que discorda e apresenta isso de uma forma bastante cuidadosa, alguém que deseja manter o controle (avançar) da discussão sem aprofundar as diferenças ou claramente percebe, que ao reconhecer a afirmação anterior: que o entrevistador “bota seu olhar” e, conseqüentemente, orienta e conduz o processo de sistematização, desmonta o discurso institucional do protagonismo do agricultor, em um dos seus fundamentos principais: a centralidade do agricultor familiar.

Dessa forma, utilizando-se de uma análise minuciosa, a técnica vai pontuando vários aspectos, no campo dos princípios, para retomar o controle da reflexão: “o importante é a experiência da família, a organização e participação da família”; “só a prática é que vai ajudar a ter o discernimento do que é detalhe ou não, é ela que ajuda a construir conteúdos junto com os agricultores”. E, nesse movimento do discurso, se distancia da discussão anterior (o embate com o técnico do PROPAC) e prossegue fazendo uma articulação entre as tecnologias sociais – a cisterna, os poços, a barragem - com o conjunto da estrutura hídrica: “quando se pensa a água, temos que pensar a água dentro de um sistema maior, a trajetória da estrutura hídrica no semiárido”.

Na oficina, o discurso técnico se sobressai ao submeter à publicação ao controle e orientação técnica: as exigências da linguagem, a diagramação, as formas e organização dos conteúdos específicos, as versões para as diferentes mídias, intrinsecamente, relacionadas a uma área do conhecimento: a comunicação social. E, nesse percurso metodológico, se define o que são frases longas ou curtas, as “ausências” do texto, os como e porquês: “eu senti falta das expressões da organização, de reforçar o sentimento deles, de uma maior relação das fotos com o texto, a clareza no texto, os elementos que favorecem as expressões de solidariedade” (Técnica da AS-PTA).

Nesse contexto, para reforço dos argumentos acerca da centralidade do agricultor como ator, a coordenação conta com a colaboração de um segundo discurso, também técnico da AS-PTA, que aborda a fotografia como forma de expressão da experiência: “não é um material de comunicação nossa” [do técnico], “é do agricultor, de sua comunidade”. Entretanto, faz o movimento de deslocamento, ao se posicionar de fora do processo (na posição de apoio técnico e assessoria) para retomar o debate que discute o lugar de protagonista do agricultor familiar. Para isso, utiliza insistentes argumentos e consegue reorientar a reflexão: o “manejo da água no semiárido paraibano” para tratar as experiências sistematizadas. Esse discurso ganha volume e intensidade quando passa a ser reforçado por uma terceira intervenção, ainda da AS-PTA, que aborda discursivamente – com eloquência e argumentos múltiplos - a trajetória da estrutura hídrica (barragem subterrânea, barreiro, cisterna, poço artesiano); das ações estruturantes, da convivência com o semiárido. Esse último discurso é mais técnico, analítico, estruturado e traz a experiência como matriz que articula o projeto de desenvolvimento da região.

O fato é que mesmo afirmando o protagonismo do agricultor familiar e a interação horizontal entre atores⁸³, a coordenação do processo ocorre sobre os auspícios da AS-PTA, através de um profissional técnico na área de comunicação social, que coordena, conduz, orienta, articula a reflexão; relembra os encaminhamentos anteriores e realiza uma profunda avaliação metodológica, referenciada nos princípios articuladores das “experiências portadoras das inovações” para gerir e disseminar o conhecimento agroecológico e “analisar criticamente o experimentado”.

O retorno das experiências às famílias agricultoras, a “volta à comunidade”, são ações planejadas de racionalização da vida do agricultor. No entanto, cada ator vai acionar mecanismos particulares para apreensão das experiências, em sintonia com a sua história na comunidade e o contexto do discurso. Os diferentes lugares sociais dos atores – Quem fala? Para quem? O que fala? Com quem fala? As relações de forças, os conflitos de sentidos, ou a luta pela legitimidade de diferentes sentidos, marcam a produção do discurso e, conseqüentemente, a sua circulação por meio da sistematização das experiências (ORLANDI, 1988). A propagação do discurso inclui apresentar o boletim, ler e discutir com as famílias e fazer as modificações, quando necessário. E como ação subsequente, deve “enquadrar a informação” e transformá-la em instrumento de formação e organização dos processos sócio-organizativos da ASA Paraíba.

Ao voltar ao grupo ou comunidade os “entrevistadores” buscam a legitimidade das informações repassadas. Como processo de construção das convicções, várias indagações são feitas em direção à confirmação – a busca da “veracidade”- das informações: “eu menti alguma coisa, foi isso que a gente falou, esqueci alguma coisa”; “quer mudar alguma coisa”. Para, em seguida, “repassar parágrafo por parágrafo” para o grupo. Em alguns casos, quando não existe o domínio da leitura pelo grupo, faz-se a leitura do boletim por completo: “ele não sabia ler, comecei a ler pra ele”. Ou casos em que o boletim “volta à comunidade”, antes da publicação: “se voltou lá com o boletim impresso, tentou colocar mais conteúdo de detalhes: os parágrafos estavam longos, com poucos recursos visuais e muitas repetições, cansativa a leitura”. E, no grupo de mulheres da horta no assentamento

⁸³ O debate que considera a interação horizontal entre os atores sociais, como característica das organizações no semiárido paraibano, dialoga com os estudos das redes e movimentos sociais na afirmação dos valores: solidariedade, reciprocidade e horizontalidade como atributos institucionais.

“serrote agudo”, no cariri paraibano⁸⁴: “elas queriam mais fotos, muitas fotos e se identificaram logo com o material”.

No Cariri e Seridó, região com participação significativa dos jovens nas dinâmicas da comunidade, foram eles os responsáveis pela sistematização da experiência: “houve muita preocupação com os detalhes, de ir anotando tudo” para, no momento subsequente, fazer a leitura para o grupo de famílias e solicitar as contribuições ao texto. No entanto, as impressões dos agricultores não provocaram alterações à publicação. Os discursos eram argumentos de aplicação do documento à comunidade: “o boletim valoriza a nossa história e estimula os que estão desanimados” ou, quando trata do conteúdo sistematizado: “você escreveram o que a gente queria ouvir”, “a comunidade leu, todo mundo leu junto”, “vi o conteúdo, tá bom, só precisa mudar as fotos”. As múltiplas expressões indicam concordância com o escrito.

Neste contexto, puderam-se constatar duas situações interdependentes – em uma primeira perspectiva, tem-se o processo bastante controlado em todo percurso, restando poucas possibilidades de mudanças significativas do conteúdo do texto, e, com igual intensidade, é bastante legitimado por todos os atores sociais: agricultores, lideranças e técnicos.

As informações reunidas ganham cada vez mais credibilidade por parte de quem as recebe: “por que essa história e não outra?”. “por que essa experiência ajuda nos processos dos agricultores?”. “Ele [o agricultor] vai para um intercâmbio e diz: ‘Olha, essa aqui é a minha experiência em manejo do solo, manejo da água, manejo da caatinga’” (NOGUEIRA, 2007, p. 1) ⁸⁵. A sistematização - “onde o agricultor conta a sua história” -

⁸⁴ O assentamento de “Serrote Agudo” surge a partir do processo de reforma agrária no cariri paraibano. A desapropriação ocorreu em 2001, através da negociação entre as famílias e o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O movimento foi apoiado pelo Movimento dos Sem Terra (MST) que “organizou uma ocupação para apressar o cadastramento das famílias”. E, como desdobramento, tem-se a posse da área por 82 famílias. No momento do relato da experiência (ano: 2007), o assentamento, já estruturado [possui energia elétrica, poços artesianos e amazonas, barragens, cisternas e trabalha com a produção de gergelim, mamona e manejo da caatinga], contava com a Associação do Assentamento e 04 agrovilas (Macacos, Curarú, Formigueiro e Lajinha) e apoios governamentais e não governamentais (O Candeeiro. Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. Projeto Demonstrativo, 2007).

⁸⁵ NOGUEIRA, Gleiceani. **Intercâmbio de experiências**: lugar de construção e troca de conhecimentos e de protagonismo dos agricultores e agricultoras. Recife: ASA, 2008. Disponível em: < [http://201.38.94.136:8082/int_interface/default_exibir_conteudo.asp? CO_TOPICO=2736](http://201.38.94.136:8082/int_interface/default_exibir_conteudo.asp?CO_TOPICO=2736)>. Acesso em: 28 mar. 2008.

registra e transforma em publicação (Boletim), faz circular por vários espaços, combinando a sistematização com as trocas presenciais.

Em 1997, o agricultor Zé Alves Leal, do Sítio Floriano, no município de Lagoa Seca - PB participou de um encontro em Orobó, no município de Bom Jardim, em Pernambuco, onde teve a oportunidade de conhecer a mucuna (leguminosa) e o feijão de porco, também conhecido como adubo verde. De volta a sua cidade, ele fez questão de experimentá-los em sua propriedade e socializar o conhecimento com os demais agricultores da região (NOGUEIRA, 2008, p.3).

Os saberes compartilhados através dos encontros de “trocas de experiências” mantêm-se como referência institucional para os homens e as mulheres articulados à ASA Paraíba. No entanto, quando a experiência aborda os papéis de homens e mulheres na família e na organização, uma constatação conflituosa: a invisibilidade da mulher na narrativa. “Na experiência de Seu Francisco, só ele aparece, afinal foram, também, três homens que entrevistaram. Cadê a mulher de Seu Francisco? Seu Francisco não se refere a sua mulher”. “Dona Maria aparece pouco, precisaria aparecer mais, só aparece quando vai buscar a água”; “Dona Lilia praticamente não existe no sítio”. Mas, Dona Lilia aparece no relato da experiência. Assim, pode-se afirmar que a sistematização criou um lugar para Dona Lilia, considerando que ela não aparecia no discurso do agricultor Sansão [seu marido].

No entanto, pode-se verificar que existem experiências que dão visibilidade à mulher na dinâmica familiar e social da comunidade. A *“Agricultura de vazante: a experiência da família Sales”* ilustra essa perspectiva. O discurso da agricultora Socorro, realizado, por ela, demarca a sua presença diferenciada: “Eu, Maria do Socorro, meu marido, José Dorivaldo, o Dadin e nossos filhos Felipe, Sidney e Gabriel, resolvemos em julho de 2001 nos mudar para o Sítio Lagoa de Pedra, em Alcantil - PB”. É a agricultora, como líder comunitária, como mulher, que conta a sua história como agricultora “liberada para o trabalho com o P1MC”, contratada como “articuladora local” e, desta posição dentro da ASA Paraíba, transita entre as atividades na sua propriedade e as funções de mobilização e monitoramento do programa (P1MC) na região do Coletivo: ASA Cariri Ocidental (CASACO) e, também, nas dinâmicas regionais e temáticas.

Outra referência importante no debate sobre as relações de gênero é o Grupo de Mulheres Amazonas, no município de Prata, PB. (Experiência da horta do grupo de mulheres amazonas). Para elas, a horta é o lugar do encontro – das reuniões, das

capacitações, das decisões, dos intercâmbios dos conhecimentos adquiridos nas capacitações e oficinas. O trabalho é feito em grupo: “Pela manhã e no final da tarde, todas se encontram para aguar os canteiros, para dividir tarefas; cada mulher é responsável por um número determinado de canteiros, desde o plantio até a venda dos produtos. A horta é onde tudo acontece”. É, também, na horta que se realizam os experimentos produtivos e as práticas sócio-organizativas.

O discurso da centralidade das organizações e experiências dos agricultores e agricultoras familiares, inseridos nas dinâmicas sociais da ASA Paraíba, articula os pressupostos institucionais que abordam esse ator social como protagonista, produtor e portador de conhecimentos e experiências.

3.3. O protagonismo do agricultor familiar: um discurso controverso.

O discurso institucional da centralidade dos agricultores como portadores de experiências e conservadores de um patrimônio cultural e genético se constrói tendo em vista os discursos múltiplos acerca do dia a dia das famílias dos agricultores: a experiência de lidar com a terra, os sonhos acalentados de geração a geração, o “resgate da tradição”, o conhecimento dos antepassados, o afeto com a “semente da paixão”. As convicções, quando disseminadas e internalizadas, são transformadas em discurso de todos nas conectividades das redes sociais.

As experiências dos agricultores e agricultoras experimentadores é um nexo vívido do conjunto das articulações no semiárido paraibano. Eles estão articulados às diferentes redes: água, sementes, abelha, educação, feiras e cultivos agroecológicos e são localizados nas suas propriedades/sítios: como produtores multiplicadores, “experimentadores bem sucedidos”, o que “[...] demonstra quão eficientes têm sido os processos de geração e de disseminação de inovações agroecológicas baseados nos intercâmbios entre os agricultores-experimentadores organizados por suas próprias organizações (CARTA POLÍTICA, 2003, p. 5) ⁸⁶.

Os grupos de A-E [agricultores experimentadores] são constituídos por agricultores inovadores que experimentam empiricamente técnicas, práticas ou processos em sua propriedade de maneira espontânea, por

⁸⁶ A Carta Política do II Encontro Paraibano de Agroecologia sistematiza as orientações para as organizações da ASA Paraíba, no Estado.

incentivo mútuo ou por incentivo institucional. Os grupos de A-E reúnem famílias de comunidades vizinhas, envolvidas numa problemática semelhante de produção agropecuária, determinada por fatores agro-ecológicos, sociais, geográficos ou técnicos (SABOURIN; SILVEIRA; SINDERSKY, 2005, p.5).

Não obstante, como grupo articulado se constitui em uma figuração específica de rede transversal, diferenciada das articulações existentes dentro da ASA. Mas, como localizá-los? Nas suas propriedades, prioritariamente, e nas reuniões e encontros nacionais, regionais e visitas de intercâmbios. Eles despontam com regularidade e intensidade nos discursos dos atores: técnicos de ONG's, coordenadores de serviços ou pastorais eclesiais e líderes das comunidades. Nos momentos de representação – há sempre uma quota de participação, em cada evento, para os agricultores experimentadores e, também, são referenciados como “os protagonistas” e transformados na principal “credencial” institucional da ASA Paraíba.

A participação dos agricultores experimentadores transcende o espaço institucional delimitado: as redes com suas conexões específicas. Os vínculos organizativos são estabelecidos nas conexões da “rede maior”: ASA Paraíba e tendo como princípio sua propriedade, comunidade, lugar social de morada, advém o reconhecimento e o sentimento de pertencimento como ator social.

A associação que eu participo é a associação de pequenos produtores rurais no sítio Pai Domingos, município de Puxinanã e os outros movimentos que eu participo é todo o movimento que a ASA tem, eu estou dentro do movimento da ASA e agora nós temos a articulação nacional de agroecologia, eu estou construindo o conhecimento agroecológico e estou dedicadamente mesmo à agricultura agroecológica (Agricultor experimentador, Puxinanã, PB)

João Padeiro, Cristina e Lidiane destacam como resultado: a conquista de novos conhecimentos; abertura para implantação de novas experiências; implantação de práticas adaptadas à realidade local; melhor planejamento da produção na propriedade, fortalecimento do trabalho na comunidade; envolvimento com outras articulações regionais; utilização de cobertura morta para proteção do solo: diversidade na produção (BOLETIM INFORMATIVO, 2007, p. 2) ⁸⁷.

Verifica-se com base nos dois discursos, distintos e complementares, a alusão aos referenciais de pertencimento: sou agricultor que estou construindo o conhecimento agroecológico, participo da associação comunitária do município e dos movimentos da

⁸⁷ Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas.

ASA; e no segundo discurso, como terceira pessoa que traduz a fala da família agricultora, a valorização dos intercâmbios de experiências e conhecimentos adaptados à realidade da região semiárida. Não se trata de fazer a contraposição dos discursos. O que corresponde ao escopo desta análise é reconhecer que há uma exterioridade constitutiva da linguagem. A trajetória metodológica do discurso se constitui entre os múltiplos discursos realizados e possíveis: de alguém que fala diretamente, ou daquele que transmite o discurso do outro, a partir da leitura de intérprete, de técnico, de liderança; uma confluência de vozes articuladas e interdiscursivas – processos de construção de argumentos e significados, em direção à “transição agroecológica” como variável constitutiva do “modelo de desenvolvimento rural”, que se repetem em diferentes lugares e posições de poder.

Para fomentar a transição agroecológica do modelo de desenvolvimento rural, o estado deve tanto investir no apoio às dinâmicas de inovação promovidas pela sociedade civil, ao financiar processos de experimentação e de intercâmbio entre agricultores, quanto reorientar o enfoque teórico e metodológico que baliza o processo oficial de produção e disseminação dos conhecimentos científicos. (CARTA POLÍTICA, 2003, p. 2)

O discurso agroecológico como representação da voz de alguém que escuta, internaliza e ressignifica o seu discurso; “o texto individual como representante potencial – dele mesmo, de um grupo maior, regido por condições externas: sociais, políticas, culturais, históricas” (ORLANDI, 1988). Os textos sistematizados como discursos de múltiplos atores sociais que, ocupando posições de poder diferenciadas, legitimam os “processos de experimentação e de intercâmbio entre agricultores” e vêem, neles, sinalizadores de um projeto em construção – que, como atores, são construtores. No entanto, a legitimidade almejada advém das experiências dos agricultores, como a do Sr. Judivan, apontado como “um grande experimentador” na sua propriedade:

[...] vem produzindo alternativas para a correção do solo (cobertura vegetal, rotatividade de culturas, produção diversificada); para adubação (composto orgânico e adubos naturais) e no combate às pragas (utiliza do angico, tipí, sarça, folha de fumo, pimenta, melão são-caetano) – tudo encontrado na pequena propriedade (O CANDEEIRO, 2007, p. 2)

A diversificação da produção – das culturas e espécies e culturas locais, a conservação dos recursos da natureza são condições exigidas para ser considerado “experimentador”: estabelecer uma relação sustentável com a terra e o conjunto do meio ambiente.

Construíram uma cisterna de placas ao lado de casa que ajudou muito [...] Construíram um barreiro para uso de casa e a água é usada para cozinhar, lavar prato e tomar banho. Usam também no plantio das hortaliças. Em 2001, conheceram a barragem subterrânea em uma visita de intercâmbio ao Ceará. João Miranda se empolgou com que viu e resolveu fazer uma, duas e já construiu a terceira. Hoje tem ajudado seus vizinhos a também construir uma (BOLETIM DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2007, p. 1).

Como processos sociais articulados são demarcados pelo discurso ordenador da produção e articulação dos novos e tradicionais conhecimentos: os intercâmbios dos agricultores – entre municípios, regiões e comunidades diferentes; as reuniões nas comunidades: sítios, paróquias, associações comunitárias, bancos de sementes; os experimentos de diversificação da produção (fruteiras, legumes, hortaliças), o armazenamento da silagem, água, criação animal; os eventos de formação no espaço local – sítio, associação comunitária, grupo de jovens e mulheres, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e nos espaços entrecruzados das articulações nas suas múltiplas denominações regionais e microrregionais: coletivos, fóruns, pólos.

O envolvimento da família⁸⁸ nas discussões sobre convivência com o semiárido os levou a conhecer as experiências bem sucedidas da agricultura familiar no Estado. Em 2004, Sansão, Lília e Felipe tiveram a oportunidade de visitar a experiência agroecológica de Seu Bui, em Lagoa Seca, através de uma visita de intercâmbio. Com os conhecimentos adquiridos a família organizou a propriedade construindo primeiro a barragem subterrânea, próximo de um barreiro que já existia, mas que não segurava a água por muito tempo. Com o barramento, a água que descia terra abaixo, encheu a barragem e o barreiro que passou a ser uma fonte mais duradoura, assim a produção ficou mais diversificada e melhorou a renda familiar [...] Sansão diz, que a participação em vários encontros promovidos pela Articulação do Semi-Árido, tem ajudado a melhorar a relação da família com a terra. Além de envolver todos nesse novo saber, espera que esse conhecimento possa ser multiplicado entre os vizinhos, conhecidos, e principalmente entre os mais novos, assegurando uma melhor qualidade de vida para as famílias agricultoras e o respeito à natureza (O CANDEEIRO, 2007, p.1-2).

As experiências dos agricultores e agricultoras familiares, suas práticas cotidianas de relação com a terra, com a natureza, a produção das suas vidas, as formas associativas (grupos, comunidades), são indicadores do caminho metodológico trilhado para o exercício da participação e organização comunitária no semiárido paraibano. Os intercâmbios e a sistematização das experiências são instrumentos importantes à construção de proposições políticas para a convivência com a região. Nestas formulações o lugar social do agricultor

⁸⁸ Experiência da família de Sansão e Lília.

como protagonista ganha centralidade no discurso institucional da ASA Paraíba. Os argumentos que articulam essas convicções são vastos e expressivos:

Aos agricultores e agricultoras familiares do Semi-Árido historicamente tem sido negada a oportunidade de se afirmarem enquanto protagonistas de seus destinos, inclusive porque a agricultura familiar não é vista como setor economicamente viável. Esta exclusão tem se materializado nas políticas de crédito, assistência técnica, pesquisa e, mais recentemente, de certificação de seus produtos. Aliado a isso, as práticas sustentáveis construídas pelos agricultores e agricultoras e suas organizações não são devidamente valorizadas (CARTA POLÍTICA, 2002, p. 4) ⁸⁹.

“Quando é um técnico falando para o agricultor tem um impacto, quando é o agricultor falando para outro agricultor tem outro impacto, porque tá falando de agricultor para agricultor” (agricultor, líder sindical da região do Cariri e Seridó). No contexto da intervenção, o agricultor afirma que: “o agricultor escuta mais o outro agricultor” – uma relação de proximidade, por semelhança - se comparado ao discurso do técnico. Deixa subentendido que seriam os agricultores os produtores e portadores das experiências (experimentação nas propriedades), e esse seria o grande diferencial. Um dado relevante para compreensão do discurso é que se trata, por analogia, de outro discurso, referenciado em outro programa: “*De Campesino para Campesino*” (América Central) ⁹⁰. Pode-se considerar, neste caso, uma “inspiração” ou, no sentido mais incisivo, uma “transposição” de um discurso para outro, incorporado ao discurso programático e institucional da ASA Paraíba: “*De agricultor para Agricultor*”. Um discurso que se multiplica, com intensidades variadas, que ganha regularidade e insistência (com as repetições) nos discursos das várias articulações, na construção de consensos estratégicos em torno da convivência com a região semiárida.

Os intercâmbios entre agricultores constituem um instrumento privilegiado de reflexão e divulgação das experiências. Os agricultores experimentadores cujas propriedades são visitadas explicam suas estratégias, mostrando como e onde armazenam água, porque constroem cercas vivas, como produzem alimentos e forragem, porque a diversificação dos cultivos e das criações é importante para sua segurança, e qual é a lógica de interação entre esses diversos elementos. Cada propriedade é uma ‘unidade de demonstração’ onde se cruzam as estratégias familiares (com o trabalho do homem, da mulher, a participação dos filhos) e onde são revelados valores e tradições. É na

⁸⁹ Carta Política da Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil)

⁹⁰ O projeto “*De campesino para campesino*” é a principal referência política das entidades técnicas de “apoio” e assessoria e motivou visitas de intercâmbio de vários líderes agricultores do semiárido paraibano, particularmente, da região do Pólo Sindical da Borborema.

propriedade familiar que agricultores e assessores exercitam em conjunto seu olhar sobre o sistema de produção em todas suas dimensões. Certas comunidades recebem todo ano centenas de visitas (DUQUE, 2007, p. 17).

A autora defende que os atores agricultores e técnicos de ONG's, Serviços e Pastorais Sociais (Cáritas, CPT, paróquias, entre outros) – “exercitam em conjunto” a leitura do “sistema de produção em todas as suas dimensões”. Concorde-se, em tese, com a afirmação de que os intercâmbios “constituem um instrumento privilegiado de reflexão e divulgação das experiências”, mas, como um processo denso de regulação social⁹¹ (regular, repetitivo, sistemático). Nele, verifica-se a presença de discursos com forte conotação política, organizados em torno de um quadro amplo de orientações e estratégias políticas: a multiplicação dos processos de capacitação e a formulação de políticas sustentáveis para a região semiárida.

Os discursos através dos seus temas definidores, orientam os campos de interesses conflituosos entre os atores sociais nas suas dependências recíprocas, ora movimentam-se por dentro da ASA – por meio dos grupos locais - por dentro das microrregiões e dinâmicas temáticas; ora movimentam-se em direção ao outro – agentes externos, governo federal, estadual, municipal nas suas múltiplas representações: EMATER, CONAB, Conselhos de Desenvolvimento Rurais, Territórios, Secretarias e Ministérios.

As experiências sistematizadas abordam o do dia a dia de algumas famílias agricultoras articuladas à ASA Paraíba: o jeito de trabalhar (organizar a produção), as capacidades reunidas da família, a relação com a terra, a água, o alimento, os instrumentos de trabalho; as potencialidades familiares - políticas-técnicas-metodológicas: as experiências de convivência com o semiárido, as vivências comunitárias (histórias contadas, partilhadas, vividas), os intercâmbios entre grupos, pessoas, organizações – as “trocas de saberes” entre agricultores, municípios, comunidades e Estados diferentes.

Práticas que reivindicam “a tradição” como denominação das experiências dos antepassados e, simultaneamente, as inovações, os novos padrões de sociabilidades: uma combinação de práticas modernas, tradicionais; dos novos hábitos, vestimentas, expressões de falas, das novas tecnologias, do encontro entre experiências.

⁹¹ Trabalha-se com a categoria “Instituição” de Douglas (1998, 18, 55; 56) utilizada no “sentido de agrupamento social legitimado”, em que a legitimidade pode ser pessoal ou difusa “baseada na concordância comum em torno de um princípio fundante”. Os homens e suas relações recíprocas compartilham uma base comum de conhecimentos e padrões morais e isso articula suas escolhas e decisões políticas.

Em 2002, algumas famílias da região foram conhecer a experiência com beneficiamento de fruta no município de Remanso - BA. Na volta do intercâmbio organizaram um grupo com 10 mulheres da comunidade para beneficiarem as frutas para alimentação das famílias, diversificando assim a oferta de alimentos na forma de sucos, compotas, doces e geléias. [...] com a formação do grupo aconteceram visitas de intercâmbio na comunidade, que possibilitou a troca de conhecimentos com outras famílias. O interesse foi aumentando, a realização de oficinas sobre o beneficiamento das frutas com famílias do município, da região e até de outros estados foram acontecendo [...] A partir dessa experiência vem aumentando a troca de saberes em diversas visitas de intercâmbio (SEMEAR, 2007, p. 2).

Os discursos são produções carregadas de sentidos, marcadores/sinalizações dos ditos e interditos: o que falar e o que calar enquanto discurso articulado em rede. O processo de sistematização de uma experiência exige daqueles que escutam – e depois contam/ sistematizam as histórias / racionalizam o discurso do agricultor⁹², um esforço concentrado de releitura contextualizada dessas marcas identitárias - memórias das famílias agricultoras. Selecionar os fatos considerados os mais significativos, os momentos marcantes de suas vidas: as emoções, alegrias, sofrimentos, sonhos, perdas, encontros e desencontros, são escolhas importantes que ocorrem, com frequência, nos espaços de planejamento, decisão e execução das propostas da ASA Paraíba.

Quanto à apresentação da experiência com o acesso a terra e a água; conversei com NF (agricultor experimentador) e ele vai apresentar. Combinei para ele tirar umas fotos da propriedade dele apresentando as experiências com manejo da água para produção. Também pedi para ele começar falando da história de sua família. A família do NF não tinha terra, trabalhava arrendado e o próprio NF comprou sua terra quando era solteiro com dinheiro de venda de gado e agricultura. Acho que ele pode fazer uma boa apresentação (Técnica da AS-PTA)

Na ASA Paraíba, a produção das memórias dos agricultores, através da sistematização de suas experiências, é um ato de regulação institucional (DOUGLAS, 1998). Cabe a ASA Paraíba, por meio das suas redes e articulações, a definição do que contar, a visibilidade pública que se queira dar, os procedimentos (políticos, técnicos), a junção das capacidades para que um discurso se transforme em sistematização pública – boletins, informativos, relatórios, cartas políticas.

⁹² Para compreender os processos de racionalização dos discursos dos agricultores e o comprometimento dos atores com o “grupo maior” (ASA Paraíba) retomamos Douglas (1998), como referência analítica. Assim, se faz necessário reafirmar que os indivíduos não agem, exclusivamente, como seres racionais no sentido de otimizar os benefícios, utilidades, resultados, numa relação custo-benefício em termos pessoais. Muitas decisões escapam à racionalidade e ao controle das ações dos envolvidos no processo e se relacionam, diretamente, com as capacidades organizadas dos atores e suas articulações recíprocas

Nesse ínterim, percebe-se que há um processo de transformação / transmutação do discurso do agricultor, como “dado original”, que pode ser traduzida na história cotidiana da família como o manejo das águas em uma propriedade específica – uma combinação da cisterna com a barragem subterrânea, o poço artesiano e outras formas de armazenamento:

Construíram um poço de 6 metros que guarda a água que corre pela rodagem. Quando chove, esse poço logo enche e sangra. Deste poço, levam a água por gravidade para a cisterna de 14 mil litros. E quando esta sangra, eles conduzem a água para o barreiro. É essa cisterna que irá molhar as plantas do viveiro. Quando seca, a enchem novamente com a água do barreiro. Para isso, precisam de uma bomba. No restante, utilizam apenas a ajuda da natureza, todo o processo de condução da água é por gravidade (INFORMATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR, [2006], p. 1) ⁹³.

O registro acima é um relato em que se descreve a dinâmica familiar de “Captação, armazenamento e uso da água nas terras dos Irmãos Maciel”, no município de Lagoa Seca, PB. Ao se sistematizar essa “dinâmica familiar” e articulá-la com as outras ações desenvolvidas na propriedade: fundo rotativo de esterco, banco de sementes de inhame, plantação em curva de nível, leirões atravessados, o cotidiano familiar se transforma, através do discurso institucional, em um “complexo sistema de captação de água de chuva”. Obviamente, que são discursos interdependentes e distintos para um mesmo contexto familiar: o agricultor que descreve o cotidiano da sua propriedade, as lideranças locais responsáveis pela captação do relato: entrevistas e sistematização orientada das experiências⁹⁴, os coordenadores e técnicos que cumprem a função política de análise e condução dos múltiplos procedimentos e da transformação do relato em sistematização, como variável do discurso institucional. E, no final, a “voz do agricultor” transforma-se em um discurso articulado e instrumento político de mobilização e apresentação da ASA Paraíba, com a leitura do boletim “Informativo da Agricultura Familiar”.

Dessa forma, correspondem às Coordenações, Executiva e Comissão Ampliada, como instâncias centralizadas da ASA Paraíba, às decisões de condução de processos – o controle social da informação: do que multiplicar, dar visibilidade, propagar. Trata-se de um discurso que reúne, simultaneamente, autoridade, representação e legitimidade

⁹³PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA / AS-PTA. Informativo da Agricultura Familiar. Captação, armazenamento e uso da água nas terras dos irmãos Maciel.

⁹⁴ Considerando que existe, previamente, definido o roteiro para cada sistematização dando conta dos aspectos que devam ser abordados.

outorgadas. Quando se afirma que os boletins nasceram como resultados da I Oficina Estadual de Sistematização, onde os agricultores e agricultoras produziram seus relatos, contando as suas experiências, cabe a pergunta: quem falou? O agricultor ou a agricultora – numa instância direta – e o sistematizador – como segundo discurso. A sistematização é um ato de escuta (e escrita) selecionada e orientada às metas e estratégias de enquadramento institucional dos processos sociais.

O lançamento dos Boletins Uma Terra e Duas Águas – P1+2, que aconteceu na Feira Agroecológica do Museu do Algodão – Campina Grande, PB, no dia 12 de setembro de 2007 - incluía, na programação, os “testemunhos” e a distribuição dos boletins pelos agricultores, a celebração festiva: a música (voz e violão), o café da manhã regional (aberto ao público), uma versão particular do “intercâmbio entre as experiências”, realizado através das reflexões sobre os boletins, das conversas informais e do ato de tornar público – no espaço da Feira – a experiência da ASA: o projeto em construção - as “ações bem sucedidas” de convivência com o semiárido e a valorização das sistematizações para as dinâmicas institucionais.

Este discurso é reiteradamente recorrente. As repetições são marcas cotidianas das redes nas dinâmicas da ASA Paraíba; mecanismos conscientes e inconscientes de se exercitar as convicções, o pertencimento, a consolidação e confirmação do discurso.

O semiárido tem uma experiência secular de intervenções governamentais - de cunho principalmente assistencialista – intervenções que deixaram como resultado o reforço do poder das ‘elites’ que assentam sua dominação no clientelismo. As populações rurais são castigadas menos pela seca do que por políticas social, econômica, ambiental e, culturalmente, excludentes. Queremos apresentar aqui os desafios de outra política cujo objetivo deve ser a sustentabilidade da agricultura familiar no semiárido, respeitando a dignidade dos homens e das mulheres do campo, resgatando suas experiências bem sucedidas e indicando os caminhos a serem trilhados para chegarmos juntos a vencer a fome e a miséria numa região que abriga hoje mais de um terço das unidades familiares de produção do país (CARTA POLÍTICA, 2002, p. 2).

A ênfase na “sustentabilidade da agricultura familiar no semiárido”, a partir da diversificação dos processos sociais e técnico-produtivos e das ações articuladas de manejo da propriedade, estabelece os elos entre as experiências das famílias dos agricultores com as conexões das redes na região. Numa mesma propriedade vários processos sociais e organizativos podem ser desencadeados, simultaneamente, indicando, assim, o movimento

dos atores, com suas articulações, nas variadas redes temáticas regionais: água, semente, abelha, cultivos e feiras agroecológicas.

3.4. A experiência da Rede Sementes da ASA Paraíba

Uma aproximação à Rede Sementes possibilitará uma compreensão desses processos de articulações em redes sociais. Os Bancos de Sementes Comunitários, nas comunidades e sítios, articulam as redes em cada microrregião: Rede de Sementes do alto Sertão, Coletivo Médio Sertão, Coletivo Regional de Educação Solidária do Curimataú e Seridó, Coletivo ASA Cariri Ocidental, Agreste e Curimataú, Pólo Sindical da Borborema e Brejo. A Rede Estadual funciona como Coordenação Estadual, responsável pela mobilização, articulação e monitoramento dos bancos nas comunidades e regiões da Paraíba. O mapeamento realizado (ASPTA, 2007) registra: 228 bancos comunitários, 6.561 famílias, 476 silos distribuídos em 61 municípios.

As adversidades socioambientais da região semiárida paraibana fizeram surgir uma variedade de experiências e estratégias de convivência com a região: estoques de reserva de água, nutrientes e energia, como forma de enfrentamento dos períodos de baixa ou nenhuma pluviometria. Os sistemas técnicos tradicionais acumularam uma diversidade de práticas produtivas de estocagem nos agroecossistemas: reservas hídricas, de forragem, de alimentos e de sementes; dimensões consideradas decisivas à manutenção da capacidade produtiva das famílias agricultoras no semiárido – nos anos considerados normais e de secas. Na região persistem as dificuldades inerentes à formação dos estoques de grãos destinados à alimentação e plantio de cada ano, comprometendo a segurança alimentar das famílias agricultoras.

O Banco de Sementes Comunitário do Assentamento Três Irmãos, no município de Triunfo no Alto Sertão da Paraíba existe desde o ano de 1992. Os agricultores conseguiram comprar 2.250 quilos de sementes dos agricultores da região a partir das sobras financeiras de um projeto. Logo no ano seguinte, eles colocaram em prática o plano de um roçado comunitário e com isso, puderam ampliar o banco para 5.500 quilos de sementes. Com o grande aumento de sementes armazenadas, com a repetição do roçado a cada ano, e a devolução das sementes por parte dos agricultores, o banco da comunidade se transformou em um dos maiores do estado da Paraíba e uma grande referência para a Articulação do Semi-Árido. Todos os agricultores e agricultoras associados da comunidade, automaticamente passam a fazer parte do banco, pegando emprestado e devolvendo as sementes ao banco. As sementes que são devolvidas ao banco obrigatoriamente passam por um processo de

secagem ao sol e seleção manual. Em alguns anos o banco também tem funcionado como banco de alimento, pois, nem sempre o que as famílias colhem é suficiente para a alimentação do ano todo. Veja como acontece isso: a família procura o banco e o informa da dificuldade, o que geralmente ocorre nos meses de dezembro e janeiro, até a colheita. Dependendo das condições em que o banco se encontra, isso é possível. Ou também, segundo seu Chico Salú, morador da comunidade membro da comissão organizadora do banco, em alguns casos, quando se vê que aquela semente está apresentando características que não se enquadram aos padrões do banco, estas são guardadas em outros recipientes e no período de distribuição da semente para o plantio, elas são emprestadas para outra finalidade, ‘quando alguém procura feijão ou milho para comer é que liberamos ela’, conta Seu Chico. Mas nestes casos também a devolução ao banco, sendo possível negociar quando e quanto devolver (Agricultor experimentador do Alto Sertão paraibano)⁹⁵.

Entretanto, a formação de estoques familiares e comunitários remonta as três últimas décadas do século XX. No Brasil (na década de 70) a Igreja Católica cumpriu um papel importante nesse processo, através do trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), nas paróquias, dioceses e regionais do Nordeste. Vários fatores são apontados como decisivos, enquanto motivação, para formação dos bancos comunitários. O primeiro diz respeito à segurança e agilidade - a garantia de se ter a semente na hora do plantio, a independência em relação aos proprietários de terras que trocavam trabalho por sementes e, por acréscimo, os empréstimos contraídos em troca de um percentual da produção em cada safra/colheita (DINIZ, 2001).

Em 2003, a comunidade se organizou para criar um banco de sementes comunitário com a participação de 12 famílias, mas só em 2004 receberam as primeiras sementes de milho, feijão e fava através do convênio com a CONAB. Lembram que esta foi a única vez que receberam sementes de fora. Até hoje a comunidade mantém o banco com suas próprias sementes. Atualmente o banco de sementes é formado por 23 sócios. Com o passar dos anos foram percebendo a importância de diversificar, possuem uma diversidade de sementes frutíferas, forrageiras e hortaliças que permite aos sócios ter a semente da paixão em seu roçado, ou seja, uma semente de boa qualidade na hora certa do plantio (O CANDEEIRO, 2007, p. 2)⁹⁶.

Ao analisar as particularidades da experiência na Paraíba, especialmente no Alto Sertão, pode-se detectar, já na década de 80, uma combinação de ações de mobilização que

⁹⁵ Discurso de Salú – Banco de Sementes de Três Irmãos, no Alto Sertão paraibano.

⁹⁶ Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. Projeto Demonstrativo. Uma experiência de organização da comunidade de Sussuarana, Juazeirinho, PB.

envolvia a formação dos bancos de sementes e o investimento em processos sociais de luta pela terra e organização partidária e sindical (DINIZ, 2001).

Com as articulações dos processos políticos e organizativos (na década de 90) começa uma nova fase para os bancos comunitários de sementes no Estado da Paraíba. Do espaço do Banco Comunitário de Sementes (BCS) para as articulações regionais da ASA Paraíba – nas regiões do Brejo, Cariri, Curimataú, Brejo, Médio e Alto Sertão.

A Rede Sementes, desde 1995, vem articulando os agricultores em torno dos bancos comunitários e redes sociais regionais: “Os agricultores associados ao Banco de Semente Comunitário de Frei Damião compõem a Rede Semente do Alto Sertão da Paraíba e participam das atividades da rede buscando informações, se capacitando, como também, trocando conhecimentos, saberes e experiências”⁹⁷. As organizações vêm suas estratégias serem redimensionadas; a articulação em redes passa a ser o grande diferencial, desse momento, nos processos políticos participativos do semiárido. No dizer de Almeida; Cordeiro (2002, p. 54): “Estas organizações também estão conscientes da necessidade de construir referências, que sejam ao mesmo tempo práticas e sustentáveis, que apontem para a superação do problema de falta de sementes de qualidade, adaptadas às condições locais e acessíveis na época de plantio”.

A Rede Sementes, como Coletivo Estadual e, também, temático da ASA Paraíba, é uma representação desse momento político, um fenômeno de redes entrecruzadas: as redes regionais instituem o Coletivo Estadual “Rede Sementes”, como a rede das redes. No dizer de Breno Fontes (2004), se está diante de uma “relês” ou processos de “redes de redes”: o procedimento que divulga a mobilização e migração dos indivíduos para novas redes; o movimento de deslocamento de cada ator social, as articulações que, por si, tanto gera novas redes como renova as antigas.

A formação da Rede Sementes ocorre tendo em vista os múltiplos lugares sociais: comunidades, sítios, municípios, regiões do Estado da Paraíba. O Banco de Sementes Comunitário (BSC) é o elo (fio) ordenador da rede na gestão comunitária dos estoques familiares das “sementes da paixão”.

⁹⁷ Informativo das Experiências do Assentamento Frei Damião, Cajazeiras, PB.

A tradição das famílias rurais no semi-árido de produzir e guardar a sua própria semente em casa tem consolidado, ao longo das décadas, através do uso, prática de conservação da diversidade agrícola como adaptação e seleção de materiais, troca e experimentação de recursos genéticos. Aliado aos materiais há a mobilização e a perpetuação do conhecimento sobre a diversidade sem o qual não seria possível o uso (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002, p. 21).

A terminologia “sementes da paixão” foi incorporada ao discurso político da ASA Paraíba como referência sócio-político-organizativa, utilizada pelos agricultores, suas organizações e demais atores, para nomear as variedades locais: “a semente da paixão é aquela desejada para cultivar, desenvolvida em harmonia com o ambiente e a cultura da região” (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002, p. 9), testada nas experiências dos agricultores e agricultoras, conhecidas como boa para plantar e colher, valorizada como fonte de alimento e segurança alimentar para as famílias agricultoras, adaptada às condições sócio-climáticas, disponível na hora do plantio e presente no dia-a-dia dos agricultores do semi-árido - nas suas práticas de armazenar e diversificar as sementes e garantir o plantio de cada ano.

O Banco de Semente Comunitário do Assentamento Frei Damião, não diferente dos demais bancos do Alto Sertão da Paraíba, nasceu da relação de afetividade que os agricultores têm com a semente nativa, vindo daí o nome de semente da paixão, e da opção pela biodiversidade⁹⁸.

[...] a semente é positiva, semente que é boa pra plantar pra comer, pra armazenar;

[...] semente da paixão, da vida, porque é dela que a gente se alimenta, cria nossos filhos;

[...] é desde o tempo de nossos avós, é pesquisada pelos nossos avós; [...] com a semente bem guardada o agricultor fica mais seguro, pois na hora que a água molha a terra ele tem o que plantar;

[...] semente pra atender as necessidades das pessoas, para garantir nossa sobrevivência;

[...] no momento em que o agricultor precisa plantar, ele não busca semente em outro canto, ele já preveniu que tem o banco de sementes que vai realmente favorecer no momento do plantio (narrativas de agricultores e agricultoras).

[...] a semente ela deve ser preservada porque desde o começo... desde o começo do Brasil, né, que o pessoal mais antigo guardava as sementes e aquilo ali era a garantia que quando chegasse à época de plantio, as

⁹⁸ Informativo das Experiências do Assentamento Frei Damião, Cajazeiras / PB.

peças já tendo a sua semente em casa, não tá dependendo do governo, de ninguém; de ficar correndo pra cima e pra baixo a procura de semente, então é de grande importância preservar a semente e como essa semente é, ela é tão boa que deu-se o nome de semente da paixão (agricultor experimentador e líder comunitária, Puxinanã – PB).

As convicções articuladas em torno da preservação das sementes nativas – “as sementes da paixão”, associadas ao sentimento de pertencimento, são marcas identitárias do Coletivo Regional: a **Rede Sementes da ASA Paraíba**. Considerando os dados disponíveis – levantamento realizado dos últimos oito anos - a rede sementes articula 228 Bancos de Sementes comunitários (BSC), em 61 municípios, envolvendo 6.560 famílias agricultoras.

ANO	Nº de BSC	Nº de famílias	Estoque de sementes/ kg	Nº de municípios	Nº de silos
1998	62	1.860	15.000	55	98
2006	228	6.561	161.966	61	476

Dados: LIMA; SILVA (2007)

Os dados armazenados (ano 2007) indicam um crescimento significativo da experiência no Estado e nas regiões: municípios envolvidos, famílias agricultoras com bancos em suas comunidades, aumento dos estoques, capacidade de armazenamento (silos confeccionados) e ampliação dos fóruns de participação e articulações. Como instância regional, conta com alguns espaços regionais consolidados: Médio Sertão, Alto Sertão, Cariri e Seridó, Pólo Sindical, e estabelece como referência-base à organização comunitária “lá da ponta”: o Banco de Sementes Comunitário (BSC) ⁹⁹, as associações comunitárias – também denominadas de associações de pequenos produtores - os agrupamentos informais entre vizinhos, amigos, familiares que se reúnem na colheita, nas manifestações de fé religiosa, nas festas, no trabalho, na feira semanal. Como articulação regional estabelece, de fato, dispositivos de iniciação, funcionamento, articulação, mobilização, entre outros, que são inovadores nos aspectos: técnico-organizativo-político; procedimentos advindos do entrecruzamento – do agir e pensar como rede – impossível de acontecer no isolamento (a família agricultora, o banco de sementes, a associação comunitária), sem os vínculos e lealdades estabelecidos, socialmente, pela conectividade.

⁹⁹ Verificar o **Anexo D**: foto do Banco de Sementes Comunitário e, também, **O Apêndice B**: A distribuição – por municípios e comunidades - dos bancos nas regiões do Alto Sertão e Agreste da Borborema.

Não obstante, muitos procedimentos escapam ao espaço da organização, grupo, sítio, comunidade. A gestão social e as capacidades exigidas para determinadas funções políticas ocorrem dentro de um marco institucional (ASA Paraíba) definido, e seus lugares de decisões, suas instâncias coordenadoras: temáticas e regionais, com centralizações e descentralizações diferenciadas: Coletivos Regionais, Comissão Ampliada e Coordenação Executiva.

[...] e a gente [Rede de Sementes] vem refletindo a seguinte questão: que às vezes a gente tem esse questionário¹⁰⁰, que ele deve surgir como realmente mostrando a alma de cada banco de semente, porque a gente sabe que os bancos estão lá, que isso aqui [a Rede] não é irreal, isso aqui é real, é verdade, mas muitas vezes a dinâmica, ela cresceu tanto que as organizações e assessorias, elas não tem condições, não tem tido condições de dar esse acompanhamento, então o que é que a gente quer nesse planejamento, a gente queria justamente ver essa dinâmica da rede, a gente quer perceber esse movimento de lá pra cá – do banco pra rede. (Técnica da CPT e Membro da Rede Sementes)

O monitoramento dos bancos de sementes é uma preocupação sistemática dos coordenadores e líderes dirigentes. Quando se estabelece um “plano de formação da rede” ou “processos de avaliação e planejamento”, neles está embutido um conjunto de preocupações: a sustentabilidade dos bancos, o surgimento de novos bancos, a qualidade da estocagem das sementes, a assessoria, o acompanhamento, o funcionamento das redes regionais e o investimento nas capacidades de intervenção e proposições políticas para construção de políticas públicas e gestão compartilhada de projetos e convênios governamentais.

As articulações das redes cumprem um papel decisivo nos processos de formação, gestão e monitoramento dos bancos comunitários. Considera-se que o protagonismo, em todos os discursos da rede de atores, é exercido pelos agricultores familiares (associados e dirigentes dos bancos). No entanto, o discurso da autonomia dos processos sociais e do protagonismo do agricultor convive, de forma paradoxal, com o protagonismo das “organizações de assessoria”, responsáveis pela condução dos processos e articulações da rede: apoios político, técnico, metodológico e financeiro. Como ocorrem com os processos de produção agroecológica do algodão, na região do Cariri e Seridó paraibano, com o apoio técnico-político do PATAC.

¹⁰⁰ O questionário é um instrumento metodológico de levantamento de dados, bastante utilizado na ASA Paraíba, para realização de mapeamentos, diagnósticos, avaliações e planejamento.

[...] o projeto de produção agroecológica do algodão¹⁰¹ envolve famílias que estão nas cidades de Soledade, São Vicente do Seridó e Cubati, onde as famílias estão em fase de colheita do produto o que já tem demonstrado satisfação já que na mesma área as famílias trabalham diversificada linha de produtos agrícolas. ‘A gente já vê nas conversas a alegria do resgate do algodão que já foi uma cultura muito presente nas comunidades e hoje o pessoal está resgatando aquele valor de plantar algodão, então você chega lá e eles comentam da satisfação de está colhendo algodão’, [...] atrelado ao algodão tem todo um conjunto de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pelas famílias no sentido de resgatar as sementes num processo dinâmico de seleção de cultivares locais destinadas ao fortalecimento dos Bancos de Sementes dentre outras. [...] já são muitas famílias interessadas em produzir no próximo ano na dinâmica da ASA Paraíba de produção sustentável e, neste aspecto, diversos intercâmbios e trocas de experiências nos campos produtivos estão sendo realizados para que haja uma ampla disseminação do novo modelo produtivo de agricultor para agricultor onde eles mesmos colocam seus avanços, metas e desafios (Técnico do PATAC).

Os processos sócio-produtivos das famílias de agricultores contam com o suporte técnico, político e organizativo das associações dos agricultores familiares, das associações dos assentamentos de reforma agrária, dos sindicatos de trabalhadores rurais e das articulações e coordenações regionais: a Rede Sementes do Alto Sertão, apoiada pela CPT do Alto Sertão, o Pólo Sindical da Borborema, apoiado pela AS-PTA, a Central de Assentamentos da Usina Santa Maria (Brejo), apoiada pelo SEDUP; no Cariri ocidental, várias comunidades e assentamentos são acompanhados pela CPT/ Campina Grande. O Coletivo Regional de Educação Solidária do Cariri Ocidental é acompanhado pelo PATAC. O Coletivo Curimataú, apoiado pelo CEOP. No Médio Sertão as experiências são apoiadas pelo CEPFS, PROPAC, CAMEC e Cáritas Regional. A Rede Sementes como instância de coordenação estadual é formada por todas estas organizações.

Quando se trata de apoio e assessoria como investimento institucional refere-se ao suporte do sindicato, da organização não governamental, da pastoral ou serviço eclesial, das organizações que, com atribuições de assessoria, acompanham política e financeiramente a ASA Paraíba, nas suas variadas dimensões.

A conservação e diversidade das sementes, discurso recorrente nas intervenções dos agricultores nas reuniões dos bancos comunitários, acontece na esfera da propriedade,

¹⁰¹ Na fase de colheita, outubro de 2008, a produção do algodão agroecológico atingiu aproximadamente 08 toneladas de algodão em rama divididas por 08 famílias que ocupam uma área aproximada de 15 hectares, com uma produção agroecológica e diversificada destinada a alimentação das famílias e o rebanho animal.

na relação e cuidado do agricultor com a semente que seleciona, estoca, planta, come, partilha: “a minha semente da paixão é a fava”, “a minha é o milho sessenta dias”, “o feijão mulatinho”, “o feijão caranguejo – o de cacho”, “o girassol”, “o gergelim”, “a semente do tomate, o coentro, o arroz” (Agricultores. Em reunião de um Banco de Sementes Comunitário - BSC).

Os agricultores descrevem os procedimentos de resgate da semente da paixão (onde foi localizada, quem cultivava no momento, o tempo de sua existência), geralmente fazendo referência ao tempo (tradição) dos seus pais ou avós ou ao tempo que a semente chegou à comunidade, que plantou e multiplicou, através dos intercâmbios entre agricultores. Nesse processo, apresentam as “sementes resgatadas”, aproximadamente, 220 variedades de “sementes da paixão”. Afirmam que, a cada ano, surgem novas variedades que são compartilhadas nas festas anuais da semente da paixão (**Anexo E: As variedades ‘resgatadas’ pela Rede Sementes da ASA Paraíba**).

A celebração da vida, o agradecimento à mãe terra, a festa da partilha (os intercâmbios, trocas de experiências e saberes), a mística da colheita são dimensões significativas na festa da semente da paixão.

3.5. A Festa da Semente da Paixão

A Festa da Semente da Paixão reúne os representantes dos bancos de sementes comunitários e familiares e demais experiências vinculadas às outras dinâmicas da ASA Paraíba: recursos hídricos, saúde e alimentação, criação animal, educação no semiárido, as feiras agroecológicas, rede abelha, entre outras. E, a cada ano, transforma-se em referência estadual importante na “troca de saberes, experiências e sementes” que os agricultores trazem das suas regiões, suas comunidades: “uma grande troca de conhecimentos, experiências e, também, de sementes, porque a feira também tem esse processo, o processo solidário [...] propagando as sementes que cada um traz de sua região” (Agricultor experimentador, Picuí, PB).

[...] é mais que um encontro, na verdade é uma festa, a terceira festa da semente da paixão, desde domingo, os agricultores estão trocando conhecimentos, a principal idéia compartilhada é a conservação de sementes para a garantia da produção e da renda familiar [...]. O resultado... é saber que precisam estar cada vez mais juntos, unidos na

defesa de suas sementes, das sementes nativas, das sementes da paixão como nós chamamos, e está podendo levar experiências pra casa, primeiro na melhoria de vida na qualidade, das famílias, como também para aquelas outras famílias que precisam do alimento que eles produzem (Agricultora assentada, Coordenadora da Asa Paraíba).

A grande celebração, a “Festa da Semente da Paixão”, na sua quarta versão, traduz enquanto discurso institucional, uma multiplicidade de sentidos: a troca de saberes, sementes e produtos da agricultura familiar, o “resgate e a conservação” das sementes nativas da região semiárida, a produção de alimentos, o autoconsumo familiar, o acesso ao mercado.

FESTAS	DIAS	FORMAÇÃO (participantes)	MOBILIZAÇÃO (participantes)
I Soledade	02	150	1000
II Cajazeiras	03	250	1500
III Lagoa Seca	03	400	2000
IV Patos	03	300	2000

Dados: LIMA; SILVA (2007)

A “festa” supracitada, nas suas últimas realizações: Soledade, Cajazeiras, Lagoa Seca e Patos nos aspectos relacionados à formação e mobilização dos atores sociais faz parte do investimento político, lúdico e institucional de afirmação pública das experiências dos agricultores familiares: o “grande encontro” entre as regiões, os bancos de sementes e os atores sociais (agricultores e técnicos), através da música, poesia, dança, formação e mobilização. Este momento é representativo do esforço coletivo de concertação institucional em torno dos pressupostos fundantes da ASA Paraíba: a centralidade das experiências dos agricultores e, entre elas, os bancos de sementes como referências sócio-políticas e organizativas decisivas.

[...] a festa estadual da semente da paixão hoje na sua terceira edição, já, ela tem um significado bem importante pra nós agricultores e agricultoras do semi-árido, já que todos os dias nós somos forçados a utilizar tipos de sementes que não conhecemos, quando na verdade nossos avos, nossos pais, foram acostumados a plantar descobrir a desenvolver variedades de sementes por eles próprios que eles guardaram durante séculos [...]. Então a festa da semente da paixão, ela tem esse objetivo de resgatar essa semente, resgatar o valor que essa semente tem pra nós jovens que, estamos... que continuamos na agricultura familiar, praticando a agricultura agroecológica, e o importante dessa festa também é que tem que está resgatando e construindo uma lógica de agricultura agroecológica com as agricultoras e os agricultores (Agricultor, educador popular e dirigente de ONG, Picuí, PB).

A afirmação de que existe uma “experiência a ser resgatada” – memória mais recente (anos anteriores) - delimitada, precisa e/ou longínqua (antepassados), enquanto dado/informação, faz parte do discurso recorrente dos atores sociais; certezas propagadas acerca de um acúmulo de reflexão guardada – expressão da vida e experiência acumulada dos agricultores e seus antepassados.

Trata-se de um arranjo simbólico-político que busca criar uma tradição - instituí-la e incluí-la nos rituais: a mística, a celebração, a festa como significação da prática histórica das famílias agricultoras. A busca da origem de um passado como representação dos “nossos costumes” e “nossas tradições”, como anterioridade histórica, é reivindicada como variável de continuidade dos processos sociais contemporâneos.

Os significados dos discursos do “resgate histórico”, das memórias dos agricultores corroboram com a afirmação da existência de um conhecimento original, guardado durante séculos, que deve ser resgatado como componente significativo na definição do que se quer do futuro: as metas, as estratégias, os procedimentos de ação, como dimensões constitutivas e constituintes do projeto político de convivência com o semiárido, que indicam novas formas de captação das experiências, estilos diferenciados para compor, montar e fazer circular uma informação; um conjunto de estratégias institucionais: política, técnica e metodológicas orientadas a “fortalecer a rede de agricultores experimentadores”.

Muitas experiências desenvolvidas pela ASA Paraíba são referências na formatação do projeto de desenvolvimento para a região: o artesanato, a cisterna de placas, mandala, o tanque de pedra, a barragem subterrânea, a bomba d’água popular, as experiências com saúde e alimentação (hortas comunitárias, quintais e plantas medicinais), os Bancos de Sementes Comunitários (BCS); o roçado (horta orgânica), as experiências com arborização (reflorestamento, viveiros de mudas); a mandala¹⁰²; a criação de abelha; a criação animal – com a produção e armazenamento de forragem, manejo de pastagem nativa e saúde animal, as feiras agroecológicas, e, as articulações regionais dos atores através das redes sociais:

¹⁰² A mandala é uma tecnologia disseminada na região semiárida e faz parte da dinâmica sócio-produtiva de algumas famílias articuladas a ASA Paraíba, a exemplo da família do Sr. Assis. Trata-se de um sistema de policultura, com nove circunferências, destinada a produção da agricultura familiar: plantação de frutas, verduras, tubérculos e hortaliças e, ainda, criar pequenos animais. No centro, se localiza um lago, com criações de peixes, patos, marrecos. Não existe um tamanho padrão da mandala, pois depende das terras disponíveis (podendo chegar até ½ hectare) e da articulação com as outras dinâmicas produtivas, podendo inclusive ser construída em pequenas áreas, nos quintais, ou entorno, das casas dos agricultores.

água, educação, abelha, sementes e, como particularidade institucional, os fundos rotativos solidários.

3.6. A experiência dos Fundos Rotativos Solidários (FRS)

Como representação do discurso institucional, as experiências dos “fundos rotativos solidários” são apresentadas como “empreendimentos solidários”, voltados para aumentar a sustentabilidade dos “sistemas de produção familiar”, ou expressões costumeiras que marcam o cotidiano familiar: o compartilhamento de alimentos, sementes, água e outros bens materiais e simbólicos; as ajudas individuais, comunitária, grupal para a melhoria das condições de vida da família agricultora e da comunidade.

Seu Assis é um agricultor que está sempre inovando. Gosta de conhecer outras experiências e quando pensa que pode dar certo na sua propriedade trata de experimentar. Participando de uma visita de intercâmbio do Pólo ao município de Solânea conheceu a mandala que tinha até peixe, se interessou por aquela novidade e entrou no fundo Rotativo Solidário da sua Comunidade Pau de Ferro para construir uma mandala em sua terra (INFORMATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR¹⁰³, 2006, p. 1).

Estas iniciativas institucionais, associadas às formas diversificadas de organização social marcam o exercício e o aprendizado da solidariedade nas comunidades rurais: cessão de parcela de terras de algumas propriedades para a formação de fundos de pasto para o uso coletivo, melhoria das vias de acesso à água - construindo ou limpando em mutirão os reservatórios comunitários, doação de leite (e alimentos) para crianças ou doentes, empréstimo entre vizinhos de animais de tração e instrumentos de trabalho, mutirões de beneficiamento de forragem, empréstimos variados: plantio de cultivos, construção de poços amazonas, tanques de pedra, cisternas, capela da comunidade, eletrificação de residências ou direcionados às associações dos pequenos produtores e aos bancos comunitários de sementes.

As primeiras experiências com o fundo rotativo de cisternas na Paraíba aconteceram em nossa comunidade. Em 1993 recebemos cinco cisternas e formamos um grupo de 10 famílias, atualmente (julho de 2005), 83

¹⁰³ **Armazenando água e produzindo alimento sagrado:** a experiência de Seu Francisco de Assis. Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar, março de 2006, n. 140.

famílias foram beneficiadas e, destas, 60 cisternas foram frutos dos fundos rotativos solidários¹⁰⁴ (SEMEAR, 2005, p. 1-2).

As práticas solidárias individuais e coletivas, incorporadas ao discurso da ASA Paraíba, como “empreendimentos solidários” de aprendizagem da “poupança comunitária” para o consumo familiar, os sistemas de produção e organização comunitária, as novas lógicas na relação com as finanças comunitárias, uma aproximação as múltiplas formas de partilha de bens e serviços: práticas antigas, novas, espontâneas, socialmente reguladas, interdependentes (DOUGLAS, 1998), articulam as dinâmicas sociais e institucionais da Asa Paraíba, nas escalas regional, microrregional e comunitária; processos coletivos de construção de solidariedades entrelaçados por arranjos variados: uma combinação de interesses e disposições individuais e coletivas; comportamentos e experiências dos atores sociais na cotidianidade do seu sítio, sua família, sua comunidade e, também, nas articulações regionais através dos conselhos da localidade, como o Conselho dos Fundos Rotativos Solidários das Comunidades de Cacimbas e Teixeira, no Médio Sertão Paraibano.

No início era um conselho que era centrado no CEPFS. Quer dizer, funcionava aqui, as reuniões era aqui nessa sala [Sede da ONG]; era um número ainda menor de organizações; de comunidades e o pessoal no último sábado do mês, algumas lideranças vinham pra cá, junto com uma pessoa do CEPFS e aí, por exemplo, eles diziam como é que tava na comunidade deles, contava um pouco, o que era que tinha sido arrecadado; o recurso quem gerenciava era o CEPFS, e aí, por exemplo, chegava e a gente ia contabilizar, aí pessoal esse mês entrou x, o que a gente vai fazer? Aí uma comunidade apresentava uma demanda, outra apresentava outra e quando as demandas eram muitas, que não tinha condição, aí então, vamos fazer um sorteio, fazer um sorteio para saber onde é que ia o benefício. O que era que acontecia: às vezes tinha comunidade x que as famílias lá tinham devolvido um valor significativo e no sorteio quem era beneficiado era a comunidade y, que as famílias não tinham devolvido praticamente nada, entendeu a lógica? Às vezes era injusto do ponto de vista do investimento. Mas, aí o pessoal começou a questionar: olha isso tá sendo injusto porque as famílias da nossa comunidade tão se esforçando para devolver o benefício recebido, as daquelas outras não tão se esforçando ou a gente não sabe o motivo porque elas não tão devolvendo, mas estão sendo beneficiadas. Então foi decidido: vamos descentralizar. Cada comunidade fica responsável pelo seu fundo rotativo, então hoje, cada comunidade, descentralizou, cada comunidade existe, tem uma comissão e ela é quem recebe os recursos e administra. Este foi um aspecto da descentralização que deve fazer três anos por aí. Foi fundamental pra chegar ao estado do que se tem hoje do

¹⁰⁴ Semear. Boletim da Agricultura Familiar. Experiência da Comunidade de Caiçara, localizada entre os municípios de Pocinhos e Soledade (PB).

ponto de vista dessa dinâmica no município [Teixeira]. (Técnico do CEPFS e Coordenador da ASA Paraíba).

A história das populações do semiárido paraibano tem sido marcada por práticas coletivas que recorrem a mecanismos de auto-ajuda e solidariedade que indicam, com variações de intensidades, os diferentes graus de envolvimento, cumplicidade e pertencimento à região e a defesa do meio ambiente. Muitas experiências são individuais, outras são práticas de grupos de interesses ou comunitários, surgidos das necessidades pontuais – interesses familiares - e se expressam nas relações de interação cotidiana das comunidades locais, proporcionando uma responsabilidade mútua e conflituosa, às vezes circunscritas aos grupos que as praticam.

A primeira ação dessa organização foi a construção de cinco cisternas de placas através de um Fundo Rotativo Solidário de cisternas. Como resultado, hoje existem mais seis cisternas construídas com os recursos arrecadados por esse fundo. E no total existem cerca de 60 cisternas na comunidade¹⁰⁵. Também foi construída com os recursos do Fundo Solidário a sede da associação, onde em regime de mutirão, toda a comunidade (jovens, adultos e crianças) ajudou na construção. Em Sussuarana existem ainda outros Fundos Solidários como de tela e reforma de banheiro (O CANDEEIRO¹⁰⁶, 2007, p. 1-2).

Os fundos rotativos solidários (FRS), como investimento institucional, são experiências herdeiras da tradição de organização solidária – cultural, política, comunitária – das redes de partilhas que traduzem a crença na comunidade, no vizinho, no parente, nas potencialidades e capacidades de mobilização comunitárias.

A sistematização da experiência dos fundos solidários nas comunidades de Teixeira e Cacimbas, no período de 2003-2007, na região do Médio Sertão paraibano (**Anexo F**), possibilitam uma aproximação [com detalhamento] da concertação comunitária: bens ou serviços contratados, quantificados, o perfil das famílias envolvidas, os tipos de poupança comunitária, a gestão e os procedimentos adotados pela comunidade.

O enfrentamento coletivo às adversidades climáticas (os efeitos regulares das estiagens prolongadas) pode ser traduzido em inúmeros exemplos de “práticas solidárias”, que persistem há décadas, e podem ser localizadas em quatro grandes blocos de “trocas

¹⁰⁵ Comunidade de Sussuarana, localizada na região do Cariri, município de Juazeirinho, PB.

¹⁰⁶ O Candeeiro. Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. Uma experiência de organização comunitária: a experiência da comunidade de Sussuarana. Juazeirinho, PB. Ano 1, n. 2, jul. 2007. (Projeto Demonstrativo)

solidárias de bens”: atendimento às necessidades individuais e da família, infra-estrutura comunitária, apoio à produção e contribuições voluntárias e assistenciais; como representação das vontades coletivas articuladas e dos laços de solidariedade construídos:

→ **“bem familiar”** – reforma, recuperação, eletrificação, cobertura de residências, empréstimo familiar para tratamento de saúde: consultas, exames e compra de medicamentos; construções, reformas e consertos de equipamentos familiares: cisterna de placa, cozinhas, privadas, poços, tanque de pedra, aviário; aquisição de animais; despesas com a compra de arame, a confecção de tijolos, aração da terra, plantio, cultivo da roça e investimento no artesanato como renda.

→ **“bem comunitário”**: modalidades diferenciadas de empréstimos para infra-estrutura comunitária - pagamentos, compras, reformas e construções são realizadas pela comunidade, através do fundo solidário, direcionadas à Associação Comunitária ou a comunidade, como um todo, para compras de objetos de sala e cozinha, pagamentos da eletrificação da sede, registro do estatuto e documentos variados; pagamentos de mão-de-obra (eletricista, pedreiros), carnês, multas de isenção do imposto de renda; construção de tanque comunitário, eletrificação da adutora comunitária; construção, manutenção e reforma de prédios dos equipamentos coletivos: igrejas, capelas, escolas, reservatórios d’água.

→ **“bem produtivo”**: empréstimo de animais de tração, ferramentas e equipamentos de trabalho, reprodutores, sementes para plantio; repasse de ovos para reprodução; distribuição de sementes dos frutos colhidos; colheita e beneficiamento da produção; a debulha manual do milho e feijão – utilizando pedras e varas – ou mutirões para debulha mecanizada de cereais.

→ **“bem assistencial”**: doação de leite para famílias com crianças ou doentes; troca de receitas medicinais caseiras; distribuição da carne de animais abatidos para festividades; troca de mudas de plantas medicinais; mutirões para construção e reforma de casas; compras coletivas; compra de caixão, empréstimo de gêneros alimentícios; troca de presentes de doces e outros pratos típicos; pagamento de água, confraternizações na comunidade (festa do sisal, dia da criança), despesas com transporte para participação em encontros e reuniões (dinâmicas da ASA: reuniões, encontros, intercâmbios de

experiências); contribuições para a confecção do calendário anual, os fogos da festa da padroeira, a confecção de carimbos, as faixas, a xérox, entre outros.

Para as famílias de uma localidade a aquisição do serviço (trocas de dias de trabalho, mutirões, ajudas no período da colheita), dispor da poupança comunitária (recursos monetários) o acesso a tecnologia (cisterna, barragem subterrânea) depende de um conjunto de procedimentos e métodos inter-relacionados praticados pelo grupo: número de famílias envolvidas, recursos arrecadados, prioridades estabelecidas para o empréstimo, exigências de devolução do valor disponível – com o acréscimo – e o compromisso com o conjunto das dinâmicas regionais. O ser ou não contemplado com o fundo solidário, em algumas situações, pode ocasionar fissuras e conflitos no grupo¹⁰⁷. No entanto, as dependências recíprocas que caracterizam os grupos sociais dispõem de arranjos consensuais internalizados que controlam a competição do grupo.

As dependências recíprocas (ELIAS, 2001) que articulam os grupos de fundos rotativos solidários constroem os laços institucionais. A organização e formalização dos grupos de fundos solidários surgem como exigência da ASA Paraíba à medida que a solidariedade, movida pelas necessidades da localidade (a família, a comunidade, o grupo de interesse), articula a rede de atores. Os processos solidários são internalizados como “atributo” do pertencimento e da racionalização institucional das práticas de reciprocidade.

Nossa avaliação é que a experiência dos FRS está, a cada dia, se consolidando em muitas comunidades do semiárido da Paraíba, como mecanismo de desenvolvimento comunitário. É, sem sombra de dúvida, uma experiência fantástica. Promove o empoderamento das comunidades à medida que são elas próprias quem decidem a forma de uso dos recursos sem nenhuma intervenção externa. Isso é muito bom! (Técnico do CEPFS e Coordenador da ASA Paraíba).

O discurso do técnico mantém como regularidade discursiva a defesa da “autonomia” e “empoderamento” dos grupos locais no momento das decisões – “a forma de uso dos recursos” que, segundo afirma, não sofre nenhuma intervenção externa. O que se verifica são práticas que indicam o contraditório dessa afirmação. As dinâmicas dos fundos solidários são monitoradas, passo a passo, pelas organizações e instâncias coordenadoras municipais e regionais. As contribuições financeiras (as parcelas

¹⁰⁷ Ao mencionar os conflitos que perpassam o cotidiano das organizações sociais, adota-se a perspectiva de Simmel (1983), qual seja, apreendê-los como dimensões constitutivas da vida social e expressiva forma de relacionamento entre grupos e indivíduos, em contraposição as percepções analíticas que os tratam como valor dissociativo/patológico, maléfico ao grupo social.

correspondentes ao bem ou serviço contratados) são realizadas individualmente – ou como família – e, igualmente, por todos. Significa dizer que todos os agricultores, ao participar de um grupo de fundo rotativo solidário, estão “obrigados” a devolver ao fundo coletivo o valor atribuído pelo grupo e, dessa forma, torná-lo rotativo.

Há uma expectativa regulamentada da ação individual, em termos de compromissos como o dever coletivo, que se traduz em comportamentos e sentimentos contraditórios: responsabilidade/irresponsabilidade; confiança/desconfiança, reciprocidade/competitividade/individualismo, onde todos devem sentir-se responsáveis, uns pelos outros. No entanto, o que se verifica, com igual intensidade, são grupos que colaboram e rivalizam, entre si, se aproximam e distanciam, uns dos outros, e que os interesses, sistematicamente, entram em conflitos.

No entanto, os fundos rotativos de créditos se diferenciam das várias modalidades de crédito bancário disponíveis no mercado financeiro, direcionados, segundo os órgãos governamentais, para “investimentos à agricultura familiar”, e suas exigências formais de certificações, documentação, prazos, taxas e juros. Ao incentivar a formação de grupos locais de fundos solidários, investe-se, como ASA Paraíba, nas práticas solidárias enquanto processos sociais de aprendizagem da poupança comunitária e de regulamentação institucional dos processos solidários, através dos fundos rotativos, como possibilidade de articulação de grupos para o acesso ao crédito coletivo, utilização de recursos financeiros em espécie - para a satisfação das diversificadas necessidades individuais, familiares e comunitárias. Este itinerário vai da resolução dos “problemas particulares” ao enfrentamento das adversidades sócio-ambientais e aos investimentos direcionados às comunidades e unidades de produção familiar.

Observa-se, acompanhando o percurso da ASA Paraíba, que há um investimento econômico, social e político na formação de grupos institucionalizados através do “apoio” (assessoria, acompanhamento, financiamento) aos coletivos regionais e microrregionais e instâncias de coordenação e execução, como indutoras (incentivadores) dos processos de gestão solidária. As experiências dos grupos de fundos rotativos solidários, nas suas várias versões, ocupam lugar importante nas dinâmicas técnicas e sócio-políticas, e, delas, advém o discurso da solidariedade como valor e atributo institucional. Ao se trabalhar o fundo rotativo da cisterna de placas: o acesso à água de beber e cozinhar disponibilizado pela cisterna se está investindo na solidariedade como valor, nas convicções em torno de uma

forma institucional da vida social (DOUGLAS, 1983) e de novo jeito de lidar com a natureza de forma sustentável, implicando em melhoria do sistema de produção e da qualidade de vida da família e da comunidade.

Enfim, as percepções articuladas em torno das práticas solidárias organizam o discurso da ASA Paraíba: o investimento institucional nas redes solidárias como estratégias políticas para o aprendizado e o exercício da solidariedade, dos valores democráticos e da participação igualitária, como atributos relacionados ao pertencimento ao grupo nas suas diferentes escalas de representação social.

As experiências dos agricultores familiares nas suas múltiplas formas de organização social, técnica e produtiva são apreendidas como a articulação das experiências com os processos sociais, intrinsecamente, relacionados às conexões recíprocas das redes de atores. E, apropriadas, no discurso institucional, como estratégia e orientação político-metodológica e dimensões constitutivas e instituintes da ASA Paraíba. As experiências abarcam, simultaneamente, as dinâmicas técnicas, sócio-organizativas das propriedades dos agricultores e os arranjos sócio-político-organizativos, como referências políticas e institucionais na construção coletiva do conhecimento.

As articulações das redes sociais no semiárido paraibano partem da existência de campo social interdependente de atores, processos e experiências, complementaridades ambíguas, conflituosas, que não parte sempre de um centro e nem é descentralizado por constituição – mas pode ser simultaneamente, descentrado, centralizado e rizomático.

CAPÍTULO IV

4. As figurações dos atores sociais

4.1. Apresentação

Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros (ELIAS, 1994a, p.22).

Nas últimas quatro décadas, na travessia entre os séculos XX e XXI, acompanham-se várias iniciativas de intervenção nos processos sociais na região semiárida. Com nomenclaturas variadas, quais sejam: “agentes de mediação”, “técnicos”, “especialistas”, “assessores”, “serviços de apoios”, entre outras denominações, apresentam-se como suporte técnico, político, metodológico às organizações e movimentos sociais rurais, e, a partir de diferentes lugares de inserção social, passam a empreender (direcionar) seus recursos, seu tempo, seus conhecimentos específicos a diferentes projetos de convivência com a região semiárida paraibana.

As Organizações não Governamentais e eclesiais cumprem um papel político decisivo na *ASA Paraíba*, como portadoras e produtoras de informações, junto aos agricultores familiares. Na condição de “articuladores de processos”, ocupam o lugar de ator social, com representação, legitimidade e aporte especializado na região; em uma combinação complexa de áreas de inserção social, conhecimentos e proposições técnicas, políticas e organizativas, capacitação, experimentação e mobilização social.

A crise de paradigmas das últimas décadas – 80 e 90 e início deste século (XXI) - introduz novos desafios às análises dos processos sociais e aos referenciais políticos, sociais e de cientificidade (explicação da realidade social) contemporâneos. As mudanças institucionais ocorridas, no Brasil, a partir do processo constituinte e da aprovação da nova constituição (1988), indicam novas figurações de atores sociais - novos papéis, novas atribuições.

Nesta perspectiva teórico-metodológica, os indivíduos vão articulando-se – uns aos outros - por um modo específico de dependências recíprocas (ELIAS, 2001): a articulação das redes de atores que se institui na interdependência dos processos sociais, atores e

experiências na região semiárida paraibana. Este capítulo analisará as figurações dos atores sociais nas articulações da ASA Paraíba. Busca-se compreender a construção do protagonismo em uma rede hierárquica de atores no semiárido paraibano: agricultores e agricultoras familiares, técnicos sociais, educadores populares, assessores, em um movimento paradoxal, entre a visibilidade e invisibilidade da representação social, em intrínseca relação com a posição que cada ator ocupa no contexto das articulações: quem fala o quê, as relações de forças que os institui, os diferentes lugares sociais ocupados, os sentidos do que vai sendo pronunciado, defendido, legitimado (ORLANDI, 1988). Esse suposto teórico-metodológico orienta as análises deste capítulo.

4.2. A constituição de uma rede de atores sociais no semiárido paraibano

A abordagem teórico-metodológica acerca da formação de uma rede de atores no semiárido paraibano, parte das proposições teóricas e conceituais dos autores Jan Douwe van der Ploeg (2008) e Norman Long (1992; 2007), qual seja: a construção de uma abordagem analítica (e política) centrada nos atores. Parte-se da convicção de que os “conceitos são alicerçados nas experiências da vida cotidiana”, intrinsecamente relacionados às capacidades articuladas de influenciar, tomar decisões, argumentar, demandar e legitimar as práticas cotidianas de indivíduos e grupos sociais, “sujeitos ativos”, partícipes na construção dos processos sociais em que estão imersos (LONG; LONG, 1992, p. 5).

Há, portanto, na elaboração destes autores, um contexto de ‘lutas’, de relações, de interação e de poder, no qual os atores que atuam em uma rede de atores tenham a capacidade efetiva de influenciar as decisões, opiniões, conquistar demandas e legitimar suas práticas. As noções de agência, poder e conhecimento são, assim, elementos constituintes do processo de construção dos atores sociais (MENEZES; MALAGODI, 2009, p.8).

A análise centrada nos atores dialoga explicitamente com a concepção de *agency* de Giddens (1984) que trata das capacidades de ação dos indivíduos: poder, discernimento e conhecimento da sua realidade social, em situações variadas, inclusive quando o cenário é de incertezas, limites, coerção social e adversidades múltiplas. Menezes e Malagodi (2009, p.6) sugerem “entender por *capacidade de agente* não a simples posse de certas habilidades, capacidades e poderes, mas a habilidade, capacidade de influenciar outros ou assumir um comando”. No entanto, consideram que,

Embora a noção de agente se corporifique nos indivíduos, esta não é atribuída unicamente a estes. Pois esta capacidade de agente é também constituinte das coletividades: grupos, categorias sociais, representantes de estado, organizações de igreja, por exemplo, aparecem como forças capazes de agir nos eventos, processos sociais, relações entre atores, etc. A concepção geral de ‘agente’ ou de ‘capacidade de agente’ assume como um *a priori* que todos os atores sociais, indivíduos ou coletividades, possuem, de alguma forma, certa capacidade e conhecimento para agirem nas mais diversas situações sociais (MENEZES; MALAGODI, 2009, p.6).

A capacidade de *agency* (possessão de habilidades e capacidade de influenciar outros) emerge na ação recíproca de uma rede de atores, ou seja, da articulação de indivíduos e coletividades, suas práticas cotidianas e seus projetos específicos: “[...] a agência efetiva requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações” (LONG; PLOEG, 1994, p. 8). Interessa, particularmente, compreender como os atores atuam e interpretam o seu mundo social, suas experiências cotidianas – como criam espaços e viabilizam os seus projetos político-organizativos, suas estratégias e relações recíprocas. A ASA é uma rede de atores que apresenta essas características, pois valoriza as capacidades articuladas de argumentação, mobilização e proposição políticas.

Criaram-se novos espaços institucionais, tais como: as Organizações não Governamentais (ONG’s), articulações em redes de movimentos ou ressignificação dos espaços tradicionais de participação (Igreja, Universidades, partidos políticos). E, nas duas últimas décadas (1990-2000), percebe-se uma acentuada presença nos espaços governamentais – nos âmbitos local, estadual ou federal.

Nesse percurso, verifica-se uma redefinição sutil desses personagens. Nos processos sociais anteriores – no contexto da redemocratização da sociedade brasileira, no momento pós-ditadura militar, com a retomada dos movimentos sociais e o surgimento de novas experiências de organização social: “os novos movimentos sociais” - a mediação ocorre entre os movimentos sociais e o “assessor mediador”, em uma relação direta movimento-mediador, com os papéis de mediação bem definidos e reconhecidos. No contexto das mobilizações sociais: greve, ocupação de terra, luta contra a carestia, campanha salarial ou acompanhamento sistemático a um determinado grupo social (associação comunitária, sindicato, comunidade eclesial de base), identificavam-se os “representantes do movimento” e os seus “assessores”: aqueles grupos de indivíduos que cumpriam a função de técnico, assessor, agente de mediação; geralmente, vinculados aos movimentos eclesiais, políticos (partidos políticos), universidades e Organizações não Governamentais.

Não obstante, as Organizações não governamentais (ONG's) ocupam um lugar diferenciado na rede de atores. Em geral, são pequenas equipes de profissionais e técnicos de diferentes áreas do conhecimento e “saberes” acadêmicos (agronomia, ciências sociais, zootecnia, comunicação social, engenharia florestal, educação, história, entre outras). A particularidade da sua função como ator, reside no “apoio e assessoria” à gestão, através do suporte técnico-metodológico às experimentações dos agricultores nas suas propriedades (certificação social), do acompanhamento, da capacitação, monitoramento e sistematização das experiências.

No contexto de uma rede de atores, o papel da mediação se transforma, o mediador é também ator que desenvolve ações específicas correspondentes as suas habilidades profissionais: técnicos, mobilizadores, indutores e condutores de processos participativos, apoio e assessoria especializada, suporte institucional e financeiro. O paradoxo dessa relação é que são atores com expressiva visibilidade nos processos sociais; no entanto, nas tramas e retramas, ditos e interditos do discurso do protagonismo do agricultor familiar, eles se posicionam como “invisíveis” ou “invisibilizados” por eles próprios.

No entanto, as posições dos atores não são equivalentes, são graus diferenciados de intervenção nas experiências e articulações, hierarquizadas entre si; os lugares são definidos pelas capacidades dos grupos e indivíduos de fazerem-se escutar e a legitimidade que alcança cada discurso: “as palavras não significam por si, mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que falam. Sendo assim, os sentidos são aqueles que a gente consegue produzir no confronto do poder das diferentes falas” (ORLANDI, 1988, p. 79). Constata-se um descompasso entre o discurso que advoga a crença na horizontalidade das relações entre atores e a centralidade do agricultor familiar, e, paradoxalmente, como atores sociais ocupam posição de destaque na condução dos processos sócio-político-organizativos da ASA Paraíba.

A abordagem centrada no ator indica uma complexa trama político discursiva acerca dos papéis de cada ator na figuração social: os interesses explícitos ou inconscientes de cada ator social, os percalços da representação, as ambiguidades das posições, as capacidades reunidas de argumentação, defesa do projeto, diálogo, proposição e execução de políticas, como variáveis instituintes dessa perspectiva analítica.

4.3. O aporte técnico dos atores sociais

A inserção do ator técnico, no âmbito das articulações da ASA Paraíba, é direcionada às ações de assessoria especializada e suporte técnico-metodológico às experiências dos agricultores e agricultoras familiares. Os atores técnicos, na particularidade do seu lugar social, atuam como intérpretes das formas de gestão sócio-político-organizativa, como analisa a técnica da AS-PTA.

Tenho clareza da urgência do debate e, mais do que isto, da necessidade de definirmos coletivamente orientações e encaminhamentos necessários a condução daqui pra frente das nossas ações em especial aquelas apoiadas, estimuladas pelo Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o semi-árido - um milhão de cisternas rurais (técnica da AS-PTA).

Diferentes histórias políticas marcam a formação da ASA Paraíba. As experiências dos agricultores e agricultoras familiares no semiárido paraibano, os movimentos sociais do campo, as Organizações não Governamentais (ONG's), as pastorais e movimentos eclesiais e acadêmico-estudantis e, de uma forma ampla, o “movimento da agricultura alternativa”, combinado às reflexões em torno do fortalecimento da agricultura familiar e a formulação de proposições que apontasse à construção de um modelo alternativo de agricultura familiar. No discurso da coordenadora da AS-PTA: uma “agricultura ecológica que na época chamava agricultura alternativa”.

Então esse período, eu, 84-86, eu tava no movimento estudantil, é, participando da diretoria do diretório acadêmico de veterinária e ao mesmo tempo, começando a me engajar numa reflexão sobre o modelo de desenvolvimento para a agricultura e, já dentro de uma perspectiva de uma agricultura ecológica, que na época chamava alternativa e numa perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar. Então, foi essa trajetória que me fez, é, me envolver, a partir do movimento de agricultura alternativa (Coordenadora da ASA Paraíba, técnica da AS-PTA).

A técnica e, também, coordenadora da ASA Paraíba descreve, no transcurso da entrevista, o “movimento dos atores” em direção ao “movimento de agricultura alternativa”. Na Paraíba, foram decisivas as buscas de alternativas para resolução das adversidades climáticas, tratadas no discurso regional como políticas de “combate às secas”, a presença do movimento social rural, as iniciativas das organizações não-governamentais e eclesiais, com atuação na região semiárida. Nesse cenário, emerge no “debate regional” a discussão de projetos de desenvolvimento para a região. Nas percepções dos atores, não bastava se posicionar contra o “discurso oficial” era preciso

propor novos parâmetros para pensar o semiárido, novas alternativas políticas, sociais, econômicas.

[...] na Paraíba também foi um momento importante porque fez com que as organizações, é, se colocassem, né? Bom, eu acho que a gente precisa ... se colocar, afinal de contas se se colocou contra, qual a nossa proposta? O que é que essa experiência que existe, o que é que elas têm pra dizer, em termos de elaboração, é... eu acho que foi um momento importante, de... e desafiador pras organizações (Técnica da AS-PTA e Coordenadora da ASA Paraíba).

Assim, no campo da formulação e proposição nas diferentes áreas do conhecimento, a presença do ator com atribuições técnicas de assessoria, acompanhamento e monitoramento das ações, se afirma na presença constante e na consistência de um discurso bem articulado de orientação e condução políticas nos espaços institucionais. Trata-se de um discurso especializado em determinadas áreas do conhecimento, capacidade reflexiva, análise e resolução de problemas, poder de decisão nos processos de formulação e execução de políticas.

[...] das organizações a gente percebia que existiam organizações que tinham experiências muito fortemente [...] pela igreja, o PATAC se colocava como uma das entidades que tinha um acúmulo, e teve e continua tendo, um papel importante dentro da ASA, aí ainda dentro do processo de negociação com o governo federal (Técnica do PATAC e Coordenadora da ASA Paraíba).

Na realidade, ao tratar da importância das organizações dentro da ASA Paraíba, a técnica aborda dois grupos bastante definidos de inserção social nas dinâmicas sociais da ASA. O primeiro diz respeito às organizações vinculadas a Igreja, nas suas diferentes formas organizativas: a paróquia, a Diocese, as comunidades eclesiais de base (CEB's), as pastorais e serviços eclesiais.

Nestes últimos anos, a família vem recebendo apoio da paróquia de Senhora Santana, que tem ajudado a divulgar o trabalho de Judivan no município e região; e o PROPAC [Programa de Promoção e Ação Comunitária] que tem incentivado a família a participar de eventos e atividades na região, divulgar a sua experiência, como também de receber visitas de agricultores e entidades que desejam ver como esta família vem superando desafios no Sertão Paraibano¹⁰⁸ (O CANDEEIRO, 2007, p. 2).

O Banco de Sementes Comunitário das comunidades Santa Cruz e Santa Maria, em São Vicente do Seridó, na Paraíba, foi fundado no ano de 1984, fruto de um trabalho das comunidades eclesiais de base CEB's. Nossas comunidades sempre tiveram uma história ligada ao trabalho religioso com os grupos de crisma, grupos de jovens, pastoral do batismo e matrimônio (SEMEAR, 2006, p. 3).

¹⁰⁸ Experiência: Superando desafios no sertão paraibano, Santana dos Garrotes, PB.

No segundo grupo estão as Organizações não Governamentais que atuam nas áreas de apoio, assessoria, acompanhamento, consultoria e, particularmente referenciada, o PATAC, com aproximadamente trinta e cinco anos de atuação na região semiárida paraibana, se institui como discurso ordenador e articulador das experiências dos agricultores e referência significativa nos processos sociais de negociação e execução de políticas na região.

A propagação de um discurso ordenador, que seja objetivo, eficaz, contundente e, sobretudo, legitimado pelos atores, ocorre na transversalidade das dinâmicas da ASA Paraíba: as reuniões e os encontros das redes e coordenações (ampliada, executiva) e no apoio direto e institucional às dinâmicas regionais, através das suas experiências e coletivos: Polo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, Coletivo de Mobilização Social do Médio Sertão; CASACO (Coletivo ASA Cariri Oriental); FOLIA (Fórum de Lideranças do Agreste); Dinâmica de Convivência com o Semiárido do Alto Sertão; Coletivo Regional de Educação Solidária do Cariri e Seridó; Articulação do Cariri Ocidental; Coletivo Curimataú; Articulação do Brejo; Articulação do Litoral.

No entanto, considerando a diversidade das experiências, processos e articulação dos atores sociais, acompanha-se o discurso do Coordenador do CEPFS que analisa por dentro da ASA Paraíba, as posições dos atores e as capacidades diferenciadas dos Coletivos microrregionais de inserção nas dinâmicas sociais da ASA e, conseqüentemente, a dificuldade de formulação de propostas e consensos institucionais.

Uma outra coisa que a gente avalia, é que... é, não sei o que é que acontece, mas acho dentro da própria dinâmica da ASA – não que não mereça! – mas é que às vezes tem algumas entidades que termina se sobressaindo sobre as outras, tem... O trabalho é coletivo, é um trabalho de todos, mas às vezes a publicidade é feita em cima de uma ou de outra entidade, onde na verdade os méritos, eles podem acontecer, deveriam ser de todos. São coisas que... acho que são processos, as coisas vão sendo construídas, vão sendo descobertas e é preciso ser melhor trabalhada. A gente acha que é preciso que cada Coletivo Microrregional... a gente já percebeu, inclusive, isso dentro da própria ASA, que existe uma briga no bom sentido, briga política por ocupação de espaços. A gente percebe que quanto mais o Coletivo Microrregional tiver mais força, ele exerce, lá dentro da ASA, pode não receber benefício, mas pode ter um reconhecimento maior. Então são coisas que aqui dentro do Coletivo a gente vem discutindo e não esconde isso de ninguém, e já tem colocado, inclusive, dentro das reuniões, dentro das próprias reuniões que a ASA vem desenvolvendo. Mas, sem dúvida são dificuldades, mas a gente avalia que é uma relação, assim de extrema... recíproca. Acho que a ASA tem contribuído muito para o desenvolvimento... e, ... nós também somos ASA (Técnico do CEPFS e Coordenador da ASA).

O discurso técnico como ordenador e orientador das experiências se afirma na relação com o outro, através do debate político das semelhanças e diferenças entre organizações, na adesão, construção de consensos, nos conflitos, na disputa por espaços políticos, no confronto de posições. Geralmente, são discursos longos, reflexivos e bem articulados, como se verifica no discurso supracitado, acompanhado de diagnósticos, análises e proposições. O discurso ordenador, por constituição, deve ser firme e estável: incisivo, insistente, assertivo, repetitivo; pode resvalar para o autoritarismo, por se tratar de uma voz segura e auto-suficiente que, em última instância, ocupa o lugar do outro: o agricultor familiar. Não obstante, ao ser emitido solicita a resposta – seja qual for – uma interlocução; se transforma à medida que é proferido e se produz na interdependência com o outro discurso – que pode ser uma expressão de aceitação ou o seu contrário, o seu contraponto.

No processo de constituição das articulações da ASA Paraíba, os conflitos surgem como “uma das mais vívidas interações” em intrínseca relação com as hierarquias de poder, as “restrições mútuas” entre atores, os processos de diálogo e silenciamento, bem como no confronto de posições, de argumentos; nas relações paradoxais de reconhecimento e desconhecimento – do outro (ator), nos consensos institucionais estabelecidos (SIMMEL, 1983, p. 122; 150).

Os atores sociais nos processos de construção de consensos utilizam estratégias variadas para se tomar uma decisão e legitimá-la. Neste percurso, para que a concertação social se realize é necessário que limites objetivos e subjetivos - restrições mútuas – sejam impostas aos atores na produção dos consensos. Numa rede hierárquica de atores, aquele que tenha o maior poder de persuasão e convencimento, em princípio, faz prevalecer suas ideias, suas posições. No entanto, para resguardar a legitimidade das suas proposições o ator precisa da adesão do outro. Dessa forma, as dependências recíprocas orientam as relações entre atores (ELIAS, 2001).

Por ocasião de uma reunião da Comissão Água [Rede Água] podem-se mensurar quão conflituosos podem se transformar os processos sociais de construção dos consensos grupais. O cenário é o diálogo tenso entre duas organizações não-governamentais: a AS-PTA, com intervenção na Região do Polo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema e o PROPAC, “entidade eclesial de assessoria”, com atuação na região do Médio Sertão paraibano; são duas ONG’s, hierarquicamente distintas, mas, com

forte poder político nas suas microrregiões, nos aspectos relacionados à influência, arguição, financiamento e, conseqüentemente, aporte significativo na condução política na totalidade da ASA Paraíba.

No contexto da “Comissão Água”, como Coletivo temático e regional, os conflitos surgem com mais intensidade; o movimento dos atores em defesa das suas convicções é mais evidente, o enfrentamento de ideias, argumentos, propostas é recorrente. Quando ocorre o acirramento de posições, o clima de tensão modula o ambiente, os comportamentos sofrem variações e transitam entre a previsibilidade e imprevisibilidade das posições: o enfrentamento de atores, o posicionamento discreto em direção ao consenso e a postura de “não reação”, traduz o silenciamento dos atores.

Como procedimento teórico-metodológico se estabelece como cenário de referência o Coletivo Regional, conhecido como “Rede Água”, para compreensão (observação e descrição) do movimento dos atores, em um evento específico: a reunião da Comissão Água da ASA Paraíba¹⁰⁹. O interesse, neste momento, diz respeito ao movimento dos discursos. Ao PROPAC coube a coordenação da reunião. No momento inicial de definição da pauta da reunião, o ambiente é tensionado, mediante as sugestões de reordenamento da pauta. Convém afirmar ser esse procedimento corriqueiro: sempre a cada início de reunião é feita a consulta ao grupo acerca da disposição dos temas de discussão propostos para cada atividade: acréscimos, deslocamentos, supressões de assuntos. O que não ocorreu nesta reunião. De forma abrupta, a construção de uma agenda de discussão assume contornos imprevisíveis; o que poderia se considerar como procedimento regular a cada início de reunião - submeter à proposta de pauta a discussão da Comissão Água para, em seguida, tratar as propostas de acréscimos e alterações, esbarrou em uma evidente indisposição da coordenação da reunião, exercida na ocasião pelo PROPAC, em aceitar a mudança de pauta. O conflito se sobressai.

Mediante as dificuldades de atingir o consenso, em relação às modificações sugeridas, instala-se o impasse no ambiente e, a partir desse contexto, críticas acintosas, exercidas pela coordenação (PROPAC), com poucas adesões explícitas, são direcionadas

¹⁰⁹ Reunião da Comissão Água, em 08/fev.2006, Patos, PB. Os membros participantes foram: PATAC, Cáritas, AS-PTA, UFCG, CENTRAC, CAMEC (02), CEPFS, Paróquia de Boqueirão, CPT-C. Grande. Como caracterização tem-se uma significativa representação das ONGs, pastoral social e serviço pastoral diocesano, paróquia e da Central de Assentamentos do alto Sertão, CAAASP.

as organizações não governamentais (PATAC, AS-PTA) e surgem de forma inesperada, aparentemente desproporcional, ao se considerar que o que estava em jogo, em princípio, era apenas uma sugestão de alteração de pauta de discussão. Assim, o debate inicial é marcado pelas trocas de acusações.

O PROPAC aponta a “atitude não transparente” das organizações não governamentais, PATAC e AS-PTA, na condução e apresentação das alterações; insinua que existam procedimentos obscuros em relação aos temas que tentam “impor para discussão”, mas que não colocam claramente para o grupo as suas pretensões. As ONGs reagem afirmando que é prática corriqueira antecipar o envio da pauta e discuti-la no momento da abertura do evento - qualquer que seja ele - mas, também o comportamento recorrente de não reação dos presentes, o silenciamento dos grupos e atores: “se envia a pauta anteriormente e ninguém reage, atitude que por si só não se justifica” para, em seguida, afirmar que não é a pauta que está em questão, mas o fato de que, na ASA, “não enfrenta no ‘tête-à-tête’ (face a face) as diferenças”.

O ambiente se transforma, em princípio, em um expressivo silêncio, nenhuma reação dos participantes para além das ONG’s que se enfrentam. De um lado, PATAC, AS-PTA e do outro o PROPAC, com participações discretas de outras organizações (Cáritas, CAAASP, CAMEC) e representações dos Coletivos (Pólo Sindical, CASACO, entre outros).

A situação de “não reação” pode indicar um descontentamento silencioso, uma consolidação de processos de sujeições, e, nestes casos, a reação abrupta – como a relatada - pode emergir nas situações mais adversas, inesperadas. É quando a tensão acumulada explode, provocando sentimentos de rejeição, desconforto, distanciamento, conflitos de posições, silêncio.

Este fenômeno Orlandi (1990, p. 52) chama de “mecanismo de silenciamento”, e o analisa no contexto da circulação dos sentidos. Para a autora existem processos sociais que não permitem que o ator circule pelas diferentes formações discursivas. As decisões tomadas, quando centralizadas, como ocorrem nas dinâmicas institucionais, indicam graus diferenciados de envolvimento, adesão e lealdade aos acordos firmados no “coletivo”. O debate, por mais importante que se apresente para determinados atores, pode não chegar ao destino planejado: o objetivo pré-definido para uma determinada ação, decisão, estratégia. Os argumentos (traduzidos em mensagens) deixam de ser apropriados por todos os atores

envolvidos; os sentidos postos para o diálogo, quando detidos pelo emissor, agem no sentido contrário, interditam a interlocução - áreas silenciadas de intervenção, arguição e proposição. Com “o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e logo, posições do sujeito que ele não pode ocupar que lhes são interditas”.

Não se trata simplesmente de uma relação de “quem fala e quem escuta”, são relações bem mais complexas, processos de assujeitamento, teias históricas constituidoras de discursos interdependentes que produzem práticas de sujeição, de deslocamentos das posições de poder, de recolhimento. Significa dizer que, os discursos, quando inassimiláveis, prejudicam a interlocução dos atores sociais envolvidos e as ações propostas. Cada ator ocupa um lugar social diferenciado na articulação; os espaços de decisões são variados, os discursos não são equivalentes, nem horizontais, nem simétricos; não falam da mesma perspectiva e se constituem no conflito das diferenças.

A disposição dos atores em um ambiente de conflitos é uma característica constitutiva da experiência humana e social. Corresponde, no contexto da Comissão Água, em análise, entender as consequências das controvérsias impostas à situação específica, no caso, a reunião.

Assim, com os devidos remanejamentos e alterações, a pauta da reunião da Comissão Água foi redefinida e uma espécie de consenso operacional estabelecido. Com a definição da pauta e dos critérios de funcionamento, a atividade seguiu o seu curso em um ambiente tenso e controverso. Embora coordenar implique em responsabilidade de condução, naquele momento, o que se verificou foi uma intensa disputa entre ONG's para definir o andamento da própria reunião – os conteúdos, os encaminhamentos, as decisões. Dois pólos de disputa se apresentam com nitidez: um primeiro discurso que se reitera (indefinidamente) nas arguições, no trato com os argumentos, nas repetições como práticas de convencimento. O segundo discurso: faz a crítica ao discurso anterior tratando-o como “moído”, “pouca objetividade” e “muita prolixidade”, a “fala longa” [aproximadamente trinta minutos]. No dizer do coordenador do PROPAC: é o discurso de quem “fala demais”, que coordena sempre as reuniões, marca posição, desrespeita as regras pactuadas¹¹⁰ pelo grupo.

¹¹⁰ A regra estabelecida para aquela reunião foi de um tempo de três minutos para cada intervenção.

Por dentro da discussão, o contraponto político: a crítica direta às posições, como representação das instituições e atores, que desrespeitam as regras, que disputam idéias, propostas, adesões e busca manter o controle daquela reunião específica e, por acréscimo, da ASA Paraíba. Como reação crítica a essa versão dos fatos, o outro discurso, criticado como “longo, prolixo, pouco objetivo”, insiste nos argumentos e na legitimidade da sua intervenção: “fala longa, mas com conteúdo, com propostas”; e ao delimitar a sua posição, discorre com autoridade, geralmente, respaldado pela legitimidade do lugar social que ocupa nas instâncias de coordenação e articulação políticas (Coordenação Ampliada e Secretaria Executiva), do “conhecimento acumulado” e representação nas instâncias, fóruns e articulações externas à ASA.

Os discursos partem da diferenciação das experiências e aportes dos atores sociais. O reconhecimento do jogo político das posições, a hierarquia das funções, as relações recíprocas - adesões, resistências, contraposições - incidem nos deslocamentos dos atores e acontecem dentro da própria rede de poder. Não obstante, quem toma as decisões? Essa indagação pode ser mensurada acompanhando-se o debate dos recursos hídricos, na transversalidade das duas instâncias de coordenação: a Comissão Água e a Secretaria Executiva. As decisões que tratam do tema transitam nestas duas esferas e, com regularidade, provocam tensões de legitimidade e representação, ocasionando uma sobreposição de encaminhamentos, substituição de decisões ou desconsideração de determinações tomadas anteriormente. Como ocorre com as convenções institucionais – explícitas ou veladas – que acompanham o percurso de uma decisão, por mais cotidiana que se apresente: como a definição de uma data para realização da reunião da Comissão Água.

Companheiros (as) da ASA PB. Lembramos que a reunião da Comissão Água (ampliada) ocorrerá no dia 18 de agosto (sexta feira) no horário das 9:00 h às 16:00h, no STR de Lagoa Seca. Tentamos reservar um local mais central, todavia todos os locais que contatados estavam ocupados. O objetivo desta reunião é darmos continuidade ao debate sobre a maneira como vamos fortalecer o trabalho com os FRS a partir da necessidade de desvincularmos os FRS do PIMC. Um forte abraço. Tônico¹¹¹ (técnico do PATAC).

A resposta surge apresentando uma preocupação e apresenta um conjunto de argumentos que justificam uma possível mudança de data da reunião, em troca da

¹¹¹ BARBOSA, Antonio Carlos. **ASA Paraíba: Reunião da Comissão Água** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <asaparaiba@grupos.com.br> em 15 ago. 2006.

contribuição qualificada de lideranças e técnicos - já que cita vários nomes representativos de três microrregiões (Polo, Cariri e Seridó e Alto Sertão), que não participariam devido à sobreposição de agendas.

Fiquei preocupada, pois marcaram uma reunião para sexta-feira (18), pois neste mesmo dia teremos o Encontro Estadual do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional em que fazemos parte, inclusive estamos na coordenação do fórum e também do evento. Pessoas como Roselita, Nelson Ferreira, Aldeneide, Waldir e eu estarão participando do evento, dificultando assim que possamos também contribuir com este debate. Marilene¹¹² (técnica da AS-PTA e Coordenadora da ASA Paraíba)

E uma terceira intervenção que reconhece a contribuição das pessoas que estarão na “outra reunião”, mas trata de argumentar acerca da impossibilidade de se chegar a outra data comum a todas as agendas, e sugere que as contribuições sejam encaminhadas por email, para indicar que as decisões serão “socializadas” posteriormente, indicando, como efeito conclusivo, que a reunião da comissão água se mantém nas datas propostas

Antes de marcar a reunião se buscou ver outra data e a maioria tinha problema. Esta reunião foi lembrada, mas dada a urgência do problema foi marcada para encaminhar as decisões tomadas. Sei que as pessoas que vão estar na reunião poderiam dar uma boa contribuição, e acho até que podem contribuir enviando algumas propostas pelo email. Depois socializaremos o que for discutido e encaminhado na reunião de sexta feira. Camelo (técnico da AS-PTA)

Muitos descompassos marcam o percurso das macro e micro decisões institucionais, acentuando ou atenuando os conflitos entre atores hierarquicamente posicionados na rede de atores. Nas particularidades da Reunião da Comissão Água (Comissão Água, em 08/fev.2006, Patos, PB) verifica-se o acirramento das posições. Nesse momento singular, o conflito assume contornos de excitação, impasse, indefinições; percebem-se os primeiros sinais de irritação e, em determinados momentos, dispersão, aborrecimentos (presente nas expressões faciais). Entretanto, quanto ocorre o embate direto entre participantes, dois movimentos são perceptíveis: o silenciamento de atores e o diálogo conflituoso restrito às organizações não governamentais PATAC, PROPAC, AS-PTA, CAMEC, com participações discretas de outros grupos.

¹¹² MELO, Marilene Nascimento. ASA Paraíba: Reunião da Comissão Água/FRS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <asaparaiba@grupos.com.br> em 16 ago. 2006.

No momento em que os conflitos são acentuados, novas considerações: “mas, estávamos construindo o consenso” ou “foi quebrado o consenso”. Novo impasse! A partir desse momento: o recuo, a tensão. Mas, em seguida, redobram-se os argumentos, a insistência e defesa das posições, o cansaço, a resignação: “tem sido, até então, as mesmas pessoas, para as mesmas coisas”. Esse discurso pauta dois aspectos como marcadores da experiência: a concentração e centralização das responsabilidades institucionais e, conseqüentemente, das decisões políticas, e a cobrança embutida de uma maior inserção nas articulações sócio-político-organizativa da ASA Paraíba.

Na reunião da Comissão Água, as Organizações não Governamentais e Serviços Eclesiais são representantes das suas regiões (Médio Sertão, Pólo, Alto Sertão, Cariri/Seridó, Curimataú, etc.) e, como atores, intervêm diretamente nas experiências dos agricultores: suas ações sócio-técnicas-políticas e organizativas. No discurso eles aparecem como “assessores e apoio” técnico, político, metodológico e financeiro e fazem a defesa do protagonismo do agricultor familiar. A sutileza dessa figuração, é que eles não se apresentam como representantes deles próprios, e suas organizações, mas como “vozes dos agricultores”: falam em nome deles, por eles ou como representantes deles.

No momento de realização das entrevistas ao indagar acerca do peso de cada ator na rede de atores e, particularmente, o peso dos discursos e experiências dos agricultores nas articulações e debate político-institucional, pode-se mensurar com significativa precisão as percepções das diferenciações dos espaços, atribuições e posições dos atores. Veja-se a precisão dos argumentos apresentados por uma dirigente da CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraíba, ao responder a pergunta sobre o lugar do agricultor familiar na ASA Paraíba na relação com o ator denominado, pela dirigente, como “agente político da ASA”. Ela inicia seu discurso afirmando que a “voz do agricultor” não tem o mesmo peso que um dirigente da CAAASP, da CPT, do Polo Sindical. Mas, discorre sobre as diferenciações como dimensões constitutivas das experiências.

Porque eu acho assim, é, se você tá numa discussão política, numa, eu acho que não.¹¹³ Mas, se você tá num momento de, talvez, de compreensão das experiências, de apresentação da experiência de base, tem mais [o agricultor tem mais peso]. Eu acho que tem esses momentos diferenciados, tem o espaço,

¹¹³ A coordenadora, quando afirma que nas discussões políticas o agricultor não ocupa o mesmo espaço político-institucional do “agente político”, reconhece que, na ASA Paraíba, as inserções do agricultor e do técnico ocorrem de forma diferenciada.

na instância, um momento para discutir politicamente, é, pra tirar estratégias políticas, né, de longo prazo, com, para o projeto maior da própria ASA. Eu acho que o que foi colhido dele [o agricultor], no outro momento, retorna, neste momento, neste discurso, dessa pessoa... agente político, digamos assim, da ASA. Mas, tem aquele espaço que é o espaço que... Acho que são vários espaços, né? Espaço de ele colocar a experiência dele para nos enriquecer, para enriquecer o grupo; tem o espaço de ele ouvir a experiência do outro para enriquecer a experiência dele, aí nesse momento acho que ele tá construindo e, é, mais o momento dele do que do agente político, né? Acho que ele é a pessoa daquele momento e a gente tem que aprender com ele, e tem o outro espaço, que, talvez, para ele aprender que tem outra pessoa, que tem uma experiência maior, neste sentido, porque talvez não desenvolveu a cisterna, não conhece a cisterna sendo construída, não conhece a barragem subterrânea sendo construída, mas conhece como pensar o projeto e como defender esse projeto noutras instâncias, assim, como seria melhor formular isso para ASA Brasil, formular isso para outros agentes, outros parceiros que não estejam dentro da ASA. Acho que tem esses vários espaços. Acho que isso é separado dentro da ASA. Acho isso bem interessante. Mas, acho que a importância dos agricultores, o espaço onde eles trazem as experiências, onde eles aprendem um com o outro, eu acho que isso é riquíssimo; e é riquíssimo tanto pra ele como pra gente [o agente político]. Porque os grandes projetos, né, o projeto maior da ASA parte daí. Eu concebo assim (Coordenadora da CAAASP e da ASA Paraíba).

A defesa do protagonismo do agricultor familiar é feita por intermédio do reconhecimento das multiplicidades dos papéis e funções sociais e da diferenciação dos atores sociais. No entanto, investe-se na homogeneização dos aspectos diferenciados e enquadram-se as multiplicidades – invizibilizadas em nome das semelhanças. O “projeto comum” de desenvolvimento sustentável da região semiárida, como eixo estruturante da rede de atores (ASA Paraíba), que, por sua vez, é materializado (internalizado e significado) nos sentimentos, afetos, vozes e imagens de si, como ator, e do outro – o agricultor familiar; discursos articulados sobre as práticas históricas e autônomas dos agricultores como um dado social disponível à aprendizagem.

Quando se exige dos membros da ASA Paraíba um comportamento, formalmente idêntico numa situação idêntica, investe-se na centralização dos interesses, dos discursos, da aprendizagem (dos conteúdos) e das ações em rede. Esta perspectiva convive com o contraditório do discurso da autonomia dos atores sociais; como processos interdependentes não podem ser autônomos.

4.4. Os processos discursivos, os atores posicionados, a construção do conhecimento.

Pensar as articulações em rede, numa perspectiva dos processos sociais e movimento de atores posicionados hierarquicamente, é um ato de reconhecimento da impossibilidade de uma estrutura horizontal de articulação social.

Para analisar a hierarquia dos atores no contexto das redes sociais no semiárido paraibano, foram construídos alguns cenários. Cada cenário será apresentado, prioritariamente, com base na observação de campo, realizada no período de 2005-2007 e do recorte seletivo: a atividade em análise, os objetivos, a escolha metodológica. Significa esclarecer que não serão descritos minuciosamente todos os momentos da reunião, evento ou atividade; não se trata de um relatório - com seus debates, reflexões e encaminhamentos, mas discursos considerados significativos para a compreensão do movimento dos atores em um contexto social específico.

4.4.1. Cenário 1 - o movimento dos discursos: as hierarquias e o poder dos atores sociais

Inicialmente, localizam-se os discursos no contexto sócio-político-organizativo da ASA Paraíba: lugar de poder contundente, delineado, eficiente. Trata-se de um discurso de ator social que emerge dos espaços de coordenação e direção políticas; com trânsito nas instâncias de decisão e coordenação (ampliada, executiva) e/ou microrregionais. Dessa posição social de ator, abriga, simultaneamente, os sentimentos de crença, resignação e desencanto; são percepções de alguém que conhece e, por momentos, desconhece “por dentro” a sua experiência.

O primeiro discurso tece considerações acerca das posições e poder de cada ator social, hierarquicamente posicionado, os processos e dinâmicas institucionais: a diversidade das experiências, o movimento dos atores, as posições e as variações de comportamentos políticos que envolvem os diferentes circuitos de poder, os conflitos advindos do jogo dessas posições.

Agora o meu desencanto, ele vem da relação pessoal com as pessoas, então talvez por estar na [instância de coordenação da ASA]¹¹⁴ e por ter contato com o conjunto dessa diversidade, que você pode perceber melhor, é o lado pessoal de cada instituição. Então a gente sabe que tem brigas internas, então a gente sabe, por exemplo, que tem organizações que mesmo dizendo que a ASA tem que agir no conjunto, mas quando é na hora de se sobressair, ou então de colocar uma opinião, que é aquela opinião daquelas instituições que valem, por exemplo, é, o que uma [D]¹¹⁵ fala (...) que [A]¹¹⁶ fala, as decisões tomadas, por exemplo, por seu [Z]¹¹⁷ e (...) que são da coordenação executiva, não tem o mesmo peso que [A], que [B]¹¹⁸, que [C]¹¹⁹, que deveriam ter na minha opinião, independente do, a condição social, da posição que cada um ocupa; mas na minha opinião tem 7/8 pessoas da coordenação executiva, e aí isso é visivelmente na hora de tomar as decisões, quando eu ligo, por exemplo, pra um membro da coordenação executiva que diz assim: fale com [B], fale com [A],

¹¹⁴ Por exigência da informante as referências que possam identificar as pessoas foram substituídas por letras, entre colchetes, acompanhadas de uma precisão do lugar e a posição social de cada ator no escopo da discussão.

¹¹⁵ **Coordenadora da ASA no Alto Sertão, vinculada às experiências da CPT - Comissão Pastoral da Terra e a CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano.** A luta pela terra no Alto Sertão paraibano é uma representação desse processo. A experiência destas duas organizações marca o surgimento da ASA no alto Sertão. A **Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP)** atuam juntas, por dentro da ASA, na condução política das redes regionais e temáticas na região. A CPT, como movimento eclesial e, simultaneamente, serviço pastoral [paróquia, diocese, regional e nacional] e, também, como ator social com forte presença nas regiões do Alto Sertão, Agreste da Borborema, Cariri e Seridó e a **CAAASP – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano**, com atuação prioritária na região, atua em 23 áreas de assentamentos rurais, em 13 municípios, numa área de aproximadamente 21.840,20 hectares, envolvendo 931 famílias assentadas. As ações são desenvolvidas a partir da articulação dos trabalhadores assentados no encaminhamento das suas demandas e projetos.

¹¹⁵ **Coordenador da ASA Paraíba e dirigente da ONG AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, localizada na Região do Pólo Sindical da Borborema.** A AS-PTA trabalha com “experiências locais demonstrativas”, se posicionando na promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas, investindo na introdução de proposições agroecológicas e no fortalecimento das organizações dos agricultores familiares. Como instituição investe no conjunto de aspectos que possibilitam a convivência com a região semiárida, quais sejam: **ambientais:** “deter a destruição dos biomas”; **organizativas:** “que os produtores rurais tenham estruturas organizativas sólidas a nível local, regional e nacional, e que os consumidores urbanos participem ativamente, apoiando uma linha de sustentabilidade para agricultura”; **científico-técnico-educacionais:** “integrar o paradigma agroecológico na produção de conhecimentos e no ensino agrônômico”; **metodológicas:** “implementar uma abordagem participativa que permita integrar os valores dos produtores e dar-lhes efetivo poder de decisão”; **políticas:** “que os partidos políticos integrem majoritariamente a proposta de desenvolvimento agroecológico”; **financeiras:** “reorientar os fluxos de financiamento dirigidos à promoção do desenvolvimento rural” (Informativo. Breve Trajetória da AS-PTA).

¹¹⁶ Coordenador da ASA Paraíba e dirigente da ONG AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, localizada na Região do Pólo Sindical da Borborema.

¹¹⁷ Agricultor experimentador do Pólo Sindical da Borborema e Coordenador da ASA Paraíba.

¹¹⁸ Coordenadora da ASA Paraíba e dirigente da ONG AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, localizada na Região do Pólo Sindical da Borborema.

¹¹⁹ Coordenadora da ASA Paraíba e dirigente do PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades. A Organização não Governamental, PATAC, com inserção sócio-política e metodológica na região do Cariri e Seridó, atua nas áreas de formação e capacitação dos processos sócio-técnicos e produtivos; uso dos recursos naturais disponíveis; diversificação e integração das atividades na propriedade; experiências em organização para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização; captação e manejo da água. É, também, presença decisiva nas articulações da ASA Paraíba.

fale com [C], então isso representa é, num sei se a gente pode dizer “tamanho de poder”, mas a extensão do poder que tem algumas instituições em relação a outras (Coordenadora da CPT e membro da ASA Paraíba).

Percebe-se, neste discurso específico¹²⁰, o sentimento inicial de desencanto, ou desconforto pessoal, em relação ao movimento diferenciado e desigual dos atores nas dinâmicas da ASA Paraíba. Os conflitos que trespassam essas interações: brigas internas, as contradições dos discursos – “o lado pessoal de cada instituição”, são invisibilizados/silenciados em nome do “agir no conjunto”. Não obstante, puderam-se constatar no discurso da Coordenadora da CPT as convicções institucionais que perpassam o discurso de cada ator, quais sejam, os consensos construídos em torno de duas perspectivas políticas: a igualdade e a horizontalidade, como atributos institucionais, articuladas ao discurso do protagonismo do agricultor familiar.

Nesse ínterim, um paradoxo emerge com força: a persistência das convicções que articulam o discurso do protagonismo do agricultor familiar e a impossibilidade de mensuração na vida real – nas práticas concretas e discursos dos atores sociais, artífices da experiência, posicionados hierarquicamente – a horizontalidade das relações. Dessa forma, analisar as articulações políticas é um ato de reconhecimento, *per si*, de que os conflitos são constituintes da dinâmica institucional.

Assim, ao reconhecer as centralizações das decisões (em alguns atores individuais e coletivos) nas instâncias de coordenação, execução de políticas, tem-se, como consequência, que o agricultor e suas organizações locais - Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações comunitárias, grupos eclesiais, bancos de sementes, fundos rotativos solidários, entre outros - não têm o mesmo peso nas decisões que o técnico e suas instituições de assessoria. A percepção desse descompasso em relação ao que descreve como: “tamanho do poder”, “hierarquia de poder”, “pesos diferenciados” (organizações, instituições, atores sociais) são indicadores do movimento dos atores e, por desdobramento, dos graus variados de regulação social, ingerência e poder políticos.

E aí o que me desencanta é escutar de algumas instituições, não, mas é a ASA é participativa, a ASA é isso, a ASA é aquilo outro, mas na hora H de tomar as decisões e de colocar as opiniões, a opinião dessas instituições é [...] de menor influência, elas não contam, contam, mas não contam tanto quanto a opinião de outras, entendeu?! Então acho que o meu desencantamento é mais por a ASA,

¹²⁰ Liderança com trajetória política vinculada ao movimento eclesial e com responsabilidades de articulação, representação e execução de atividades na ASA Paraíba.

mas, como tudo que é feito por homens, e que esses homens também têm defeitos, mas assim, eu vejo muita hierarquia de poder, quando na verdade, quando eu entrei na ASA, eu não conseguia perceber essa hierarquia de poder, pra mim tanto fazia a AS-PTA, como a CPT, como PATAC, pra mim tinha o mesmo peso, todos estavam na ASA e todos estavam lutando pelo mesmo objetivo, todos tinham o mesmo peso de tomada de decisão, de poder e hoje eu vejo que não é assim, que tem instituições que tem um peso maior, cada um com sua importância, desde o sindicato que tá lá na base até uma entidade de assessoria, que claro se doa pra fazer um trabalho de assessoria pros agricultores, mas que o peso é maior, é [...], aí um outro ponto disso é, por exemplo, sempre escutar a afirmação de que os agricultores são os protagonistas dessa história, e aí quando a gente tem o fato real de, por exemplo, um agricultor participando de uma determinada instância tipo a coordenação executiva, tipo seu [Z], participando da coordenação executiva, a gente sabe que ele não tem essa tomada de decisão, o que prevalece na maioria das vezes é a opinião ou a decisão de instituições de assessoria e não de uma entidade de agricultor, entendeu?! (Coordenadora da CPT e membro da ASA Paraíba).

Partindo-se do movimento dos atores, a dirigente disserta, prioritariamente, sobre as instâncias onde se tomam as decisões, o silenciamento ou a participação discreta de determinados atores, as variações de poder, os “pesos diferenciados” dos atores sociais nas articulações da ASA Paraíba. E segue discorrendo sobre estes processos sociais. E, nesse percurso, afirma ser decisiva a intervenção das organizações não-governamentais, “a opinião dessas instituições”, na condução dos processos sócio-político-organizativos. Faz referência ao PATAC, com aproximadamente trinta anos de atuação no Estado e a AS-PTA, com presença mais recente na região, porém, percebida como uma organização muito “poderosa”, chegando a afirmar que em variadas situações, detém maior poder de influência e decisão. Na sua percepção, incompreensível, por ser o PATAC mais experiente e mais antigo. No entanto, em outro patamar de reflexão, reconhece os aportes diferenciados e significativos das assessorias múltiplas nas regiões.

Então acho que o meu grande desencantamento com a ASA é saber disso, ou melhor, é saber que algumas pessoas pregam aquilo que elas não fazem. Olha, eu acho que assim, pelo próprio histórico o PATAC, que é uma das entidades mais antigas, e que participou da fundação da ASA Paraíba, da criação da ASA, então, especialmente no campo dos recursos hídricos eu acho que o PATAC ele tem um peso muito grande na ASA, e eu acho que a AS-PTA também, então são os dois. As vezes eu acho até que a AS-PTA, tem um peso bem maior do que o próprio PATAC, que chegou depois, isso as vezes até é meio estranho porque na verdade em termos de tempo o PATAC está aqui a mais tempo, e em termos de realidade e conhecimento, então tem isso. Depois, sim, é eu acho que tem uma entidade que vem contribuindo muito que é o CEPFS no alto sertão, mas no ano passado [2006] o pessoal deu uma saída, eles eram da coordenação, inclusive, tinham boas reflexões e que também tinham assim, um papel muito importante em termos de nortear as ações da ASA, se afastaram um pouco esse ano, mas eu ainda considero assim, uma ONG muito importante. Agora assim, o Programa um Milhão de Cisterna, ele acabou que evidenciando algumas instituições que até então antes do programa vinham, estavam na ASA, mas estavam meio, vamos dizer, não eram tão presentes ou tão percebidas, isso é na

minha opinião. Então eu acho que a Cáritas de Guarabira, lá no brejo a gente tem conseguido se relacionar e eles têm conseguido fazer um trabalho de articulação que ainda tem algumas dificuldades porque lá tem outras entidades, o SEDUP, acho que teve um peso muito grande na ASA, acho que até quando eu entrei na ASA eles tinham um peso muito grande aí depois deram uma saída. E no Alto Sertão eu acho que a CAAASP inclusive assim, a CPT, deu uma afastada das ações e a própria CAAASP ela foi assumindo esse papel, então assim, no Sertão a CAAASP (...) eu acho que eles têm um importante papel nessas ações tal, embora ainda não tenha o mesmo peso que PATAC e a ASPTA, mas eles na microrregião assim, eles tem um papel importante e até dentro da própria Coordenação Executiva e da Coordenação Ampliada, então assim, a CAMEC que é uma [Unidade Gestora do Médio Sertão] [...] Soledade também faz parte também da coordenação executiva, mas em termos de papéis e tomada de decisão, eu acho que assim, o PATAC e a AS-PTA estão à frente, e assim, isso é bom por uma parte, eu acho que é interessante ter entidades que estejam comprometidas, que a gente num negar isso, por exemplo, o esforço que a AS-PTA e que o PATAC faz inclusive nos eventos e se dispõe a colocar recurso de suas próprias ações incorporadas a da ASA, eu acho que esse é o lado positivo, mas em compensação eu acho que esse papel deixa as outras entidades um pouco que, não é medo, mais é um pouco apagadas, e a gente sabe que elas têm um potencial interessante, então é essa parte ao que eu me desencantei, entendeu? De ter percebido isso, até gostaria de não ter percebido, de ter continuado achando que tudo era flores, mais assim, eu percebo isso que, sem sombra de dúvidas [...] que o PATAC e a ASPTA estão assim, a frente tem um, claro que tem um agravante nisso aí, das instituições, acho que na ASA, acho que elas duas são as duas que conseguem, que hoje tem, como se diria [...] uma melhor captação de recursos pra trabalhar, então isso acaba que evidenciando as duas e aí, nem acho que tenha maldade aí, mas tipo, a AS-PTA em seu orçamento anual inclui uma boa parte de recursos pra Festa da Semente, pro EPA [Encontro Paraibano de Agroecologia] e acaba que isso, isso acaba que evidenciando, o PATAC também foi mobilizador, foi unidade gestora do P1+2, do programa água na escola, então você acaba que evidenciando essas entidades por conta do próprio trabalho que elas começaram a desenvolver, tanto em capacidade de desenvolvimento da ação, como na questão do recurso também. Então é, o orçamento anual de uma AS-PTA não é o mesmo orçamento de uma CAAASP, de uma STR [Sindicato de Trabalhadores Rurais], então eu acho que isso acaba que pensando (Dirigente da CPT e membro da ASA Paraíba).

Acompanhando o movimento do discurso, fazendo-se referência a descrição anterior, acrescenta-se, ainda, o movimento de deslocamento entre os atores, como ocorreu no Alto Sertão paraibano. Lá, a Comissão Pastoral da Terra assessorava a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão (CAAASP) e transferiu, não sem conflitos e resistência, as funções de execução direta de algumas políticas para a Central dos Assentamentos. Na atualidade, as duas equipes – CAAASP e CPT – compartilham, de forma conflituosa, o mesmo espaço físico e várias ações de mobilização, acompanhamento, financiamento e assessoria diretas aos agricultores assentados e, também, o revezamento de lideranças: os coordenadores das duas organizações se deslocam entre as instâncias de coordenação, representação e mobilização.

O financiamento das ações e atividades dos agricultores familiares é tratado pela informante como variável de poder. Para ela, o montante de recursos reunidos cumpre papel decisivo nas representações e no poder de intervenção das organizações: “o orçamento anual de uma AS-PTA não é o mesmo orçamento de uma CAAASP, de um STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais)”. As capacidades reunidas de captação de recursos mais o aporte específico em determinadas áreas do conhecimento: capacidade reflexiva, análise e resolução de problemas, condução dos processos de execução de políticas e formulação de proposições definem os lugares e as posições de cada ator na ASA Paraíba.

Existem dois tipos de recursos que mantém, financeiramente, as Organizações não Governamentais, os serviços pastorais e organismos eclesiais: o financiamento aos projetos institucionais de cada organização: manutenção da equipe técnica e o “apoio e assessoria” aos agricultores familiares – suas experiências e organizações, e os recursos destinados, especificamente, aos eventos: reuniões, encontros de formação, intercâmbios, sistematização de experiências e publicações. Os projetos institucionais são elaborados – e negociados - por cada organização. Já os projetos específicos, que garantem as atividades e eventos, geralmente, envolvem mais de uma organização e as decisões ocorrem, com regularidade, nos espaços de coordenação da ASA. Agora, o montante correspondente a cada organização é um dado não disponível à análise. Existem limites colocados para a coleta de dados. Este é um deles. As organizações estabelecem os parâmetros de acesso à informação: o que disponibilizar como dado que pode ser repassado, ou não, para o pesquisador. Isso pode ocorrer de forma direta ou através de subterfúgios.

E, por último, ainda analisando as contribuições dos atores, a Coordenadora da CPT destaca o apoio “discreto”, mas consistente, do CEPFS no Médio Sertão.

Depois, sim, é eu acho que tem uma entidade que vem contribuindo muito que é o CEPFS no alto sertão, mas no ano passado [2006] o pessoal deu uma saída, eles eram da coordenação, inclusive, tinham boas reflexões e que também tinham assim, um papel muito importante em termos de nortear as ações da ASA, se afastaram um pouco esse ano, mas eu ainda considero assim, uma ONG muito importante.

Com vasta experiência de assessoria às comunidades rurais, o apoio do CEPFS¹²¹ é decisivo à articulação da ASA, as dinâmicas da sua região e ao conjunto do Estado. Entretanto, a líder (referenciada na narrativa) trata com pesar o distanciamento estratégico do CEPFS. Diz que a instituição “deu uma saída”, se “afastou um pouco” e dedica-se, na atualidade, prioritariamente, às experiências locais e microrregionais. Uma atitude de pertencimento discreto, silenciamento, recuo proposital.

Alguns discursos, no transcurso da pesquisa (observação participante), apontaram a existência de afinidades construídas, de sentimentos comuns compartilhados. No entanto, mesmo quando a interlocução, pensada para uma determinada atividade, não aconteça nos moldes planejados (desejados) e, com bastante regularidade, idealizados; os consensos existem e são construídos no cenário da disputa de posições de poder, entremeados pelos conflitos e convencimentos recíprocos. O que pode ocorrer, e ocorre com regularidade, é a interdição do discurso, seja do agricultor familiar, considerado pela rede de atores como protagonista no discurso institucional, sejam dos demais atores que ocupam posições diferenciadas. Compreensível se pensarmos que “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas - diferenciadas e diferenciantes” (FOUCAULT, 1996, p. 37).

Para ilustrar a afirmação anterior com dados empíricos, situa-se a presença de um discurso diferenciado, como representação das diferenças e dos conflitos que atravessam o cotidiano das experiências nas suas diferentes dimensões: local, microrregional e estadual. As informações foram repassadas em um momento de profunda confiança e sem a mediação do gravador, logo após o término da entrevista. Essa confiança nasceu nos momentos anteriores de convivência nos espaços informais, das afinidades estabelecidas na relação de trabalho, quando consultora da ASA, e da amizade construída no transcurso da pesquisa. É um “discurso de bastidores”, submerso e silenciado, que não “pode” ser pronunciado, “nem pra fora e nem pra dentro”, nos espaços formais e institucionais e, principalmente, não quer ser reconhecido.

¹²¹ O Centro de Educação Popular e Formação Sindical – CEPFS com inserção social na região do Médio Sertão paraibano, particularmente, no município de Teixeira, desenvolve as suas ações junto à União das Associações Comunitárias do Município de Teixeira – UNACT e, na totalidade da região, através de parcerias realizadas com as organizações PROPAC, CAMEC e Cáritas Regional. No contexto da ASA Paraíba participa, a partir do Médio Sertão, das instâncias de coordenação – executiva e ampliada e dos Coletivos Regionais.

A crítica em tom de desabafo é feita por uma expressiva liderança local, regional estadual; que reúne, simultaneamente, o reconhecimento e a legitimidade como líder e a representação de sua região nos múltiplos espaços institucionais da ASA Paraíba. O contraponto do seu discurso crítico: são as lideranças as quais cumprem, também, funções de representação e inserção na rede de atores: mobilização, proposição e execução de políticas (Coordenação Executiva, Comissão ampliada, Coletivos regionais e temáticos).

Mas, o que diz a liderança? Que na sua região se depara com zonas de conflitos – explícitos ou obscuros – provocados pelo “abuso de poder” praticado por lideranças – afirma: “mas não são todas!” [faz questão de remarcar] consideradas, na sua abordagem, como muito “bem pagas pela sua instituição” – se comparados a média de salários da região; “apropriação indébita”: uso particular e familiar de alguns equipamentos de uso coletivo (entre eles o carro da instituição) e, o que considera mais sério, o “falso discurso libertário” que afirma o agricultor como ator dos processos, quando na realidade o que se verifica, como comportamento e práticas cotidianas, é o “controle dos agricultores escondido por trás do discurso de que eles [os agricultores] são os protagonistas”.

Está-se diante de um discurso silenciado, que embora afirme que nos espaços internos, “fechados à organização”, toma posição - briga, discorda, enfrenta e sugere o controle e monitoramento das ações políticas e financeiras - opondo-se a esse tipo de comportamento nos espaços locais e microrregionais da região e, também, informais – na “intimidade dos bastidores” - se cala quando ocupa as instâncias de representação e decisão políticas da ASA Paraíba. No dizer da liderança: “não se pode comprometer o trabalho nem a imagem e representação da região”.

No final do discurso, demonstrando sentimentos contraditórios de resignação, impotência e discreta esperança, afirma ser o “movimento dos agricultores e agricultoras na região e no semiárido brasileiro é o que existe de mais importante” e, para ele/ela, “isso faz toda diferença”; faz com que se superem as adversidades e “toque o trabalho pra frente”. No geral, reconhece o “compromisso político” das lideranças – criticadas por ela - com o “movimento dos agricultores”. No entanto, com certo pesar, conclui que “infelizmente as relações são viciadas, autoritárias, perseguidoras”.

4.4.2. Cenário 02: A Reunião da Comissão Água

O segundo cenário em construção refere-se à reunião da Comissão Água, na ocasião, pensada como momento específico de planejamento da atividade anual: “Semana da Água” (junho de 2007). A predisposição da Comissão Água era de organizar uma atividade unificada, envolvendo as diferentes dinâmicas regionais, e, uma agenda de formação para o debate interno – que contemplasse todas as dinâmicas da ASA – e, também, o diálogo com os interlocutores externos: agentes de desenvolvimento, gestores de políticas públicas, organismos governamentais e não governamentais, ou, como denominação ampla no discurso da rede de atores: “a sociedade civil organizada”.

O debate público acerca do uso e armazenamento da água como estratégia de convivência para a região semiárida introduz, como instrumento significativo, as várias possibilidades de participação nos meios de comunicação social (rádio, televisão, jornais, web): tornar público e multiplicar a experiência de recursos hídricos: a estocagem de água através da mandala, da cisterna, da barragem subterrânea, do poço artesiano, os sistemas de pequena irrigação nas propriedades.

Para isso, as experiências locais são decisivas para dimensionar o debate: as atividades planejadas para a semana da água nos municípios e microrregiões - caminhadas, romarias, participação nas missas, celebrações e atividades paroquiais, a água como tema transversal nas escolas municipais, “ocupar os espaços nas mídias”, entre outras, e a projeção de um evento estadual que articule as múltiplas dinâmicas locais e microrregionais. O fato é que não se conseguiu definir, nesta reunião, a realização de um momento regional centralizado que articulasse as microrregiões em uma ação unificada. E, diante da impossibilidade, surge como decisão a ação de monitorar os processos locais através de “orientações” para discussão, através de um texto-documento da ASA Paraíba.

O processo de discussão para definição do que deva constar no texto foi precedido de uma dinâmica intitulada “tempestade de idéias”. Através dela cada participante pôde aportar, a priori, livremente e de forma rápida [não se trata de uma intervenção longa] sobre o que deva constar como conteúdo no texto-subsídio à reflexão. Os discursos indicam como possibilidades: que o documento “subsidiar as iniciativas locais”, “divulgar os princípios, as experiências”, “faça a crítica à privatização da água”, “resgate o acúmulo que as pessoas têm em cada região”, “possibilite o monitoramento das muitas coisas que fazemos”; deve ser “um texto provocativo que contribua pras regiões, pras comunidades”.

No entanto, percebe-se um visível descontentamento com o resultado da dinâmica, uma insatisfação dos coordenadores com o “retorno” do grupo: “fizemos essa mesma discussão no ano passado, parece que não acumulamos nada! Como partirmos dali [da reflexão do ano anterior] e jogarmos mais conhecimentos, não com o nome de aquecimento?” (Membro da Comissão Água e técnico da AS-PTA). O desafio posto para o grupo era enfrentar o debate sobre o aquecimento global, fazendo uma articulação com as experiências dos agricultores familiares – em curso – e o diagnóstico dos recursos hídricos no Estado da Paraíba.

No entanto, a síntese como combinação das três dimensões pautadas: experiência acumulada, diagnóstico e debate sobre o aquecimento global, não aconteceu. Isso, nos termos esperados pela coordenação. O discurso que orienta o debate expressa esse sentimento: “esperava que houvesse uma reação maior, que estimulasse o debate, agregasse outras informações, que opinassem mais” (técnico da AS-PTA).

Com o sentimento de “expectativas frustradas”, o técnico continua dissertando sobre o pouco acúmulo do grupo, fazendo referência ao documento que circulou anteriormente, preparando a reunião; afirmando que a comissão água não se apropriou devidamente do conteúdo, que “as idéias não circularam” e que a ASA, nos momentos de planejamento e gestão dos projetos, “precisa garantir um espaço de reflexão”. Outras intervenções são direcionadas para a (in) eficácia do próprio documento: “às vezes um documento traz tudo e não fica nada” (técnico do CEPFS), podendo não atingir os objetivos estabelecidos para a ação específica – e a mensagem [conteúdo expresso no documento] não sensibilizar o público destinatário.

Dessa forma, pode-se argumentar que a linguagem, a metodologia, as especificidades de cada organização são componentes decisivos para apreensão, ou não, de uma informação. Isso, preliminarmente, atenua as afirmações de “despreparo do grupo”, do “pouco acúmulo” e das ponderações subsequentes, o cuidado com as singularidades microrregionais – procedimentos de escuta, apreensão e captura das narrativas: “a gente não vai mandar um roteiro pra todos, deve-se trabalhar de acordo com cada atividade, cada grupo” (técnico do PATAC).

Porém, a aparente concordância acerca das multiplicidades de experiências e a necessidade de uma linguagem que considere a diversidade de práticas e realidades, não eliminam as insistências, nos discursos que se reiteram, da importância da “capacitação da

Comissão Água”, dos conhecimentos necessários ao aprofundamento institucional e os dilemas inerentes a “falta de estudo” e propor como orientação: a formação de uma comissão com a responsabilidade de elaborar o documento para monitorar os processos microrregionais em cada localidade, na “Semana da Água”: “que alguns façam [o documento] e, em seguida, interagimos” (técnico do PATAC). A construção de consensos no âmbito da ASA Paraíba [instâncias microrregionais e Coletivos temáticos] se orienta pelas variações de poder [saberes articulados e poderes diferenciados] e as posições ocupadas pelos atores em cada articulação política.

Para isso, orienta-se – como ato de coordenação - seguir o percurso das experiências e do conhecimento dos agricultores para se chegar ao aquecimento global. Fazer o debate sobre as diferenças climáticas (o mapa do clima): as principais mudanças, os dados de chuvas, o efeito estufa e o aquecimento global; “explicar para os agricultores com imagens, símbolos” o desmatamento do meio ambiente, traduzir o efeito estufa numa linguagem que eles entendam, “popularizar/simplificar as informações” e “discutir os modelos de desenvolvimento, perguntando o que estamos fazendo e construindo nas propriedades para reforçar o conceito de agroecologia” (técnico do PATAC). Percebe-se uma articulação dos passos metodológicos – primeiro: a experiência dos agricultores – o acúmulo técnico, social e político, a partir dela, agregam-se o conhecimento técnico-especializado e, ato seguinte, os desdobramentos do discurso ordenador, quando surge “naturalmente” a agroecologia como saber articulador do novo modelo de desenvolvimento para a região semiárida.

O debate acerca dos projetos de desenvolvimento ocorre na transversalidade das ações entre redes e dinâmicas sócio-político-organizativas da ASA Paraíba: sementes, água, cultivos agroecológicos, abelha, educação. Essa perspectiva teórico-metodológica orienta as intervenções nas suas diferentes escalas, particularmente, o posicionamento dos atores com funções de assessoria técnica e política e das lideranças. Pôde-se mensurar a densidade dessa afirmação, quando observado em campo, a articulação dos discursos que organizam o debate institucional em torno do aquecimento global, realizado pelo Coletivo Regional Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema.

4.4.3. Cenário 3: Encontro Regional do Pólo Sindical.

Pode-se observar, nesse percurso particular, o itinerário de construção do conhecimento para o Pólo Sindical: as insistências nos argumentos, o movimento dos atores na condução política do processo. O debate transita entre as “mudanças climáticas do planeta”, as alterações verificadas pelos agricultores nas propriedades e os saberes reunidos sobre o tema. A metodologia utilizada privilegia, inicialmente, as perguntas e respostas: “quem plantou uma árvore hoje, quem semeou?”, para, em seguida, fazer a articulação entre a experiência cotidiana do agricultor - “plantar a árvore” - com as adversidades ambientais (calor, secas, fertilidade dos solos, evapotranspiração, poluição do ar) e o impacto no meio ambiente.

A coordenação do encontro esteve sob a responsabilidade da *AS-PTA*, contando com a coordenação de quatro membros do seu quadro técnico. Os procedimentos de participação, envolvendo as lideranças dos agricultores e técnicos, revelam o movimento das intervenções – a sucessão e revezamento das falas, as posições de cada ator, os reforços ao discurso do outro (apresentando novos argumentos ou complemento das informações), a construção do discurso institucional.

O tema mobilizador inicial foram as percepções sobre o Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas (DRPA), resultado do 1º Seminário Regional do Pólo Sindical. O momento de apresentação e discussão do diagnóstico contou com a participação dos agricultores com atribuições de lideranças em suas comunidades e microrregiões, abordando com domínio e convicção a sua realidade, mapeando as diferenças e semelhanças, a forma de trabalhar a terra, os solos, o clima - o ciclo das chuvas e dos plantios; a vegetação, os aspectos relacionados à realidade de cada região.

Com a caracterização e subdivisões das regiões, realizada pelo Coletivo Polo Sindical, o município deixa de ser um todo homogêneo, onde os agricultores são apenas produtores que vivem da produção de hortifrutigranjeiros, identificados pelo tamanho das propriedades, mas, as diferenciações, tanto das terras como dos tipos de culturas agrícolas: que se planta, o tipo de criação, a renda, o jeito de trabalhar a terra, passam a fazer parte das análises. Os agricultores pensam a produção e, *pari passum*, pensam-se como produtores.

[...] a gente pensou um diagnóstico mais apurado, mais técnico e que pudesse enxergar mais profundamente a situação do agricultor: como eles vivem, como eles trabalham, que dificuldades eles enfrentam; um conhecimento da realidade mais aprofundado do ponto de vista da produção; a gente tá defendendo e tá construindo propostas alternativas dentro desse diagnóstico; temos propostas tanto pra o poder público, como pra própria organização nossa (Dirigente sindical, STR, Lagoa Seca).

Com o Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas, instrumento de planejamento da ação das organizações, busca-se responder às exigências e demandas, tanto da leitura da realidade, como da qualificação dos dirigentes no exercício da sua intervenção. “O DRPA é, sobretudo, um processo de mobilização da comunidade, que envolve seus membros em várias atividades e em níveis diferenciados de intensidade e responsabilidade” (VON DER WEID, 1991, p.151-152).

Como projeto educativo, o DRPA é uma proposta metodológica que contempla a participação dos atores envolvidos como central nos processos, político e técnico na obtenção das informações e, *pari passum*, a transferência dos ensinamentos e transmissão de um conhecimento especializado, técnico, político, metodológico:

Identificar os problemas, propor soluções, estabelecer prioridades, elaborar proposições e buscar parcerias são os requisitos necessários ao pleno desenvolvimento do diagnóstico. Para isso, exige-se o envolvimento dos atores na preparação, planejamento, experimentação e difusão dos projetos.

Hoje sim! nós temos a realidade dos agricultores do município... hoje tá sendo mais fácil é, você desenvolver qualquer atividade na área produtiva, desenvolver qualquer política nesse setor, e você sabe mais ou menos qual é as linhas que você pode, é, implementar em cada região [...] aí que a gente começou ter estudo mais aprofundado do município de Lagoa Seca, a gente teve oportunidade de conhecer a questão do solo do município, a questão pluviométrica das chuvas, e a questão da produção, e, foi aí que a gente descobriu que no município, que os agricultores não era iguais” (Dirigente Sindical 2, STR Lagoa Seca)

O conhecimento da realidade e a realização do DRPA (coleta dos dados de campo e sistematização das informações) possibilitaram mudanças substanciais na vida sócio-político-organizativa da região. A experiência apontou, em primeira instância, ao diagnóstico, e, na sequência, a formulação de proposições; constituindo-se em aporte a construção de novas referências de organização territorial, um novo mapa do espaço rural na microrregião do polo sindical: organização, limites e fronteiras, a partir de tipologias específicas realizadas pelos próprios atores: agricultores, técnicos, assessorias. De acordo com o dirigente do STR (Remígio): “o trabalho com as diferenças”: a caracterização das terras, vegetação, altitude, solos, relevo, o movimento dos ventos, a quantidade de chuva

(volume) por área geográfica, as principais culturas agrícolas, são dados importantes na construção do diagnóstico.

Na classificação institucional, os agricultores são agrupados levando em consideração as semelhanças e diferenças detectadas: terra, solo, vegetação, período de chuvas, produção. A relação com a terra produz e aglutina múltiplas imagens em seu entorno. É a partir dela, que vão sendo elaborados os prognósticos, as proposições, os diagnósticos. A título de referência empírica, uma aproximação à região do Brejo do Agreste da Borborema¹²².

A região do “Brejo das Frutas”. Constitui-se em uma vasta área e, como marcador geográfico, faz parte da paisagem dos municípios de Alagoa Nova, Solânea, Remígio, Lagoa Seca, Matinhas e Massaranduba. As subdivisões ocorrem considerando a predominância de duas culturas: *Brejo da banana*, com o plantio da banana associado à produção de fruteiras, nativas ou não, e o *Brejo da laranja*, marcado pelos pomares de frutas combinados com roçados; com destaque para Matinhas, Lagoa Seca e Alagoa Nova. A parte da banana e da laranja tem muita diversidade de fruta: jaca, manga, caju, macaíba, acerola, coco, jabuticaba, cajá, entre outras.

O relevo é bastante acidentado. O solo pode ser preto ou de barro vermelho. Nas áreas de cultivo da laranja, os solos são mais arenosos e ricos em húmus e profundos. As chuvas são bastante acentuadas – com aproximadamente seis meses de inverno. Nas propriedades criam-se animais na corda, nos cercados de pastos e nos currais. Utilizam o “rolo da bananeira” para alimentá-los, no verão. Esta região é, também, conhecida como área da “cana-de-açúcar, dos engenhos que estão desaparecendo”.

A região do “Brejo do Roçado” – estão localizados os municípios de Solânea, Arara, Remígio, Alagoa Nova, Lagoa de Roça, Massaranduba, Lagoa Seca, Matinhas.

Na região, a agricultura é muito diversificada: **roçado** com feijão, milho, mandioca e macaxeira, jerimum, melancia, coentro, batatinha, amendoim, batata-doce, entre outros, e, também, **fruteiras no roçado**: manga, banana, laranja, jabuticaba, caju, coco, etc. Nela, criam-se **animais**: gado, cabras, ovelhas, galinhas e outras aves, porcos na corda ou no chiqueiro/curral. Comparada a “região das frutas”, é uma região bastante desmatada, com

¹²²Caracterização. 1º Seminário Regional do Pólo Sindical. Síntese da discussão do Grupo do Brejo

relevo acidentado, mas em menor intensidade que na região das frutas; os solos são mais arenosos e menos profundos, com pouca produção de matéria orgânica.

A produção de verduras é dispersa nas várias regiões, sempre combinada com o cultivo dos roçados. Não há especificamente uma região das verduras, excetuando o município de Lagoa Seca que tem agricultores especializando-se somente neste setor produtivo.

Com as informações sobre o processo produtivo, a caracterização dos agricultores e os indicadores geográficos, são mapeados os principais problemas de cada microrregião. E, com estes dados, formulam-se as proposições, que podem ser dimensionados por escalas diferenciadas. O primeiro campo de intervenção se relaciona às políticas públicas governamentais – proposituras direcionadas ao poder público – e, numa outra perspectiva, as ações dirigidas ao trabalho educativo do Polo Sindical na região: experimentação de novas propostas com os agricultores.

Considerando as diversificações existentes, o diagnóstico buscou apontar soluções aos problemas da falta de renda, diversificação da produção, recuperação das terras e, como estratégia institucional, “inibir” os processos de venda das propriedades, investindo em experimentos educativos com os grupos de agricultores familiares.

O DRPA é um dos marcadores significativos nas reflexões do Polo Sindical. Os atores, principalmente os agricultores, comportam-se como “multiplicadores do diagnóstico”. Muitos agricultores, com perfil de líderes¹²³, se destacam pela participação intensa [por falar muito], poder de liderança, representação e legitimidade que advém de aproximadamente duas décadas de experiências na região – e, obviamente, por ter participado ativamente da construção do diagnóstico – não só oferecendo as informações da sua propriedade, mas participando do planejamento e coleta dos dados nas propriedades das famílias agricultoras - e, assim, ser portador de uma leitura articulada da realidade local/regional.

Entretanto, muitos agricultores participam inserindo outros temas ao debate, sem uma relação explícita com os dados do diagnóstico. Eles tratam de “assuntos” que envolvem o dia-a-dia da propriedade: a organização comunitária, a comercialização dos produtos, o movimento das feiras, o crédito, entre outros. Ou discursos analíticos e bem articulados de

¹²³ Em determinados momentos pôde-se observar o poder de fala dos atores [concentração, insistência, revezamento] com funções de lideranças e coordenação das experiências nos seus municípios e comunidades.

lideranças – sindicalistas - com horizonte estratégico mais amplo, quando tratam dos pacotes tecnológicos, da política de crédito, da agricultura mecanizada; são discursos afirmativos de uma posição em relação às políticas públicas governamentais e as estratégias de convivência com a região semiárida. De forma direta ou transversal todas as intervenções apontam ao discurso ordenador da agroecologia como conceito articulador de um novo modelo de desenvolvimento para a região semiárida.

Nesse sentido, as intervenções exigem um novo reordenamento da discussão, que é realizado pela AS-PTA, através do discurso articulador de um dos seus técnicos. As explicações traduzem o encontro de dois aportes diferenciados: o discurso dos agricultores e dos técnicos. Os agricultores descrevem o cotidiano das suas propriedades: “tá chovendo menos”, “o olho d’água e várzeas estão secando”; “o clima está mudando, deixando a terra sem respirar”; “a terra tá morrendo”; “se o ritmo do desmatamento continua, logo, logo, não vamos ter mais a lenha”; “somos pequenos colaboradores desse problema do aquecimento global quando queimamos a terra”; “a água não fica no solo, as culturas que resistiam no período de seca não estão mais resistindo”; “em muitas regiões não se consegue mais fazer o segundo plantio”; “em Montadas já fiz três plantios em um ano”; “queimamos o estoque de energia”; “criticamos o sistema, mas, queremos estar nele, ninguém quer abrir mão do conforto”; “o modelo de consumo de muita energia está se esgotando, a forma como foi pensada a agricultura consome muita água”; “o semiárido, daqui a 25 anos, se o ritmo continua, não vamos sequer ter lenha pra queimar”.

E, cruzando informações técnicas e vivenciais, os agricultores seguem narrando acerca da escassez de alimentos, da migração campo-cidade, dos jovens que não querem trabalhar na agricultura, dos processos de desmatamento das terras, o armazenamento das águas, o sofrimento da natureza. Outro discurso é dos técnicos, que articulam os discursos dos agricultores com as informações técnicas (ciência meteorológica): os grandes regimes de chuvas – “chuva que vem do Sertão, chuva que vem do Litoral, o Curimataú recebe a chuva que vem do Sertão”; “se chovendo menos, o olho d’água e as várzeas vão secando, a temperatura aumenta”; “se chove muito, os solos são profundos, com pouca chuva os solos ficam rasos. Isso tudo é importante para pensar a produção”, e, retoma-se o diagnóstico para ressaltar as diferenciações entre regiões.

Nesse ínterim, ao trabalhar com metodologias participativas (com pequenos grupos, tempestade de idéias, intercâmbio entre experiências) e o recurso, utilizado pela

coordenação, das “perguntas e respostas” intercaladas ao debate: “é assim mesmo, tou inventando, que acham? ”, para, em seguida, receber a resposta de um agricultor: “não, você não está inventando, você está relatando o que acontece”. E, ato seguinte, abordar as percepções dos agricultores sobre as alterações climáticas: “o que está mudando? ”, “as ações que estão sendo realizadas nas propriedades, municípios e comunidades ajudam a diminuir o aquecimento global? Pôde-se verificar para além das respostas dadas a cada pergunta, que essa forma de construção de diálogos à medida que amplia a visão do grupo sobre os temas em discussão, aumenta a sensação de maior participação e sinergia entre os atores na construção das sínteses desejadas.

As percepções reunidas em torno das transformações do meio ambiente: as mudanças climáticas, a poluição do ar – “a terra com dificuldades de respirar”, os processos de desertificação, as mudanças provocadas à produção e outros aspectos relacionadas à convivência com a região semiárida, articulam a leitura do aquecimento global e suas influências para a agricultura familiar. Os desmatamentos, as “tradicionais queimadas da terra”, o incentivo à monocultura, são situações particulares analisadas, a partir de suas múltiplas interferências a formação da camada de ozônio e do efeito estufa.

Na perspectiva de provocar um acúmulo de reflexão, em torno do tema, as discussões seguem o seu curso. Na ocasião, com uma mudança na coordenação do encontro. Trocam-se os coordenadores, mas a coordenação permanece sob o comando da AS-PTA, que mantém o mesmo estilo metodológico, partindo das perguntas e respostas sobre o cotidiano da família agricultora: a variação das chuvas, as tempestades, a diversificação da produção como contraponto a monocultura, as consequências do desmatamento, para, daí, estabelecer os nexos com o efeito estufa, as reservas de carbono, o aquecimento global. O novo coordenador parte da afirmação: “eu acho que a gente falou algumas coisas importantes sobre a agroecologia, da natureza como nossa amiga”. Este tipo de comentário abarca, simultaneamente, a tentativa de síntese do conteúdo trabalhado, até aquele momento, e a posição política da organização na defesa da agroecologia como modelo para se pensar a convivência com a região semiárida.

Nesse contexto, acompanha-se a travessia do debate específico para o momento das sínteses institucionais. Em um primeiro plano de análise, estão os discursos que abordam, amplamente, a “qualidade de vida”, traduzida em “condições de vida mais dignas” para o povo do semiárido paraibano; as experiências “bem-sucedidas” dos agricultores como

representação simbólica de um “novo futuro”, um porvir diferente, que, por sua vez, se traduz em um projeto de convivência sustentável articulado a rede hierárquica de atores sociais.

A diferenciação dos papéis entre atores são evidências empíricas que acompanham o percurso de observação da atividade [Encontro do Polo Sindical]. Um bloco coeso de coordenadores [cinco técnicos], vinculados à organização não-governamental AS-PTA, se mantém na condução e “rememorização” dos passos metodológicos e dos conteúdos em debate. Cada percepção da vida cotidiana, expressão das falas individuais, se transforma em análises complexas que envolvem a articulação dos aspectos específicos: ciclo das águas, diversificação da produção, as adversidades climáticas, com os “princípios da natureza” e, no dizer dos atores, com a “construção do conhecimento agroecológico”.

Esta convicção institucional é traduzida com vários exemplos das dinâmicas sócio-produtivas dos agricultores na região, como a experiência da propriedade do agricultor Sr. Silvino: “Seu Silvino tem uma experiência com reflorestamento que é uma riqueza, não é Seu Silvino? [ele permanece calado]; ele combina tudo para preservar a natureza: não queimar a terra, não descobre as margens dos rios, diversifica sua plantação”. É um discurso que traz o exemplo, como referência, para reforçar a agroecologia, como modelo, para se pensar o projeto de desenvolvimento para a região.

Nesse ínterim, a troca de coordenação do encontro dá-se com certa regularidade. É possível destacar certa sintonia entre os coordenadores quando ocorre a permuta. Com a sutileza do olhar é possível acordar a troca, as interferências nas arguições, os complementos [aportes], as tentativas de sínteses. Quando um ator sinaliza para o outro sua intenção de “entrar no cenário”, há uma indicação que uma contribuição particular pode ser acionada. Esta variável específica foi constatada quando ocorreu a troca de coordenação entre os técnicos da AS-PTA. Com esse recurso metodológico, foi possível perceber o aporte específico do novo coordenador: organizar de forma mais técnica e metodológica o conteúdo debatido até aquele momento.

Ocorre mais ou menos assim: no princípio estão as percepções da vida cotidiana – os saberes que nascem da experiência de cada ator social em suas famílias, propriedades e comunidades; no momento seguinte: “rememorar” os avanços, até aquele momento [os acúmulos do encontro], e, tratar dos conhecimentos sistematizados “por outros” [afirma ser

um conhecimento muito importante produzido nas universidades] ¹²⁴ sobre os “ciclos da água, carbono e energia” – o sol como fonte mãe de toda energia (luz, calor); as plantas que captam a luz do sol; a energia do sol – que atua no movimento das chuvas, na temperatura das águas, na evaporação e, conseqüentemente, na “formação da camada ozônio, a produção de gás carbônico e “a saúde do planeta”. Dessa forma, para o coordenador, o desafio consiste em aumentar a capacidade [da região semiárida] de estocar água e gás carbono. No centro das reflexões sobre o aquecimento global e seus impactos no semiárido paraibano estão as experiências [processos sociais e produtivos] dos agricultores familiares; referência decisiva para se pensar as novas ruralidades, a região, o país.

Mas, quais seriam as ações desenvolvidas pela ASA Paraíba, na região do agreste da Borborema, que indicaria a conexão das experiências sócio-produtivas locais como resposta ao aquecimento global e aporte singular para a “saúde do planeta”?

No município de Matinhas (PB) a agricultora e líder comunitária, atuante nas dinâmicas do Polo Sindical, ao tecer suas considerações sobre o aquecimento global, afirma que, através do acompanhamento e orientação do Polo, várias alternativas foram experimentadas na sua comunidade: plantar em curva de nível para retenção da água e evitar a “debandada morro abaixo”; incentivo ao plantio de mudas ao redor da casa; o gerenciamento das águas – “o caminho das águas” – águas das estradas; reuso das águas, proteção das fontes d’água, o armazenamento através de várias estruturas hídricas [a cisterna, o poço artesiano, a barragem subterrânea]; a diversificação da produção [afirma que antes da experiência com o polo sua família só produzia o limão], o reflorestamento, a distribuição de mudas de árvores frutíferas e não frutíferas, a valorização das plantas nativas associadas à introdução de “plantas novatas” (gliricídia, sabiá), aos viveiros de mudas diversificados e, considera decisivo neste “caminhar”, a participação nas dinâmicas sócio-organizativas desenvolvidas pela comunidade (os grupos de fundos solidários, os bancos comunitários de sementes, as associações comunitárias).

Para a grande maioria dos líderes dirigentes e coordenadores, a resposta à pergunta sobre o que fazer para evitar o aquecimento global, encontra-se na ação prática cotidiana

¹²⁴ O detalhe é que os profissionais das organizações não-governamentais são formados pelas Universidades brasileiras. No geral, se distanciam dessa referência e exercem um “pertencimento crítico” em relação ao mundo acadêmico. Trata-se de um comportamento paradoxal de alguém que reconhece, desconhecendo, o ambiente, a contribuição histórica da instituição no processo de construção do conhecimento.

de cada família agricultora: a preservação do que se tem feito para a preservação do meio ambiente [nos roçados e nas propriedades como um todo]; a produção de mudas ornamentais diversificadas [com campanhas regulares de arrecadação de novas mudas], investir nas cercas vivas com plantas nativas, plantar em curva de nível, fazer barreiras de terra para segurar a água e a terra; conservar e manejar as plantas nativas e os bosques existentes, preservação das matas da região, estímulo a rede de viveiros [na região do Pólo Sindical e nas comunidades]; produção de material didático, com o apoio técnico-político da AS-PTA: boletins, programa de rádio e outras mídias para divulgar o “projeto alternativo de segurança hídrica”. Para isso, as organizações não governamentais e eclesiais cumprem um papel político decisivo na rede de atores, como portadora e produtora de informações, junto aos agricultores familiares. Os discursos dos atores indicam que ao se valorizar a biodiversidade – a harmonia com a natureza – se baseando em variadas experiências de convivência sustentável com a região está-se investindo em um novo modelo de desenvolvimento agroecológico para o semiárido. Este tipo de discurso, como representação da confluência de discursos de atores diversificados, articula a experiência da ASA Paraíba na região.

4.4.4. Cenário 4. Balanço realizado pelo PATAC das ações do Coletivo de Educação Solidária.

O discurso institucional da ASA Paraíba - com variações de compreensão, convicção, formulação - ao ser internalizado pelos atores, “se multiplica” em vários espaços. Para efeito de análise, acompanha-se a entrevista concedida ao Programa Domingo Rural, pelo representante do PATAC ao realizar o balanço das ações do Coletivo de Educação Solidária, região do Cariri e Seridó, ano de 2008. No dizer do ator, foi “ano muito positivo para as famílias de agricultores e para o fortalecimento das dinâmicas locais por uma agricultura agroecológica sustentável” e, ao fazer uma projeção das ações para o ano 2009, indica que os resultados do ano anterior “nortearão as ações e práticas a serem desempenhadas durante o ano de 2009”.

A opinião é do técnico (agrônomo) representante da organização não governamental PATAC, ao dialogar com a equipe do Stúdio Rural, analisa as ações desenvolvidas pelas organizações que fazem parte do Coletivo Regional de Educação

Solidária do Cariri, Seridó e Curimataú. No seu discurso apresenta o “*Coletivo*” como uma expressão das várias dinâmicas e comissões temáticas na microrregião: água, criação animal e sementes e frutas nativas, e, presença decisiva à melhoria da qualidade de vida e da convivência com o semiárido: as experiências dos agricultores e agricultoras nas áreas de armazenamento dos recursos hídricos, da diversificação da forragem, da comercialização do algodão, no melhoramento e comercialização dos produtos das frutas nativas e da participação das famílias. Como perspectiva e projeção para o ano de 2009, afirma que estão investindo no envolvimento de um número maior de famílias - “estão precisando experimentar e inovar em sua propriedade” - numa área de atuação de onze municípios, com aproximadamente trezentas comunidades, destas, setenta com ações produtivas¹²⁵.

A forma como a experiência é apresentada demonstra quão importantes são os mecanismos de propagação [replicação] das dinâmicas sócio-organizativas da ASA Paraíba nas suas várias esferas de atuação. No entanto, mesmo considerando o relato dos atores como dados empíricos, ao apresentar cada experiência, cada informação [números de municípios envolvidos, principais ações realizadas, a diversificação dos processos produtivos, as iniciativas de comercialização, o planejamento futuro], escapa à análise os bastidores dos processos discursivos. A legítima iniciativa de ordenar a experiência para apresentação não se propõe a analisar o movimento dos atores na região, a forma de se tomar as decisões e estabelecer os consensos institucionais. Trata-se de um discurso já “formatado” para apresentação do Coletivo do Cariri e Seridó, nos aspectos considerados relevantes, sem a pretensão de problematizar a experiência, por dentro: os conflitos, as tensões, dificuldades e potencialidades.

Para precisar os bastidores dos processos discursivos, acompanham-se os procedimentos que envolvem o posicionamento da ASA Paraíba, em torno do “Projeto de Transposição do Rio São Francisco”: as indefinições, imprecisões, insistências, a revisão de resoluções anteriores.

¹²⁵ TV PARAÍBA evidencia colheita do algodão agroecológico em cidade do Cariri paraibano. Paraíba: Stúdio Rural, 2008. Disponível em: < <http://www.studiorural.com/?noticia=942>>. Acesso em: 11 out. 2008.

4.4.5. Cenário 5 - Reunião da Comissão Água junto com a Comissão Ampliada, realizada no dia 11 de setembro de 2007, Lagoa Seca, PB.

A rede de atores para ser legitimada necessita de estabelecer parâmetros comuns que articulem as decisões, os consensos e os processos na sua totalidade. No entanto, não se constitui em tarefa fácil este tipo de empreendimento coletivo.

Ao abordar a dinâmica da Comissão Água [principais atividades, desafios, dificuldades e encaminhamentos] como instância responsável pela temática dos recursos hídricos na Articulação [também conhecida como “Rede Água”], os anos 2005-2006 são destacados como período significativo de acúmulo de discussão, capacitação e formulação de propostas nesta área específica: descentralização da oferta hídrica, através de tecnologias simples, acessíveis, eficazes, validadas pelos agricultores do semiárido brasileiro, com infra-estruturas adaptadas às diversificadas necessidades das comunidades e propriedades da região (cisterna, tanque de pedra, barragem subterrânea, açudes, poços artesianos, mandalas, entre outras); processos coletivos de gestão das águas nas comunidades rurais. Estas experiências e processos sociais são as referências políticas da ASA Paraíba, para o debate da transposição do Rio São Francisco.

Inicialmente algumas considerações acerca da transposição. O discurso do Governo Federal afirma que o “Projeto de Integração da bacia do São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional (PISF), incorporado no discurso político como “Projeto de Transposição do Rio São Francisco”, irá assegurar água para 12 milhões de brasileiros que vivem no semiárido setentrional brasileiro. As águas do São Francisco serão levadas para os rios nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Indicam que são 720 km de canais artificiais em concreto armado nos dois eixos. O Estado de Pernambuco será responsável pela recepção da água, através de dois pontos de referência: em Cabrobó – Eixo Norte e Itaparica – Eixo Leste (INFORMATIVO DA CARAVANA SÃO FRANCISCO, 2007).

Como contraponto ao discurso público governamental estão as iniciativas das organizações da “sociedade civil”, em várias localidades do semiárido, traduzidas em soluções para o acesso à água no semiárido brasileiro. No dizer dos proponentes, as características do solo - raso, impermeável, cristalino em aproximadamente 70% do território - favorece a construção de açudes [grandes reservatórios que armazenam a água da chuva para o período das secas] e outras tecnologias específicas de fácil acesso à

comunidade difusa do semiárido [famílias dispersas na zona rural]. Entre elas, a cisterna de placas, tecnologia muito utilizada na região, que armazena a água da chuva por meio da captação das águas que caem do telhado; os poços artesianos – utilizados para o aproveitamento da água do subsolo; e a barragem subterrânea se apresenta como uma das alternativas para atender a população dispersa dos pequenos povoados.

[...] a organização foi a forma encontrada para superar as dificuldades presentes na vida destas famílias¹²⁶. A partir das iniciativas da comunidade conquistaram o apoio de algumas instituições como sindicato, igreja e Organizações não Governamentais o que favoreceu trocas de experiências e conhecimentos para melhor aproveitar os recursos disponíveis. As cisternas, as barragens subterrâneas, o beneficiamento e armazenamento de frutas e forragem e o banco de sementes são algumas das alternativas encontradas para melhorar a convivência com a região¹²⁷ (O CANDEEIRO, 2007, p. 3)

A barragem subterrânea tem ajudado a fortalecer o que já vinha sendo cultivado, como também com a implantação de novas culturas. Na construção da barragem subterrânea a família contou com a parceria do PATAC e entrou com uma contrapartida para o pagamento da alimentação dos trabalhadores e o combustível do trator de esteira, cedido pela Prefeitura Municipal (O CANDEEIRO, 2007, p. 2).

De acordo com o discurso da ASA, faltam políticas públicas efetivas de distribuição e aproveitamento da água disponível, e, em oposição ao discurso governamental, afirma que trazer a água de uma bacia não se constitui em alternativa para população difusa da região. Por isso, coloca como desafio para Comissão Água: “a necessidade de ampliar o debate sobre a transposição do Rio São Francisco demarcando os dois campos de interesses em disputa: o agronegócio x agricultura familiar” (Relatório de Atividades, 2005).

No entanto, quando, neste percurso, aborda-se a posição política da ASA, em relação à intensificação do debate sobre a “Transposição do Rio São Francisco”, no Estado (PB), nos últimos meses de 2007, os conflitos são evidenciados sob duas perspectivas: a transposição apresentada e defendida pelo Governo Federal e as dificuldades de tomar uma posição institucional [“ser contra ou a favor”] e estabelecer os consensos que orientam os discursos, os comportamentos e as ações da ASA Paraíba em relação ao tema.

¹²⁶ A comunidade é formada por 26 famílias com propriedades que variam de 3 a 19 hectares, numa área total de 200 hectares.

¹²⁷ Experiência sistematizada: “Onde a organização e o conhecimento fazem a diferença”. O Candeeiro. Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas.

No entanto, as diferenças são silenciadas ou desconsideradas [relegadas], ou explicadas como “desinformação e desconhecimento” dos agricultores familiares quando afirmam: “nossa base não sabe nada sobre a transposição”; onde tudo será resolvido ao se acionar os mecanismos da formação: “forçar, cavar propostas que estão sendo formuladas para descer para as bases, a grande massa dos agricultores” e pensar estratégias para o semiárido: “reafirmar os princípios e orientações institucionais; reforçar a autonomia das comunidades, as experiências da agricultura familiar, os intercâmbios e desenvolver a formação de forma continuada” (Dirigente do CASACO e Coordenadora da ASA Paraíba).

O debate proposto para a ocasião [Reunião da Comissão Água para definição das atribuições de representação da ASA, neste debate específico, na Paraíba] não acontece nos moldes esperados, qual seja, a reafirmação da posição da ASA Paraíba como contrária ao projeto. O que ocorre é o movimento de deslocamento nas posições dos atores, anteriormente, “seguros” das suas posturas políticas: “ser declaradamente contra a transposição”, para atitudes mais reticentes – indefinidas, duvidosas, obscuras. Esse clima de “recoo estratégico” provoca conflitos e tensões no ambiente; as diferenças “saltam aos olhos”, os argumentos são recolocados com insistência: “precisamos afirmar que somos contra a transposição” (Membro da Coordenação Executiva da ASA Paraíba) e, na interdependência dos discursos, o seu outro contraponto: a deliberação da Rede Água, como responsável pela articulação dos processos sócio-organizativos relacionados aos recursos hídricos, “tomou a decisão de não se posicionar diretamente”. E, mediante duas percepções em conflito, a dificuldade de tomar posição e indicá-la como consenso institucional.

O discurso oficial, até aquela ocasião era de que a “ASA tem experiência, tem trajetória e isso exige uma posição clara”. Mas, diante do recuo da Comissão Água [como rede temática específica], um representante da Coordenação Ampliada e Executiva da ASA, propõe que a “coordenação ampliada tome posição”. E insiste nos argumentos “a nossa posição já foi tomada” [referindo-se as decisões e articulações realizadas, pelas instâncias de coordenação da ASA, contra a transposição]. Afirma que a Coordenação Ampliada “tem a sua representação e pode tomar uma posição” e, para isso, seria preciso “sentar para pensar o processo de formação entre as famílias, reunir as capacidades locais e apresentar propostas para fortalecer a Frente” [Frente em Defesa do Rio São Francisco e contra a Transposição], que reúne várias organizações e movimentos no Estado da Paraíba.

Esse discurso, além de controverso e, claramente, minoritário, desconsidera o debate realizado, até o momento, acerca das dificuldades apresentadas pelos líderes em fazer o contraponto ao discurso que defende a transposição.

As arguições que se apresentam ao debate, a partir dessa última intervenção, indicam que não concordam com o argumento de “decisão já tomada” [se perguntam quando e por quem?] e acrescentam mais elementos de discórdias ao debate político. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Alto Sertão paraibano, narra as dificuldades ao enfrentar o debate na região: “se colocar contra o povo que a gente trabalha? Que diz que quer a água? A CPT é contra, mas não dá as caras, a pressão é grande, a palavra ‘contra’ provoca um impacto contrário, ninguém quer nem escutar; o povo com quem a gente vive, que está liderando, está favorável”. Dessa forma, para a CPT, a postura é de retraimento - afastamento do debate direto, por acreditar que “no momento não se consegue massificar o debate”, existem muitas interferências [da Igreja, da mídia] ao “trabalho de conscientização” e capacitação que realizam na região (Coordenadores da CPT, Alto Sertão).

O discurso de defesa e “reposição dos termos”, quer dizer, a Articulação contrária à transposição, vem da Coordenação Executiva, que faz a crítica direta a Comissão Água e a (não) condução do debate sobre a transposição: “preocupada com a forma que a gente vem conduzindo esse debate”. Insiste que a Igreja católica, com veemente apoio emocional e religioso “entrou com tudo na defesa da transposição”. E no caso da ASA, “faltou coordenação política, ninguém da comissão água compareceu aos eventos com os parceiros que estão fazendo a discussão no Estado; faltou a cara da Comissão Água” (Membro da Coordenação Executiva).

Trata-se de discurso com incisivo apelo político em que se utiliza argumentos múltiplos: técnicos, sociais, políticos, ambientais, no debate interno “contra a transposição”, pressionando a ASA Paraíba para que se posicione claramente. Assim, mantém a disposição de cobrar, insistindo na participação nas articulações estaduais, em curso, e na Caravana em Defesa do São Francisco. Iniciativas que, segundo a dirigente, representam a oportunidade que a ASA tem de “tomar para si as rédeas da discussão” e provocar o debate nas suas bases e no conjunto do Estado. Esta perspectiva, embora seja uma posição representativa dentro da Coordenação Executiva, não é única, nem consensual. Acompanha-se, no debate em curso, um movimento de posições contrapostas

dentro das próprias organizações membros da Coordenação Executiva (AS-PTA e CEPFS) e diferentes posições dentro de uma mesma organização não governamental.

Outra perspectiva crítica que se coloca no debate: o CEPFS (como Instituição membro da Comissão Água), diz ser a transposição um tema muito polêmico, “são argumentos pra todos os lados, por isso a dificuldade de expressar nossa posição, em um tema que é de domínio de alguns”. Indaga acerca das motivações do “ser contra”: quais são os argumentos, os elementos pedagógicos, políticos, ideológicos, se não temos conhecimento do projeto? (Coordenador1 do CEPFS). No entanto, argumenta que a ASA deve, sim, tomar uma posição contra a transposição, e, ao tomá-la, deve desaparecer a diversidade de posições, opiniões, entendimentos. Para isso, complementa: “deve-se investir no processo educativo”, na produção de material didático- pedagógico que prepare a ASA para o debate interno [com todos os atores envolvidos] com a “sociedade civil” – entendida amplamente - e os organismos governamentais.

Não obstante, esse discurso não se constitui na única posição do CEPFS. Outra intervenção [também de Coordenação], mais reticente, faz o debate da representação da Articulação: “a gente fala da ASA, mas quem é ASA? Não é só coordenação, certo? Então, a gente precisa ter claro que para tomar uma decisão, é preciso ter uma base social de sustentação. Para ser contra ou a favor é preciso ter uma estratégia, ter uma pedagogia, desencadear um processo de formação”. E insiste nos argumentos: “a questão que se coloca é se a posição do contra ou a favor vai trazer uma sustentabilidade a ASA, que é bom que se diga: não é só coordenação?” (Coordenador2 CEPFS).

Os discursos coincidem quando analisam a conjuntura do momento [ano 2007] como “muito complicada”. O movimento dos atores e a multiplicação dos discursos afirmativos colocam a transposição como tema nacional, com discursos ideológicos muito fortes. O peso simbólico do discurso do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, por ser “nordestino”, migrante, “retirante das secas” e Presidente da República. A representação social deste homem-Presidente, sofrido, que desembarcou no Sudeste (São Paulo) fugindo das secas no Nordeste, se posicionando como “semelhante” aos “nordestinos” que permanecem na terra e precisam da água do São Francisco para matar a sede; o discurso da Igreja Católica, representado pela Arquidiocese da Paraíba, como uma das coordenadoras do movimento em defesa da transposição, no Estado, com presença decisiva nas várias ações nas dioceses e movimentos eclesiais; o forte apelo emocional das mídias locais,

regional e nacional; os investimentos de Estado [através do PAC¹²⁸ – Programa de Aceleração do Crescimento / Ministério de Integração Nacional]; os interesses das grandes Empreiteiras [Construtoras da construção civil]. No dizer dos atores da ASA: “a gente está sem base”. Os atores que defendem o projeto passam “manhã, tarde e noite discutindo a transposição, como a obra da redenção do Nordeste, a maior obra pública federal nos últimos anos”.

Uma discreta intervenção de uma liderança, do Médio Sertão paraibano, defende que “existem pessoas boas contra e a favor da transposição”, que “os bons não estariam somente do nosso lado” que a saída estratégica deve ser “não focar o debate na transposição”, em si, evitar ideologizá-lo, polarizando-o entre duas alternativas: “ou você é contra ou a favor” e a função da ASA Paraíba seria a de convocar os agricultores para a discussão e “não querer impor uma posição”.

Na realidade, a posição majoritária no debate indicou o recuo estratégico da Instituição, por acreditarem que tanto a exposição política, como o silenciamento institucional podem ser perigosos para ASA: “eu me achocalhar como cobaia, colocar meu nome em risco, nem pensar!”; “tou dizendo, se polarizar se lasca!”. “As lideranças estão isoladas no Alto Sertão”.

O “ser contra” ou “ser a favor” da transposição polarizou o debate nestas duas instâncias de Coordenação [Comissão Água e Coordenação Ampliada] da ASA Paraíba. O consenso institucional, em torno de uma única posição, não ocorreu neste momento. Nenhuma decisão foi tomada. Nenhum ator obteve o consenso em torno da sua posição. Não obstante, ao olhar o cenário no contexto da polarização em curso, duas possibilidades de resolução de conflitos foram se delineando: o confronto de atores e de posições, podendo-se impor uma posição, com o voto da maioria, ou o recuo estratégico. Esta última alternativa, discretamente, se transformou em consenso institucional.

Neste contexto, as orientações a partir daquele momento foram direcionadas à construção de estratégias de curto, médio e longo prazos: “criar uma cara da ASA”, para capacitá-la na condução e regulação dos processos sócio-organizativos na região semiárida e, assim, poder participar do debate sobre a transposição. As proposições nesta direção

¹²⁸ O Governo Federal projeta um gasto de 4,5 bilhões de reais na realização da obra. No entanto, já inseriu no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o montante de 6,6 bilhões de reais (Informativo da Caravana São Francisco, 2007).

foram significativas: fomentar os encontros regionais sobre a transposição levando em conta as experiências de manejo da água na região; tratar a “água como patrimônio da humanidade”, “reformular os cursos de GRH – Gerenciamento dos Recursos Hídricos [GRH / P1MC] para aprofundar o tema”, “socializar as informações sobre as metodologias participativas entre as microrregiões”; “formação para as bases, através da produção de um material didático para ser utilizado nas comunidades”.

Os discursos supracitados, como representação do momento do debate, priorizam os processos de capacitação e regulação institucional. O entendimento final é de que “a luta é demorada”, “que foi muito difícil construir a base social da ASA Paraíba”. Não se pode arriscar a perdê-la. Portanto, a forma de lidar com o debate sobre a transposição deve contemplar os níveis de “compreensão e apropriação da sua base”: agricultores familiares, membros das organizações comunitárias, grupos eclesiais, entre outros. A intervenção deve ser diferenciada, evitando-se as polarizações do “contra e a favor”, e investindo nas experiências de construção de alternativas para a convivência na região semiárida brasileira.

Preliminarmente pode-se pontuar que o movimento dos atores, nos cenários analisados, indica as variações de poder e legitimidade que cada ator ocupa na rede de relações. A organização pode receber múltiplas contribuições, uma combinação de assessoria técnica, política, social; realização de parcerias e apoio direto de um programa específico, como o caso do P1MC, que colaborou, decisivamente, nos processos de mobilização social na ASA Paraíba.

O posicionamento dos atores se relaciona diretamente com a capacidade de fazer-se escutar, convencer; somente possível quando existem experiências que são referências – e nestes casos existem – posicionadas e reconhecidas no cenário da disputa, com poder de intervenção e legitimidade. Não obstante, esses processos são entremeados por tensões e conflitos, explícitos ou silenciados, outras formas de afinidades, consensos e compromissos políticos, resultado das múltiplas intervenções dos atores sociais; práticas sociais interdependentes que se deslocam e se transformam no encontro com o outro.

Considerações Finais

A abordagem das redes sociais, nas suas múltiplas possibilidades analíticas, se configura como um método (instrumento para coleta e organização dos dados de pesquisa), uma teoria social (conceitos definidores da realidade social), um modelo sócio-político-técnico e organizativo de intervenção social (formulação de estratégias de ação política).

Na pesquisa realizada junto às redes de atores no semiárido paraibano, a noção de redes sociais foi utilizada como ferramenta teórico-metodológica para pensar os processos, os atores e as articulações sociais.

A interdependência dos processos sociais, técnicas, produtivas e organizativas são combinações políticas e metodológicas que articulam as relações recíprocas dos indivíduos nas redes sociais. Estas experiências diferem, substancialmente, da representação do ator político organizado das décadas de 70 e 80, do século XX, quais sejam: os tradicionais e novos movimentos sociais e as organizações político-partidárias e sindicais.

O diálogo estabelecido com os processos sociais das décadas de setenta, oitenta e noventa do século XX e início do presente século são ressignificados nas formas de constituição e articulação dos grupos sociais contemporâneos: as organizações dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, os movimentos sociais rurais, as organizações não governamentais, pastorais sociais, comunidades eclesiais de base, movimentos eclesiais, os sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros.

A articulação em rede de atores no semiárido paraibano se institui como parte da trajetória dos movimentos sociais: limites e potencialidades e se expressa por intermédio da revisão das abordagens políticas e metodológicas destes processos sociais na região: novas formas de articulação dos grupos na realidade social contemporânea e novas significações das articulações em redes sociais no mundo rural.

As dependências recíprocas dos atores sociais no semi-árido paraibano são dimensões significativas das experiências sócio-políticas das redes na região. Com funções diferenciadas, os atores ocupam distintas posições de poder na produção do discurso político institucional da ASA Paraíba. Estas posições são firmadas e demarcadas no cenário da disputa política: por projetos, ideias, argumentos e/ou reordenamento de

posições e estão, intrinsecamente, relacionadas à intervenção sócio-política. Os atores se constituem pela capacidade efetiva de articular e influenciar e ser influenciado pelos outros autores que pertencem às redes sociais.

A análise da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA Paraíba), como rede hierárquica de atores indicou, um novo campo de estudos: novos procedimentos teórico-metodológicos para interpretar a constituição de grupos sociais, experiências e processos sócio-organizativos na região semiárida; aspectos diferenciados de mobilização e organização social, acesso e controle da informação, formulação e execução de políticas; arranjos sociais construídos e desconstruídos continuamente no semiárido paraibano:

O debate das redes sociais, em algumas das suas principais intuições afirma a horizontalidade e a solidariedade, como marcas características das relações entre atores sociais. Conclui-se que este tipo de abordagem corresponde a uma interpretação idealizada da realidade social e que pensar as articulações de grupos sociais, do poder como exercício diferenciado e das hierarquias entre atores, é um ato de reconhecimento, *per si*, da impossibilidade de uma estrutura horizontal de articulação social.

Estes processos sociais – por constituição - não são horizontais, nem solidários, muito menos harmoniosos, *per si*, podendo sê-los ou não; são articulações de atores que nas suas dependências recíprocas delimitam sua inserção social a partir das diferentes posições ocupadas – cenário de aproximações e distanciamentos, conflitos e construção de consensos e de regulação social e institucional: combinações simultâneas de processos que indicam quando uma ação pode ser considerada ‘mais ou menos’ solidária, horizontal, consensual ou conflituosa. As iniciativas institucionais, associadas às formas diversificadas de organização social, marcam o exercício e o aprendizado da solidariedade nas comunidades rurais.

Esta percepção da igualdade entre atores é uma construção tecida por dentro da rede, nos discursos e práticas dos atores que ocupam posições diferenciadas. A interdependência das articulações sócio-políticas no semiárido paraibano articula os lugares sociais dos atores. As posições sociais os distinguem entre si e, simultaneamente, define as suas capacidades de acordo com as relações de poder no debate político regional.

A rede de atores para ser legitimada necessita estabelecer parâmetros comuns que articulem as decisões, os consensos e os processos na sua totalidade. A construção de acordos (consensos) básicos são elementos constitutivos e instituintes da experiência da

ASA: práticas e comportamentos paradoxais em que os atores se reconhecem, simultaneamente, como diferentes e semelhantes – em um controverso processo de construção das convicções e consensos associados ao pertencimento ao grupo, a região, à rede.

Os processos de construção de consensos se afirmam em intrínseca conexão com os papéis desempenhados por cada ator, os diferentes lugares sociais ocupados e a distribuição do poder por instância decisória. O consenso em torno da solidariedade como valor e atributo institucional articula as instâncias de decisão, nas suas variadas representações: encontros de planejamento e avaliação, oficinas temáticas, Coletivos Regionais, espaços microrregionais e, também, os grupos e experiências nas comunidades. O que se mantém como investimento institucional é o exercício como aprendizagem das experiências e comportamentos solidários como valor atribuído ao pertencimento ao grupo.

Os atores e suas relações recíprocas atuam e interpretam o seu mundo social, suas experiências cotidianas – criam espaços e viabilizam os seus projetos e estratégias político-organizativas em cenários complexos de auto-regulação e influências mútuas; mobilização e articulação de grupos no semiárido paraibano.

No cenário da disputa política encontram-se os atores em movimento e posicionados hierarquicamente. Esta figuração social traduz o poder atribuído/consentido/representativo de cada ator, e, também, as potencialidades múltiplas de diálogo, proposição, execução de políticas, gestão dos conflitos e articulam os discursos de defesa do projeto de desenvolvimento sustentável de convivência com a região semiárida.

No centro do discurso institucional da ASA Paraíba estão as convicções que articulam o discurso do protagonismo do agricultor familiar, os conhecimentos articulados às experiências do agricultor familiar, como ator social e protagonista das ações sócio-técnicas e produtivas de convivência com a região semiárida: produtor e portador de conhecimentos e experiências. Estas experiências são apreendidas como conhecimentos por excelência; os intercâmbios de experiências entre os agricultores como espaços de troca de informações, construção de conceitos, hipóteses e orientações para novas experimentações e, por último, a sistematização, multiplicação e disseminação das experiências como marcadores institucionais.

O discurso da convivência sustentável com a região semiárida se institui como prática política institucional e se referencia na multiplicidade de experiências culturais, sociais, econômicas e ambientais das populações do semiárido brasileiro: novas percepções da região, novas visibilidades e possibilidades políticas e organizativas, novos temas, conceitos, imagens, problemáticas, demandas e conflitos.

A Articulação do Semiárido Paraibano se constitui como rede hierárquica de atores e, essa posição social, *per si*, desconstrói o discurso da horizontalidade das relações entre atores. As posições sociais ocupadas os distinguem entre si e, simultaneamente, definem o aporte específico e o poder real de cada ator no debate político regional e nacional.

ASA Paraíba se institui por intermédio do entrelaçamento dos múltiplos aspectos que lhes são constitutivos, articula uma multiplicidade de experiências, instituições e processos sócio-técnicos e políticos em um amplo campo de convicções e uma intensa trama político-discursiva acerca da centralidade do agricultor familiar nos processos sociais no semiárido paraibano e das potencialidades alternativas da região.

Na ASA, a intervenção sócio-política dos atores acontece de forma diferenciada e independe das intencionalidades expressas de cada do ator social. Os pressupostos da articulação em redes sociais – o seu horizonte estratégico - não são as organizações, em si, não é o ator social, indivíduo ou grupo, percebido isoladamente, mas o entrelaçamento dos processos, experiências e atores sociais.

O movimento dos atores acontece intrinsecamente relacionado à posição que cada ator ocupa na rede de atores. As contribuições específicas em determinadas áreas do conhecimento: capacidade reflexiva, análise e resolução de problemas, formulação e execução de políticas, definem os lugares e as posições dos atores na ASA Paraíba. Cada ator ocupa um lugar social diferenciado e, conseqüentemente, os discursos não são equivalentes, nem horizontais, nem simétricos e se afirmam no conflito das diferenças. Assim, a confluência dos discursos dos atores articula a experiência da ASA Paraíba na região.

A disposição dos atores em um ambiente de conflitos é uma característica constitutiva da experiência humana e social. Os conflitos são representativos da diferenciação das experiências e aportes dos atores sociais. O reconhecimento do jogo político das posições, dos conflitos, das hierarquias das funções e das dependências

recíprocas - adesões, resistências, contraposições, consensos - incidem nos deslocamentos dos atores e acontecem dentro da própria rede de poder.

As articulações da ASA Paraíba, como rede de atores no semiárido paraibano, com suas interconexões e dependências recíprocas, são dimensões significativas na organização social dos agricultores familiares, técnicos, assessores, dirigentes, líderes de organizações eclesiais e pastorais sociais e decisivos nos processos de formulação, gestão e monitoramento e execução de políticas públicas na região semiárida.

Os diferentes discursos, as diferentes estratégias, da ASA, apontam a centralidade das experiências do agricultor familiar. No entanto, as posições dos atores não são equivalentes, são graus diferenciados de intervenção política nas articulações, hierarquizadas entre si. A construção do protagonismo de uma rede hierárquica de atores no semiárido paraibano envolve a participação dos agricultores e agricultoras familiares, técnicos, educadores populares, assessores e se estabelece na interdependência dos processos sociais.

As convicções compartilhadas, quando internalizadas, disseminadas e transformadas em discurso de todos os atores, nas conectividades das redes de relações sociais, são estruturantes das complementaridades construídas - afinidades e sentimentos comuns compartilhados - e são também representativas do pertencimento institucional

A presença do ator social com atribuições técnicas de assessoria, acompanhamento e monitoramento das ações e condução dos processos sócio-político-organizativos da ASA Paraíba, se afirma na presença constante e na consistência de um discurso articulado de orientação política nos espaços institucionais; um discurso especializado em determinadas áreas do conhecimento: análise, proposição e execução de políticas; discurso ordenador, objetivo, eficaz, contundente e legitimado pelos atores sociais; discurso que investe nas potencialidades regionais e nas capacidades de intervenção política dos atores para construção de políticas públicas sustentáveis para a região.

A “construção coletiva” do conhecimento, as competências articuladas em defesa do desenvolvimento sustentável da região e a gestão social ocorrem dentro de um marco institucional (ASA Paraíba) e seus lugares de decisões, suas instâncias coordenadoras: temáticas e regionais, com centralizações e descentralizações variadas.

As Organizações não Governamentais [ONG's], os Serviços Pastorais e os Movimentos Eclesiais, como atores sociais, cumprem um papel político decisivo na *rede de atores*, como portadores e produtores de informações junto às ações técnicas, políticas e produtivas dos agricultores familiares; intérpretes das formas de gestão sócio-político-participativa na região e desenvolvem ações correspondentes as suas habilidades profissionais como mobilizadores, apoio e assessoria especializados nas áreas técnica, produtiva e financeira, indutores e condutores de processos participativos e intervém, diretamente, nas dinâmicas sociais dos agricultores: ações sócio-técnicas-políticas e organizativas.

A trajetória metodológica do discurso se constitui entre os múltiplos discursos dos atores, uma confluência de vozes articuladas e interdiscursivas: do ator que fala diretamente ou daquele que transmite o discurso do outro a partir da posição de intérprete, técnico, liderança.

As relações de forças, os conflitos de sentidos, ou a luta pela legitimidade de diferentes sentidos, marcam a produção do discurso institucional. Os discursos como processos sociais de construção das convicções, argumentos e significados; confluência de vozes articuladas e interdiscursivas; vozes diretas, indiretas, ocultadas, imponentes, silenciadas e interdependentes; vozes que emergem nos espaços de poder e decisão.

As articulações em redes no semiárido (entre elas a ASA Paraíba) são pensadas, também, a partir dos limites e delimitações geográficas. Assim, partem da existência de uma espacialidade social: o movimento dos atores, as experiências, os grupos que transcendem a pré-fixação de fronteiras, sem prescindir delas e estruturam seus interesses no espaço social demarcado: a microrregião, a região, o sítio, a comunidade, os grupos/organizações/coletivos/redes.

A espacialidade funciona como espaço em deslocamento, ressignificada nas práticas cotidianas, como possibilidade de ações diferenciadas; lugar do encontro de experiências e atores. As relações espaciais como representações políticas de grupos indicam as formas de comando, as relações de poder e o seu exercício na região.

Assim, as redes de atores no semiárido paraibano abarcam, simultaneamente e com intensidades variadas, a hierarquização dos atores, as tensões e os conflitos como dimensões constitutivas dos processos humanos e sociais, uma controversa relação entre

horizontalidade e verticalidade, centralização e descentralização dos procedimentos e dinâmicas institucionais e uma combinação de construções solidárias e jogos de interesses; figurações sociais contemporâneas dos novos processos sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lourival Almeida de. **Liderança distribuída e autonomia articulada:** conceituação e prática num ambiente de mudança organizacional. Fortaleza: ESPLAR, 2003. 30p (mimeo.).

ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Ângela. **Semente da Paixão:** estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 72 p.

ALVARES, Sonia E. ; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos:** novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. 538 p.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. **Projeto Institucional.** Campina Grande: [s.n.], 2004.

_____. **Relatório do seminário sobre o semi-árido.** Campina Grande, PB: [s.n.], 1993. 61 p. (publicação do Fórum da Articulação do Semi-Árido - PB).

AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: propostas da sociedade civil. Recife: : [s.n.], 1993. 40 p. (mimeo).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes.** Recife, PE: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. 340 p. (Estudos e Pesquisas, 104).

_____. **O engenho anti-moderno:** a invenção do nordeste e outras artes. 1994. 501 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 1994.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro:** de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991. 173 p.

BARBOSA, Antonio Carlos. **ASA Paraíba:** Reunião da Comissão Água [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <asaparaiba@grupos.com.br> em 15 ago. 2006.

BARNES, J. A. Redes Sociais e processos políticos. In: B. FELDMAN-BIANCO (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987. p.159-193.

BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1975. 123 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal. 1989.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Brasília: MIN, 2005. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf&nome_arquivo=cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2008.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. **Redes sociais: solidariedade e democracia no semi-árido brasileiro**. 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2007.

CARTA DE PRINCÍPIOS. Articulação do Semi-Árido Brasileiro. Igarassú: [s.n.], 2000. 1 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1996. 351 p.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos**. São Paulo, n.38, p.38-52, mar. 1994. (Publicação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

_____. Contextos da construção do espaço público no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 1996. 22 p.

CUNHA, Luis Henrique; SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira; NUNES, Aldo Manoel Branquinho. Projetos territoriais, processos de territorialização e conflitos ambientais no semi-árido: a proteção da natureza em assentamentos e nas RPPNs. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2008. 30 p.

DAGNINO, Evelina. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 364 p.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional**. Trad. Anamarin Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 234 p.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO DE AGROECOSSISTEMAS – DRPA. Lagoa Seca: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar, 1997. 38 p.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EM AGROECOSSISTEMAS - DRPA. Projeto Tecnologias Alternativas - PTA - Pernambuco e Paraíba / Centro Josué de Castro / SACTES - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social. Recife, 1991. 37 p.

DIAS, Leila Christina. Notas para discussão. In. DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DINIZ, Paulo César Oliveira. **Ação Coletiva e Convivência com o Semi-Árido: a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano**. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.

_____. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”**. Trajetória de relações entre Estado e Sociedade Civil: experiências no Semi-Árido. 2007. 208 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maia; MAIA, Rousiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso do DH net. In. DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP. 1998.141 p.

DUARTE, Fabio; QUANDT, Carlo; SOUZA, Queila (orgs.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. 259 p.

DUQUE, Ghislaine . A Articulação do Semi-Árido: Camponeses unidos em rede para defender a convivência no Semi-Árido. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. (Coleção História Social do Campesinato). No prelo.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998. 165p.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schroter; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1994b. 307 p. (v. 1).

_____. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1993. 277 p. (v. 2).

_____. **Escritos & ensaios 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2006. 238 p.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.166 p.

_____; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2000. 224 p.

_____. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Tradução Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2., 2006. **Carta Política.** Recife: [s.n.], 2006. (Sessão Plenária Final do II ENA).

ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. **Carta Política.** São Luís: [s.n.], 2002. 7 p.

ENCONTRO PARAIBANO DE AGROECOLOGIA, 4, 2006. Fortalecendo a Agricultura Familiar Agroecológica para Convivência com o Semi-Árido. Lagoa Seca-PB: [s.n.], 2006. (Documento Síntese do IV Encontro Paraibano de Agroecologia).

ENCONTRO PARAIBANO DE AGROECOLOGIA, 2, 2003. Um semiárido paraibano com segurança alimentar e nutricional é possível com o fortalecimento da agricultura familiar agroecológica. Lagoa Seca-PB: [s.n.], 2003. (Documento Síntese do II Encontro Paraibano de Agroecologia).

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. **Novos Estudos.** São Paulo: CEBRAP, v. 2, n.4, abr. p. 11-26, 1984.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **Revers da moeda':** a rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas. Maceió, AL: EDUFAL, 2006. 117 p.

_____. Os novos movimentos sociais urbanos: que personagens são estes? **In: Revista Estudos,** ano 8, n. 5, p. 47-58, abr., 1995.

_____. Questões sobre a crise de representatividade dos partidos e dos movimentos sociais. **Revista do CHLA/UFAL,** Macéio, ano 8, n. 9, p. 71-79, 1995.

FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). **Redes, práticas associativas e gestão pública.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 300 p.

FORMAÇÃO e mobilização social para a promoção da agricultura sustentável no semi-árido paraibano: o território dos cariris. Campina Grande, PB: [s.n.], 2003. 30 p. (Projeto Institucional do PATAC).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996. 7p. (aula inaugural no collège de france, pronunciada em 2 de dezembro de 1970).

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1984. 295 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; TIRIBA, Lia. Fio de algumas redes tecida na correnteza do rio. **In: VILLASANTE, Tomás R. Redes e alternativas:** estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis: Vozes, 2002. 245p.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2002. 233 p.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. 383 p.

_____. **História dos movimentos sociais e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. 213 p.

_____. **Movimentos Sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991. 190 p.

_____. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p (Coleção questões da nossa época, 123).

KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 229 p. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional).

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais /RBCS**, [s.l.], n. 2, v. 1, p.. 41-47, out. 1986.

LIMA, Rejane Alves de; SILVA, Emmanoel Dias da. A rede sementes da Articulação do Semi-Árido Paraibano: estratégias de resgate, valorização e conservação da biodiversidade. In: SEMILUSO. Seminário Luso-Brasileiro sobre Agricultura e Desertificação, 26 a 28, jun. 2008. 15 p.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo:** una perspectiva centrada em el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: el Colegio de San Luis, 2007. 504 p. (Colección Investigaciones).

_____. From paradigm lost to paradigm regained. The case for an actor- orient sociology of development. In: LONG, Norman; LONG, Ann. **Battlefields of knowledge:** the interlocking of theory and practice in social research and development. New York: Routledge, 1992, p. 16-46.

MARTINS, Paulo Henrique; FONTES, Breno (orgs.). **Redes sociais e saúde:** novas possibilidades teóricas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004. 159 p.

MELO, M. N. **ASA Paraiba** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <asaparaiba@grupos.com.br> em 16 ago. 2006.

MELO, M. N. **ASA Paraiba:** reunião comissão água/FRS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <asaparaiba@grupos.com.br> em 16 ago. 2006.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves Bonfim. Petrópolis: Vozes, 2001. 200 p.

_____. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyra. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 40, 1994.

_____. Um objetivo para os Movimentos Sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MENEZES, Marilda Aparecida. **A noção de “redes sociais” na análise de alojamentos de trabalhadores migrantes**. Campina Grande: [s.n], 2007. 8 p. (mimeo.).

_____. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro, RJ: Relumé-Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002. 249 p.

MENEZES, Marilda Aparecida; MALAGODI, Edgard. Campina Grande. **Os camponeses como atores sociais**: a perspectiva da autonomia e da resistência. Campina Grande: Projeto IPODE/CNPq, 2009. 24 p. (mimeo.).

MOLL, Jaqueline; FISCHER, Nilton Bueno. Redes de vida em Porto Alegre. In: VILLASANTE, Tomas R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis: Vozes, 2002. 245p.

MOREIRA NETO, Mariana. A relação entre desenvolvimento sustentável e convivência com o semi-árido. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3. 2008. **Anais...** Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2008. (GT 6: Saber e poder no campo).

NOGUEIRA, Gleiceani. **Intercâmbio de experiências**: lugar de construção e troca de conhecimentos e de protagonismo dos agricultores e agricultoras. Recife: ASA, 2008. Disponível em: < http://201.38.94.136:8082/int_interface/default_exibir_conteudo.asp?CO_TOPICO=2736>. Acesso em: 28 mar. 2008.

OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Cooperação entre camponeses**: um estudo a partir dos fundos rotativos solidários. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: [s.n.], 2001. 100 p.

_____. **Discurso & leitura**. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1988. 118 p. (Coleção passando a limpo).

_____. **Terra à vista**: discurso do confronto-velho e novo mundo. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1990. 260 p. (Estudos de Linguagem, 5).

PAIXÃO, Clodoaldo Almeida da. **O lugar da representação dos processos na teoria social**: os "movimentos sociais" como objeto historiográfico. 1998. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande – PB, 1998.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **The New peasantries**: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization. London, Sterling, Earthscan, 2008. 356 p.

PROGRAMA NACIONAL de desenvolvimento sustentável de territórios rurais: referências para o apoio ao desenvolvimento territorial. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2003. (Documento em Revisão).

PROGRAMA DE FORMAÇÃO e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido: Um milhão de cisternas rurais - P1MC. Recife: Asa Brasi, 2002.

P1+2 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido Brasileiro: segurança alimentar através do acesso e manejos sustentáveis da terra e das águas. Asa Brasil, Recife, 2004.

RAMOS, Nerize Laurentino. **O Poder do discurso**: as condições sociais de emergência do agricultor familiar como sujeito propositivo. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande – PB, 1999.

RAMALHO, José Rodorval. **ONGs na Paraíba**: as bases da ação propositiva. 1996. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 1996.

RANDOLPH, Rainer. Tecnologias de informação e comunicação, redes de computadores e transformações socioespaciais contemporâneas. In. DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007. 260 p.

REFERÊNCIAS para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA / SDT / CONDRAF, 2003.

RELATÓRIO. Encontro Estadual dos Bancos de Sementes Comunitários. Patos, Comissão Sementes da ASA Paraíba, abr., 2004. 18 p.

RELATÓRIO. Reunião da Rede Sementes. Comissão Sementes da ASA Paraíba. Esperança, PB, jun. 2006. 4 p.

RELATÓRIO. Encontro Estadual de Agroecologia (EPA). **Fortalecendo a Agricultura Familiar Agroecológica para Convivência com o Semi-árido**. Lagoa Seca: ASA Paraíba, 2006. 18 p. (Documento Síntese do IV Encontro Paraibano de Agroecologia).

RELATÓRIO. Encontro de Avaliação e Planejamento. Campina Grande: ASA Paraíba, 2007. 15 p.

RELATÓRIO. Avaliação e planejamento anual. Campina Grande: ASA Paraíba, 2009. 10 p.

RIECHMANN, Jorge; BUEY, Francisco Fernández. **Redes que dan Libertad**: introducción a los nuevos movimientos sociales. Barcelona: Editora Paidós, 1995. 304p.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais camponesas. In **Agricultura Familiar**: a diversidade das situações rurais. Campina Grande: GPAF – PPGS/UFCG, 2005. CD-ROM.

SABOURIN, Eric, DUQUÉ, Ghislaine, MALAGODI, Edgard. Novos atores do desenvolvimento rural no semi-árido brasileiro: uma visão crítica do período 1997 – 2002. **Raízes**, Campina Grande, v. 22, n.1, jan./jun., 2003.

SABOURIN, Eric; SILVEIRA, Luciano Marçal da; SINDERSKY, Pablo. Aprendizagem e ação coletiva: os grupos de agricultores experimentadores no agreste da Paraíba. In: DUQUE, Ghislaine; BARROS, Adriano de Sousa; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima (Orgs.). **Agricultura familiar: a diversidade das situações rurais**. Campina Grande: GPAF-PPGS/UFCG, 2005. 16 p. 1 CD-ROM.

SANT'ANA, Silvio. **Governança e gestão da ASA**. Brasília, out. 2005. 26 p. (mimeo.).

SANTOS, André Luiz. Dinâmica territorial da rede telefônica em Santa Catarina: 1927 a 1960. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007.

SCHERER-WARRER, Ilse. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1993. 143 p. (Coleção Estudos Brasileiros, 1).

_____. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: UFSC, 1984. 140 p.

_____. KRISTHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano? Os movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 150 p.

SCHNEIDER, Sérgio (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 295 p.

SEMI-ÁRIDO paraibano: que tipo de desenvolvimento queremos? Lagoa Seca, PB: [s.n.], 1994. 87 p.

SILVA, Jairo Bezerra. **As transformações do Estado e suas implicações sobre as políticas públicas no Brasil: o caso dos recursos hídricos**. João Pessoa, PB: Idéia, 2005. 97 p.

_____. **A ecologia política das cisternas de placa: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas ao problema de abastecimento de água nas cidades de Boa Vista e Montadas**. Campina Grande: UFPB/PPGS, 2006. 38 p.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Carmem Silvia Maria da; MESQUITA, Luciene. **O movimento das redes e as redes de movimentos**. Recife: EQUIP, [19-?]. 6 p. (mimeo.).

SIMMEL, G. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

TIRIBA, Lia; FRIGOTTO, Gaudêncio. Fios de algumas redes tecidas na correnteza do Rio. In: VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

TONNEAU, Jean Philippe. Desenvolvimento Rural Sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: **Agricultura Familiar**: a diversidade das situações rurais. Campina Grande: GPAF – PPGS/UFCG, 2005. CD-ROM.

TV PARAÍBA evidencia colheita do algodão agroecológico em cidade do Cariri paraibano. Paraíba: Stúdio Rural, 2008. Disponível em: < <http://www.studiorural.com/?noticia=942>>. Acesso em: 11 out. 2008.

UEDA, Vanda. Dinâmica do território em redes: implantação e difusão do telefone no rio Grande do Sul. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007.

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução de Carlos Alberto Silveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 245p.

_____. **De las redes sociales a las programaciones integrales**. Buenos Aires, Argentina: Editora Lumen/ Hvmánitas. 1998. 216 p. (Cuatro redes para mejor vivir, 2).

_____. **Del desarrollo local a las redes para mejor – vivir**. Buenos Aires, Argentina: Editora Lumen/ Hvmánitas. 1998. 286 p. (Cuatro redes para mejor vivir, 1).

VON DER WEID, Jean Marc. **Roteiro do DRPA** : Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas. [S.l.]: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 1991. 33 p. (publicação avulsa).

_____. **Metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas - DRPA**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 12 p. (mimeo.)

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS:

AGRICULTURA Vazante: a experiência da família Sales. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Alcantil, PB, ano 1, n. 6, jul. 2007.

ARMAZENANDO água e produzindo alimento sagrado: a experiência de seu Francisco de Assis. **Informativo da Agricultura Familiar**, João Pessoa, [s.d.], n. 140, mar. 2006.

ASSENTAMENTO fortuna: terra, água e produção. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, [s.l.], ano 1, n. 11, jul. 2007.

BANCO de sementes comunitário: a experiência de São Tomé. **Informativo da Agricultura Familiar**, Alagoa Nova, PB, [19-?].

BANCO de sementes e segurança alimentar: diversidade a serviço da vida. **Semear:** boletim da agricultura familiar, [s.l.], [19-?].

BARRAGEM subterrânea: a experiência da família de seu Inácio. **Informativo da Agricultura Familiar**, [s.l.], [19-?].

BARRAGEM Subterrânea: uma experiência de transformação de vida. **Informativo da Agricultura Familiar**, [s.l.], [19-?].

CAPTAÇÃO, armazenamento e uso da água nas terras dos irmãos Maciel. **Informativo da Agricultura Familiar**, [s.l.], 2006.

CULTIVOS agroecológicos: a experiência da família de José Leal e Maria Luiza. **Informativo da Agricultura Familiar**. João Pessoa, 2006.

ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA DA BORBOREMA, 2., 2006. **Banco mãe:** pólo sindical gerando os filhos da semente da paixão, João Pessoa: [s.n.], 2006.

EXPERIÊNCIA da barragem subterrânea do agricultor Zé Baixinho: projeto de assentamento Valdeci Santiago. **Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão (CAAASP) Asa Paraíba**, Cajazeiras, PB, [19-?].

EXPERIÊNCIA da família Manuel Gavião. **O Candeeiro:** Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Picuí, PB, ano 1, n. 5, jul. 2007.

_____. **O Candeeiro:** Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Puxinanã, PB, ano 1, n. 9, jul. 2007.

EXPERIÊNCIA da horta do grupo de mulheres amazonas **O Candeeiro**. Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, [s.l.], ano 1, n. 10, jul. 2007.

EXPERIÊNCIA de convivência com o semi-árido. **Associação dos Apicultores do Sertão Paraibano**, Campina Grande, [19-?].

FAZENDO a diferença no Cariri. **O Candeeiro:** Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Gurjão, PB, ano 1, n. 7, jul. 2007.

FEIRA “cultivando a vida”. **Informativo da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano**. [s.l.], 2006.

A FRUTA nativa é de grande paixão Articulação do Semi-Árido Paraibano. **Semear:** boletim da agricultura familiar, Campina Grande, n. 7, abr. 2007.

FRUTAS nativas. **Semear:** Boletim da Agricultura Familiar. Campina Grande, PB, n. 1, jul., 2004.

FRUTAS nativas. Articulação do Semi-Árido Paraibano. **Semear:** boletim da agricultura familiar, Campina Grande, n.1, jul. 2004.

FRS DA Comunidade do Lucas. Articulação do Semi-Árido Paraibano. **Informativo da Agricultura Familiar**, Campina Grande, [19-?].

FUNDO Rotativo Solidário: a experiência do sítio gameleira. **Informativo da Agricultura Familiar**, Massaranduba, PB, [19-?].

FUNDO rotativo solidário: uma experiência de convivência com o semi-árido. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. Cacimbas, PB, ano 1, n. 8, jul. 2007.

INFORMATIVO DA REDE DOS CULTIVOS AGROECOLÓGICOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO. [s.l.], 2006.

INFORMATIVO DA REDE DE CULTIVOS AGROECOLÓGICOS: a experiência de produção e comercialização no PA JACU. [s.l.], 2006.

INFORMATIVO DA REDE DOS CULTIVOS AGROECOLÓGICOS VIVEIROS DE MUDAS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO. [s.l.], 2006.

INFORMATIVO DAS EXPERIÊNCIAS DO ASSENTAMENTO FREI DAMIÃO. Cajazeiras, PB, [s.l.], [19-?].

INFORMATIVO DO BANCO DE SEMENTES COMUNITÁRIO DE VIEIRÓPOLIS, PB. [s.l.], [19-?].

MANDALA: a experiência do Assentamento Acauã. **Informativo da Agricultura Familiar**, [s.l.], [19-?].

O MANEJO da água na propriedade: a experiência da família de João Miranda e Terezinha. **Informativo da Agricultura Familiar**, [s.l.], [19-?].

MANEJO de água no Curimataú paraibano: experiência da família de seu Francisco. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. Cacimbas, PB, ano 1, n. 1, jul. 2007.

MANEJO da água para criação: a experiência da família de Seu Antonio Tavares e Maria Vicente. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Queimadas, PB, ano 1, n. 12, jul. 2007.

MEU CASO com abelhas nativas é de amor á primeira vista. **Semear**: boletim da agricultura familiar, Campina Grande, PB, n. 4, jul., 2005.

ONDE a organização e o conhecimento fazem a diferença. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Soledade, PB, ano 1, n. 4, jul. 2007.

A ORGANIZAÇÃO do trabalho para a convivência com o semi-árido: a experiência da família de Luiz Souza e Eliete. **Informativo da Agricultura Familiar**, [s.l.], [19-?].

P1+2: uma terra e duas águas. **Programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o semi-árido brasileiro**: segurança alimentar, acesso e manejo sustentável da terra e da água, [s.l.], [19-?].

RELATÓRIO do Encontro Estadual de Bancos de Sementes Comunitários, 01 e 02 de abril, Patos, PB (Articulação do Semi-Árido Paraibano).

SEMENTES da perseverança. **Semear**: Boletim da Agricultura Familiar, Campina Grande, PB, n. 6, set., 2005.

SEMENTES da solidariedade. **Semear**: Boletim da Agricultura Familiar. Campina Grande, PB, n. 6, set. 2005.

SUPERANDO desafios no sertão paraibano. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Santana dos Garrotes, ano 1, n. 3, jul. 2007.

SILO superfície: a experiência de Aldo. **Informativo da Agricultura Familiar**, [s.l.], [19-?].

UMA EXPERIÊNCIA de organização comunitária: a experiência da comunidade de Sussuarana. **O Candeeiro**: Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, [s.l.], ano 1, n. 2, jul. 2007.

O USO da água pela família de seu Lucas e dona Salete. **Informativo da Agricultura Familiar**, [s.l.], [19-?].

CAMPANHA PUBLICITÁRIA NACIONAL

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO. **Alternativas que fazem do clima semi-árido, clima de otimismo**. [19-?]. Cartaz.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO. **Articulação do Semi-Árido Brasileiro, para o desenvolvimento sustentável da região**. [19-?]. Cartaz/ Folder.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO. **E não é o êxodo**. [19-?]. Cartaz.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO. **Mesmo que a palavra Semi-Árido signifique pela metade, a região pode ser sustentável por inteiro**. [19-?]. Cartaz.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO. **Para o Semi-Árido, isso é um guarda-chuva**. [19-?]. Cartaz.

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS MICROREGIONAIS

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. **Uma longa e vitoriosa caminhada**. [19-?]. Folder.

COLETIVO DO MÉDIO SERTÃO: Organizações da sociedade civil plantando Sementes de cidadania e de convivência com a realidade semi-árida. [19-?]. **Calendário 2006**.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS ASSENTAMENTOS DO ALTO SERTÃO; PROJETO COMUNICA. **Feira Agroecológica: cultivando a vida.** Cajazeiras; Aparecida, PB, [19-?]. Folder.

PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA DAS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR; ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA. **Agricultura familiar agroecológica cresce com as crianças.** [2007]. Calendário 2008.

P1+2. Uma Terra e Duas Águas. [2007]. p.1. Folder.

PERIÓDICOS

JORNAL DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO: Jornal Frutos da Terra, [s.l.], ano 1, jun. 2006.

CONHEÇA a história de vida dos que lutam pela reforma agrária: as dificuldades, as conquistas e a esperança do povo sem-terra. **Jornal das Feiras Agroecológicas do alto Sertão Paraibano:** Jornal Frutos da Terra, [s.l.], ano 1, n.4, *set.*, 2006.

CONHEÇA as mandalas, uma alternativa de produção no alto sertão paraibano. **Jornal das Feiras Agroecológicas do alto Sertão Paraibano:** Jornal Frutos da Terra, [s.l.], ano 1, n. 2, *jul.*, 2006.

Jornal das Feiras Agroecológicas do alto Sertão Paraibano: Jornal Frutos da Terra, [s.l.]; ano 1, n. 3, *ago.* 2006.

Apêndice A

Programa de Formação e Mobilização Social: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) – período: 2000-2007.

UGM AS-PTA - Período: 01/06/2003 até 06/11/2007

Municípios	Comunidades	Cisternas construídas
1. Alagoa Nova	39 <i>01 assentamento</i>	262
2. Arara	28	331
3. Areial	15	107
4. Casserengue	38	287
5. Esperança	46	305
6. Lagoa Seca	44	350
7. Massaranduba	26	369
8. Matinhas	22	127
9. Montadas	24	253
10. Queimadas	34	300
11. Remígio	29 <i>04 assentamentos</i>	182
12. Riachão de Bacamarte	01	43
13. São Sebastião de Lagoa de Roça	21	265
14. Serra Redonda	16	151
15. Solânea	48	350
	Total: 432	Total: 3.699

Dados em tempo real:

3.768 famílias mobilizadas

3.686 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos

100 pedreiros recapitados

99 pedreiros executores capacitados

80 comissões municipais capacitadas

70 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais

3.699 cisternas construídas

08 reuniões microrregionais com 214 participantes

Fonte: Rel.:RPT_Metas Atingidas.RPT. Versão de 06/11/2007 – 11:49h.

UGM PROPAC - Período: 01/06/2003 até 06/11/2007

Municípios	Comunidades	Cisternas construídas
1. Areia de Baraúnas	13	172
2. Assunção	16	74
3. Cacimba de Areia	25	173
4. Catingueira	04 (03 assentamentos + 01 comunidade)	26
5. Condado	04	40
6. Emas	01	05
7. Junco do Seridó	52	382
8. Mãe d'água	11	33
9. Malta	05 (01 assentamento + 04 comunidades)	43
10. Nova Olinda	13	84
11. Olho d'água	10	150
12. Passagem	12	57
13. Patos	38 (02 assentamentos + 36 comunidades)	240
14. Piancó	07	59
15. Quixaba	22	125
16. Salgadinho	03	56
17. Santa Luzia	42	130
18. Santa Terezinha	17	108
19. Santana dos Garrotes	34	223
20. São José de Piranhas	32	350
21. São José do Bonfim	10	92
22. São José do Sabugi	66	177
23. São Mamede	27	74
24. Várzea	27	116
25. Vista Serrana	12	256
TOTAL:	503	3.245

Dados em tempo real [Fonte: Rel.: RPT_Metas Atingidas.RPT. Versão de 06/11/2007 – 11:49h.]

3.973 famílias mobilizadas

3.902 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)

73 comissões municipais capacitadas

71 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais

59 pedreiros executores capacitados

40 pedreiros recapitados

3.245 cisternas construídas

15 reuniões microrregionais com 720 participantes

01 reunião estadual com 44 participantes

UGM CAMEC - Período: 01/06/2003 até 06/11/2007

Municípios	Comunidades	Cisternas construídas
1. Água Branca	17	119
2. Cacimbas	40	449
3. Desterro	26	381
4. Imaculada	48	423
5. Juru	12	97
6. Livramento	39	412
7. Manaíra	09	122
8. Maturéia	29	175
9. Princesa Isabel	26	357
10. São José de Princesa	05	75
11. Taperoá	48	404
12. Tavares	49	431
13. Teixeira	35	411
	Total: 383	Total: 3.856

Dados em tempo real: [Fonte: Rel.: RPT_Metas Atingidas.RPT. Versão de 06/11/2007 – 11:49h.]

3.897 famílias mobilizadas

3.820 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos

116 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais

91 pedreiros recapitados

74 pedreiros executores capacitados

60 comissões municipais capacitadas

3.856 cisternas construídas

12 reuniões microrregionais e 873 participantes

UGM STR Soledade – PB. Período: 01/06/2003 até 06/11/2007

Municípios	Comunidades	Cisternas construídas
1. Boa Vista	18	124
2. Cabaceiras	46	170
3. Caraúbas	20	135
4. Casserengue	08	15
5. Congo	23	130
6. Coxixola	12	32
7. Cubati	28	197
8. Gurjão	40	229
9. Juazeirinho	26	242
10. Oivedos	33	185
11. Parari	13	150
12. Pedra Lavrada	50	355
13. Pocinhos	30	149
14. Santo André	26	311
15. São João do Cariri	34	216
16. São José dos Cordeiros	18	119
17. São Vicente do Seridó	08	282
18. Serra Branca	37	236
19. Soledade	57	235
20. Sumé	15	72
	Total: 542	Total: 3.584

Dados em tempo real: **Fonte: Rel.: RPT_Metas Atingidas.RPT. Versão de 06/11/2007 – 11:49h.**

3.591 famílias mobilizadas

3.553 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)

57 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais

21 pedreiros recapitados

94 pedreiros executores capacitados

63 comissões municipais capacitadas

3.856 cisternas construídas

12 reuniões microrregionais com 476 participantes

01 reunião estadual com 30 participantes

UGM CAAASP - Período: 01/06/2003 até 06/11/2007

Municípios	Comunidades	Cisternas construídas
1. Belém do Brejo do Cruz	02	15
2. Bernardino Batista	08	76
3. Bom Jesus	09	34
4. Bonito de Santa Fé	26	240
5. Cachoeira dos Índios	22	174
6. Cajazeiras	97	1.132
7. Carrapateira	06	28
8. Conceição	30	224
9. Jericó	21	252
10. Marizópolis	02 +01 assentamento	69
11. Mata Grosso	06	76
12. Paulista	19	200
13. Poço Dantas	08 + 01 assentamento	74
14. Poço de José de Moura	07	33
15. Pombal	27	328
16. Riacho dos Cavalos	04	35
17. Santa Helena	04	25
18. Santa Inês	26	120
19. Santarém	09	45
20. São Domingos de Pombal	12	117
21. São José do Rio do Peixe	25	217
22. São José Piranhas	22	162
23. Triunfo	25	243
24. Uiraúna	06	21
	Total: 425	Total: 3.940

Dados em tempo real: Fonte: **Rel.: RPT_Metas Atingidas.RPT. Versão de 06/11/2007 – 11:49h.**

4.019 famílias mobilizadas

3.931 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)

40 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais

77 pedreiros recapitados

74 pedreiros executores capacitados

32 comissões municipais capacitadas

3.940 cisternas construídas

10 reuniões microrregionais com 362 participantes

01 reunião estadual com 146 participantes

UGM Cáritas Guarabira - Período: 01/06/2003 até 06/11/2007

Municípios	Comunidades	Cisternas construídas
1. Alagoa Grande	13	203
2. Alagoinha	03	84
3. Algodão de Jandaíra	04	64
4. Araçagi	05	90
5. Araruna	17	394
6. Areia	04	115
7. Bananeiras	06	278
8. Belém	10	206
9. Cacimba de Dentro	31	478
10. Caiçara	18	216
11. Campo de Santana	22	326
12. Dona Inês	11	178
13. Duas Estradas	10	115
14. Lagoa de Dentro	12	150
15. Logradouro	09	168
16. Mari	08	30
17. Mulungu	02	20
18. Pilões	13	85
19. Pirpirituba	08	87
20. Riachão	04	54
21. Serraria	04	90
22. Sertãozinho	07	70
	Total: 221	Total: 3.501

Dados em tempo real: Fonte: **Rel.: RPT_Metas Atingidas.RPT. Versão de 06/11/2007 – 11:49h.**

3.533 famílias mobilizadas

3.170 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)

70 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais

79 pedreiros recapitados

89 pedreiros executores capacitados

15 comissões municipais capacitadas

3.501 cisternas construídas

07 reuniões microrregionais com 607 participantes

UGM STR Aparecida – PB. Período: 01/06/2003 até 06/11/2007

Municípios	Comunidades	Cisternas construídas
1. Aguiar	19	190
2. Aparecida	40	300
3. Belém do Brejo do Cruz	22	135
4. Boa Ventura	06	30
5. Bom Sucesso	07	30
6. Brejo do Cruz	18	85
7. Brejo dos Santos	20	60
8. Cajazeirinhas	14	50
9. Catolé do Rocha	20	110
10. Coremas	20	150
11. Curral Velho	07	31
12. Diamante	18	125
13. Igaracy	14	105
14. Itaporanga	41	230
15. Lagoa	22	70
16. Lastro	08	65
17. Nazarezinho	20	210
18. Pedra Branca	09	29
20. Riacho dos Cavalos	09	70
21. Santa Cruz	14	90
22. São Bento	08	50
23. São Bento de Pombal	15	50
24. São Francisco	16	80
25. São José da Lagoa Tapada	26	278
26. São José do Brejo do Cruz	08	65
27. Sousa	25	145
28. Vieirópolis	11	110
	Total: 457	Total: 2.943

Dados em tempo real: Fonte: **Rel.: RPT_Metas Atingidas.RPT. Versão de 06/11/2007 – 11:49h.**

3.843 famílias mobilizadas

3.822 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)

80 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais

90 pedreiros recapitados

70 pedreiros executores capacitados

30 comissões municipais capacitadas

2.943 cisternas construídas

10 reuniões microrregionais com 465 participantes

UGM PATAC. Período: 01/06/2003 até 06/11/2007

Municípios	Comunidades	Cisternas construídas
1. Alcantil	26	164
2. Amparo	01 Assentamento	03
3. Aroeiras	17	146
4. Baraúna	06	59
5. Barra de Santana	14	150
6. Barra de São Miguel	15	126
7. Boqueirão	21	179
8. Campina Grande	15	120
9. Caturité	17	213
10. Cuité	43	208
11. Damião	18	80
12. Gado Bravo	11	90
13. Mogeiro	16	315
14. Monteiro	07 Assentamentos + 03	42
15. Nova Floresta	29	110
16. Nova Palmeira	40	179
17. Picuí	63	491
18. Prata	01 Assentamento	07
19. Puxinanã	20	266
20. Riacho de Santo Antonio	06	40
21. São João do Tigre	20	102
22. Sossego	01 Assentamento + 08	60
23. Sumé	03 Assentamentos	19
	Total: 421	Total: 3.169

Dados em tempo real: período 2000-2007 (inclui o projeto piloto). Fonte: **Rel.: RPT_Metas Atingidas.RPT. Versão de 06/11/2007 – 11:49h.**

5.875 famílias mobilizadas

5.702 famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)

86 pessoas capacitadas em confecção de bombas manuais

90 pedreiros recapitados

73 pedreiros executores capacitados

61 comissões municipais capacitadas

5.697 cisternas construídas

18 reuniões microrregionais com 526 participantes

01 reunião estadual com 30 participantes

Apêndice B

Distribuição dos Bancos de Sementes Comunitários: Alto Sertão e Agreste da Borborema

Rede Sementes da ASA Paraíba: 228 BSC - Bancos de Sementes Comunitários; 61 Municípios da Paraíba; 6.560 famílias agricultoras

Rede Sementes do Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema.

Bancos de Sementes Comunitários (BSC) [centralizados por municípios]: Alagoa Nova: 69 sócios; Arara: 12 sócios; Casserengue 114 sócios; Juazeirinho: 24 sócios; Montadas: 69 sócios; Remígio: 109 sócios

Bancos de Sementes Comunitários (BSC) [descentralizados por comunidades]:

Areial (253 sócios): Sítio Serrote Branco: 18 sócios; Sítio Lages: 56 sócios; Sítio Lagoa Comprida e Covão: 24 sócios; Sítio Lajedo de Cedro: 25 sócios; Sítio Arara: 74 sócios; Sítio Manguape: 23 sócios; Sítio Estivas: 33 sócios

Cubati (81 sócios): Belo Monte 52 sócios; São Domingos: 29 sócios

Esperança (758 sócios): Barra de Camará: 64 sócios; Quebra pé: 40 sócios; Massabielle 41 sócios; Pedra Pintada: 28 sócios; Benefício: 75 sócios; Capeba: 112 sócios; Timbaúba de Araras: 63 sócios; Umburanas e José Lopes: 169 sócios; Sítio Meia Pataca: 39 sócios; Riacho Fundo 16 sócios; Pau Ferro: 47 sócios, BSC: 10 sócios [não especifica a comunidade].

Lagoa Seca (246 sócios): Pai Domingos: 32 sócios; Caracol: 60 sócios; Almeida: 13 sócios; Lagoa de Gravatá: 133 sócios; Mata Redonda: 06 sócios; Retiro e Manguape I: 62 sócios.

Matinhas (59 sócios): Cachoeira do Gama: 28 sócios; Juá: 04 sócios; Castro da Rocha: 27 sócios

Queimadas (230 sócios): Bom Sucesso: 17 sócios; Campinas de Baixo: 33 sócios; Verdes: 35 sócios; Antonio Mariz: 04 sócios; Olho D'água Salgado: 10 sócios; Bodopitá: 07 sócios; Antonio Tavares: 26 sócios; Maracajá: 25 sócios; Gravatá de Trigueiros: 13 sócios; Baixa Verde: I – 14 sócios e II – 30 sócios; Arrasto: 16 sócios

São Sebastião de Lagoa de Roça (128 sócios): Comunidade de tanques: 16 sócios; Sítio Caracol: 60 sócios; STR Lagoa de Roça: 52 sócios.

Soledade (81 sócios): Arruda: 14 sócios; Cordeiros: 17 sócios; Santa Terezinha: 22 sócios; Lajedo de Timbaúba: 16 sócios; Caiçara: 12 sócios

Solânea (360 sócios): Bom Sucesso 101 sócios; Goiana: 40 sócios; Fragoso: 111 sócios; Palma: 63 sócios; Pedra Grande: 45 sócios

Sossego (91 sócios): São Luiz: 51 sócios; Padre Assis: 40 sócios

Rede Sementes do Alto Sertão

Itaporanga: Comunidade Agrovila Jesus Cristo: 05 sócios; Comunidade Pitombeira de Cima 14 sócios; Comunidade Cardos de Baixo: 28 sócios; Comunidade Poço Redondo de Baixo: 13 sócios; Comunidade Cachoeira: 18 sócios; Comunidade Mata Velha: 12 sócios

Cajazeiras: Comunidade Mamuda: 14 sócios; Assentamento Frei Damião I: 11 sócios; Assentamento Edvaldo Sebastião: 25 sócios; Assentamento São Francisco II: 18 sócios

Triunfo: Assentamento Três Irmãos: 39 sócios.

Pombal: Assentamento Jacu : 14 sócios.

Paulista: Assentamento Paxicú: 24 sócios

Anexo: A Fotos “cisterna de placas”



Anexo B

Cordel “Cisterna de placas: importância e cuidados” ¹²⁹

Conviver no semiárido / É um grande desafio / Quem mora longe da água, açude, riacho ou rio / Vive com sede e com fome / Sem saber o que fastio.

Um ser humano sadio / Quer água de qualidade / Pra beber e cozinhar? No sertão e na cidade / com total cidadania / Justiça e dignidade.

E esta realidade / A ASA quer construir / Que o nosso semiárido / De fato possa existir / A população vivendo / Com direito de ir e vir.

Pensando neste porvir / É que a articulação / No semiárido carente / Implementa a construção / De um milhão de cisternas de placas, neste sertão.

A proposta é um milhão / Famílias deste Brasil / Com as cisternas de placas / Cheinhas a mais de mil / com água de qualidade / Para encher o cantil.

A sociedade civil? Muito bem organizada / Neste sertão semi-árido/ Com a ASA articulada / vai construir um milhão de cisterna emplacada.

Com a cisterna instalada / Em casa do campo / Vai melhorar a saúde / Do povo que vive pampo [doente] / Prevenindo as doenças de verminose e sarampo.

¹²⁹ ASA Brasil. Cordel. **Cisterna de placas: importância e cuidados**. 9. Ed. 19p. Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: UM milhão de cisternas rurais – PIMC.

Vai diminuir o trampo [trabalho] das mulheres, que virtude / Que terão água potável / E as crianças com saúde / Sem andar quase uma légua / Pra pegar água em açude.

Partindo dessa atitude? Pra chegar à construção / Dessas cisternas de placas / Precisa organização / E os pedreiros precisam/ Nova capacitação.

Sem esquecer da gestão / E do controle social / Dos recursos hídricos, que / É coisa essencial / Lembrando que a água é um recurso natural.

Mas, saindo do geral / E voltando para a base / como sugeriu esta idéia / Da cisterna em sua fase / De placas bem pré-moldadas / Pra que nenhuma vase.

Sem ponto, vírgula ou crase / Nel, pedreiro experiente/ Do Estado do Sergipe / Em São Paulo, um continente / Lá na construção civil / Viu algo bem diferente.

Na época do clima quente / Na construção de piscina? Com placas de pré-moldados? / Como a técnica ensina / Nel conseguiu construir / Uma placa que se inclina.

E ele disse: - menina! / Eu posso até construir / Uma piscina redonda / E você há de convir / Que em Sergipe essa coisa? Guarda água pro povir.

Foi só ele insistir / Comendo um cacho de uva / Chegando na sua terra / Na casa de uma viúva / Fez a cisterna de placas / Pra pegar água da chuva.

Sem precisar usar luva / Fez a cisterna perfeita / Pode ter vários tamanhos / Seguindo a mesma receita / E hoje em todo Nordeste / Ela é muito bem aceita.

Porém, antes de ser feita / É preciso ter cuidado / Na escolha do local / Que deve ficar marcado / Distante de lixo e fossas, longe de curral de gado.

Deve ser observado / com toda serenidade / Pois todo o material / Deve ser de qualidade/ Principalmente o cimento com prazo de validade.

Para ter utilidade / A cisterna deve ser / Bem feita e caprichada / Conforme vou lhe dizer / Pedreiros capacitados / Para a cisterna fazer.

Eles devem obedecer/ Sempre toda orientação / Que viram durante o curso / E tem por obrigação / Dar a cisterna pintada / Com tampa, bica e sifão.

Para que não rache não/ Deve as paredes molhar / Durante dois a três dias/ Pro cimento bem secar/ Manter sempre água dentro/ Para ele se acostumar.

E é preciso limpar/ A cisterna com cuidado/ Sendo que a primeira chuva/ É pra lavar o telhado/ Pra não cair na cisterna/ Puxe o cano para um lado.

Ainda é recomendado/Cuidados especiais/ Higiene e limpeza/ São coisas fundamentais/ filtrar e tratar a água/Ajuda cada vez mais.

Só assim os minerais da água, fonte da vida/ Estarão bem conservados/ De forma bem conhecida/ As crianças com saúde/ É uma grande saída.

A casa abastecida / Com água de qualidade / Limpa, pura e cristalina / Pra beber à vontade / E também pra cozinhar / conforme a necessidade.

Eu afirmo de verdade/ Que cisterna de placas / Dezesseis mil litros d'água / Comporta dezesseis sacas de cimento / e seu valor equivale a duas vacas.

Pois quem carrega estacas/ E anda quase uma légua/ Pra pegar água em açude/ O cansaço não dá trégua/ Sabe o valor da cisterna/ Que não se mede com régua.

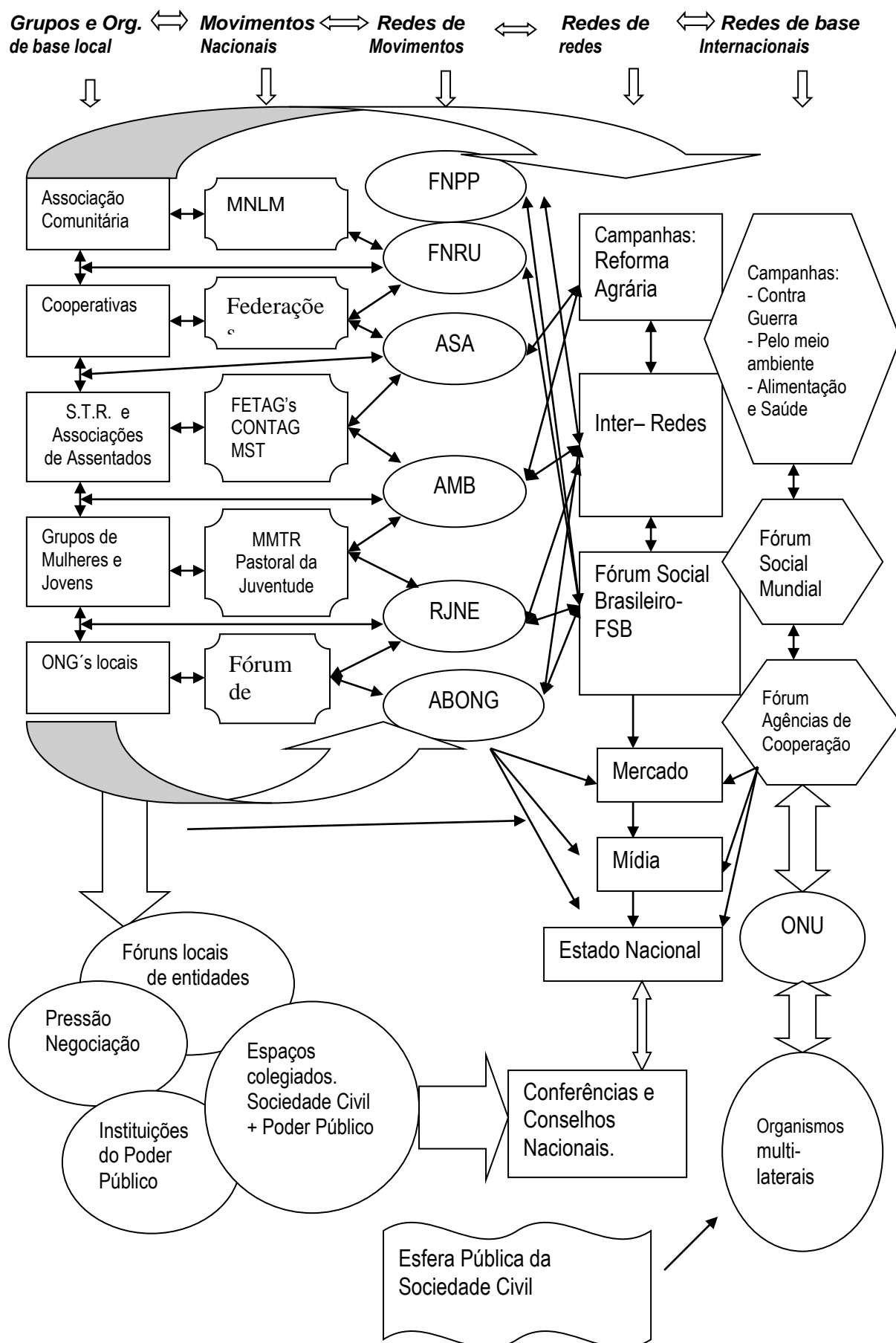
Criança diz: - arre água! / Eu não agüento mais/ Carregar água de longe/ No lombo dos animais/ Mulher com lata d'água/ Na cabeça é ruim demais.

Tudo isso ficou pra trás / com o projeto 1 milhão de cisternas/ Que pretende mudar essa situação / A cisterna é uma benção para o povo do sertão.

Minha irmã, meu irmão / Vocês podem acreditar/ com um milhão de cisternas/ A vida vai melhorar / E como disse o profeta: o sertão vai virar mar.

Vamos nos organizar/ E exigir dos governantes/ Que construam mais cisternas/ Nos lugarejos distantes/ Pois já é política publica/ Pra incentivos constantes.

Anexo: C - Redes locais e articulações nacionais e internacionais (Brito, 2007)



Anexo: D - Fotos “Banco de Sementes Comunitário”



Fotos: Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema. Banco Comunitário de Sementes

Anexo E

As variedades de sementes mapeadas pela Rede Sementes



FAVA: africana, boca de moça, branca, cara larga, canarinho, guiné, lavandeira, malhadinha, manteiga, moita, orelha de vó, raio do sol, vermelha.

FEIJÃO COMUM: carioca, carioquinha, faveta de cacho, gorgotuba, mexicano, mulatinho branco de cacho, mulatinho de cacho, preto, preto sessenta dias, rolinha, vagem.

FEIJÃO MACASSA: adosadinho, azul, barba de guiné, cariri, canapú, canapú ligeiro, canapú tardão, fogo na serra, galanção, ligeiro, macaíba, olho de peixe, pau ferro, paulistinha, ramador, sedinha, sempre verde, sopinha, toxinha, vagem roxa, viajante.

GERGELIM: branco, comum, leite, preto.

GIRASSOL: branco e preto.

MACAXEIRA: amazonas, bahia branca, branca, engana ladrão, enrica homem (ou São Tomé), eucalipto, macaxeira do padre, manteiga, ouro, pacaré, pão da tarde, pão do Chile, passarinha preta, pernambucana, rosa, rosinha, retroz, sedinha, vinagre, xerém

MANDIOCA: amazoninha (ou guarajú branca), alagoa, boinha, branca (ou manivinha), cacheada, cambadinha, caboclinha lisa, campina, cangaíga branca, chapéu de couro (mandioca e macaxeira), cruvela, ferro, filha de retroz, guarajú branca (ou olho verde), guarajú preta, mandioca branca, maniçoba, manipeba, monge (ou alagoas), olho de urubu, olho verde, Paraíba ligeira, paraíba tardona, passarinha branca (ou manivinha), pé de pombo, pernambucana, pomunça (ou sartuna),

MILHO: alho, alho da Índia, amarelo, da terra, branco, hibra antigo, jabatão, padre Cícero, pipoca, pontinha, posto rico, sessenta dias.

OUTRAS: abóbora de cavalo, algodão herbáceo branco, amendoim BR-1, angico, batata de pulga, caju ligeiro, catingueira, fumo, gliricídia, leucena, mamão comum, mamona,

melancia, mucuruna cinza, moringa, mulungu, pimenta do reino, pinha, planta medicinal
carro santo, quiabo de quina, sabiá com espinho, sorgo vermelho, umbu, urucum vermelho.

Anexo: F

Fundos Rotativos Solidários. Municípios: Cacimbas e Teixeira, Paraíba, período: 2003-2007

LEVANTAMENTO DO FUNCIONAMENTO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS EM CACIMBAS E TEIXEIRA NO ANO DE 2003										
COMUNIDADE	VALOR ARRECADADO R\$	COMO FORAM UTILIZADOS OS RECURSOS	Nº DE CISTERNAS	COMPOSIÇÃO FAMILIAR						SALDO
				H	M	C	J	A	TOTAL	
Riacho Verde	6.101,80	Construção de cisternas	06	04	03	01	01	05	07	-
São José de Belém	1.981,00	Construção de cisterna	01	02	03	01	01	03	05	876,00
Fava de Cheiro	1.650,00	Construção de cisterna	02	04	02	01	02	03	06	-
Catolé da Pista	1.100,00	Construção de cisterna	01	03	01	01	01	02	04	-
Catolé dos Machados	1.105,00	Compra de matéria/cisterna e empréstimo para plantio de algodão	-	01	03	-	02	02	04	519,00
Poços de Baixo	3.218,00	Construção de cisternas, empréstimo a associação.	03	06	03	03	02	04	09	212,40
Santo Agostinho	1.700,00	Empréstimo para eletrificação de residências	-	11	08	06	05	08	19	217,00
Monteiro (Cacimbas)	7.358,76	Construção de cisternas, um poço amazonas, um tanque e empréstimo para compra de cobertura de uma capela.	05	16	12	05	04	19	28	-
TOTAL	24.214,56		18	47	35	18	18	46	82	1.824,40

LEVANTAMENTO DO FUNCIONAMENTO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS EM CACIMBAS E TEIXEIRA NO ANO DE 2004 ¹³⁰										
COMUNIDADE	VALOR ARRECADADO R\$	COMO FORAM UTILIZADOS OS RECURSOS	Nº DE CISTERNAS	COMPOSIÇÃO FAMILIAR						SALDO
				H	M	C	J	A	TOTAL	
Flores	1.887,50	Construção de cisternas	01	04	03	02	02	03	07	1.131,50
São José de Belém	1.735,06	Construção de cisternas, reforma de 01 cisterna e empréstimo a associação.	01	03	02	-	01	04	05	510,00
Fava de Cheiro	2.735,06	Construção de cisternas, empréstimo familiar para tratamento de saúde.	03	06	04	04	01	05	10	815,00
Tauá	3.324,00	Construção de cisternas, recuperação de residência e empréstimo familiar para tratamento de saúde.	02	08	09	02	05	10	17	278,00
Santo Agostinho	1.968,00	Pagamento do registro do Estatuto, pagamento de passagens e fretes, construção de cozinha e privada.	-	04	01	02	-	03	05	-
São Francisco	2.993,00	Construção de cisternas, reforma de casa e empréstimo familiar.	01	02	02	02	-	02	04	720,00
Catolé / Machados	2.006,50	Transporte de formas e passagens, reforma do estatuto e plantio de algodão colorido.	-	03	11	02	05	07	14	1.797,00
Catolé da Pista	2.393,86	Construção de cisternas e empréstimo familiar.	01	02	05	02	03	02	07	1.205,03
Poços I	2.871,60	Construção de cisternas, empréstimos familiares, areia e mão-de-obra, fretes para transporte de formas	02	07	05	02	06	04	12	801,60
Poços II	44,00	Emprestado a Associação para pagamento da reforma do estatuto.	-	-	-	-	-	-	-	-
Riacho Verde	8.616,30	Construção de cisternas	06	20	18	13	08	17	38	2.166,80
Granja Girassol	560,00	Saldo disponível em Caixa	-	-	-	-	-	-	-	560,00
Pedra Vermelha	475,00	Empréstimo para pagamento de Reforma do Estatuto da Associação	-	-	-	-	-	-	-	375,00
Guarita	1.800,00	Empréstimo a Associação para pagamento de multa referente a declaração de isenção de imposto de renda	-	-	-	-	-	-	-	1.385,00

¹³⁰ São apenas os Fundos Rotativos Solidários que o CEPFS, junto com o Conselho Gestor, tem acompanhado.

Cacimbas – Monteiro, São Gonçalo e Lagoa do Campo	14.301,65	Construção de cisternas, poço amazonas, empréstimo para construção de capela, mão-de-obra de pedreiros.	09	26	23	22	10	17	49	6.233,85
Sabonete	3.000,00	Empréstimo familiar	-	-	-	-	-	-	-	2.800,00
Livramento	145,00	Saldo disponível em Caixa	-	-	-	-	-	-	-	145,00
TOTAL	50.871,47		26	85	83	53	41	74	168	20.923,78

LEVANTAMENTO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS – 2005

TEIXEIRA				
COMUNIDADE	VALOR ARRECADADO	VALOR UTILIZADO	EM QUE FOI UTILIZADO	SALDO
Livramento	1.100,00	1.010,00	Construção de uma cisterna – cobertura de uma residência	90,00
Poços de Baixo	3.046,30	2.786,80	Reforma de 04 privadas domiciliar – 02 reformas habitacional – empréstimo para eletrificar a sede da associação – contribuição calendário – transporte	259,50
Tanque do Novilho	1.940,00	1.700,00	Construção de uma cisterna – contribuição na construção de um tanque comunitário – empréstimo familiar	240,00
São Francisco	2.563,00	1.415,00	Construção de uma cisterna – transporte – empréstimos familiar	1.148,00
Fava de Cheiro	1.880,00	1.564,20	Construção de uma cisterna – registro estatuto – transporte – compra de 12 sacas de milho para o BSC	315,00
Flores	1.350,20	1.153,20	Construção de uma cisterna e transporte	197,00
Sabonete	1.226,00	1.076,00	Construção de tanques – reformas habitacional – transporte	150,00
Girassol	3.004,00	1.494,00	Confecção de tijolos – empréstimo familiar	1.510,00
Catolé Machados	1.540,00	1.476,00	Construção de uma cisterna – confecção de carimbos – contribuição calendário – transporte	64,00
Boa Vista	90,00	-	-	90,00
Guarita	257,00	20,00	Contribuição Calendário	237,00
Tauá	716,70	610,00	Empréstimo para exame médico –empréstimo associação – reforma habitacional – contribuição para compra de um caixão	106,70
Riacho Verde	11.958,30	8.488,77	Construção de 08 cisternas – reformas habitacionais – reforma de cisterna – empréstimos familiar(compra de arame e exames médicos)	3.469,53
Catolé da Pista	2.409,60	1.642,20	Despesas com transporte – pagamento de água e para construção de cisterna – empréstimos familiar – compra de medicamentos.	767,20

Pedra Vermelha	865,00	611,00	Empréstimo familiar – Transporte – Confecção de carimbos	254,00
Tanque Coberto	670,00	280,00	Empréstimo familiar – contribuição calendário	390,00
Bom Jesus	433,00	224,00	Transporte – contribuição calendário	209,00
São J. de Belém	1.444,00	1.444,00	Construção de uma cisterna – contribuição calendário – transporte	-
Santo Agostino	730,00	730,00	Empréstimo familiar – contribuição para confraternização – contribuição calendário – despesas com transporte.	-
Coronel	2.390,00	2.222,01	Empréstimos familiares – despesas com transporte – pagamentos de carnês – contribuição calendários – complementação de materiais para construção de cisternas – contribuição para festa do dia das crianças.	167,99
20 Comunidades	39.613,10	29.947,18	Foram apoiadas 10 tipos de necessidades	9.665,94

OBS: 15 Cisternas construídas

CACIMBAS				
COMUNIDADE	VALOR ARRECADADO	VALOR UTILIZADO	EM QUE FOI UTILZADO	SALDO
Monteiro	5.487,00	3.887,25	Despesas com transporte – lanches – contribuição calendário – construção de 02 cisternas – contribuição para reforma de 02 cisternas.	1.599,75
São Gonçalo	2.700,00	2.000,00	Construção de duas cisternas	700,00
Ventania	1.337,00	-	-	1.337,00
Lagoa do Campo	1.130,00	1.130,00	Construção de uma cisterna - despesas com xerox – despesas com registro do estatuto e transporte	
Cipó	2.760,00	2.635,00	Compra de parte do material da sede, registro do estatuto da associação e despesas com transporte.	125,00
Retiro	1.667,00	1.617,00	Compra de material para construção da capela – reforma do poço amazonas	50,00
Santa Fé	1.200,00	300,00	Empréstimo familiar – transporte – Calendário	900,00
Serra Feia	3.383,00	3.327,00	Construção de uma cisterna – transporte – reforma do estatuto – empréstimos familiares – ajuda para construção da capela – contribuição calendário	56,00
São Sebastião	1.000,00	850,00	Aterro da sede	150,00
Flamengo	940,00		-	940,00
Fundamento Baixo	2.003,00	1.960,00	Construção de duas cisternas – Transporte – Contribuição calendário	43,00
Fundamento Cima	506,00	240,00	Transporte e pagamento da declaração de imposto de renda da associação	266,00
Lagoinha	1.285,30	1.239,00	Despesas com a semana da água – xerox – construção de uma cisterna	46,30

			– transporte – contribuição calendário	
Jardim	883,00		-	883,00
Aracati	110,00		-	110,00
15 Comunidades	26.391,30	19.185,25	Foram apoiadas 8 tipos de necessidades	7.206,05

OBS: 09 Cisternas Construídas

LEVANTAMENTO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS – 2006

MUNICÍPIO: Teixeira

COMUNIDADE	Nº DE FAMÍLIAS EXISTENTE	Nº DE FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM DO FRS	VALOR ARRECADADO EM 2006 R\$	VALOR UTILIZADO EM 2006 R\$	EM QUE FOI UTILIZADO
Fava de Cheiro	28	09	2.754,00	2.070,50	Empréstimo para aração de terra, construção de uma cisterna, contribuição para calendário, empréstimo para investimento em artesanato, transporte para encontros e reuniões.
Riacho Verde	81	45	9.612,85	11.099,17	Construção de 07 cisternas, reforma habitacional, empréstimo para aviário, construção de uma privada, empréstimo para tratamento de saúde e contribuição para calendário.
Rosário	16	06	-	-	-
Guarita	43	21	315,00	60,00	Transporte para participação em encontros e reuniões
Livramento	35	20	1.779,00	2.462,00	Construção de uma cisterna, empréstimo para tratamento de saúde e contribuição para calendário.
Coronel	64	49	3.155,00	2.962,99	Empréstimo familiar, transporte para participar de encontros e reuniões, confecção de faixa, reforma do prédio da associação e compra de objetos de cozinha para a associação
Serra Verde	37	06	20,00	20,00	Contribuição para os calendários
Tanque do Novilho	37	26	1.670,00	1.090,00	Empréstimo para reforma habitacional, empréstimo para tratamento de saúde, empréstimo para compra de animais, empréstimo cultivo da roça e empréstimo para eletrificação de residência.
Granja Girassol	48	10	705,00	410,00	Empréstimo para reforma habitacional, exame e medicamentos.
Catolé da Pista	56	27	1.470,50	1.016,50	Construção de uma cisterna
São José de Belém	43	15	1.746,00	1.411,00	Construção de uma cisterna, transporte para participar de encontros e reuniões e contribuição para os calendários.
Boa Vista	25	10	705,00	410,00	Empréstimo para compra de animais, consulta médica,e compra de

					medicamentos e reforma habitacional.
Tauá	75	58	1.565,00	1.450,00	Construção de uma cisterna, empréstimo para tratamento de saúde, reforma habitacional e empréstimo para a própria associação.
Santo Agostinho	98	20	585,00	435,00	Reforma de uma cisterna.
São Francisco	77	61	1.656,00	1.200,00	Empréstimo familiar
Flores de Baixo	50	15	1.375,00	1.089,00	Construção de uma cisterna, transporte para participar de encontros e reuniões, uma visita de intercâmbio e contribuição para os calendários.
Bom Jesus	20	14	841,00	190,00	Transporte para participar de encontros e reuniões.
Catolé dos Machados	26	15	1.107,00	1.086,80	Construção de uma cisterna e contribuição para os calendários
Poços de Baixo	58	46	5.299,35	5.270,90	Empréstimo para reformas habitacionais e construção de privada
19 Comunidades	917	473	36.247,70	33.723,86	Forma apoiadas 19 tipos de necessidades

LEVANTAMENTO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS – 2006

MUNICÍPIO: Cacimbas

COMUNIDADE	Nº DE FAMÍLIAS EXISTENTE	Nº DE FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM DO FRS	VALOR ARRECADADO EM 2006 R\$	VALOR UTILIZADO EM 2006 R\$	EM QUE FOI UTILIZADO
Flamengo	45	19	590,00	960,00	Construção de uma cisterna
Serra Feia	152	28	360,00	90,00	Empréstimo e transporte para participar de reunião na comunidade Monteiro
Lagoinha	37	23	735,00	270,00	Contribuição para os calendários e conserto de uma cisterna
Chã e Aracati	75	24	1.805,00	1.018,50	Transporte para participar de encontros e reuniões, contribuição para a festa do sisal, conserto de uma cisterna, reforma de um poço, contribuição para confraternização da comunidade e registro de documento da associação
Santa Fé	18	16	-	-	-
Retiro	38		170,00	130,00	Despesas com transporte e reforma de duas cisternas
São Gonçalo	86	51	1.622,00	1.113,00	Despesas com transporte para participar de encontros e reuniões, Construção de uma cisterna e contribuição para a festa do sisal
Fundamento de Cima	20	18	646,00	235,00	Contribuição para a I Festa do Sisal, transporte para participar de encontros e reuniões e contribuição para os calendários.
Monteiro	80	36	3.829,40	2.439,00	Construção de uma cisterna, transporte para participar de encontros e reuniões, concerto de uma cisterna, Contribuição para a I Festa do Sisal, ajuda para pessoa doente, contribuição para almoço em encontro da CAMEC.

Jardim	20	15	446,00	215,00	Despesas com transporte para participar das reuniões ordinárias da CAMEC e um encontro em Desterro.
Fundamento de Baixo	40	11	2.105,00	515,00	Reforma de uma casa, despesas com transporte para participar dos encontros da CAMEC e contribuição para a I Festa do Sisal
Cipó	75	11	2.625,00	2.015,00	Despesas com xerox, transporte para participar de encontros, compra de material para o salão, compra de fogos para festa da padroeira, compra de uma garrafa térmica para a associação e contribuição para a I Festa do Sisal
Lagoa do campo	48	18	2.162,46	1.142,25	Construção de uma cisterna e viagem em vista de intercâmbio
Ventania e Covão	44	27	5.850,00	5.650,00	Eletrificação para adutora comunitária, documento da associação, projeto de apoio produtivo comunitário, Pagamento de eletricista, Compra de material para a adutora comunitária.
São Sebastião (Distrito)	75	75	1.901,00	1.026,00	Construção de bancos na associação, despesas com transporte para participar de encontros, pagamento de documentos da associação, eletrificação da sede da associação, confraternização da comunidade, contribuição para a I festa do sisal.
15 Comunidades	853	396	24.846,86	17.019,25	Foram atendidas 15 necessidades

RESUMO/LEVANTAMENTO FUNDOS ROTATIVOS / 2006 - TEIXEIRA

NÚMERO DE COMUNIDADES ONDE FOI FEITO O LEVANTAMENTO = 19

Fava de Cheiro – Flores – São Francisco – Santo Agostinho – Tauá – Boa Vista – Bom Jesus – São José de Belém – Catolé dos Machados – Catolé da Pista – Granja Girassol – Tanque do Novilho – Livramento – Guarita – Rosário – Riacho Verde – Coronel – Serra Verde e Poços de Baixo.

NÚMERO DE FAMÍLIAS EXISTENTES NAS COMUNIDADES = 897 Famílias

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM DA DINÂMICA DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS = 473 Famílias – o que corresponde a um total de 52,7% do número de famílias existente nas comunidades

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE DEVOLVE FREQUENTEMENTE = 224 Famílias – o que corresponde a um total de 47,4% do número de famílias que participa da dinâmica dos fundos rotativos

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NÃO DEVOLVE FREQUENTEMENTE = 249 Famílias – o que corresponde a um total de 52,6% do número de famílias que participa da dinâmica dos fundos rotativos

VALOR ARRECADADO EM 2006 = R\$ 36.247,70 (*trinta e seis mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta centavos*)

VALOR UTILIZADO EM 2006 = R\$ 31.554,54 (*trinta e um mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos*) – o que corresponde a 87% do valor arrecadado.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Item	Quantidade
Reforma / Construção habitacional	16
Construção de Cisternas	16
Visita de intercâmbio	01
Contribuição Calendário	17
Empréstimo familiar (Tratamento de saúde)	14
Empréstimo Familiar (Viagem)	02
Empréstimo Familiar (compra de animais)	02
Empréstimo Familiar (cultivo / preparo da terra)	02
Confraternização comunitária	01
Empréstimo para Associação	02
Construção de galpão para criar frangos	01
Despesas com transporte	Todas as comunidades

RESUMO/ LEVANTAMENTO FUNDOS ROTATIVOS / 2006 - CACIMBAS

NÚMERO DE COMUNIDADES ONDE FOI FEITO O LEVANTAMENTO = 15

Santa Fé – Retiro – São Gonçalo – Fundamento de Cima – Monteiro – Jardim – Fundamento de Baixo – Cipó – Lagoa do Campo – Ventania – Distrito de São Sebastião – Lagoinha – Flamengo – Serra Feia e Chã.

NÚMERO DE FAMÍLIAS EXISTENTES NAS COMUNIDADES = 909 Famílias

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM DA DINÂMICA DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS = 420 Famílias – o que corresponde a um total de 46,2% do número de famílias existente nas comunidades

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE DEVOLVE FREQUENTEMENTE = 208 Famílias – o que corresponde a um total de 49,5% do número de famílias que participa da dinâmica dos fundos rotativos

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NÃO DEVOLVE FREQUENTEMENTE = 212 Famílias – o que corresponde a um total de 50,5% do número de famílias que participa da dinâmica dos fundos rotativos

VALOR ARRECADADO EM 2006 = R\$ 25.459,86 (vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos)

VALOR UTILIZADO EM 2006 = R\$ 17.112,25 (dezessete mil cento e doze reais e vinte e cinco centavos) – o que corresponde a 67,2% do valor arrecadado.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Item	Quantidade
Empréstimo Associação (documentos / infra-estrutura)	05
Empréstimo familiar (tratamento saúde)	06
Comemorações	07
Visita de intercâmbio	03
Construção de adutora comunitária	01
Reforma de cisternas	06
Construção de cisternas	04
Construção de Poços Amazonas	02
Construção Salão Comunitário	01
Reforma Habitacional	01
Contribuição Calendário	02
Transporte (reuniões / encontros)	Todas as comunidades

RESUMO/LEVANTAMENTO FUNDOS ROTATIVOS / 2006

NÚMERO DE COMUNIDADES ONDE FOI FEITO O LEVANTAMENTO = 34

Teixeira = Fava de Cheiro – Flores – São Francisco – Santo Agostinho – Tauá – Boa Vista – Bom Jesus – São José de Belém – Catolé dos Machados – Catolé da Pista – Granja Girassol – Tanque do Novilho – Livramento – Guarita – Rosário – Riacho Verde – Coronel – Serra Verde e Poços de Baixo.

Cacimbas = Santa Fé – Retiro – São Gonçalo – Fundamento de Cima – Monteiro – Jardim – Fundamento de Baixo – Cipó – Lagoa do Campo – Ventania – Distrito de São Sebastião – Serra Feira – Flamengo – Lagoinha e Chã.

NÚMERO DE FAMÍLIAS EXISTENTES NAS COMUNIDADES = 1.805 Famílias

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM DA DINÂMICA DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS = 893 Famílias – o que corresponde a um total de 49,5% do número de famílias existente nas comunidades.

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE DEVOLVE FREQUENTEMENTE = 432 Famílias – o que corresponde a um total de 48,4% do número de famílias que participa da dinâmica dos fundos rotativos

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NÃO DEVOLVE FREQUENTEMENTE = 461 Famílias – o que corresponde a um total de 51,6% do número de famílias que participa da dinâmica dos fundos rotativos

VALOR ARRECADADO EM 2006 = R\$ 61.707,56 (*sessenta e um mil setecentos e sete reais e cinqüenta e seis centavos*)

VALOR UTILIZADO EM 2006 = R\$ 48.666,79 (*quarenta e oito mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos*) – o que corresponde a 78,9% do valor arrecadado.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Item	Quantidade
<i>Reforma / Construção habitacional</i>	17
Construção de Cisternas	20
Visita de intercâmbio	04
Contribuição Calendário	19

Empréstimo familiar (Tratamento de saúde)	20
Empréstimo Familiar (Viagem)	02
Empréstimo Familiar (compra de animais)	02
Empréstimo Familiar (cultivo / preparo da terra)	09
Datas comemorativas.	08
Empréstimo para Associação	07
Construção de galpão para criar frangos	01
Construção de adutora comunitária	01
Reformas de cisternas	06
Construção de Poços Amazonas	02
Construção Salão Comunitário	01
Despesas com transporte	Todas as comunidades

DEMONSTRATIVO DA ARRECAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA – PB. ANO DE 2007

Comunidade	Valor Arrecado / 2007	Valor Utilizado		Saldo de 2007	Como foram utilizados os recursos
		Saldo – 2006	Arrecadação 2007		
Tanque Coberto	1.675,00	379,40	1.675,00	-	Despesas transporte e empréstimo para construção/Salão Comunitário
Fava de Cheiro	1.278,00	-	650,00	628,00	Empréstimo Saúde (02); empréstimo viagem (01); Preparo terra (04)
Guarita	1.035,00	150,00	1.035,00	-	Compra de utensílios para cozinha da Associação
Santo Agostinho II	600,00	10,00	600,00	-	Melhorias habitacionais (04); Empréstimo Saúde (02); Empréstimo para conserto de cisternas (02)
Tanque do Novilho	930,00	-	520,00	410,00	Melhoria habitacional (03); Empréstimo Saúde (02); Empréstimos Viagens (04)
Tauá	630,00	-	587,00	43,00	Melhoria habitacional (01); Empréstimo saúde (08); Empréstimos/compra de animais (02); Compra de doces de vacinas contra aftosa para animais (70)
Bom Jesus	440,00	-	410,00	30,00	Despesas com transporte (reuniões e comemorações)
Serra Verde	20,00	-	20,00	-	Empréstimo saúde (01)
Girassol	4.232,50	-	1.830,00	2.402,50	Empréstimos saúde (04); empréstimos viagens (02); Empréstimo conserto de cisterna (01); Aração de terras; melhoria habitacional e melhoria em cerca.

Catolé da Pista	150,00	800,00	150,00	-	Pagamento mão de obra construção de cisternas (04); Empréstimo Saúde (01); Aração de terras.
Flores de Baixo	1.030,00	-	732,00	298,00	Melhoria habitacional (01); despesas com transporte e despesas com alimentação(Encontros do FRS)
Riacho Verde	7.053,80	-	5.935,42	1.118,38	Mão de obra construção de cisternas (05); Melhoria habitacional (05); Empréstimo saúde(08); Empréstimo conserto cisternas(03); Empréstimo para Associação; Empréstimo pagamento dívida BNB (01); Empréstimo Pagamento de Pensão(01)
Catolé Machados	559,00	491,20	559,00	-	Construção de cisterna (01)
São José de Belém	1.435,00	56,00	1.435,00	-	Construção de cisterna (01); despesas com transporte; Despesas com alimentação (encontros FRS)
Livramento	1.234,00	716,00	1.234,00	-	Construção de cisternas (02)
Boa Vista	1.175,00	-	820,00	355,00	Melhoria habitacional (01); Empréstimo saúde (03)
São Francisco	920,00	1.017,50	920,00	-	Construção de cisterna (01); Empréstimo saúde (02)
Poços de Baixo	4.778,00	-	3.836,30	941,70	Empréstimo saúde (03); Empréstimo conserto cisterna (01); Mão de obra cisternas (06); Cobertura tanque (01); construção privada (01); empréstimo associação; Despesas com alimentação (encontros FRS)
Coronel	555,00	122,00	555,00	-	Melhoria habitacional (01); Empréstimo saúde (01); empréstimo conserto cisterna (01); Despesas transporte; despesas com alimentação(encontros FRS)
Santo Agostinho I	733,00	-	507,00	226,00	Conserto cisterna (01); empréstimo associação construção salão (BSC)

QUADRO RESUMO – FRS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA

Nº Comunidades	Valor Arrecado/2007	Valor Utilizado		Saldo de 2007	Como foram utilizados os recursos principais ações
		Saldo – 2006	Arrecadação 2007		
20	30.463,30	3.742,10	24.010,72	6.452,58	<ul style="list-style-type: none"> • Empréstimo para Saúde = 37 • Melhorias habitacionais = 17 • Mão de obra cisternas = 15 • Empréstimo aração terras = 12 • Empréstimo conserto de cisternas = 09 • Empréstimo para viagens = 07 • Construção de cisternas = 05 • Empréstimos Associação = 05 • Empréstimo para compra de animais = 02 • Construção / reforma de privadas = 02 • Cobertura de tanque = 01 • Compra de vacinas para animais = 01 <p>OUTROS / GERAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesas com transporte • Despesas com alimentação (encontros FRS)

DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CACIMBAS – PB NO ANO DE 2007

Comunidade	Valor Arrecado/2007	Valor Utilizado		Saldo de 2007	Como foram utilizados os recursos
		Saldo – 2006	Arrecadação 2007		
Chã e Aracati	580,00	-	580,00	-	Empréstimo Saúde (08)
Cipó	1.210,70	410,00	1.210,70	-	Empréstimo Associação (construção salão); Instalação da Bomba Popular.
Flamengo	209,00	96,00	209,00	-	Não informou
Fundamento Baixo	780,00	1.040,00	780,00	-	Construção de Cisternas (02)
Fundamento Cima	500,00	-	250,00	250,00	Empréstimo Viagens (06)
Jardim	590,00	-	430,00	160,00	Empréstimo Saúde (06)
Lagoa do Campo	421,00	-	70,00	351,00	Despesas com transporte
Lagoinha	205,00	415,00	205,00	-	Empréstimo Saúde (05)
Monteiro	2.016,00	-	1.455,00	561,00	Construção de cisterna (01); Empréstimo Saúde (04)
Retiro	50,00	-	50,00	-	Empréstimo Saúde (01)
São Gonçalo	1.389,00	18,00	1.389,00	-	Empréstimo Saúde (04); Empréstimo Associação (construção banheiro)
São Sebastião	1.915,00	-	1.500,00	415,00	Compra de um computador; Empréstimo Saúde (02)
Serra Feia	375,00	-	25,00	350,00	Despesas com transporte
Ventania	9.637,00	-	9.637,00	-	Saneamento de água para 24 famílias; compra de uma máquina de tela; reforma habitacional.

QUADRO RESUMO – FRS CACIMBAS

Nº Comunidades	Valor Arrecado / 2007	Valor Utilizado		Saldo de 2007	Como foram utilizados os recursos principais ações
		Saldo – 2006	Arrecadação 2007		
14	19.877,70	1.979,00	17.790,70	2.087,00	<ul style="list-style-type: none"> • Empréstimo Saúde = 30 • Empréstimo Viagens = 06 • Construção Cisternas = 03 • Empréstimo Associações = 03 (construção salão – construção banheiro – compra de computador) • Reforma habitacional = 01 • Compra de máquina de tela para confecção de cerca = 01 • Saneamento de água para 24 famílias = 01 <p>OUTROS / GERAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesas com transporte

Fonte: CEPFS/Teixeira (PB).